



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO - MDU

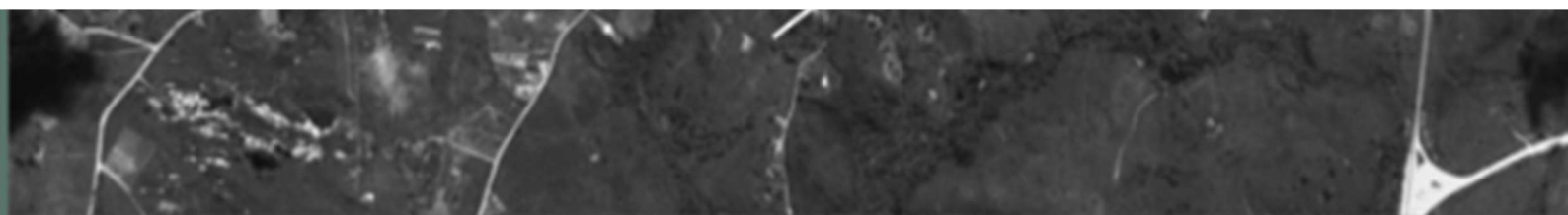
O SETOR DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL 1 EM GLÓRIA DO GOITÁ
(PE): UMA AVALIAÇÃO DE SUA COERÊNCIA APÓS 19 ANOS DE SUA
INSTITUIÇÃO PELO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO MUNICIPAL (2006).

GEISA DA SILVA OLIVEIRA



Recife

2025



GEISA DA SILVA OLIVEIRA

O SETOR DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL 1 EM GLÓRIA DO GOITÁ
(PE): UMA AVALIAÇÃO DE SUA COERÊNCIA APÓS 19 ANOS DE SUA
INSTITUIÇÃO PELO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO MUNICIPAL (2006).

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Conservação integrada.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ângela Souza

Coorientador: Prof. Dr. Fabiano Rocha Diniz.

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Oliveira, Geisa da Silva.

O setor de preservação histórico-cultural 1 em Glória do Goitá (PE): uma avaliação de sua coerência após 19 anos de sua instituição pelo Plano Diretor Participativo Municipal (2006) / Geisa da Silva Oliveira. - Recife, 2025.

213f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2025.

Orientação: Dra. Maria Ângela Souza.

Coorientação: Dr. Fabiano Rocha Diniz.

1. Conservação integrada; 2. Planejamento participativo; 3. Patrimônio cultural; 4. Coerência; 5. Instrumentos de zoneamento urbano. I. Souza, Maria Ângela. II. Diniz, Fabiano Rocha. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Geisa da Silva Oliveira

**“O SETOR DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL 1 EM
GLÓRIA DO GOITA (PE): UMA AVALIAÇÃO DE SUA COERÊNCIA
APÓS 19 ANOS DE SUA INSTITUIÇÃO PELO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO MUNICIPAL (2006)”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do título de mestra em
Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 05/08/2025.

Banca Examinadora

Profa. Maria Angela de Almeida Souza (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Tomás de Albuquerque Lapa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Ney de Brito Dantas (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Ao meu senhor Jesus, meu ajudador, protetor e
melhor amigo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu maior ajudador e companheiro de dias e noites de estudo e escrita, Jesus Cristo.

À minha família, meus pais Edilene e José Maria — meus maiores exemplos e torcedores —, ao meu esposo Caio, meu maior incentivador, e ao meu irmão e cunhada, George e Luana, meus grandes apoiadores.

À Professora Dr^a. Maria Ângela e ao professor Dr. Professor Fabiano Diniz, por todo o apoio, orientação e paciência ao longo de toda a trajetória.

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), pelo suporte financeiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, pela oportunidade.

Aos professores do programa que me acompanharam durante as disciplinas.

Ao Laboratório Observatório Pernambuco, Núcleo Recife do INCT, pelo apoio e pelas experiências enriquecedoras.

À Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), por me acolher e disponibilizar as informações necessárias à pesquisa.

Aos amigos que conquistei no mestrado — Raul, Geicy, Yara e Glenda — pelas valiosas trocas e suporte oferecido.

A todos os meus amigos, em especial Filipe, Jan e Eduarda, pelas orações, pelo companheirismo e por estarem ao meu lado.

A Sérgio Buarque e a José Arlindo pelas contribuições e disponibilidade em fornecer informações importantes.

Aos entrevistados, pela disponibilidade e interesse na pesquisa e aos participantes da oficina coletiva, pela presença e entusiasmo em contribuir.

A Lívio Amorim, Socorro Lemos e Lucas Correia, por me ajudarem em todas as etapas do processo, compartilhando e buscando informações junto comigo.

A todos que fazem a Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá, por cederem o espaço para as atividades.

Aos membros da banca de Seminário de Dissertação, Qualificação e Defesa final.

E a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.

RESUMO

A presente pesquisa busca avaliar a coerência da delimitação do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1), instituído pelo Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM) de Glória do Goitá em 2006, para a salvaguarda do patrimônio cultural ali circunscrito. Após 19 anos de sua instituição, o PDPM não passou por nenhuma atualização, tendo se perdido a memória de sua existência e de como foi elaborado. Neste contexto, o conjunto urbano alvo do SPH1 sofre um processo contínuo de descaracterização, tornando pertinente questionar a efetividade deste instrumento. Para abordar essa questão, lança-se mão de uma base teórico-conceitual fundada no planejamento e gestão da conservação integrada, de natureza participativa, inclusiva e abrangente. A metodologia utilizada segue uma abordagem hipotética dedutiva, refletida num documento estruturado em quatro partes: na Introdução, delimita-se o problema de pesquisa; no Capítulo 2, destaca-se a relevância dos Planos Diretores Municipais como instrumento de planejamento-gestão do patrimônio cultural; no Capítulo 3, escrutinam-se o PDPM e o SPH1, revelando suas características e diretrizes para o ordenamento-controle do balanço entre permanências e mudanças no setor; e no Capítulo 4, abordam-se a eficiência, eficácia e efetividade do SPH1 sob uma perspectiva morfotipológica e um experimento de validação social. Os resultados apontam aspectos relevantes da concepção e implementação do SPH1: como processo, a eficiência é limitada, por sua natureza tecnocrática e com limitada participação social; como produto, a eficácia é restrita, pois não se instituem nem se aplicam instrumentos de gestão e controle; como impacto, sua efetividade é mitigada, porque a proteção não é capaz de impedir transformações descaracterizadoras. Nas Considerações Finais, desenvolvem-se reflexões críticas acerca dos limites do instrumento de planejamento e gestão do patrimônio cultural estudado, trazendo contribuições na forma de recomendações que podem vir a orientar a atualização do PDPM e do SPH1 e sua gestão futura.

Palavras-chave: Conservação Integrada; Planejamento Participativo; Patrimônio Cultural; Coerência; Instrumentos de Zoneamento Urbano.

ABSTRACT

This research aims to assess the coherence of the boundaries of the Historical Preservation Sector 1 (SPH1), established by the Participatory Municipal Master Plan (PDPM) of Glória do Goitá in 2006, for the safeguarding of the cultural heritage located therein. After 19 years since its establishment, the PDPM has not undergone any updates, and the memory of its existence and how it was developed has faded. In this context, the urban area targeted by SPH1 is undergoing a continuous process of loss of character, making it pertinent to question the effectiveness of this instrument. To address this issue, a theoretical-conceptual framework is adopted based on integrated conservation planning and management, with a participatory, inclusive, and comprehensive approach. The methodology follows a hypothetical-deductive approach, structured into four parts: the Introduction defines the research problem; Chapter 2 highlights the relevance of Municipal Master Plans as planning and management instruments for cultural heritage; Chapter 3 scrutinizes the PDPM and SPH1, revealing their characteristics and guidelines for managing the balance between continuity and change within the sector; and Chapter 4 addresses the efficiency, efficacy, and effectiveness of SPH1 from a morpho-typological perspective and through a social validation experiment. The results highlight key aspects of SPH1's conception and implementation: as a process, its efficiency is limited due to its technocratic nature and minimal social participation; as a product, its efficacy is restricted, as no management or control instruments are established or applied; and as an impact, its effectiveness is mitigated, as protection measures fail to prevent disfiguring transformations. The Final Considerations offer critical reflections on the limitations of the cultural heritage planning and management instrument studied, providing contributions in the form of recommendations that may guide the update of the PDPM and SPH1 and their future management.

Keywords: Integrated Conservation; Participatory Planning; Cultural Heritage; Coherence; Urban Zoning Instruments.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Glória do Goitá, no Brasil e em Pernambuco.....	21
Figura 2 - Localização do SPH1 e SPH2 na cidade de Glória do Goitá.	22
Figura 3 - Município de Glória do Goitá, datado do final da década de 50.....	36
Figura 4 - Município de Glória do Goitá e fronteiras.....	36
Figura 5 - Cruzeiro de Lagoa Grande e placa informativa encontrada no local.....	37
Figura 6 - Área central da cidade de Glória do Goitá.	38
Figura 7 - Trecho do Código de Posturas de 1924.....	40
Figura 8 - Dimensões construtivas da Complex-cidade.	47
Figura 9 - Diagrama do processo de elaboração do PDPM.	72
Figura 10 - Encontro do dia 21/07/2006.	76
Figura 11 - Encontro do dia 21/07/2006.	77
Figura 12 - Gráfico-síntese dos eixos estratégicos do PDPM.	80
Figura 13 - SPH1.....	83
Figura 14 - SPH1.....	84
Figura 15 - Fotos da Praça Cristo Redentor e entorno imediato encontradas nos arquivos do PDPM.	88
Figura 16 - Entorno imediato da Praça Cristo Redentor a ser considerado nesta pesquisa.....	89
Figura 17 - Vista aérea de Glória do Goitá da década de 1950.	90
Figura 18 - SPH1 e suas conexões.....	91
Figura 19 - Vista aérea de Glória do Goitá da década de 1950.	94
Figura 20 - Vista da Rua 15 de Novembro na década de 50 e Construção da nova igreja matriz, respectivamente.....	95
Figura 21 - Igreja Nossa Senhora da Glória e elementos construtivos da igreja.....	96
Figura 22 - Construção da Praça de Joaquim Nabuco.....	96
Figura 23 - Praça de Eventos Joaquim Nabuco na década de 1980.	97
Figura 24 - Praça de Eventos Joaquim Nabuco.	98
Figura 25 - Intervenção na Praça de Eventos Joaquim Nabuco.	98
Figura 26 - Antigo Mercado Público Municipal e Feira de Cavalos na década de 50.	99
Figura 27 - Bonecos de Mamulengo e barraca de apresentações.....	100

Figura 28 - Matéria de jornal sobre o novo uso do antigo Mercado Público.....	101
Figura 29 - Monumento do Cristo Redentor e Placa existente no monumento.	102
Figura 30 - Abertura da cápsula do tempo presente no monumento.	103
Figura 31 - Praça Cristo Redentor.....	106
Figura 32 - Praça Cristo Redentor.....	106
Figura 33 - Base do monumento e bancos de ferro e madeira.	107
Figura 34 - 7 de setembro em frente à Prefeitura Municipal.	108
Figura 35 - 7 de setembro: Palanque em frente à Prefeitura e Hasteamento das bandeiras: nacional, estadual e municipal.....	109
Figura 36 - Premiação da categoria masculino aberto da maratona dos 146 anos de emancipação política de Glória do Goitá e Hasteamento da bandeira, corte do bolo e solenidades no dia 09 de julho.....	109
Figura 37 - Localização das edificações maiores no entorno imediato da Praça Cristo Redentor.....	110
Figura 38 - Prefeitura Municipal de Glória do Goitá.	111
Figura 39 - A casa de Dona Inês.....	113
Figura 40 - O sobrado/chalé.....	115
Figura 41 - A casa de Seu Tôta.....	116
Figura 42 - Localização de edificações menores no entorno imediato da Praça Cristo Redentor.....	118
Figura 43 - Edificações menores no entorno imediato da Praça Cristo Redentor...	118
Figura 44 - Mapa de tipologias construtivas, referente aos anos de 2006-2012, com destaque aos gabaritos das edificações.	122
Figura 45 - Mapa de tipologias construtivas, referente aos anos de 2022-2025, com destaque aos gabaritos das edificações.	123
Figura 46 - Edificações com quatro pavimentos no SPH1.	124
Figura 47 - Trecho em questão da Rua Sen. Vig. Carvalho nos anos de 2006 e 2025.	126
Figura 48 - Mapa de solo natural, referente aos anos de 2006-2012.....	128
Figura 49 - Mapa de solo natural, referente aos anos de 2022-2025.....	129
Figura 50 - Envolventes.	137
Figura 51 - E1 em 2012 e em 2025, respectivamente.....	138
Figura 52 - Envolvente E1.....	139

Figura 53 - Fundos da casa de Seu Tôta e lateral da casa de Seu Tôta, respectivamente.	139
Figura 54 - Lateral da casa de Seu Tôta antes e depois da intervenção nos fundos.	140
Figura 55 - E2 em 2012 e em 2025, respectivamente.....	141
Figura 56 - E3 em 2012 e em 2025, respectivamente.....	141
Figura 57 - Edificação 02 da E3.	142
Figura 58 - O sobrado.	143
Figura 59 - O Sobrado.....	144
Figura 60 - Postagens da página @curtagloriadogoita sobre a intervenção no sobrado.	144
Figura 61 - E4 em 2012 e em 2025, respectivamente.....	145
Figura 62 - Lateral e fundos da edificação 01 da E4.....	146
Figura 63 - Praça Cristo Redentor.....	148
Figura 64 - Representação da Praça Cristo Redentor.	148
Figura 65 - Kit distribuído na oficina.	162
Figura 66 - Elemento a casa de Seu Tôta e elemento O Monumento.....	163
Figura 67 - Organização espacial e distribuição de fichas numéricas.....	163
Figura 68 - Etapa de valoração.	169
Figura 69 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 1º elemento.	172
Figura 70 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 2º elemento.	173
Figura 71 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 3º elemento.	173
Figura 72 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 4º elemento.	174
Figura 73 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 5º elemento.	175
Figura 74 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 6º elemento.	175
Figura 75 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 7º elemento.	176
Figura 76 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 8º elemento.	177
Figura 77 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 9º elemento.	177
Figura 78 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 10º elemento.	178
Figura 79 - Gráfico geral de valoração.	179

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Grupos de municípios trabalhados pelo PROMATA em 2006.	20
Quadro 1 - Perguntas-chave para entrevistas por pautas.	64
Quadro 2 - Pessoas envolvidas na construção do PDPM de Glória do Goitá.	68
Tabela 2 - Parâmetros urbanísticos presentes no Anexo 3.	85
Quadro 3 - Quadro síntese de diretrizes/parâmetros urbanísticos do SPH1.	87
Quadro 4 - Elementos de destaque existentes na Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato.	119
Tabela 3 - Síntese de avaliação de parâmetros urbanísticos do SPH1.	131
Tabela 4 - Síntese da avaliação da efetividade da delimitação do SPH1.	156
Tabela 5 - Síntese de informações da primeira etapa da oficina coletiva.	164
Tabela 6 - Síntese de resultados da primeira etapa da oficina coletiva.	165
Tabela 7 - Etapa de valoração.	170

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF	Constituição Federal
COMUDES	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Habitação, Meio Ambiente e Orçamentário
CONDEPE/FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas De Pernambuco
EC	Estatuto da Cidade
GSDI	Gerência de Sistematização e Disseminação De Informações
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
IPHAN	Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional
LPUOS	Lei De Parcelamento, Uso E Ocupação Do Solo
PDM	Plano Diretor Municipal
PDPM	Plano Diretor Participativo Municipal
PROMATA	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata em Pernambuco
SPH1	Setor de Preservação Histórico-Cultural 1
SPH2	Setor de Preservação Histórico-Cultural 2
TD	Territórios de Desenvolvimento
ZEGE	Zona Especial de Grandes Equipamentos
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPA	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZEPH	Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural
ZEU	Zona de Expansão Urbana
ZIE	Zona de Interesse Estratégico
ZIHC	Zona de Interesse Histórico-Cultural
ZUP	Zona Urbana Preferencial
ZUR	Zona De Urbanização Restrita

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. A (re)descoberta de um Plano Diretor Municipal Participativo	19
2. PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO MUNICIPAL NA SALVAGUARDA DE ÁREAS DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL.....	33
2.1. Glória do Goitá: apresentação, contexto histórico e legislação de salvaguarda patrimonial	33
2.2. Planejamento e Gestão do Patrimônio Cultural	46
2.3. Planos Diretores e Participação Popular: breve contextualização histórica.	57
3. REVELANDO UM INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO URBANO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL GLORIENSE.....	68
3.1. PDPM de Glória do Goitá: elaboração, metodologia e participação popular no bojo do programa estadual PROMATA.....	68
3.2. SPH1: delimitação e importância histórico-cultural	81
3.2.1. Reflexões sobre delimitação, diretrizes e parâmetros urbanísticos	81
3.2.2. Aspectos Históricos e Culturais: referências para delimitação das mudanças e permanências de um setor de interesse patrimonial	90
4. UM OLHAR SOBRE O SPH1: AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO APÓS 19 ANOS DE SUA INSTITUIÇÃO.....	120
4.1. Avaliação da eficácia dos parâmetros urbanísticos para toda a extensão do SPH1	120
4.2. Avaliação da diretriz específica para a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato.....	131
4.3. Avaliação da efetividade da delimitação do SPH1 como instrumento de salvaguarda do patrimônio.....	150
4.4. O experimento de validação social.....	160

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	187
7. ANEXOS.....	194
<i>Anexo I - Ata de presença do dia 22/06/2006</i>	<i>194</i>
<i>Anexo II - Ata de presença do dia 06/07/2006</i>	<i>195</i>
<i>Anexo III - Ata de presença do dia 21/07/2006</i>	<i>196</i>
<i>Anexo IV - Apresentação em slides utilizada na capacitação realizada no dia 21/07/2006.</i>	<i>197</i>
<i>Anexo V - Atas de presença do dia 10/08/2006.....</i>	<i>200</i>
<i>Anexo VI - Ata de presença do dia 04/09/2006.....</i>	<i>203</i>
<i>Anexo VII – FOFA</i>	<i>204</i>
<i>Anexo VIII - Ata de presença do dia 22/09/2006.....</i>	<i>208</i>
<i>Anexo IX - Folheto Informativo</i>	<i>209</i>
<i>Anexo X - Guia de valores</i>	<i>211</i>
<i>Anexo XI - Mapa 04/06 anexo a Lei Municipal Nº 0984/2006</i>	<i>212</i>

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como motivação inicial a inquietação de uma cidadã Gloriense há 29 anos – desde seu nascimento –, pesquisadora em formação, com a progressiva supressão de edificações históricas do município. Parte de um patrimônio cultural da cidade e expressão da identidade local, por vezes essas edificações se constituam como conjuntos urbanos de interesse histórico, que também se encontravam em processo de desaparecimento. Num primeiro momento, o projeto de pesquisa se estruturou em torno do objetivo de elaboração de um inventário dos bens patrimoniais edificados do município, instrumento específico para fins de sua proteção.

Vista a limitação de tempo e de apoio para realização dessa tarefa, tendo em conta também a dispersão dessas edificações no território municipal, o foco se deslocou para a discussão acerca dos instrumentos de preservação do patrimônio local já existentes. Naquele momento, chamou a atenção a existência de uma zona central, compreendendo um conjunto urbano em torno da Praça do Cristo Redentor, delimitada como Setor de Preservação Histórico-Cultural 1 (SPH1) pelo Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM) de Glória do Goitá. Após uma análise inicial da legislação em questão, ficou patente a necessidade de informações suplementares, dada a completa ausência de peças componentes do PDPM, como os Anexos, nos quais deveriam estar apresentados os mapas de referência, memoriais descritivos e parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo.

Diante dessas lacunas, e da afirmação por parte de representantes do executivo e do legislativo municipal de que tais elementos do Plano Diretor não existiam, a pesquisa assumiu o desafio de buscar pôr à prova os critérios adotados para indicar o SPH-1 como área de interesse patrimonial. A pretensão, então, era de aplicar uma metodologia participativa, reunindo atores expressivos da sociedade gloriense, para a atribuição de valor do setor como patrimônio cultural local. Em meio a esse percurso, a reflexão acerca do potencial e da necessidade de processos participativos para a identificação de valores patrimoniais – como meio de estabelecer instrumentos de preservação mais coerentes – encontrava eco na legislação urbanística de Glória do Goitá como um todo e no seu processo de planejamento e gestão, essencialmente centralizado e não-participativo – de fato, a participação não se dava nem mesmo no nível de acesso a informações básicas acerca do tema.

Essa correlação se demonstraria acertada, pois após uma consulta à direção da Agência Condepe Fidem, uma visita à sua sede e uma pesquisa no acervo de Planos Diretores Participativos Municipais de municípios da Mata Pernambucana, revelou-se não somente a existência dos Anexos do PDPM de Glória do Goitá, mas também que ele havia sido, integralmente, elaborado por técnicos contratados pela agência estadual. No bojo de um Plano Diretor elaborado de fora para dentro do município, a caracterização e justificativa para delimitação de um Setor de Preservação Histórico-Cultural – que após a análise da documentação encontrada teve sua delimitação real conhecida – parecia indicar que sua criação, igualmente, tinha algo de exógeno, ainda mais distante do ideal de um processo participativo. Foi neste encontro e/ou tensão entre planejamento, gestão, preservação e participação que a dissertação encontrou seu rumo final.

Desse modo, a pesquisa aqui apresentada relaciona os conceitos de planejamento e gestão da salvaguarda de áreas patrimoniais com o contexto de desenvolvimento das cidades, em outras palavras, as ações de proteção do patrimônio cultural no meio urbano. Os conceitos de planejamento e gestão aqui adotados estão alinhados à definição de Souza (2009), segundo o qual o planejamento envolve a antecipação do futuro, buscando prever problemas e aproveitar oportunidades. Por sua vez, a gestão está voltada para o presente, focando na execução de ações imediatas e na administração das situações que podem vir a se interpor a elas, com os recursos – materiais e humanos – disponíveis.

No Brasil, por princípio constitucional, o planejamento deve ser participativo e democrático, incorporando as perspectivas tanto dos gestores públicos, representantes do Estado, quanto de múltiplos agentes sociais que participam da produção do espaço urbano¹, a exemplo daqueles do setor privado – em especial os representantes do mercado imobiliário e da construção civil –, dos movimentos sociais – por terra, moradia, cultura etc. – e da população local – cidadãos e seus interesses individuais.

Esse princípio visa a garantir que as decisões atendam às reais necessidades da sociedade em geral e de comunidades e suas necessidades e interesses

¹ Roberto Lobato Corrêa (1989) classifica-os em cinco tipos: o Estado, os proprietários fundiários, os donos dos meios de produção, os promotores imobiliários e os excluídos – que abrangem tanto pequenos promotores imobiliários quanto indivíduos que constroem suas casas em terras de terceiros, públicas ou privadas.

específicos em um dado recorte territorial. Dessa forma, ele coaduna as duas teses delimitadas por Corrêa (2011), tanto no que diz respeito à “produção do espaço como decorrente da ação de agentes sociais concretos, com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprios a cada um, ora são comuns”, quanto “à escala enquanto dimensão espacial na qual a ação humana, seja qual for, efetivamente se realiza” (Corrêa, op. cit., p. 53).

Além disso, a gestão também deve ser participativa, envolvendo os atores locais não apenas na formulação do planejamento, mas também no processo de aplicação, controle e avaliação de suas diretrizes. Este envolvimento contínuo deve resultar em um ciclo de replanejamento, garantindo que as políticas e ações sejam constantemente ajustadas para melhor atender às necessidades da população e ao contexto em que se inserem.

Neste contexto, entre as principais estratégias de desenvolvimento urbano, descrito por De La Mora (2012) como a “partitura da sinfonia urbana”, inscreve-se o Plano Diretor, que, de acordo com o artigo 182 da Constituição Federal de 1988², é o instrumento basilar da política de desenvolvimento e expansão urbana, a ser aprovado pela Câmara Municipal e posto em prática pelo poder executivo. Além disso, a Constituição brasileira diz que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenamento da cidade expressas no plano diretor.

Com o advento do Estatuto da Cidade (EC)³, ficou estabelecida a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores para cidades que: possuíssem mais de vinte mil habitantes; integrassem as regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento e de aglomerados urbanos; possuíssem áreas de especial interesse turístico; estivessem situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na Região ou no País. De acordo com Lacerda et. al (2005), o prazo para a elaboração do Plano Diretor para cidades com estas características foi de cinco anos, contados a partir do início da vigência do EC, datado de 11 de outubro de 2001.

² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

Sobre a definição e condução das políticas públicas e suas ações, de acordo com o parágrafo único do artigo 193 da Constituição Federal:

O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas. (Brasil, 1988).

Segundo essa definição, um aspecto relevante trazido pelas diretrizes constitucionais e regulamentado pelo Estatuto das Cidades diz respeito à obrigatoriedade de que os processos de planejamento e gestão dos Planos Diretores Municipais (PDM) se dessem de modo participativo e democrático. De modo sintético, na democracia participativa a participação social é viabilizada e efetivada não apenas por meio do voto, da escolha dos gestores públicos – do executivo e legislativo –, devendo ser mobilizados outros mecanismos governamentais de planejamento e gestão – incluindo o controle social – capazes de viabilizar essa diretriz.

Como um exemplo de viabilização da existência da participação popular nos processos de planejamento e gestão, podemos citar as Audiências Públicas, que, de acordo com o Governo Federal⁴, são um instrumento constitucional de participação popular, constituindo-se um espaço onde os poderes executivo, legislativo e judiciário têm a liberdade de expor um tema ou de debater com a população sobre a formulação de uma política pública, a elaboração de um projeto de lei ou a realização de empreendimentos que podem gerar impactos à cidade, à vida das pessoas e ao meio ambiente.

De acordo com o documento instrutivo “Plano Diretor Participativo: Guia para Elaboração Pelos Municípios e Cidadãos”⁵ (Ministério das Cidades, 2004), são justamente as Audiências Públicas que devem ser utilizadas para definir a metodologia para elaborar o Plano Diretor, possibilitando a participação. Elas são obrigatórias para a votação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual e do Plano Diretor, sendo a condição de validade da edição das leis mencionadas e dos demais atos normativos complementares.

Outro exemplo são os Conselhos, que são instâncias consultivas e/ou deliberativas, compostas por representantes de diferentes setores públicos e também

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social>. Acesso em: 29 nov. 2024.

⁵ Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/181/2/Livro_Plano_Diretor_GUIA_DE_ELABORACAO.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

da sociedade civil, constituídos para tratar de temas específicos das políticas públicas – de saúde, educação, meio ambiente, ordenamento territorial etc. –, de forma a subsidiar a atuação governamental e compatibilizar os interesses coletivos com as políticas públicas.

Podemos citar ainda as Conferências, que têm como objetivo estabelecer os principais marcos da política urbana, propondo princípios, diretrizes e prioridades para o plano diretor ou para a política urbana, além de selecionar os membros que integrarão o Conselho de Política Urbana ou da Cidade. Em todos esses casos, dada a complexidade da tarefa de elaboração do Plano Diretor e a necessidade de um olhar técnico, é indispensável que o poder executivo municipal atue ativamente para induzir o processo (ibid.). De fato, como destacam Gonçalves e Costa (2023), “a competência legislativa em matéria urbanística é [...] exclusiva do executivo municipal”, sem o qual não se dão mudanças no quadro normativo local.

Ainda nesta direção, de acordo com o art. 2º do EC, o ordenamento e o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana precisam obedecer a algumas diretrizes gerais, notadamente no tocante àquela que diz respeito à participação social no processo:

Gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...] (Brasil, 2001).

O art. 40º do Estatuto da Cidade determina que, no processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os poderes legislativo e executivo municipais devem garantir:

I – A promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; [...] (Idem, 2001)

Neste sentido, cabe trazer à luz uma questão de interesse desta pesquisa: dentre os princípios, objetivos e diretrizes da política urbana de Planos Diretores municipais, consta a Proteção do Patrimônio Cultural. Por meio deste enunciado, trazido no Estatuto da Cidade, a política de desenvolvimento dos municípios deve levar em conta o reconhecimento e o respeito à memória do patrimônio cultural. Porém, é pertinente destacar que são poucos os Planos Diretores Municipais que

integram de forma mais incisiva e eficiente as atividades de salvaguarda desse patrimônio nas instâncias participativas criadas no âmbito local (Cymbalista, 2015).

A esse respeito, é necessário sublinhar o que a Constituição Federal, em seu art. 216, define como Patrimônio Cultural Brasileiro.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, **tomados individualmente ou em conjunto**, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, Art. 216. Grifo da autora).

Uma das diretrizes gerais expostas no art. 2º do EC que rege a política urbana, a diretriz XII diz respeito à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico, evidenciando a necessidade e importância de se levar esses aspectos em consideração para o planejamento das cidades.

Vista a importância do patrimônio cultural, existem algumas formas e instrumentos de proteção que auxiliam em sua preservação. Dentre elas, o Plano Diretor, na condição de protagonista maior da política urbana no cenário do município, pode estabelecer o Zoneamento do espaço urbano que, quando relacionado à preservação do patrimônio cultural, surge como mais um exemplo de instrumento capaz de promover sua preservação.

Como destaca o Conselho Nacional do Ministério Público (2023)⁶, o Plano Diretor poderá definir áreas especiais de preservação do patrimônio cultural, nas quais costumam vigorar normas diferenciadas para padrões construtivos e outros fatores de limitação ao exercício do direito de propriedade. O ideal, é que essas áreas

6

Disponível em:
https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2023/patrimonio_historico_cultural.pdf
f. Acesso em: 16 abr. 2025.

compreendam porções de território com características culturais peculiares e reconhecidas pela memória dos cidadãos.

De acordo com Zanirato (2009),

A proteção do patrimônio cultural se efetiva no envolvimento das comunidades que os detêm. Entretanto, “ainda que as premissas para a sobrevivência patrimonial digam respeito à participação social, o fato é que a participação nas decisões relativas à política patrimonial no Brasil é reconhecidamente pequena. (idem, p.146).

A autora aponta duas razões pelas quais isso acontece. A primeira delas é o modo como foi instituída e divulgada uma compreensão sobre o patrimônio em nosso país, uma política de especialistas, que detêm o conhecimento e a capacidade de decidir sobre o valor e a relevância do que deve ser salvaguardado, influenciados pelos quereres de grupos sociais dominantes. A outra razão é o ideal de valorização da modernização, que traz destaque ao progresso e rejeita outros signos entendidos como expressão do arcaico, entre esses as marcas do passado e da natureza.

Nesta direção, os fundamentos de planejamento e gestão do ordenamento territorial urbano apresentados anteriormente, em especial aqueles que dizem respeito à salvaguarda do patrimônio cultural nacional, trazem desafios suplementares às administrações públicas de inúmeros municípios brasileiros, em especial os de pequeno e médio porte, por sua limitada capacidade em termos de recursos humanos e materiais⁷ para tratar do assunto e inclui-lo dentre as ações de planejamento e gestão local.

1.1.A (re)descoberta de um Plano Diretor Municipal Participativo

Orientar a conservação integrada de bens e/ou conjuntos urbanos-ambientais a partir das diretrizes delineadas anteriormente exige cuidados e mobilização de saberes e fazeres específicos, que envolvem atores sociais distintos e variados, operação de instrumentos e processos que orientem as intervenções e acompanhem, controlem e ajustem as ações ao longo do tempo. O viés da participação social nesses

⁷ "Cerca de 70% dos municípios brasileiros dependem hoje em mais de 80% de verbas que vêm de fontes externas à sua arrecadação" (Canzian, 2019). Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/remf/ranking-de-eficiencia-dos-municipios-folha/70-dos-municipios-dependem-em-mais-de-80-de-verbas-externas.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2024.

processos parece se apresentar como um elemento particularmente relevante a ser considerado.

Motivado, em parte, pela necessidade de apoiar o planejamento de municípios com esse tipo de dificuldade situados na Mesorregião da Mata Pernambucana, foi implantado o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (PROMATA), cuja finalidade principal é a de apoiar o desenvolvimento sustentável da referida região, por meio da integração de um conjunto de ações do Governo do Estado nos âmbitos territoriais local e regional (Pernambuco, 2006e, apud. Braga e Filho, 2013).

Em 2006, o programa assinou convênios para a elaboração de Planos Diretores Participativos Municipais (PDPM) em 19 municípios da referida Mesorregião (Braga e Filho, 2013. Tabela 1). De acordo com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe Fidem)⁸, o PDPM é um instrumento de ordenamento e ocupação territorial, um pacto entre a sociedade civil organizada e os poderes legislativos municipais, capaz de introduzir o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.

Tabela 1 - Grupos de municípios trabalhados pelo PROMATA em 2006.

RD	GRUPO	MUNICÍPIOS
MATA NORTE	1	MACAPARANA, ALIANÇA, TIMBAÚBA, CONDADO E ITAMBÉ;
	2	LAGOA DE ITAENGA, GLÓRIA DO GOITÁ, NAZARÉ DA MATA E VICÊNCIA.
MATA SUL	3	ESCADA, AMARAJI, RIBEIRÃO E GAMELEIRA;
	4	QUIPAPÁ, ÁGUA PRETA, PALMARES, CATENDE, BARREIROS E SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE.

Fonte: PROMATA (2006) apud. Braga e Filho (2013), adaptado pela autora.

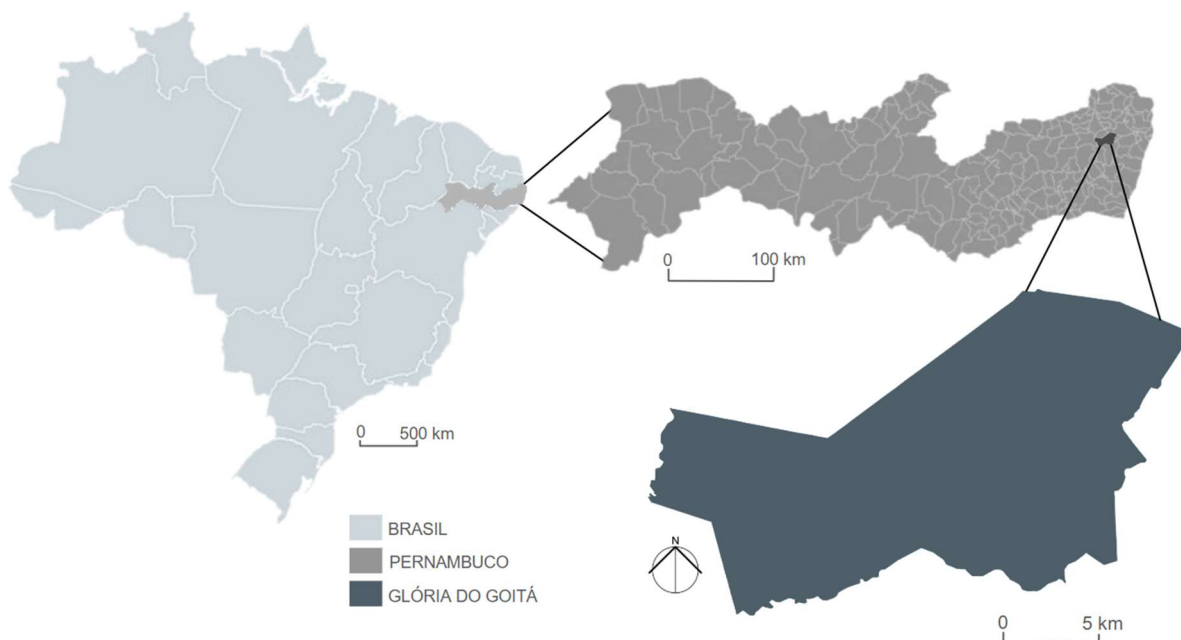
Dentre os 19 municípios atendidos no ano de 2006 pelo PROMATA, está Glória do Goitá (Figura 01), localizada na Zona da Mata Norte Pernambucana, a 65 km da capital Recife, alvo do interesse desta pesquisa. De acordo com o art. 1º do PDPM de Glória do Goitá,

[O] Plano Diretor Participativo do Município de Glória do Goitá é o instrumento básico de política municipal territorial, para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente urbano e rural, objetivando cumprir a premissa constitucional da garantia

⁸ Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/plano-diretor>. Acesso em: 29 nov. 2024.

das funções sociais da cidade e da propriedade estatuídas nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e no inc. III do art. 44 da Lei Orgânica Municipal (Glória do Goitá, 2006).

Figura 1 - Localização do município de Glória do Goitá, no Brasil e em Pernambuco.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

O referido artigo, presente na Lei Orgânica Municipal da cidade, trata sobre as Leis Complementares, cuja aprovação é condicionada à obtenção da maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal. Dentre as Leis Complementares citadas no art. 44º, está o Plano Diretor Participativo. De acordo com o art. 5º, um dos objetivos gerais do PDPM de Glória do Goitá é

[...] promover, valorizar e consolidar, dentro da concepção de município sustentável, o patrimônio cultural, consolidado nos marcos de referências, edificados ou não, de valor histórico e arquitetônico (Glória do Goitá, 2006).

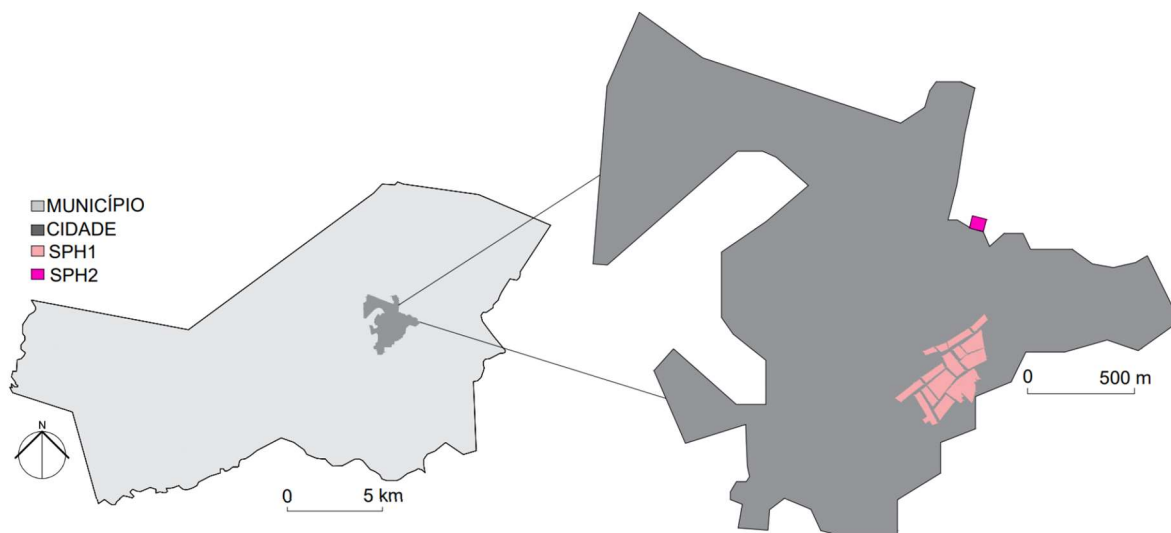
Além disso, o art. 6º trata das diretrizes que regem o PDPM da cidade. Uma delas refere-se à definição de áreas de tratamento especial,

[...] que deverão ser objeto de tratamento especial em função de condições de fragilidade ambiental, do valor paisagístico, histórico-cultural e de interesse social, traçando diretrizes para o desenvolvimento ambiental das áreas de preservação e de proteção, incluindo-se paisagens notáveis, parques, praças e similares (Glória do Goitá, 2006).

O mesmo instrumento estabelece em seu art. 11 o macrozoneamento da cidade, dividido em Macrozona Urbana e Macrozona Rural. Dentre as zonas delimitadas na macrozona urbana está a Zona Especial de Preservação Histórico-

cultural (ZEPH), que, uma vez estabelecida, tem a função de proteger áreas e bens que encerram valores culturais reconhecidos (Figura 02). A zona subdivide-se em dois setores, o Setor de Preservação Histórico-cultural 1 (SPH1) e o Setor de Preservação Histórico-cultural 2 (SPH2).

Figura 2 - Localização do SPH1 e SPH2 na cidade de Glória do Goitá.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025, a partir do PDPM de Glória do Goitá, 2006.

A partir das informações expostas, este trabalho concentra suas análises no setor SPH1, que compreende grande parte da área central da cidade. Para este setor, o PDPM de Glória do Goitá estabelece algumas medidas/diretrizes:

- 1 Conservar a ambiência urbana da Praça Cristo Redentor e de seu entorno imediato.
- 2 Garantir o padrão de gabarito, alinhamento e recuos existentes na área;
- 3 Número de pavimentos igual a 2;
- 4 Respeitar dimensões mínimas do lote igual a 10x20m e;
- 5 Taxa de solo natural igual a 40%.

Essas medidas devem ser seguidas tanto para novas construções quanto para reformas, a partir da implementação do PDPM, em 2006. A problemática inicial, que mobiliza esta pesquisa, reside no fato de que o PDPM de Glória do Goitá não foi atualizado desde sua versão inicial, em 2006, contrariando o que estabelece o artigo 96 do próprio documento, que determina que o Plano Diretor da cidade deve ser revisto a cada 10 (dez) anos por meio de um processo participativo, coordenado pelo Poder Público Municipal em conjunto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Habitação, Meio Ambiente e Orçamentário (COMUDES), colocando em

questionamento a demarcação da ZEPH, especialmente do SPH1, à luz dos contextos atuais.

Além da necessidade de atualização do PDPM, outro problema evidente é a fragilidade da legislação em tela, especialmente no que diz respeito ao detalhamento das diretrizes de conservação para as áreas protegidas. Em uma primeira leitura, a legislação vigente parece tratar de modo superficial a caracterização das áreas em questão e as diretrizes para sua salvaguarda. Isso pode representar um obstáculo e/ou limitação para a aplicação eficaz das políticas de preservação e manejo das áreas protegidas.

Há evidências empíricas de diversas intervenções, promovidas nos imóveis e nos espaços públicos do setor ao longo dos anos, que parecem representar uma descaracterização dos elementos originais do conjunto urbano no “entorno” da praça Cristo Redentor. Isso pode indicar que as (poucas) diretrizes existentes para o SPH1 não estão sendo cumpridas em sua totalidade, ou não vêm cumprindo sua finalidade. Para esse quadro, pode estar contribuindo a fragilidade das organizações municipais voltadas ao planejamento e gestão urbana, apontada anteriormente.

Deve-se investigar a exiguidade e a capacidade de recursos humanos e materiais para exercer a fiscalização e o replanejamento, a partir de órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural municipal. De fato, a ausência de fiscalização e controle pode ser atribuída a dois fatores principais: o primeiro é a inexistência de um órgão público específico responsável pela gestão e conservação do patrimônio cultural edificado de Glória do Goitá; o segundo é a falta de conhecimento da gestão pública municipal sobre o próprio SPH1, o que compromete a eficácia das ações de proteção e conservação.

Quando se fala aqui em falta de conhecimento, refere-se ao sentido literal da sentença. Durante a realização desta pesquisa, a pesquisadora enfrentou diversos obstáculos, comuns em municípios de pequeno porte. O maior deles foi a dificuldade em coletar informações. Em suas investigações, a pesquisadora visitou diversos setores públicos municipais em busca de dados sobre o PDPM de Glória do Goitá, mas sem sucesso. O primeiro desafio foi localizar a lei, que, após algumas buscas, foi disponibilizada no início do ano de 2024 pelo então Vereador Lívio Amorim⁹. Contudo, ao analisar o documento, percebeu-se que, para uma compreensão completa, ele

⁹ Lívio Amorim não é mais vereador da cidade, foi vereador entre os anos de 2020-2024.

deveria vir acompanhado de anexos, mapas, processo de elaboração, metodologia, diagnóstico, entre outros. No entanto, apenas a lei foi encontrada.

Durante a busca pelos anexos que complementam a compreensão da lei e ilustram a delimitação das zonas estabelecidas no macrozoneamento, a pesquisadora visitou diversos setores públicos, mas não obteve sucesso. A maioria dos setores não possuía sequer a própria lei, e os anexos não foram encontrados em nenhum deles. Em algumas visitas, a pesquisadora ouviu relatos de funcionários que, ao longo dos anos de trabalho, nunca haviam visto os anexos, mencionando que os mesmos haviam se perdido ou que talvez nem tivessem existido. Contudo, essa hipótese parece improvável, uma vez que a lei foi devidamente aprovada. A explicação mais plausível é que, com a passagem dos mandatos e as trocas de prefeitos e equipes, o material tenha se perdido, sem um devido processo de arquivamento e preservação.

Com sua habitual disposição em ajudar, o então vereador Lívio Amorim, entusiasta do patrimônio cultural gloriense e historiador de formação, conseguiu localizar um dos mapas em arquivos existentes na Câmara dos Vereadores de Glória do Goitá, mas não aquele que ilustrava a delimitação do SPH1. No mês de dezembro de 2024 foi realizada uma consulta formal (através de e-mail institucional) à Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe Fidem), solicitando o material necessário. Entretanto, a resposta recebida apenas informava que o pedido fora encaminhado à Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações (GSDI) da agência, sem, no entanto, obter-se qualquer retorno objetivo.

Após algum tempo, quando a pesquisa já avançava para etapas de finalização, a pesquisadora conseguiu agendar uma visita à Condepe Fidem, ainda com a esperança de conseguir os documentos. Durante essa visita, que aconteceu no mês de fevereiro de 2025, tendo sido recebida pela Diretora-Presidente em exercício, finalmente obteve sucesso. Os documentos, que estavam disponíveis em formato digital, foram coletados com o auxílio de um pen drive e trazidos para análise. No arquivo, foram encontrados mapas, atas de reuniões, documentos detalhados, fotos, entre outros materiais, que possibilitaram uma análise mais precisa e alteraram o rumo da pesquisa, oferecendo uma base mais sólida para as discussões.

Sendo assim, fica clara a gravidade da situação, pois indica que um documento crucial para o planejamento urbano da cidade não está acessível ou disponível para consulta pública na cidade, além de não estar sendo utilizado adequadamente. Isso sugere que as diretrizes e objetivos do plano provavelmente não estão sendo

cumpridos em Glória do Goitá, que a legislação não está sendo aplicada de forma eficaz e que há uma evidente falta de fiscalização. Também é um indicativo de que as pessoas responsáveis pelo gerenciamento e planejamento da cidade não possuem o conhecimento necessário para conduzir suas ações com base na legislação aprovada, que, embora datada de 2006 e sem atualização desde então, ainda regulamenta a cidade e garante a função social da propriedade e do município. Ademais, é importante observar que os dados coletados refletem a realidade de Glória do Goitá no ano de 2006.

Outro ponto importante, que não está previsto na legislação, é a relação com os bens culturais, especialmente as edificações históricas existentes no SPH1, uma vez que a ZEPH visa preservar áreas e bens de importância histórico-cultural. Informações como essas seriam essenciais para fortalecer e embasar o aprimoramento da lei e das diretrizes de preservação. A ausência desses dados no processo de gestão e planejamento contribui para o descumprimento das medidas de preservação – ainda que insuficientes –, resultando em danos ao patrimônio cultural edificado, que se torna vulnerável e suscetível à desvalorização, demolições, descaracterizações e, eventualmente, ao esquecimento.

Além das problemáticas citadas, durante a pesquisa, surgiu a questão sobre como o processo de participação popular foi conduzido e se ele realmente influenciou na escolha do SPH1. Sendo o plano diretor participativo e considerando que a área em questão possui valores culturais reconhecidos, é relevante questionar e refletir sobre como se deu a participação popular na definição da área e no reconhecimento desses valores culturais, especialmente considerando que o patrimônio cultural está intrinsecamente ligado aos sujeitos.

Tendo em vista as questões supracitadas, tem-se a seguinte **questão central**: A delimitação do SPH1 pelo PDPM municipal é coerente de forma a contribuir para a efetividade dos objetivos/fins da Zona de Preservação Histórico-cultural em Glória do Goitá? Desta questão central, derivam outras de caráter secundário e complementar:

- 1 Como o PDPM de Glória do Goitá definiu o SPH1? Ele foi participativo, incorporou a perspectiva do vivido, do social e/ou do identitário como preconizam as diretrizes da Constituição Federal, do Estatuto da Cidade e outras normativas?

2 As diretrizes estabelecidas pelo PDPM para a área foram efetivamente aplicadas? Elas garantem a preservação das características histórico-culturais do setor?

3 As diretrizes propostas estão sendo seguidas de maneira eficaz? Há um acompanhamento e controle de sua aplicação?

4 Após 19 anos da sua implementação, qual é o estado atual do SPH1? Houve transformações significativas que impliquem na relevância da área como patrimônio municipal reconhecido?

Sendo assim, o **objetivo geral** desta pesquisa é revisitar a instituição do SPH1 pelo PDPM, com intuito de avaliar sua coerência como instrumento de preservação do patrimônio cultural edificado em uma zona de preservação histórico-cultural em Glória do Goitá (PE).

O conceito de coerência, no contexto da avaliação de políticas públicas, é abordado por Rodrigues (2008) como coerência interna, entendida como a ausência de contradições entre os fundamentos conceituais de um programa, sua forma de implementação e os critérios adotados para seu acompanhamento e avaliação. Isso implica que os objetivos teóricos, as ações práticas e os indicadores de monitoramento devem estar articulados de maneira consistente, garantindo que o programa opere de forma alinhada com seus princípios orientadores.

A coerência no ordenamento territorial refere-se à harmonização de políticas públicas e projetos de desenvolvimento em diferentes escalas (nacional, regional e local), visando um crescimento equilibrado e sustentável. Isso implica considerar aspectos ambientais, econômicos, sociais e as necessidades locais. Para garantir essa coerência, os governos devem:

- Adotar uma **visão estratégica**, articulando políticas em torno de objetivos comuns;
- Estabelecer **mecanismos de debate e consulta**, preferencialmente participativos;
- Utilizar **ferramentas de monitoramento**, avaliando a eficácia e implementação das ações.

Concretamente, a coerência no planejamento espacial se manifesta por meio de:

1. Coordenação de políticas públicas entre os diferentes níveis;
2. Consideração das especificidades locais;

3. Participação de todas as partes interessadas no planejamento;
4. Integração das dimensões do desenvolvimento (habitação, transporte, meio ambiente, economia, cultura etc.);
5. Avaliação e monitoramento contínuos dos planos e projetos (Cerema, 2022; OECD, 2021).

Neste sentido, de acordo com Arretche (2013), a avaliação de políticas públicas considera três critérios principais: efetividade, eficácia e eficiência, cada uma com foco distinto. A efetividade, no contexto da avaliação de políticas públicas, é a capacidade de um programa ou política de gerar mudanças reais nas condições sociais da população beneficiada. Ou seja, uma política é considerada efetiva quando seus impactos positivos são percebidos concretamente, indo além do simples cumprimento de metas.

Sendo assim, a avaliação de efetividade – ação realizada nesta pesquisa – busca comprovar a relação causal entre a política implementada e os resultados observados. Isso exige diferenciar o que foi produzido (como serviços ou infraestruturas entregues) dos resultados reais e duradouros que essas ações provocaram na sociedade.

Já a avaliação de eficácia busca verificar se os objetivos e metas de um programa foram efetivamente alcançados, comparando o que foi proposto com o que foi realizado. Ela pode envolver a análise de metas previstas versus metas atingidas, ou dos instrumentos planejados em relação aos que foram realmente utilizados na prática. Essa avaliação exige estabelecer uma relação causal entre a política e os resultados observados, diferenciando os produtos imediatos de uma política (como obras ou serviços entregues) de seus resultados reais (como melhoria na qualidade de vida). Além disso, a avaliação de eficácia também pode analisar se os meios e instrumentos utilizados durante a execução do programa foram adequados e coerentes com seus propósitos (ibid.).

Por fim, a avaliação de eficiência busca analisar a relação entre o esforço empregado na implementação de uma política pública — em termos de recursos, tempo e gestão — e os resultados concretos obtidos. Em um cenário de restrição fiscal e amplas demandas sociais, como no caso de programas que atendem milhões de pessoas, torna-se essencial garantir que os recursos disponíveis sejam utilizados da forma mais racional possível, alcançando os objetivos propostos com o menor desperdício. Essa avaliação permite verificar se os meios mobilizados produziram, de

fato, os efeitos esperados, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão pública (ibid.).

Dessa forma, pode-se compreender que a avaliação da efetividade, da eficácia e da eficiência não apenas permite aferir o desempenho de uma política pública, mas também constitui um meio de examinar sua coerência interna. Ao analisar se os objetivos foram alcançados (eficácia), se houve impacto concreto na realidade (efetividade) e se os recursos foram utilizados de forma adequada (eficiência), torna-se possível verificar o grau de alinhamento entre os fundamentos conceituais, a implementação prática e os critérios de avaliação da política — elementos que, conforme destaca Rodrigues (2008), definem sua coerência interna.

Embora tenha como objetivo geral uma avaliação, que também pode servir de meio para alcance de objetivos, a pesquisa contém elementos de caracterização e análise sobre a estrutura institucional da política avaliada. A análise de políticas públicas busca compreender como elas são estruturadas, examinando o seu desenho institucional e os elementos que as compõem. Ela descreve e interpreta as formas de organização, financiamento e execução dos programas. No entanto, somente a avaliação de políticas públicas pode estabelecer relações de causa e efeito entre uma política e seus resultados concretos (ibid.).

Para alcançar o objetivo geral acima exposto, é fundamental desdobrar a pesquisa em **objetivos específicos**, são eles:

- a. Reconstituir o processo que levou à delimitação do SPH1 em Glória do Goitá para revelar se e como a participação social – elemento chave na formulação de políticas públicas urbanas – e outros princípios e diretrizes do planejamento e gestão da conservação foram incorporados no documento do PDPM local, por meio do levantamento, pesquisa e análise dos documentos disponíveis nos arquivos estaduais e municipais resgatados durante a elaboração desta pesquisa;
- b. Caracterizar a área de estudo, destacando as peculiaridades históricas e culturais que a tornariam ou não apta a ser delimitada como Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1), por meio de uma pesquisa em fontes históricas, levantamento em campo e entrevistas com atores sociais locais envolvidos ou interessados com o processo e o tema da conservação patrimonial;

- c. Avaliar a eficácia das diretrizes propostas para o SPH1 após 19 anos de sua instituição, caracterizando as condições atuais – entre os anos de 2023-2025 – e identificando as principais transformações ocorridas na área alvo do instrumento de ordenamento ao longo do tempo, de modo a identificar suas implicações para a preservação e valorização do patrimônio cultural municipal;
- d. Contribuir com reflexões para aprimoramento da natureza participativa do processo de planejamento e gestão do patrimônio cultural municipal, propondo recomendações para o processo de atualização do SPH1 e testando uma metodologia de participação popular que visa a identificação, validação e valorização de elementos que contribuem positivamente para a conservação da ambiência histórica da área alvo, que poderiam vir a se configurar atributos patrimoniais do setor nos contextos atuais.

Esta pesquisa, desenvolvida num contexto de formação científica, justifica-se por duas razões básicas. A primeira diz respeito à relevância de fomentar discussões sobre o tema do patrimônio histórico, com o intuito de prevenir ações que comprometam a continuidade de sua existência e de sua relevância cultural municipal. A segunda se expressa pela necessidade de se trazer ao debate sobre o ordenamento do desenvolvimento urbano de Glória do Goitá a questão de como têm se dado os processos de planejamento e gestão local, que, por princípios normativos, deveriam ser de natureza participativa. Assim, o estudo busca contribuir como fonte de informação e meio de propagação de conhecimento sobre aspectos históricos municipais e sobre como planejar e gerir sua salvaguarda.

O **objeto empírico** de estudo, desse modo, pode ser delimitado como sendo o Setor de Proteção Histórica 1, instrumento de zoneamento a serviço do ordenamento do desenvolvimento urbano e à salvaguarda do patrimônio cultural definido no Plano Diretor Participativo Municipal de Glória do Goitá (PDPM). Tem-se como **objeto teórico** o planejamento e gestão da conservação integrada, no que diz respeito à condução operacional dos processos de salvaguarda.

O **recorte temporal** é estabelecido como sendo o intervalo de tempo entre a formulação do PDPM (2006) e a realização do presente estudo (2023-2025), abrangendo um período de 19 anos. Já o **recorte espacial** corresponde à delimitação do perímetro de abrangência do SPH1, conforme consolidado no Plano Diretor do município.

A **metodologia** adotada segue os preceitos da abordagem hipotética dedutiva, na qual se delimita um problema de pesquisa e se formula(m) hipótese(s) para responder a ele. A testagem dessa(s) hipótese(s) – por meio da busca de evidências empíricas – leva à sua aceitação ou não, e orienta as conclusões da pesquisa.

Para o caso da nossa investigação, o **problema de pesquisa** é a coerência – ou não – do instrumento de zoneamento municipal Setor de Proteção Histórica 1 (SPH1) como instrumento de preservação do patrimônio cultural edificado em uma zona de preservação histórico-cultural em Glória do Goitá. A resposta a esse problema central é buscada essencialmente através da testagem da hipótese de que a elaboração do Plano Diretor Participativo Municipal de Glória do Goitá e, em seu bojo, a delimitação do SPH1, são frutos de um processo incoerente – centralizado, não-participativo e desrespeitoso para com normas e contratos necessários à salvaguarda dos bens patrimoniais de interesse –, o que ameaça a conservação do patrimônio histórico/cultural do setor em questão.

Para testar essa hipótese, delimitam-se de modo sintético alguns procedimentos metodológicos:

Etapa 01: Esta etapa tem como objetivo identificar e analisar os principais aspectos envolvidos na elaboração do PDPM de Glória do Goitá, de forma geral, e, em particular, na delimitação do SPH1.

- a. Realizar uma revisão bibliográfica para delimitar o estado de arte acerca de conceitos guias para a compreensão de dois aspectos centrais: i) o processo de planejamento e gestão em geral, destacando-se a obrigatoriedade da participação social na formulação dos instrumentos e a coerência como síntese de coesão e equilíbrio entre os aspectos do planejamento e gestão democráticos; ii) a conservação integrada e a salvaguarda do patrimônio histórico/cultural, em especial no tocante aos processos de planejamento urbano e gestão participativa desse patrimônio e seus instrumentos;
- b. Realizar o levantamento, sistematização e análise documental, para caracterizar e analisar a formulação dos instrumentos legais de salvaguarda do patrimônio histórico/cultural e sua importância para a preservação da identidade cultural do município;
- c. Realizar um levantamento histórico, documental e iconográfico, para caracterizar e analisar os aspectos histórico-culturais presentes no SPH1;

d. Realizar entrevistas com moradores locais para complementar o levantamento acima descrito, sistematizando e analisando os resultados em termos da validação do SPH1 como zona de interesse patrimonial a ser salvaguardado.

Etapa 02: Avaliar a efetividade, eficácia e eficiência da delimitação e impacto do SH1, com base na análise dos resultados da etapa anterior, de modo a compreender como a instituição do setor vem contribuindo com a preservação do patrimônio cultural.

- a. Avaliar a efetividade à luz dos aspectos citados anteriormente, destacando aspectos referentes à:
- b. Eficiência do processo de planejamento e gestão do SPH1 como instrumento de salvaguarda do patrimônio municipal, verificando se ele é coerente – se os respeita e os atende – com os preceitos preconizados pelas normativas federal e estadual, notadamente no tocante à participação social;
- c. Eficácia das diretrizes e parâmetros urbanísticos incidentes sobre o setor, referente ao alcance de objetivos e metas traçados no PDPM de Glória do Goitá.
- d. Testar uma metodologia de participação da população local capaz de facilitar o processo de identificação, validação e valoração dos possíveis atributos patrimoniais reconhecidos no contexto atual, ajudando a delimitar aspectos que confirmem ou contestem a delimitação e a efetividade do SPH1 para a salvaguarda da área por ele abrangida.

Etapa 03: Compilar e sintetizar as análises resultantes, de modo a contribuir com reflexões para aprimoramento do planejamento e gestão do patrimônio cultural municipal, propondo diretrizes mais detalhadas para a área em questão.

- a. Resumir e cotejar aspectos de planejamento e gestão do patrimônio cultural nas leis, normas e diretrizes e o efetivamente realizado na formulação do PDPM e do SPH1;
- b. Compilar aspectos relevantes do processo que podem vir a contribuir com reflexões para aprimoramento da gestão e proteção do patrimônio cultural da cidade, com base no processo de participação popular.

O trabalho está organizado em três capítulos, além desta Introdução, o primeiro deles, intitulado **Planejamento e gestão do patrimônio cultural: o papel do plano diretor participativo municipal na salvaguarda de áreas de interesse histórico-**

cultural, além de oferecer um panorama histórico da formação de Glória do Goitá, explorando as principais etapas de seu desenvolvimento e a legislação patrimonial, apresenta o referencial teórico que embasa a pesquisa, abordando temas como patrimônio cultural, participação popular, planejamento e gestão do patrimônio cultural. São discutidos conceitos-chave relacionados à preservação histórica e os mecanismos de participação social no contexto do ordenamento territorial urbano. O capítulo também explora o percurso metodológico da pesquisa, que é de abordagem qualitativa, com uso de consulta pública, análise documental e entrevistas com atores locais.

O segundo capítulo, intitulado **Revelando um instrumento de ordenamento para salvaguarda do patrimônio cultural edificado gloriense**, apresenta uma pesquisa/análise documental sobre o PDPM de Glória do Goitá. O capítulo destaca o processo de elaboração do plano, a delimitação do SPH1 e a forma como a participação social foi incorporada ao processo, esclarecendo sua importância e sua contribuição na delimitação do setor e na construção das diretrizes para a preservação da área.

O terceiro capítulo, intitulado **Um olhar sobre o SPH1: análise do desempenho do instrumento após 19 anos de sua instituição**, faz uma caracterização detalhada do SPH1 e avalia o cumprimento de suas diretrizes ao longo dos anos. Além disso, apresenta os resultados da aplicação da metodologia de participação popular, destacando a contribuição da comunidade no processo de preservação.

Por fim, a dissertação se encerra com as **Considerações Finais**, construídas com base nas reflexões e análises desenvolvidas ao longo do estudo. Este segmento contempla uma avaliação crítica do processo empreendido até o momento, assim como de seus resultados, evidenciando as consequências da expressiva defasagem temporal – correspondente a 19 anos – no planejamento municipal. Com base nesse diagnóstico, são apresentadas recomendações voltadas ao realinhamento e replanejamento das ações estratégicas do município, com o objetivo de reorientar políticas públicas e fomentar uma gestão territorial mais eficiente e coerente com as demandas contemporâneas.

2. PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO MUNICIPAL NA SALVAGUARDA DE ÁREAS DE INTERESSE HISTÓRICO-CULTURAL.

O planejamento e a gestão patrimonial desempenham um papel fundamental na preservação e valorização do patrimônio histórico das cidades. Em um cenário de urbanização acelerada e transformações constantes no ambiente urbano, é essencial refletir sobre como as intervenções no espaço construído podem respeitar, valorizar e integrar a memória coletiva da comunidade. Este capítulo explora as práticas de planejamento urbano e a gestão do patrimônio cultural, destacando a importância da participação popular nesse processo. Contudo, para compreender plenamente essas questões e como se aplicam à realidade de Glória do Goitá, é necessário, primeiramente, analisar a cidade alvo do estudo: sua história, formação, transformações, permanências e o panorama geral da legislação de proteção ao patrimônio cultural municipal.

2.1. Glória do Goitá: apresentação, contexto histórico e legislação de salvaguarda patrimonial

A origem que deu o nome, / a Glória do Goitá. / Goitá o nome do rio, / que passa no lugar. / Glória é o nome da Santa, / que Davi colocou no altar. Costa, 1989 - 1992)¹⁰.

Glória do Goitá é uma cidade que se encontra na Zona da Mata Norte do estado de Pernambuco, situada a pouco mais de 60 km da capital, Recife, fazendo fronteira com os municípios de Lagoa do Itaenga, Pombos, Vitória de Santo Antão, Passira, Paudalho, Chã de Alegria e Feira Nova. A cidade possui 29.347 habitantes, com uma densidade demográfica de 125,04 hab./km², e território de 234,708 km² (IBGE, 2022). As fontes sobre a história da origem da cidade são poucas, e muito do que se sabe sobre esse fato é contado pelos moradores da cidade.

Durante o processo de pesquisa, foram encontradas, recolhidas e organizadas informações relevantes produzidas por cidadãos que ocuparam ou ocupam lugar de

¹⁰ A obra, escrita por um cidadão gloriense, não foi publicada formalmente por uma editora, mas circula pela cidade em meio físico. O referido livro não apresenta informações sobre a data de publicação. Acredita-se que tenha sido escrito entre os anos de 1989 e 1992, com base em uma cronologia de prefeitos mencionada na obra. O último prefeito citado como "atual" foi José Cicilliano de Vasconcelos Júnior, que ocupou o cargo durante esse período.

destaque no resgate e preservação da história do município em publicações de sua autoria. Uma dessas pessoas é Rubens Borges Bezerra, engenheiro civil, nascido na cidade de Glória do Goitá, autor de livros como “A botija encantada” (1998) e “Memórias de um estudante” (2001), entre outros. Numa leitura de suas obras foram encontradas informações sobre a origem e formação do município.

A primeira referência ao nome do que atualmente é denominado de rio Goitá, dando origem ao município de Glória do Goitá, encontramos na Cronologia Pernambucana de Nelson Barbalho, publicada no ano de 1982, com o nome de “ribeira do Guaytá. Com a pacificação da Capitania no ano de 1572, resolvera o donatário Duarte Coelho de Albuquerque voltar para Lisboa ficando o governo de Pernambuco em poder de sua mãe, a “capitôa” Brites Maria de Albuquerque. Atendendo requerimento de Gaspar Pires, português, alegando o descobrimento de terras inaproveitadas logo após a Zona da Mata, no dia 15 de julho de 1576, D. Brites assinou uma carta de sesmaria, doando ao norte da Ribeira do Guaytá, uma légua de terra em quadro, ao requerente. Foi a sesmaria do Guaytá a primeira concedida oficialmente no Agreste de Pernambuco. De posse da sesmaria, fundou Gaspar Pires um engenho para fabricar açúcar, o Engenho Goitá e também instalou uma fazenda para a criação de gado bovino, que explorou por mais de meio século. Gaspar Pires, apesar de ocupar de fato e explorar aquelas terras, não as legalizou como devia, dando margem a uma questão que durou mais de meio século depois de sua morte, entre seus herdeiros e os de Pedro Barroso, outro desbravador daquelas terras, juntamente com Duarte Dias, cujo nome a história também guardou. Dessa maneira, surgiu o denominado povoamento do Goitá, cujos pioneiros foram Gaspar Pires, Pedro Barroso e Duarte Dias (Bezerra, 1998, p.11)

O autor descreve que o povoado que originou a cidade de Glória do Goitá não se formou ao norte do rio, como anteriormente citado, mas sim ao sul, na localização atual da cidade, que não fazia parte da sesmaria original. Os nomes de Gaspar Pires e Pedro Barroso se perderam ao longo do tempo e, no que diz respeito a Duarte Dias, foi criada a Vila de Duarte Dias, cujo nome foi posteriormente mudado para Apoti (Bezerra, 1998, p. 13).

De acordo com o autor, aparece então uma outra figura importante na história da formação da cidade, trata-se de David Pereira do Rosário, que recebeu terras em Lagoa Grande, doadas por uma bisneta de Jerônimo de Albuquerque, cunhada de Duarte Coelho¹¹. David Pereira do Rosário não é associado a nenhuma outra figura histórica ou família influente na época, sendo descrito apenas como um “negro” ou “homem de cor preta” nos livros de Bezerra (1998) e Carvalho (2009). Nas terras de Lagoa Grande, no ano de 1760, David liderou um grupo de lavradores na construção

¹¹ Ela também é descrita como Neta de Duarte Coelho pela Agência CONDEPE/FIDEM (2006). Disponível em: http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89567.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

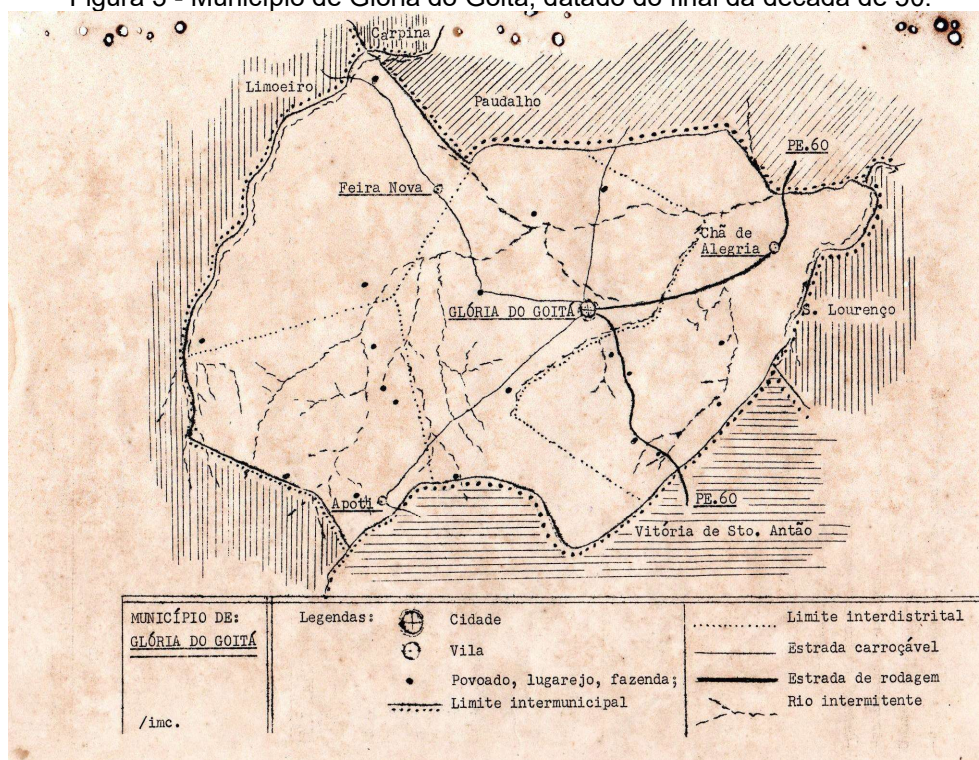
de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Glória, o que levou à formação de um povoado e, posteriormente, à cidade de Glória do Goitá. Um folheto informativo (anexo IX) o chama de “escravo livre” e católico devoto. Apesar de sua importância histórica, o nome de David Pereira do Rosário não possui muito destaque na cidade, com apenas uma rua levando seu nome.

De acordo com a Agência CONDEPE/FIDEM (2006), a Lei Provincial nº 38, de 1837, criou a paróquia de Nossa Senhora da Glória do Goitá, pertencente a Paudalho, e também estabeleceu o distrito com o mesmo nome. Em 1877, o distrito foi elevado à categoria de município, recebendo a denominação de Glória do Goitá. A cidade foi oficializada em 1884, e a comarca foi estabelecida em 1890, com a instalação do primeiro juiz de Direito. Em 1893, após a instalação do regime republicano, o município adquiriu autonomia legislativa, com o capitão Antônio Eustáquio de Albuquerque Pinto sendo o primeiro prefeito eleito.

Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1950, o município aparece com quatro distritos: Glória do Goitá (sede), Apoti (ex-Duarte Dias), Chã de Alegria e Feira Nova (ex- Jardins). Em 1963, os municípios de Feira Nova e Chã de Alegria foram desmembrados. Em divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1968, o município é constituído de dois distritos: Glória do Goitá (sede) e Apoti, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município conta com quatro distritos: Glória do Goitá (sede), Apoti, Rua da Glória e Tapera de Santa Maria (figura 04).

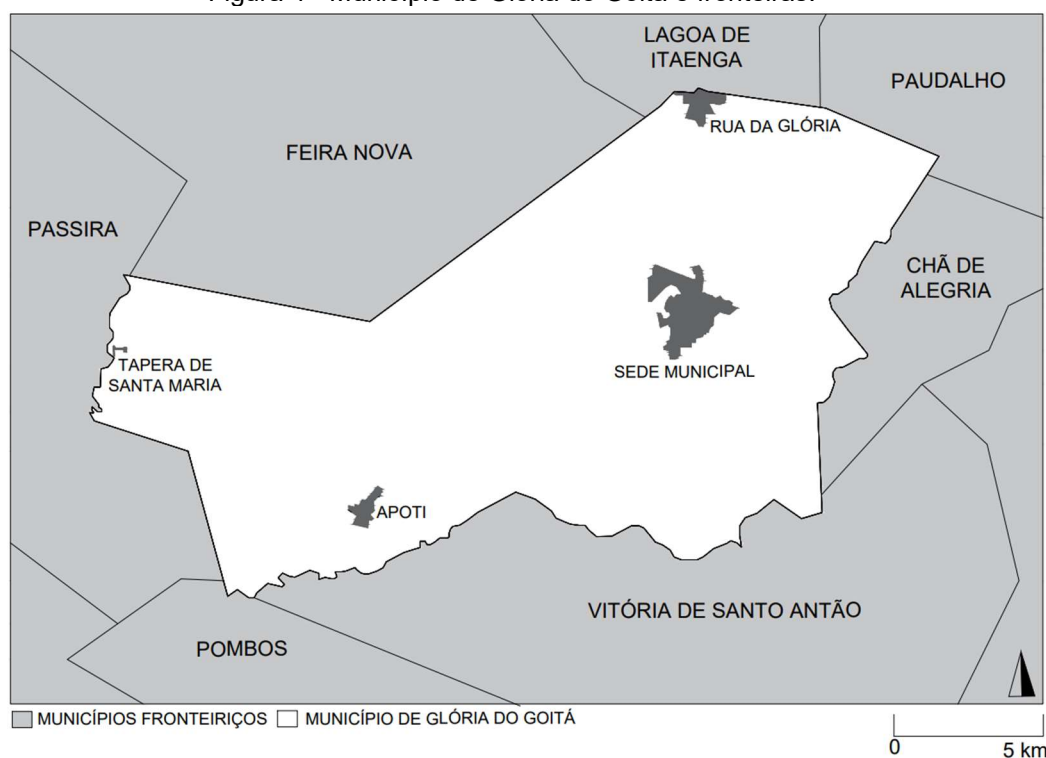
No mapa abaixo, intitulado “Município de Glória do Goitá”, datado do final da década de 50, é possível notar que Feira Nova (antigo Jardins) e Chã de Alegria são classificados como vilas. Apoti, antiga Vila Duarte Dias, foi classificada como povoado/lugarejo/fazenda. Outro ponto interessante do mapa é que os municípios fronteiriços que aparecem no mapa são Vitória de Santo Antão, São Lourenço, Paudalho, Carpina e Limoeiro. Atualmente, destes municípios, apenas Vitória de Santo Antão e Paudalho fazem fronteira com Glória do Goitá. O mapa que aparece em seguida ilustra a realidade atual do município de Glória do Goitá, destacando os municípios fronteiriços e os distritos, incluindo a sede municipal.

Figura 3 - Município de Glória do Goitá, datado do final da década de 50.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia, 2024.

Figura 4 - Município de Glória do Goitá e fronteiras.¹²



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

¹² O município apresenta uma área urbana relativamente pequena em comparação à sua vasta extensão rural. Segundo dados do IBGE (2023), o território do município abrange 234,486 km², dos quais apenas 3,04 km² (IBGE, 2019) correspondem à área urbanizada. É importante destacar que é na Sede município que está localizado o SPH1.

Sobre a capela erguida por David Pereira do Rosário, em seu livro Rui de Carvalho relata que “Monges do Mosteiro de São Bento de Olinda, ali se demoraram desde os idos de 1775” (Carvalho, 2009, p.21). Outra fonte, a Agência CONDEPE/FIDEM, complementa que “Por volta de 1775, chegaram os frades do Mosteiro de São Bento de Olinda, que tinha comprado, herdado e recebido por doação um total de três mil braças de terras de sesmaria, na ribeira do Guaytá ou Goitá, como é conhecido até hoje, a fim de fazer a catequese dos moradores” (CONDEPE/FIDEM, 2006). Sobre este mesmo assunto, Urbano Costa traz o seguinte relato:

Em 1775, vieram uns Frades de Olinda, / do Mosteiro de São Bento. / Na propriedade de Lagoa Grande, / construíram uma capela e um convento. / Lá ainda existe um cruzeiro, / para o nosso conhecimento. (Costa, 1989 - 1992).

O cruzeiro mencionado por Urbano Costa, existe até os dias de hoje e recentemente passou por uma obra de revitalização (figura 05).

Figura 5 - Cruzeiro de Lagoa Grande e placa informativa encontrada no local



Fonte: A autora (2024).

Em 1843, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória foi construída, substituindo a capela erguida por David Pereira do Rosário. A nova igreja foi erigida em uma área distante do local do antigo cruzeiro, local onde aconteceu a consolidação e de onde partiu o crescimento da cidade. Ao redor da igreja, inscrita no perímetro da área alvo deste estudo, formou-se o núcleo urbano de Glória do Goitá, que se expandiu ao longo do tempo. Desse modo, pode-se afirmar que ali se estabeleceu a primeira nucleação de caráter urbano e dali se desenvolveu a ocupação da cidade, o que torna a área de relevante interesse para a compreensão da história de formação de Glória do Goitá e para traçar os rumos futuros de sua expansão e densificação.

Segundo a Prefeitura Municipal¹³, o crescimento de Glória do Goitá foi fortemente impulsionado pela agricultura, sendo as principais atividades econômicas do município a agricultura e o comércio. A cidade possui uma grande área plantada de cana-de-açúcar, embora sua produção seja vendida para uma usina em Lagoa de Itaenga. Além disso, granjas de aves e pequenas lavouras de subsistência, como limão, maracujá, e macaxeira, são comuns, abastecendo o comércio local e a feira municipal. A produção de farinha de mandioca, realizada nas casas de farinha da zona rural, também é uma importante fonte de renda. A agricultura orgânica tem se expandido no município, com a produção sendo comercializada em feiras de produtos orgânicos e na Ceasa. Essas características demonstram a diversidade da economia local, que combina práticas agrícolas tradicionais com inovações no setor rural.

Ao longo dos anos, todo o perímetro urbano de Glória do Goitá, não apenas a área central (figura 06), tem passado por transformações significativas em sua configuração espacial. O crescimento da cidade, a redução das áreas verdes e as mudanças na malha urbana são evidentes, refletindo o dinamismo do espaço urbano e o impacto do desenvolvimento sobre a paisagem histórica. É na área central da cidade onde estão localizados elementos que remontam à formação do município, carregados de memórias e significados para os glorienses, como edificações importantes e espaços públicos.

Figura 6 - Área central da cidade de Glória do Goitá.



Fonte: Prefeitura Municipal de Glória do Goitá, 2017¹⁴.

¹³ Disponível em: <https://gloriadogoita.pe.gov.br/economia/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://gloriadogoita.pe.gov.br/category/geral/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Diante das crescentes modificações no espaço urbano, a preservação desses elementos e sua memória torna-se crucial. Entretanto, muitos são os desafios de se lidar com a salvaguarda do patrimônio cultural em cidades de pequeno porte, como Glória do Goitá. “É reconhecível que as dificuldades de preservação são encontradas nas diversas escalas de cidades, mas nas pequenas suas características e limitações agravam ainda mais os problemas” (Rocha e Cunha, 2019, p.23).

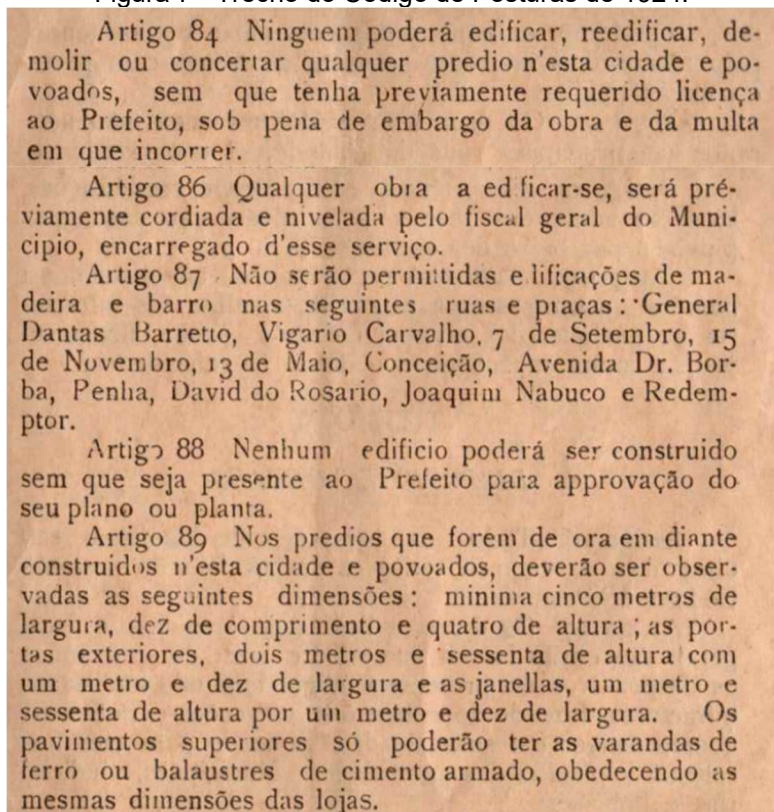
Rocha e Cunha (2018;2019) apontam as principais problemáticas e desafios de lidar questões voltadas ao patrimônio cultural em cidades com essas características. Segundo as autoras, a pouca condição financeira aliada à precariedade da infraestrutura municipal nessas cidades acaba por direcionar os recursos financeiros para setores como comércio e transporte, por exemplo, dando menor prioridade às questões culturais e de proteção ao patrimônio cultural. “Essa condição também pode ser percebida pela própria população, que com o anseio de crescimento da cidade, acaba por desconsiderar sua história e a valorização de seu patrimônio” (ibid. 2018, p.4). Como explicam as autoras citadas,

Muito se associa o desenvolvimento com “modernização”, ou seja, acredita-se que para a cidade crescer, se tornar mais rica e evoluída, ela tem que buscar se parecer com as cidades maiores, possuir uma arquitetura dotada de novidades e modernidades” (Rocha e Cunha, 2019, p.23).

Além disso, por se tratar de um patrimônio sem maior representatividade no contexto nacional ou estadual, esses bens culturais – que são importantes principalmente em seu contexto local – acabam não recebendo a devida atenção, ficando à margem das políticas preservacionistas federal ou estadual, prejudicando seu reconhecimento. Sem um patrimônio com maior representatividade no contexto nacional ou estadual, essas localidades pequenas possuem bens que são importantes principalmente em seu contexto local, ficando à margem do reconhecimento de seu patrimônio pelas políticas preservacionistas federal ou estadual (ibid.).

A preocupação com o ordenamento do território municipal e com a expansão da cidade pode ser vista já no *Código de Posturas de Glória de Goytá*, publicado em 29 de maio de 1924, durante o mandato do prefeito Antão Borges Alves Júnior (figura 7). O documento traz uma série de disposições e recomendações quanto ao comércio, à saúde pública, à limpeza pública e à conservação das estradas, à higiene pública, agricultura, pecuária, aos currais, matadouros e açougues, ao sossego e tranquilidade públicas, à segurança pública, e por fim, às edificações.

Figura 7 - Trecho do Código de Posturas de 1924.



Fonte: Código de Posturas de Glória de Goytá, 1924. Acervo Pessoal de Lívio Amorim, editado pela autora.

No documento, pode-se perceber uma preocupação com a organização da cidade, especialmente no que diz respeito ao seu crescimento. O artigo 87, por exemplo, apresenta recomendações sobre a proibição do uso de madeira e barro como materiais de construção em algumas praças e ruas, incluindo a "Redemptor".

O documento também estabelece diretrizes específicas para as construções, abordando aspectos como altura, largura e comprimento das edificações. Além disso, detalha questões minuciosas, como as características das portas exteriores, das janelas e dos materiais que devem ser utilizados nas varandas. O que se destaca no documento é a exigência de que a aprovação de novas edificações na cidade passasse pelo prefeito, por meio da submissão de um plano ou planta. Pode-se, então, perceber que a preocupação com o ordenamento do território urbano e a manutenção de um padrão construtivo eram aspectos presentes desde essa época.

De acordo com a Lei Orgânica Municipal nº 1092/2012:

Art. 125 – Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referências à entidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da comunidade, nos quais se incluem;

I – As formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados à manifestação artístico-culturais;

V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico;

§ 1º - O Município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o seu patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação, de acordo com a legislação específica;

§ 2º - Cabe ao Município na forma da lei a gestão da documentação municipal e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - o município instituirá e manterá programa de incentivo à leitura, à pesquisa científica, as manifestações culturais e artísticas, e promoção de eventos culturais, feiras científica e de divulgação cultural local, nos seus vários grupos étnicos, todos voltados ao incremento da cultura popular. (Glória do Goitá, 2012).

Ainda sobre a referida Lei, na Seção V, que trata do turismo municipal, tem-se que:

Art. 131 - O município promoverá e incentivará o Turismo, como fator de desenvolvimento Econômico e Social, bem como de divulgação, valorização e preservação do patrimônio cultural e natural do Município, assegurando sempre respeito ao meio ambiente, as paisagens notáveis e a cultura local.

§ 1º - O Município considera o Turismo atividade essencial e definirá políticas com o objetivo de proporcionar condições necessárias ao pleno desenvolvimento.

§ 2º - O incremento do Turismo social, popular e religioso receberá atenção especial. Art. 132 - Para assegurar o desenvolvimento na vocação turística do Município o poder público promoverá:

I – A criação do Conselho Municipal do Turismo, que terá caráter consultivo, salvo quando a Lei lhe atribuir competência deliberativa, normativa e fiscalizadora.

II – Implantação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades turísticas e incentivo a formação de pessoal especializado para o setor.

III – O fomento ao intercâmbio permanente com outras regiões.

IV – Proteção e preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico.

V – Elaboração do calendário anual de eventos de interesse turístico.

VI – Incentivo e apoio à produção artesanal e as tradições culturais e folclóricas da região.

VII – Promoção e apoio a realização de eventos com prioridade para os projetos que o utilizem e preserve os valores artísticos populares, bem como a realização de campanhas promocionais que concorram para a divulgação das potencialidades turísticas do Município. (Glória do Goitá, 2012).

A Lei Orgânica Municipal, trata o patrimônio cultural do município de forma abrangente e estruturada, reconhecendo a importância tanto de bens materiais quanto imateriais. Pode-se perceber muitas semelhanças com a Constituição Federal de 1988, especialmente em se tratando da definição de patrimônio cultural. A lei também enfatiza a proteção e promoção do patrimônio cultural, por meio de ações como inventários, tombamentos, e preservação, com o envolvimento da comunidade.

Além disso, há um forte vínculo entre cultura e turismo no município, conforme os artigos 131 e 132, que destacam o turismo como uma ferramenta de desenvolvimento econômico, social e de valorização do patrimônio. A legislação, portanto, estabelece uma rede de ações que visam tanto à preservação do patrimônio cultural quanto à sua valorização como motor de desenvolvimento local e promoção de identidade cultural.

Embora a Lei Orgânica Municipal mencione diversos instrumentos e práticas que podem ser adotados para a salvaguarda do patrimônio cultural de Glória do Goitá, a cidade ainda carece de um órgão específico responsável pela implementação e gestão desses processos. Dentre os instrumentos previstos na legislação, destaca-se o inventário, que é uma ferramenta essencial para o reconhecimento e a proteção do patrimônio edificado municipal. No entanto, a cidade ainda não possui um inventário do seu patrimônio construído, o que compromete a efetividade das ações de preservação e valorização do seu patrimônio cultural.

Além do inventário, outros instrumentos previstos na Lei Orgânica Municipal, como registros, tombamento, desapropriação e vigilância, também não são efetivamente aplicados no município. A ausência de um sistema estruturado de vigilância, por exemplo, compromete a proteção contínua do patrimônio cultural local. Embora existam algumas iniciativas pontuais lideradas por pessoas e grupos preocupados com a preservação do patrimônio, essas ações são isoladas e carecem de apoio institucional e de uma abordagem mais sistemática e planejada.

Com relação ao tombamento do patrimônio cultural de Glória do Goitá, na cidade existem outras duas legislações¹⁵ que merecem ser aqui destacadas. A primeira delas, a Lei Municipal nº1199/2017, aprovada e sancionada no ano de 2017, vai dizer que:

Ementa: Tomba, como patrimônio histórico de Glória do Goitá os imóveis públicos que especifica e dá outras providências. (...) **Art. 1º** - Ficam tombados, como Patrimônio Histórico do Município de Glória do Goitá os seguintes imóveis:

I - Mercado Público

II- Palácio Municipal Djalma Souto Maior Paes, e

III- Casa Lindaura Borba.

Art. 2º - Ficam impostas aos imóveis tombados como patrimônio histórico pela presente lei, as restrições necessárias à preservação de seu aspecto urbanístico-histórico original.

Parágrafo único: Quaisquer obras ou intervenções no entorno dos imóveis, ora tombados, deverão ser previamente analisadas e aprovadas pelo órgão competente. (Glória do Goitá, 2017).

A Lei Municipal nº 1199/2017, ao tomba três imóveis de domínio público – o Mercado Público, o Palácio Municipal Djalma Souto Maior Paes e a Casa Lindaura Borba – reconhece a importância histórica e cultural dessas edificações para o município de Glória do Goitá. O Mercado Público e o Palácio Municipal Djalma Souto Maior Paes são edificações que estão localizadas dentro do SPH1, e a Casa Lindaura Borba nas proximidades do setor.

O Art. 2º trata das restrições necessárias à preservação do aspecto urbanístico-histórico original das edificações, mas não menciona quais seriam essas restrições e as medidas tomadas caso haja o descumprimento das mesmas. A lei também não especifica qual órgão municipal será responsável pela gestão do tombamento e pela implementação das medidas de preservação dessas construções. A ausência de um órgão formalmente designado para supervisionar o processo de preservação e aprovação de intervenções no entorno das edificações compromete a efetividade da lei.

Ainda é importante destacar que as três edificações mencionadas são de domínio público, enquanto a maioria das edificações históricas da cidade pertence ao

¹⁵ Ambas são de autoria da Sra. Monalysa Madureira Amorim, vereadora da cidade no momento de aprovação da lei.

setor privado. Embora o tombamento devesse abranger tanto edificações públicas quanto privadas, atualmente não há edificações históricas privadas tombadas na cidade. Como resultado, são justamente essas construções privadas que têm sofrido com descaracterizações e demolições frequentes.

Um ponto positivo é que a lei reconhece a importância do entorno dos imóveis, estabelecendo que as intervenções na área circundante devem ser analisadas pelo órgão competente. No entanto, novamente, não especifica qual seria esse órgão. Essa falta de clareza gera uma lacuna de informações, facilitando a ocorrência de intervenções não supervisionadas, o que compromete a integridade das edificações protegidas.

A segunda delas é a Lei Municipal nº 1245, aprovada e sancionada em 12 de abril de 2019:

Ementa: Declara de interesse cultural, para fins de tombamento como patrimônio paisagístico e de registro como bem de natureza imaterial do Município de Glória do Goitá, a Praça Cristo Redentor, situada nessa cidade. (...) **Art. 1º** - Fica declarado de interesse cultural para fins de tombamento, como patrimônio paisagístico, a Praça Cristo Redentor, situada no bairro centro desta Cidade da Glória do Goitá.

Art. 2º - Fica declarada de interesse da comunidade, a ser inscrita em livro próprio de Registro de Lugares, a Praça Cristo Redentor, como bem e patrimônio imaterial e cultural do Município da Glória do Goitá.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Glória do Goitá, 2019).

A segunda legislação que trata da Praça Cristo Redentor apresenta certa confusão conceitual ao classificar a praça como patrimônio "paisagístico e de natureza imaterial". A praça, sendo um elemento material, não se encaixa literalmente nesse conceito de patrimônio imaterial, o que sugere que a intenção da legislação é, na verdade, referir-se à paisagem que a praça representa e aos significados culturais e simbólicos associados a ela para a comunidade.

A dúvida sobre a classificação da praça como "patrimônio paisagístico" e não "histórico" também surge, já que a praça é uma das mais antigas da cidade e tem grande relevância histórica. Uma possível explicação para essa escolha pode ser a valorização da camada vegetal que a praça possui, elemento que remonta à sua formação e à sua evolução ao longo do tempo. Embora essa classificação seja confusa, a legislação demonstra, de forma clara, o interesse e a preocupação com a

preservação dessa importante paisagem urbana, reconhecendo sua relevância tanto para a memória coletiva quanto para a identidade dos habitantes de Glória do Goitá.

Neste sentido, aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá no ano de 2021, foi enviado à então prefeita do município, senhora Adriana Paes, o requerimento nº 005/2021, com os seguintes dizeres:

REQUEREMOS à Mesa, depois de ouvido o Plenário e obedecidas às normas regimentais, seja enviado veemente **APELO** à Senhora Prefeita Adriana Paes, para que sejam adotadas providências legais, técnicas e administrativas, no sentido de elaborar e encaminhar a esta Casa, Projeto de Lei dispondo sobre tombamento do patrimônio histórico, cultural e natural deste Município, aplicando-se aos bens pertencentes tanto às pessoas físicas, como às pessoas jurídicas de direito privado ou de direito público interno (contém registros fotográficos em anexo), (Glória do Goitá, 2021).

Em anexo ao documento, encontram-se fotografias de 22 edificações, incluindo o Cruzeiro de Lagoa Grande, que foram destacadas como importantes naquele momento e contexto. Dentre elas, 16 edificações estão localizadas no SPH1, enquanto outras se situam em áreas próximas. Essas construções representam marcos históricos e culturais significativos para a comunidade local e são um reflexo da identidade arquitetônica e da memória da cidade. Ainda sobre o documento, temos que:

Perto de completar 144¹⁶ (cento e quarenta e quatro) anos, Glória do Goitá precisa de um instrumento institucional para preservar sua história. Um exemplo de patrimônio histórico material privado é o que podemos observar nas construções residenciais ou não residenciais, do centro da Cidade (Glória do Goitá, 2021).

A necessidade de um instrumento legal e institucional de tombamento é evidente em Glória do Goitá, especialmente considerando as lacunas existentes na gestão e proteção do patrimônio histórico municipal. Dentre as legislações municipais que fomentam a salvaguarda do patrimônio cultural está o Plano Diretor Participativo, desenvolvido pelo PROMATA em 2006, alvo de estudo desta pesquisa. Sendo o plano diretor um instrumento participativo de ordenamento urbano, é natural que, no perímetro urbano das cidades, sejam identificadas zonas com características históricas. Como dito anteriormente, o documento preserva não apenas bens de forma individual, mas áreas, às quais chama de Zonas de Preservação Histórica (ZEPH), que “têm como finalidade proteger áreas e bens que encerram valores culturais

¹⁶ Atualmente são 148 anos.

reconhecidos, tangíveis e intangíveis” (art. 28, Lei Municipal nº 0984/2006), mas que apresenta algumas lacunas que não são totalmente esclarecidas em seu texto.

A partir do que foi dito, é evidente que as iniciativas e ações em nível municipal voltadas à preservação do patrimônio cultural de Glória do Goitá ainda estão em estágios iniciais, carecendo de maior amadurecimento e aprimoramento técnico. No entanto, a existência desses documentos traz esperança, sinalizando que, embora de forma incipiente, há um esforço sendo realizado para garantir a preservação desse patrimônio.

Nesta pesquisa, concentramos nossa análise no Plano Diretor Participativo Municipal, com ênfase nas ações que fomentam a preservação do patrimônio cultural edificado da cidade. Contudo, antes de nos aprofundarmos na análise do PDPM municipal, é essencial compreendermos os conceitos de planejamento e gestão urbana, e como estes se relacionam com a salvaguarda do patrimônio cultural. O próximo capítulo propõe explorar esses aspectos, uma vez que entendê-los é fundamental para discutir as implicações do plano diretor na preservação da identidade histórica de Glória do Goitá e na construção de políticas públicas que envolvam a comunidade local de forma efetiva.

2.2. Planejamento e Gestão do Patrimônio Cultural

Antes de tudo, é fundamental que compreendamos os conceitos de planejamento e gestão conforme serão abordados neste trabalho. Os conceitos de planejamento e gestão adotados neste trabalho estão em conformidade com a definição de Souza (2009). Segundo o autor, os termos não são intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e por se referirem a diferentes tipos de atividades.

Planejamento está relacionado com o futuro, significa tentar prever a evolução de um fenômeno, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de se precaver contra prováveis problemas ou tirar partido de prováveis benefícios. Já a gestão está relacionada com o presente, significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos disponíveis no momento, com foco nas atividades imediatas. Em outras palavras, o planejamento é a preparação para a gestão futura, e a gestão é a efetivação das condições – mesmo que em partes pois conta-se com

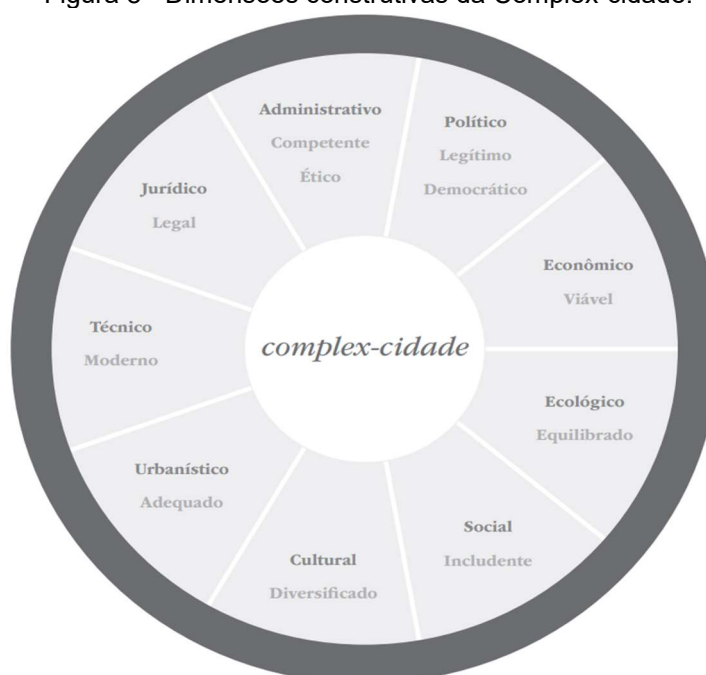
o imprevisível e o indeterminado – que o planejamento feito no passado ajudou a construir, sendo conceitos distintos e complementares (Souza, 2009).

Os conceitos acima podem ser associados a diversos campos de atuação/estudo que necessitem de visão futura e ação no presente. Considerando que as cidades são organismos complexos, em constante transformação, os conceitos de planejamento e gestão são também associados ao processo de produção do espaço urbano.

À luz disso, as cidades, produto dos processos socioespaciais que refletem a interação entre várias escalas geográficas, deve aparecer não como uma massa passivamente modelável ou como uma máquina perfeitamente controlável pelo Estado (tecnicamente instruído por planejadores racionalistas e tecnocráticos), mas como um fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível ou manipulável, de uma miríade de agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais, sendo o Estado, apenas um dos condicionantes em jogo (ainda que seja um condicionante crucial nas modernas sociedades capitalistas (Souza, 2009, p.52).

Sobre o assunto, De La Mora (2012) traz o conceito de *Complex-cidade*, como síntese da realidade complexa das cidades, que engloba diversas dimensões que se interligam para configurar os fenômenos urbanos. O autor ilustra essa rede de dimensões e como se relacionam com a cidade através da figura abaixo.

Figura 8 - Dimensões construtivas da Complex-cidade.



Fonte: De La Mora (2012).

O conceito de *Complex-cidade* representa a articulação de diferentes dimensões construtivas fundamentais que, inter-relacionadas, sustentam o desenvolvimento urbano de forma equilibrada e sustentável. A primeira dimensão, a **econômica**, refere-se à viabilidade produtiva da cidade, que nasce e se expande a partir de atividades geradoras de renda como a agricultura, o comércio, a indústria e os serviços. Essa dinâmica atrai investimentos e população, mas depende das demais dimensões para manter seu dinamismo.

A segunda é a **ecológica**, que lembra que esse crescimento não pode ocorrer às custas do meio ambiente, sob risco de comprometer a sustentabilidade futura. Preservar os recursos naturais é garantir a continuidade da própria base econômica e a qualidade de vida urbana. O meio ambiente deve ser protegido em conjunto com o desenvolvimento econômico, social, cultural e urbanístico.

A **dimensão social** complementa essa lógica ao enfatizar a importância da inclusão. Uma cidade só pode ser plenamente desenvolvida se todos os seus grupos sociais participarem da vida urbana com acesso a oportunidades e direitos. Isso exige políticas transformadoras, e não meramente assistenciais. Em sintonia com isso, a **dimensão cultural** valoriza a diversidade de expressões e memórias coletivas como patrimônio da cidade, baseando a coesão social na pluralidade de valores. A cultura, em suas diversas manifestações, deve ser preservada como patrimônio coletivo para garantir a sustentabilidade social, assim como a biodiversidade assegura o equilíbrio ecológico.

Já o **urbanismo**, como dimensão organizacional, estrutura o território para viabilizar a convivência funcional e simbólica entre as demais dimensões, garantindo moradia, mobilidade e infraestrutura adequadas. Nesse aspecto o autor destaca a importância do plano diretor, comparando-o a "partitura da sinfonia urbana", e da autoridade local (como o prefeito ou um colegiado) liderando o planejamento e a gestão da cidade.

Para que tudo isso se realize de forma eficaz, há a necessidade de um suporte técnico, a **dimensão técnica**, que compreende equipes capacitadas, ferramentas atualizadas e diagnósticos precisos para a formulação de políticas urbanas eficientes. Isso deve estar ancorado na **dimensão jurídica**, com um conjunto de normas fruto de um pacto social democrático, que assegure segurança jurídica e orientações claras para as ações públicas e privadas.

A **administração pública**, por sua vez, deve atuar com competência e ética, já que sem uma gestão transparente e eficiente os demais esforços se perdem. Por fim, tudo isso precisa estar legitimado pela **dimensão política**, garantindo que o planejamento e a gestão da cidade sejam conduzidos por representantes legítimos e comprometidos com a democracia e a participação social. Essas dimensões, quando articuladas de forma integrada, sustentam a *Complex-cidade*, um conceito que expressa a natureza multifacetada da vida urbana. Nenhuma dimensão é suficiente por si só; todas precisam coexistir, não sendo independentes, mas interdependentes.

O objetivo geral desta pesquisa se conecta, em maior ou menor grau, com todas as dimensões apresentadas anteriormente. No entanto, destaca-se especialmente nas dimensões **social, cultural e urbanística**, pois está centrado na proteção e preservação de áreas e bens patrimoniais – um aspecto ligado à valorização da cultura – por meio de instrumentos e políticas de ordenamento urbano – inerentes ao urbanismo – elaborados com base em um processo participativo – característica da dimensão social. Esse é exatamente o caso da delimitação do SPH1 no município de Glória do Goitá, realizada por meio do PDPM. Por isso, torna-se essencial abordar o planejamento e a gestão do patrimônio cultural.

Entretanto, antes de abordarmos propriamente como se dá o processo de planejamento e gestão do patrimônio cultural no âmbito urbano, é importante, primeiramente, compreendermos do que se trata esse conceito e quais são suas principais características. Desta forma, o que seriam bens patrimoniais? Adjetivar bens como patrimoniais implica dizer que eles foram herdados por nós daqueles que nos precederam (Lacerda, 2012). Mas, por quê culturais? Pois são de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (IPHAN, 2014)¹⁷. Em outras palavras, o seu reconhecimento enquanto bens culturais se deve sempre a pessoas, inseridas social e culturalmente numa certa sociedade (Barreto, Aguiar e Pontual, 2020).

Neste sentido, o patrimônio cultural está intrinsecamente ligado às interpretações e significados atribuídos a ele pelos indivíduos e pela sociedade, que os dão sentido, pois os bens culturais não possuem significados próprios, embutidos neles, mas são seletivamente mobilizados pelas sociedades (Menezes, 2012).

17

Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29#:~:text=O%20patrim%C3%B4nio%20cultural%20%C3%A9%20composto,e%20a%20riqueza%20das%20culturas>. Acesso em: 17 dez. 2024.

“Podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, vetores materiais. Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois se todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor, por sua vez todo patrimônio imaterial tem uma dimensão material que lhe permite realizar-se. As diferenças não são ontológicas, de natureza, mas basicamente operacionais” (Meneses, 2009, p.31).

A presença simultânea de diferentes valores e significados em um mesmo bem é um fato cultural, considerando a diversidade de atores que interagem com ele e que preservam sentimentos diversos em suas experiências socioculturais (Barreto, Aguiar e Pontual, 2020).

Neste sentido, Lacerda (2012) ressalta que bens patrimoniais podem apresentar diversos tipos de valores a eles associados, a autora define alguns desses valores, são eles:

- **Valor de antiguidade**, que é a clara percepção do passar do tempo, do ciclo necessário da criação e das próprias marcas de destruição que agradam ao homem moderno.
- **Valor artístico**, que se refere sempre a uma determinada apreciação estética.
- **Valor histórico**, que significa o reconhecimento da sua existência enquanto criação singular de uma dada sociedade, em uma determinada época, sem perder a perspectiva das gerações futuras.
- **Valor cultural**, que se trata de referências históricas relativas a uma determinada comunidade e revela uma consciência do passado que permite criar uma identidade comum entre este, o presente e o futuro.
- **Valor simbólico**, que existe quando os bens patrimoniais são reconhecidos pelos seus valores culturais e que pressupõe uma competência imaginária que se exprime por uma capacidade de ver as coisas tais como elas não são, de vê-las diferentemente do que elas são¹⁸.
- **Valor cognitivo** que é considerar o bem patrimonial como impregnado de valores histórico, artístico, cultural e simbólico e significa reconhecê-lo como suporte narrativo da sua memória.
- **Valor econômico**, que reside na sua utilidade, o que significa identificar uma demanda em termos de utilização.

¹⁸ Pode-se fazer uma associação deste valor, com o que De Meneses (2012) chama de valores afetivos, que surgem a partir das conexões pessoais e emocionais estabelecidas com determinados bens.

- **Valor de uso**, que está associado a abrigar atividades habitacionais, administrativas, comerciais, culturais, dentre outras e relaciona-se com o valor econômico.
- **Valor de opção**, que envolve criar processos de transmissão desse bem das gerações presentes para as gerações futuras, ele carrega uma alta dose de incerteza, afinal cada geração avalia o que seja esse bem a partir de um conjunto de valores relativos, daí a importância de atribuir-lhe um valor futuro.
- **Valor de existência**, que é um conceito que condensa os demais citados, afinal, todos eles jamais poderiam ser considerados enquanto tais casos não tivessem durado, subsistido e permanecido.

Sendo assim, o objetivo principal da valoração é a conferência desses valores e significados a serem preservados, norteando ações futuras de conservação. Assim, conclui-se que a valoração resulta da interação de grupos com o bem, dentro de um contexto temporal e referencial específico, caracterizando um processo dinâmico e em constante evolução (Barreto, Aguiar e Pontual, 2020). Entretanto, o primeiro passo para qualquer ação sobre bens culturais deve ser a identificação de seus atributos patrimoniais, sendo essa etapa uma prerrogativa para a valoração.

Sobre o assunto, Lira (2020), diz que os atributos correspondem aos “aspectos que mais fortemente caracterizam e são valorados no bem” e que “os atributos patrimoniais se transformam no tempo em razão da ação natural e antrópica” (p.12). Esses atributos também se relacionam com a escala do bem em questão, ou seja, quando a análise é de um edifício ou de um conjunto urbano (Lira, op. cit.). Entretanto, independentemente da escala, a identificação desses atributos deve estar baseada em dois aspectos importantes da pesquisa: na pesquisa histórico-documental e no levantamento morfotipológico e de usos atuais (ibid.).

A mesma autora (2009) propõe que se identifiquem atributos considerando-se cinco aspectos preestabelecidos:

- **Espacialidade** (relação do bem com o contexto que se insere).
- **Tipologia edilícia**, (elementos característicos das tipologias encontradas no conjunto).
- **Técnicas e materiais construtivos** (materiais e sinais da tecnologia construtiva).
- **Pátina** (importância das marcas deixadas pela passagem do tempo nas superfícies visíveis).

- **Usos e práticas sociais** (atributos de natureza não material, derivados da utilização do lugar pelas pessoas). Após a identificação dos atributos patrimoniais, segue a etapa de valoração.

Fica claro então, que o que torna um bem cultural importante para a sociedade e passível de preservação são os valores e significados a ele atribuídos pelos indivíduos, dado que “deve-se reconhecer a interação de bens e sujeitos como característica do patrimônio” (Meneses, 2017, p. 39). Em se tratando do patrimônio cultural edificado, embora a relação entre patrimônio e sujeito seja o foco principal, o aspecto material do patrimônio ainda desempenha um papel importante, uma vez que “o condensador de tão diversas naturezas sobre o mesmo objeto, no caso do patrimônio edificado, ainda é a sua materialidade e o que ela é capaz de emanar e aceitar entre signo e significados” (Nery e Baeta, 2022, p.87).

Estando essa materialidade (na maioria dos casos) inserida no contexto urbano, integrando a *Complex-cidade*, ela está sujeita ao planejamento e à gestão urbana e seus respectivos instrumentos. De La Mora (2012) estabelece uma relação entre as dimensões construtoras da *Complex-cidade* e a conservação do patrimônio cultural de qualquer sociedade, sendo viabilizada a partir de:

- **Geração de renda urbana** para garantir recursos financeiros para obras de restauração e programas de revitalização.
- **Preservação do equilíbrio ecológico**, visto que o meio ambiente natural faz parte do patrimônio coletivo.
- **Inclusão social**, essencial para uma cidade que conserve seu patrimônio cultural e natural, evitando exclusão.
- **Preservação da diversidade cultural**, que fortalece a identidade plural da cidade, evitando a hegemonização de um único padrão cultural.
- **Qualidade dos recursos técnicos**, necessários para viabilizar o planejamento de conservação com eficiência.
- **Legalidade dos atos dos gestores**, fundamentados em acordos formalizados na legislação, e não em improvisação ou interesses momentâneos.
- **Competência e ética dos planejadores e gestores**, essenciais para garantir justiça, equidade e eficácia no planejamento urbano.
- **Legitimidade e atitudes democráticas dos líderes políticos**, que devem ser transparentes e inspirar confiança para assegurar resultados sustentáveis na conservação do patrimônio urbano.

A partir disso, fica claro que a conservação do patrimônio cultural está relacionada com outras dimensões da *Complex-cidade*, e que não deve ser tratada de forma isolada de outros segmentos da produção do espaço urbano, mas devem ser pensados de forma conjunta.

Sobre o planejamento dessa conservação, Pontual (2012) vai dizer que, em se tratando especificamente de sítios históricos, além dos desafios comuns do planejamento de cidades, acrescenta-se o desafio de adaptá-lo às necessidades contemporâneas. “Esse desafio está aliado ao objetivo de prolongar a vida útil de um bem cultural e valorizar as suas características históricas e artísticas sem perda da autenticidade e do significado” (ibid. p.94). Segundo a autora, o planejamento da conservação do patrimônio cultural deve:

- Promover a sensibilização da sociedade para a importância dos bens culturais;
- Garantir a manutenção e conservação das qualidades e dos valores da configuração urbana e arquitetônica;
- Assegurar a manutenção do que existe de específico, de irreprodutível, de não renovável, incorporando novos objetivos econômicos e sociais;
- Promover o contínuo monitoramento do estado de conservação e das estratégias de sustentação;

Além desses estão recomendados pelas organizações internacionais voltadas ao planejamento da conservação do patrimônio cultural outros pré-requisitos, quais sejam:

- A identificação dos bens culturais.
- O estabelecimento de ato administrativo regulamentando o sítio como patrimônio cultural, presente na sociedade do sítio e na cidade;
- A criação da comissão do sítio, com a representação dos diversos grupos sociais (Pontual, 2012, p.94).

Pode-se notar que os itens acima, elencados por Pontual (2012), relacionam-se, em diversos aspectos, com as dimensões construtoras da *Complex-cidade* propostas por De La Mora (2012), evidenciando que o planejamento da conservação do patrimônio cultural não pode ser dissociado das demais dinâmicas urbanas, e, que deve promover/fomentar ações que fortalecem a preservação e conservação de bens culturais.

Mencionados as questões relacionadas ao planejamento do patrimônio cultural, nos resta a gestão, que, conforme dito anteriormente, é o procedimento posterior ao planejamento, que auxilia na implementação das ações planejadas. Sobre a gestão da conservação, De La Mora (2012) vai dizer que “é uma especialidade da gestão pública voltada especificamente para a formulação, implementação e gestão de políticas, programas e projetos de conservação do patrimônio integrada às demais dimensões do desenvolvimento urbano” – condensadas nas dimensões da *Complex-cidade* (p.115).

O autor traz à discussão o conceito de gestão da conservação integrada, que emergiu nas últimas décadas como parte integrante da política urbana, e que está relacionada com a natureza interdisciplinar e intersetorial da gestão do patrimônio. Demanda a formação específica de especialistas, capazes de mobilizar e gerir recursos humanos, organizacionais, técnicos e financeiros, além de e responder aos apelos dos organismos internacionais¹⁹. Ainda segundo o autor:

A gestão patrimonial adota especificidades decorrentes das exigências da conservação urbana integrada: a capacidade de articular políticas urbanas em sintonia com a preservação dos valores patrimoniais e o engajamento articulado de diversos setores governamentais e da sociedade no planejamento e na gestão das políticas, programas e projetos (...). (p.116).

A discussão acima deixa claro que o planejamento e a gestão da conservação possuem um desafio extra, lidar com pré-existências, valores e significados patrimoniais, que dizem respeito à sociedade. Além disso, a conexão da dimensão cultural e conservação com outras dimensões da *Complex-cidade* tornam o cenário ainda mais diversos.

Somam-se às questões acima – que são complexas e estão em constante estudo e aprimoramento, com destaque para o conceito de *conservação integrada* – as transformações contínuas no próprio conceito de patrimônio. Esse conceito tem evoluído ao longo do tempo, refletindo mudanças nas formas de pensar e valorizar os bens culturais. Uma forma de acompanhar essa evolução é por meio da análise das cartas patrimoniais²⁰. A leitura dessas cartas permite perceber uma trajetória

¹⁹ Como UNESCO, ICOMOS, etc.

²⁰ As cartas patrimoniais são fruto da discussão de um determinado momento. As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral (Kuhl, 2010). Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/5539>. Acesso em: 2 set. 2024.

significativa do conceito de patrimônio ao longo do tempo, sendo inicialmente compreendido de maneira isolada e com caráter excepcional; posteriormente considerando também bens mais modestos; passando para uma visão que o entende como parte integrante de um contexto; até contribuições mais recentes que reconhecem os aspectos imateriais e culturais como elementos fundamentais para a definição e valorização do patrimônio.

Entre os documentos que se configuram como cartas patrimoniais que contribuíram para o entendimento do patrimônio como fazendo parte de um contexto ao qual está inserido, destaca-se a Declaração de Amsterdã de 1975, que reafirma princípios já delineados por cartas e recomendações anteriores, enfatizando a importância da conservação não apenas de construções isoladas de valor excepcional e de seus entornos, mas também de conjuntos urbanos, bairros, cidades e aldeias que possuam interesse histórico ou cultural – abrangendo desde os exemplares mais imponentes até os mais modestos – bem como o ambiente em que se inserem. Nesse mesmo sentido, vale mencionar a Carta de Burra (1980) que reforça que o termo *bem cultural* designa não somente edificações ou obras isoladas, mas também locais, zonas e conjuntos construídos que possuam significação cultural.

A Carta de Petrópolis (1987) introduz ainda o conceito de Sítio Histórico Urbano (SHU), definido como o espaço que reúne testemunhos do fazer cultural da cidade em suas múltiplas manifestações. Trata-se de uma parte integrante de um contexto mais amplo, que abrange tanto a paisagem natural quanto a construída, além das experiências e vivências de seus habitantes, em um espaço marcado por valores produzidos no passado e no presente, em constante processo de transformação.

Com relação às contribuições ao campo do planejamento e gestão do patrimônio, a Declaração de Amsterdã (1975) enfatiza que a conservação do patrimônio arquitetônico deve ser um dos principais objetivos do planejamento urbano e do ordenamento físico-territorial. Essa responsabilidade não cabe apenas aos especialistas, mas também à sociedade como um todo, que deve participar ativamente, desde a elaboração dos inventários até o processo de tomada de decisões. Além disso, o texto destaca a relevância da identificação e delimitação dos conjuntos arquitetônicos, da definição de zonas de proteção e da implementação de políticas que promovam a conservação integrada do patrimônio.

A Carta de Washington (1987) também destaca que a salvaguarda das cidades e bairros históricos, para ser eficaz, deve fazer parte integrante de uma política

coerente de desenvolvimento econômico e social, e ser considerada nos planos de ordenamento e de urbanismo em todos os níveis. O documento também enfatiza que o sucesso da salvaguarda depende do envolvimento ativo dos habitantes nos processos, uma vez que a salvaguarda das cidades e bairros históricos diz respeito, antes de tudo, àqueles que neles vivem. Vale mencionar que, o documento traz ainda recomendações quanto a intervenções em áreas históricas.

Muitos são os esforços e iniciativas para compreender o patrimônio como um conjunto urbano, representando um desafio específico que exige a superação da visão fragmentada, voltada apenas para elementos isolados, em favor de uma percepção integrada e sistêmica. Essa abordagem implica reconhecer o valor do conjunto como um todo – incluindo edificações monumentais e modestas – bem como sua área envolvente, compreendida como área de transição, que auxilia na compreensão e na leitura do sítio.

Fica evidente, portanto, a natureza plural do patrimônio e a importância do planejamento e da gestão para a sua salvaguarda. Neste sentido, os organismos de planejamento e gestão, por motivos operacionais, frequentemente setorizam os problemas, o que acaba por prejudicar sua compreensão e superação (De La Mora, 2012). Sendo assim, se a finalidade última do planejamento e da gestão é a superação de problemas, ambos devem ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias do desenvolvimento (Souza, 2009).

Entre as estratégias de desenvolvimento urbano, descrito por De La Mora (2012) como a partitura da sinfonia urbana, está o Plano Diretor que, de acordo com a Constituição Federal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo uma lei de competência municipal.

O principal objetivo de um Plano Diretor é planejar o futuro da cidade. A partir do pensamento reflexivo sobre as funções exercidas no território (trabalho, moradia, lazer etc.), ele visa ordenar o pleno desenvolvimento das forças sociais existentes. Para tanto, é importante estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada, reconhecendo a todas as pessoas o direito à moradia e aos serviços urbanos de qualidade. (...). (Guia para elaboração de Planos Diretores, 2015²¹).

²¹ Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/desenvolvimento-urbano-e-metropolitano/projeto-andus/GuiaparaElaboraoeRevisodePlanosDiretores_compressed.pdf. Acesso em: 12 dez. de 2024.

Em síntese, o Plano Diretor desempenha um papel crucial na organização e no planejamento do desenvolvimento urbano, configurando-se como uma ferramenta essencial para a gestão integrada do território, alinhando as diversas políticas públicas e promovendo a justiça social. No próximo tópico, aprofundaremos a análise desse instrumento, explorando o contexto de sua necessidade, desafios na implementação, sua importância para a construção das cidades e preservação do patrimônio cultural municipal e de que forma promove a participação popular.

2.3. Planos Diretores e Participação Popular: breve contextualização histórica.

De acordo com Lacerda (2012), “a gestão pública contemporânea está marcada pela descentralização das decisões e das responsabilidades políticas, bem como pela participação da sociedade na escolha das alternativas de desenvolvimento” (p. 91). Mas, esse pensamento é fruto de uma construção histórica de lutas e conquistas.

Entre o final dos anos 50 e início dos anos 60, houve uma forte mobilização sindical, camponesa e social, impulsionada pelo movimento pelas “reformas de base”, que buscava mudanças em áreas como reforma agrária, urbana, educação e saúde. No entanto, o golpe militar de 1964 interrompeu essas mobilizações, redirecionando algumas propostas para um modelo centralizado, com destaque para políticas como a unificação dos sistemas de saúde e aposentadoria e a criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (Albuquerque, 2004).

A resistência à ditadura militar levou ao surgimento de novos movimentos sociais, que se organizaram em torno de temas como gênero, etnias, meio ambiente e direitos das crianças e jovens marginalizados. Esses movimentos criticavam o autoritarismo e a centralização do regime, buscando garantir direitos civis, sociais e políticos, e exigindo participação nas decisões políticas (ibid.).

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil assistiu a uma grande onda de construção de Planos Diretores nas grandes e médias cidades, uma grande maioria financiados pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), possuindo uma natureza tecnocrática, sem considerar a participação popular no processo. O modelo tecnocrático e excludente de planejamento e gestão começou a ser questionado a partir da década de 1970 (Cymbalista, 2015).

Na década de 1980, a crítica ao planejamento urbano das décadas anteriores levou à reconfiguração do campo urbano, com a convergência de interesses entre movimentos sociais de moradia, assessores técnicos e setores da igreja católica. Essa articulação resultou no movimento nacional pela reforma urbana, que buscou inserir uma dimensão política mais explícita nos Planos Diretores. Durante a campanha para a Constituição de 1988, o movimento conseguiu que a Emenda Popular da Reforma Urbana fosse avaliada no Congresso, culminando nos artigos 182 e 183 da Constituição, que atribuem ao Plano Diretor a função de assegurar a função social da propriedade urbana e orientam o desenvolvimento e a expansão urbana (ibid.).

A Constituição também tratou da preservação do patrimônio histórico, com competência compartilhada entre União, Estados e Municípios, e definiu o papel do município na proteção do patrimônio histórico local. Além disso, a Constituição fortaleceu o papel dos municípios no pacto federativo, permitindo que, na década de 1990, diversos municípios (como São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Belo Horizonte) elaborassem seus Planos Diretores, buscando reformular as políticas urbanas municipais com base nos novos princípios constitucionais (ibid.).

A Assembleia Constituinte de 1988 se tornou um marco de participação popular, com a criação de emendas populares que promoveram a universalização de direitos. Movimentos populares e associações profissionais contribuíram para transformar reivindicações em propostas de políticas públicas, como a liberdade sindical, a reforma agrária, a criação de um Sistema Único de Saúde, e políticas de Assistência Social e atenção à criança e adolescente. Este processo buscou descentralizar o poder e garantir mecanismos de controle social nas políticas públicas em todos os níveis de governo (Albuquerque, 2004).

A natureza participativa deste processo de elaboração de políticas públicas, bem como a necessidade de enfrentar a tradicional impermeabilidade, autoritarismo e centralismo do Estado brasileiro, marcaram as propostas elaboradas com exigências de descentralização e de criação de instrumentos de participação e controle social sobre estas políticas, nos âmbitos federal, estadual e municipal. (Albuquerque, 2004, p.11).

Na década de 1990, os Planos Diretores passaram a integrar preocupações com o patrimônio histórico e a política urbana mais ampla, buscando ir além do simples tombamento de edifícios. Eles foram rebatizados de "Planos Diretores Participativos", destacando sua construção democrática e a inclusão de segmentos

sociais antes excluídos, como movimentos de moradia e associações de bairros (Cymbalista, 2015).

Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, que instituiu um sistema descentralizado e participativo de política urbana. Essa política reflete o engajamento de movimentos sociais e da sociedade civil na ampliação dos direitos e da democracia no Brasil (Albuquerque, 2004). O EC estabeleceu que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes deveriam elaborar seus Planos Diretores até 2006, com a participação popular e o foco em garantir a função social da propriedade e o acesso à cidade para todos (Cymbalista, 2015).

O Ministério das Cidades, criado em 2003, impulsionou a criação desses planos através da "Campanha do Plano Diretor Participativo", promovendo capacitação e disseminando os princípios do Estatuto. A campanha envolveu diversos atores e obteve avanços, mas enfrentou desafios, principalmente relacionados ao financiamento, já que o governo federal não tinha recursos suficientes para apoiar todos os municípios. Mesmo assim, muitos municípios avançaram na elaboração dos planos, com 86% deles já aprovados ou em processo de elaboração até 2007 (ibid.).

Em se tratando da proteção ao patrimônio cultural, os Planos Diretores Participativos (PDP) inovam ao definir a função social da propriedade conforme as especificidades de cada município, com destaque para a preservação do patrimônio. Alguns PDPs, como os de São Paulo, Salvador, Recife, Belém e Guarulhos, incluem essa preservação como parte da função social da propriedade. Isso permite a atuação de atores sociais, como a proposição de ações civis públicas quando há desrespeito a essas diretrizes (ibid.).

Além disso, os Planos Diretores das cidades com maior população geralmente incluem políticas setoriais detalhadas, abordando áreas como cultura, meio ambiente, saúde, educação e mobilidade. O patrimônio histórico aparece nessas políticas de duas formas: como uma seção específica ou como parte das diretrizes culturais. Alguns PDPs, como o de Recife, vão além e incorporam ações estratégicas, como projetos para reabilitação e conservação do patrimônio histórico. O Plano Diretor de Manaus cria um Programa de Valorização do Patrimônio Cultural, focado no inventário, preservação, fiscalização e divulgação do patrimônio, além de apoiar projetos de recuperação e criar um setor específico para sua gestão (ibid.).

A participação popular nas questões referentes ao patrimônio começou a ser discutida entre as décadas de 1980 a 2000, período em que Vieira-de-Araújo (2022)

destaca como amadurecimento do campo em âmbito nacional, onde houve a ampliação da noção de patrimônio que vai tornando-se paulatinamente mais inclusiva, abrangendo todos os objetos culturalmente significativos (ibid., p.114). Entre as várias contribuições do amadurecimento do campo do patrimônio cultural, destaca-se a valorização da participação popular e o reconhecimento do papel essencial dos indivíduos nos processos de tomada de decisão.

Além desse alargamento do que considerar bem cultural a ser preservado, a partir de noções como as de referências culturais²², há um ganho em relação à participação de comunidades que ficavam à margem das políticas de preservação, as quais passam a ser ouvidas e a fazer parte dos processos.” (Rocha e Cunha, 2019, p.17).

Mas, como se dá a participação popular na elaboração de PDPM? De acordo com o “Plano Diretor Participativo - Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos” (2004), o Estatuto da Cidade trata da gestão democrática e oferece instrumentos para o planejamento participativo nos municípios, destacando a importância de canais de participação direta e representativa, como conferências e conselhos.

As conferências são espaços coletivos para o amadurecimento político e a construção de propostas para a cidade, envolvendo diversos segmentos e, quando necessário, representantes das esferas estadual e federal. Elas enriquecem o debate e ajudam a envolver a população na implementação e fiscalização do Plano Diretor. Os conselhos municipais, compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, acompanham e fiscalizam a execução do plano. A falta de um Plano Diretor participativo pode resultar em improbidade administrativa para o prefeito. Além disso, as audiências públicas são obrigatórias para a aprovação do Plano Diretor, com ampla divulgação e acesso aos documentos do processo, garantindo a efetiva participação da população.

O documento ainda deixa claro que o PDPM deve ser elaborado e implementado com a participação ativa de todos os cidadãos, sendo conduzido pelo poder executivo, em colaboração com o legislativo e a sociedade civil. Todas as

²² “O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações” (IPHAN, 2016). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 27 out. 2024.

etapas do processo devem envolver as equipes técnicas da Prefeitura e os moradores, garantindo que a participação não se restrinja apenas à Audiência Pública de apresentação.

Considerando a trajetória dos Planos Diretores e sua relação com o patrimônio cultural, bem como a crescente importância da participação popular no processo de sua elaboração, implementação, avaliação e ajustes, no próximo capítulo abordaremos o PDPM de Glória do Goitá, com ênfase no SPH1 e sua definição, seguindo o percurso metodológico apresentado a seguir e que as envolve as três etapas indicadas em nossa Introdução.

Etapas 01: Esta etapa tem como objetivo identificar e analisar os principais aspectos envolvidos na elaboração do PDPM de Glória do Goitá, de forma geral, e, em particular, na delimitação do SPH1.

Poderíamos afirmar que esta etapa teve início no momento em que a pesquisadora teve acesso ao arquivo completo do PDPM de Glória do Goitá. No entanto, o verdadeiro início desta etapa remonta a um momento anterior, iniciado com o primeiro contato com a legislação e sua leitura. Todo o processo de busca e investigação que possibilitou o acesso ao referido documento também faz parte dessa etapa inicial, pois é um reflexo de diversas questões já mencionadas anteriormente.

Para esta etapa foi empregada a pesquisa/análise documental, que, de acordo com Gil (2008), é semelhante à pesquisa bibliográfica, mas difere pela natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se baseia em obras já analisadas por autores, a pesquisa documental utiliza materiais não analisados ou passíveis de serem reprocessados conforme os objetivos da pesquisa.

Em outras palavras, embora tanto a pesquisa bibliográfica quanto a documental tenham documentos como objeto de investigação, a diferença está no tipo de documento utilizado. Na pesquisa bibliográfica, os documentos são de domínio científico, como livros, artigos, periódicos, ensaios e enciclopédias. Já na pesquisa documental, busca-se informações em documentos que não passaram por tratamento científico – e por este motivo requerem uma análise mais cuidadosa –, como relatórios, reportagens de jornais, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outros materiais de divulgação (Oliveira 2007, apud Sá-Silva et al., 2009).

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de

objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009, p.2).

A etapa de análise documental, abrange o estudo do contexto, dos autores envolvidos, da autenticidade e confiabilidade do texto, da natureza do conteúdo, dos conceitos-chave e da lógica interna do texto. Já a análise propriamente dita consiste na extração de informações relevantes que permitirão esclarecer o objeto de estudo e contribuir para a solução dos problemas de pesquisa propostos (Cellard (2008), apud Júnior et al (2021)).

Assim, nesta etapa, buscou-se compreender, a partir do PDPM de Glória do Goitá, o processo de elaboração do plano, os atores envolvidos e como a participação social foi incorporada, com especial atenção à definição e delimitação do SPH1.

Ainda nesta etapa onde foi realizado um estudo abrangente que incluiu levantamento histórico, documental e iconográfico do SPH1, com o objetivo de compreender sua formação ao longo do tempo, identificar as edificações significativas e entender a trajetória dessa área, que desempenhou um papel crucial na construção histórica da cidade. Considerando que o SPH1 está localizado na região central da cidade, sua relevância para o desenvolvimento urbano é indiscutível. Para enriquecer essa análise, foram realizadas visitas in loco, onde a pesquisadora registrou fotografias com auxílio de um aparelho celular. Além das visitas na área, a pesquisadora consultou acervos públicos e privados, incluindo registros iconográficos e documentos históricos fornecidos por moradores locais.

A pesquisa em acervos pessoais foi crucial para compreender o processo de transformação do SPH1. Segundo Meneses (1998), esses objetos possuem uma qualidade essencial: sua veracidade é indiscutível, embora a interpretação sobre eles possa variar. O autor também afirma que, embora esses documentos tenham um valor concreto, seus significados são atribuídos pelas pessoas, sendo a narrativa um meio indispensável para compreendê-los. Diante da necessidade da narrativa e da escassez de fontes documentais, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, que proporcionaram uma visão mais detalhada do distrito ao longo do tempo.

Antes de detalharmos o processo das entrevistas, é importante esclarecer alguns pontos. Até determinado momento da pesquisa – como mencionado anteriormente –, a pesquisadora não tinha acesso aos mapas que delimitavam de forma mais precisa o SPH1. Desta forma, considerando a relevância e o potencial

promissor da pesquisa, além de ser motivada por um interesse pessoal, já que a pesquisadora reside na cidade desde seu nascimento, a investigação estava sendo conduzida com uma delimitação preliminar, definida pela própria pesquisadora.

Essa delimitação baseava-se na única pista disponível sobre a possível demarcação do SPH1 no texto da legislação: a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato. Assim, a pesquisadora considerou como possível delimitação do SPH1 as cinco quadras que envolvem a Praça Cristo Redentor, e entendeu o "entorno imediato" referido na legislação como os lotes que se encontram diretamente voltados para a praça em questão.

Por essa razão, a etapa das entrevistas foi conduzida com base na definição do PDPM de Glória do Goitá, sendo apresentada aos entrevistados a concepção da Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato, conforme mencionado anteriormente. No entanto, após a descoberta dos documentos que detalhavam a delimitação exata do SPH1, a pesquisa passou a seguir uma nova direção. Com o resgate dessas informações, ficou claro que a área do SPH1 era maior e apresentava uma configuração diferente do que a pesquisadora inicialmente imaginara. Contudo, um aspecto se manteve inalterado, mesmo com essa mudança: a delimitação do entorno imediato da Praça Cristo Redentor. Isso fez com que as entrevistas não perdessem sua relevância, já que continuaram a contribuir de maneira significativa para a construção e aprofundamento da pesquisa histórica dessa área específica.

Essa área, composta pela Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato, passou a ser tratada pela autora como uma subdivisão do SPH1. Nesse contexto, foi possível identificar diretrizes gerais para toda a extensão do SPH1, e diretrizes específicas – além das gerais – para a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato. Essa abordagem conferiu uma natureza de notabilidade e destaque a essa área, que passou a ser considerada de forma diferenciada na pesquisa, sendo tratada pela pesquisadora com atenção particular devido ao seu destaque pelo PDPM de Glória do Goitá.

As entrevistas seguiram a abordagem proposta por Gil (2008), com um grau de estruturação baseado em entrevista por pautas – ao modo de um questionário semiestruturado –, que guiaram a conversa por pontos de interesse. Essas pautas foram organizadas de forma lógica, permitindo ao entrevistado falar livremente, com intervenções mínimas do entrevistador, sempre que necessário para manter o foco da discussão.

Para a entrevista, foram utilizadas algumas perguntas-chave, responsáveis por guiar as pautas de interesse no momento. Os entrevistados ficaram livres para discorrer sobre a pauta levantada na pergunta. As perguntas estão divididas em dois blocos, o primeiro bloco diz respeito à identificação do entrevistado e o segundo bloco diz respeito ao SPH1. As respostas das perguntas acima são um complemento para as etapas anteriormente citadas.

No total foram três entrevistados: a Entrevistada 01, 83 anos, pedagoga, residente de Glória do Goitá desde seu nascimento, e também residente do SPH1; a Entrevistada 02, 65 anos, professora licenciada em letras, residente na cidade desde seu nascimento, e também residente do SPH1; e o Entrevistado 03, 65 anos, Policial Penal, Servidor Público Estadual, Historiador, Vereador da cidade de Glória do Goitá (2020-2024), residente na cidade há 42 anos. As perguntas aplicadas foram:

Quadro 1 - Perguntas-chave para entrevistas por pautas.

IDENTIFICAÇÃO	
PERGUNTA 01	NOME?
PERGUNTA 02	IDADE?
PERGUNTA 03	PROFISSÃO?
PERGUNTA 04	MORA EM GLÓRIA DO GOITÁ?
PERGUNTA 05	SE SIM, HÁ QUANTOS ANOS RESIDE NA CIDADE?
SOBRE O SPH1	
PERGUNTA 06	QUAL SUA RELAÇÃO COM A ÁREA DE ESTUDO?
PERGUNTA 07	HÁ QUANTO TEMPO RESIDE (CASO SEJA MORADOR) OU FREQUENTA A ÁREA DE ESTUDO?
PERGUNTA 08	O QUE VOCÊ SABE SOBRE A HISTÓRIA DA ÁREA DE ESTUDO?
PERGUNTA 09	O QUE VOCÊ SABE SOBRE A HISTÓRIA DAS EDIFICAÇÕES PRESENTES NA ÁREA DE ESTUDO?
PERGUNTA 10	VOCÊ CONSIDERA A ÁREA DE ESTUDO IMPORTANTE PARA A CIDADE? POR QUÊ?
PERGUNTA 11	VOCÊ CONSIDERA QUE A ÁREA DE ESTUDO DEVE SER PRESERVADA PARA AS FUTURAS GERAÇÕES? POR QUÊ?
PERGUNTA 12	VOCÊ TEM CONHECIMENTO DE QUE A ÁREA É PROTEGIDA PELO PLANO DIRETOR MUNICIPAL?

PERGUNTA 13	VOCÊ CONSEGUE IDENTIFICAR/PERCEBER AS TRANSFORMAÇÕES SOFRIDAS PELA ÁREA AO LONGO DO TEMPO?
PERGUNTA 14	VOCÊ ACREDITA QUE A ÁREA ESTÁ SENDO PRESERVADA? POR QUÊ?
PERGUNTA 15	QUAIS EDIFICAÇÕES VOCÊ ACHA QUE MERECEM SER PRESERVADAS?

Fonte: A autora (2024).

É importante destacar que as respostas obtidas por meio das entrevistas não serão apresentadas na íntegra, em razão da natureza mais flexível desse instrumento. No entanto, trechos selecionados serão incorporados ao longo do texto, sempre que contribuírem de maneira relevante para o desenvolvimento da análise.

Etapa 02: Esta etapa teve como objetivo avaliar a efetividade da delimitação do SH1, de modo a compreender como a instituição do setor vem contribuindo com a preservação do patrimônio cultural.

A avaliação da efetividade da instituição do PDPM em Glória do Goitá foi realizada com base nos aspectos apontados por De La Mora (2012) e Pontual (2012), os quais serviram de referência para a definição das categorias de avaliação. São elas:

- a. Promoção e sensibilização da sociedade para importância dos bens culturais.
- b. Incentivos à educação patrimonial.
- c. Garantia de manutenção e conservação das qualidades e dos valores da configuração urbana e arquitetônica.
- d. Garantia da manutenção do que existe de específico, de irreproduzível, de não renovável, incorporando novos objetivos econômicos e sociais.
- e. Promoção do contínuo monitoramento do estado de conservação e das estratégias de sustentação.
- f. Identificação dos bens culturais.
- g. Estabelecimento de ato administrativo regulamentando o sítio como patrimônio cultural, presente na sociedade do sítio e na cidade.
- h. Criação da comissão do sítio, com a representação dos diversos grupos sociais.
- i. Criação de organismos e instâncias de planejamento e gestão do patrimônio cultural.

- j. Criação das normativas genéricas do PDPM (leis complementares, regulamentações, inclusive Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS).
- k. Garantia da natureza participativa nos processos relacionados.
- l. Incentivos fiscais para aprimoramento das questões acima descritas.

A concretização dos critérios elencados, revela-se fundamental para a efetividade do planejamento e da gestão do patrimônio cultural em Glória do Goitá. Esses parâmetros abrangem dimensões essenciais que vão desde a mobilização e conscientização da sociedade até a institucionalização de mecanismos legais e administrativos, refletindo uma abordagem integrada e participativa. Além disso, fortalecem o vínculo entre a população e seu patrimônio, ampliando as possibilidades de preservação e valorização da identidade local diante das transformações urbanas contemporâneas.

No que diz respeito à eficiência, os aspectos de interesse são relativos ao modo como se deu o processo de planejamento e a previsão de meios de sua gestão, associados não apenas à capacidade de se realizar as tarefas correspondentes e alcançar o objetivo maior, de construção de um instrumento de ordenamento do desenvolvimento territorial. Trata-se também de delimitar até que ponto esse processo foi coerente com o que preceitua o quadro jurídico e político vigente.

Já a avaliação da eficácia das diretrizes e parâmetros urbanísticos é fundamental, pois oferece um panorama geral de como essas normas – mesmo que por vezes insuficientes – foram seguidas e/ou fiscalizadas. Para a avaliação da eficácia das diretrizes, foram realizadas visitas ao local, registros fotográficos e foram elaborados mapas que representam a realidade da área na época de construção do PDPM os quais serão comparados com mapas atuais da área, refletindo o estado do SPH1 na atualidade à luz das diretrizes estabelecidas.

Antes do encontro dos arquivos do PDPM na CONDEPE FIDEM, uma outra atividade foi realizada, referente à Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato, que, mais uma vez, por permanecer em sua ideia original, continua relevante para a pesquisa. Essa foi uma etapa de validação social, que ocorreu em colaboração com os atores sociais diretamente envolvidos com o objeto, por se tratar de um processo que exige negociação, equilíbrio e, por fim, consenso (Lira, 2020, p. 17).

Nessa fase, foi testada uma metodologia que favoreceu a participação popular na validação e valoração de **elementos de destaque**, que possivelmente poderiam

ser considerados como relevantes para a escolha dos atributos patrimoniais da Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato, fundamentais para a conservação de sua ambiência histórica²³. Esses elementos de destaque foram inicialmente identificados pela autora na etapa 1 e posteriormente apresentados à população. Com o intuito de promover um envolvimento mais direto, a validação social foi realizada por meio de uma oficina, onde todos os atores sociais selecionados se reuniram para discutir e executar as atividades propostas. Durante esta etapa, foram aplicados os instrumentos de consulta aos atores sociais, que serão detalhados mais adiante.

Etapa 03: Compilar e sintetizar as análises resultantes, de modo a contribuir com reflexões para aprimoramento do planejamento e gestão do patrimônio cultural municipal, propondo diretrizes mais detalhadas para a área em questão.

- a. Aspectos de eficiência e coerência, em relação aos preceitos e normas que devem conduzir as ações de planejamento e gestão para a conservação do patrimônio;
- b. Aspectos de eficácia, referentes ao alcance de objetivos – produtos e serviços –, associados à salvaguarda da área do SPH1;
- c. Aspectos de efetividade, correspondentes ao impacto do instrumento de zoneamento e sua gestão sobre a preservação do patrimônio cultural do recorte de estudo.

As considerações expostas servem de base para a apresentação de recomendações que poderão subsidiar o aprimoramento das reflexões acerca do planejamento e da gestão do instrumento, bem como orientar possíveis direções para sua atualização futura de forma consistente e fundamentada.

Ressalta-se que, por se tratar de uma pesquisa envolvendo diretamente pessoas durante a etapa das entrevistas e da oficina, foram observados todos os aspectos éticos pertinentes. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética, recebendo o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE nº 80589924.0.0000.5208). Assim, as entrevistas e a oficina somente foram realizadas após a referida aprovação. Ademais, foi elaborado e disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Apêndice B), bem como o Termo de Autorização de Uso de Imagem (Apêndice D), ambos apresentados individualmente a cada participante, acompanhados das devidas orientações sobre a pesquisa.

²³ A utilização do termo ambiência histórica bem como sua relação com a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato serão explicadas no capítulo 4.

3. REVELANDO UM INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO URBANO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL GLORIENSE

3.1. PDPM de Glória do Goitá: elaboração, metodologia e participação popular no bojo do programa estadual PROMATA.

De acordo com Braga e Filho (2013), o Programa PROMATA foi implantado na Mesorregião da Mata de Pernambuco com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região, por meio de ações integradas do Governo do Estado. Financiado parcialmente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa se baseou em fóruns locais, como o Programa de Investimento Municipal (PIM), e utilizou dados para formar Territórios de Desenvolvimento (TD), agrupando municípios polo. Inicialmente testado em um Território Piloto, o programa expandiu-se para 9 TDs adicionais, envolvendo 43 municípios.

As ações d'o PROMATA incluíram o fortalecimento da gestão local, a promoção da participação da sociedade civil e a melhoria dos serviços básicos, especialmente em áreas rurais. Além disso, o programa focou na diversificação econômica e no manejo sustentável dos recursos naturais nas regiões de Desenvolvimento Mata Sul e Mata Norte.

Em 2006, foram firmados convênios para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Participativo (PDPs) em 19 municípios, divididos em grupos conforme as regiões. Para a elaboração dos PDPs, foi formada uma Equipe Técnica Principal (ETP) composta por um coordenador geral, supervisores regionais, equipes de especialistas em diversas áreas e moderadores de oficinas, além de uma Equipe Técnica Local (ETL) em cada município, formada por cidadãos com experiência local (ibid.).

O PDPM de Glória do Goitá, que foi elaborado a partir de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Glória do Goitá, o Governo do Estado de Pernambuco e a Secretaria de Planejamento/PROMATA, contou em seu processo de elaboração com a seguinte equipe:

Quadro 2 - Pessoas envolvidas na construção do PDPM de Glória do Goitá.

NOME:	CARGO/ÓRGÃO:	PDPM DE GLÓRIA DO GOITÁ:
ZENILTO VIEIRA MIRANDA	PREFEITO	PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DO GOITÁ

NOME:	CARGO/ÓRGÃO:	PDPM DE GLÓRIA DO GOITÁ:
NATANAEL PAULO DA SILVA; PEDRO SOARES DA SILVA; JOSÉ LAURINDO AFONSO IRMÃO.	MEMBRO DE ASSOCIAÇÕES RURAIS	COMITÊ GESTOR DO PDPM DE GLÓRIA DO GOITÁ - MEMBROS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
MARIA BETÂNIA OLIVEIRA DE MATOS	ESCOLAS PARTICULARES	
ANA CRISTINA ROLDÃO	FUNDAÇÃO PAU-BRASIL	
MARIA ANTÔNIA DOS SANTOS	CGL	
DAISY DE OLIVEIRA CORREIA; LUCIENE DE MOURA SOUZA.	CENTRO DAS MULHERES	
ZENILTO VIEIRA MIRANDA; MARIA JOSÉ BACELAR BORBA.	GOVERNO	COMITÊ GESTOR DO PDPM DE GLÓRIA DO GOITÁ - MEMBROS REPRESENTANTES DO SETOR PÚBLICO
DINALVA GOMES DA SILVA; LUCIMARA FELIPE DOS SANTOS; ANTONIO NAZÁRIO NETO.	FINANÇAS	
BERTONI FELICIANO DE SOUZA; HERBERT DE ALENCAR MARTINS; JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO.	INFRAESTRUTURA	
SIMONE CHAVES LIMA FERREIRA; ADÉLIA MARIA DA ROCHA; MARIA DAS GRAÇAS SILVA NASCIMENTO.	SAÚDE	
MARINALVA HELENA DE FREITAS; CRISTINA MARIA DE SOUZA.	EDUCAÇÃO	
	AGRICULTURA	

NOME:	CARGO/ÓRGÃO:	PDPM DE GLÓRIA DO GOITÁ:
ALDO JOSÉ DE FARIAS ROCHA; NAGAYRO MEDEIROS VICENTE DA SILVA.		
ISABELLE KARINA FELIPE NERY	AÇÃO SOCIAL	
DJALMA PAES	INDÚSTRIA	
LUIZA MARIA DA SILVA NERY; GERALDO VICENTE DA SILVA; MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA.	CÂMARA DE VEREADORES	
GERALDO ANTUNES; JOSÉ LUIZ SANTOS.	DEPARTAMENTO JURÍDICO	
JOSÉ MENDONÇA FILHO	GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO	GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CLAÚDIO JOSÉ MARINHO LÚCIO	SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO	
BERTA LEVINA MAIA.	SECRETÁRIA EXECUTIVA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DA SEPLAN	
SALVADOR SCALLIA.	GERENTE GERAL	UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO – UGP/ PROMATA
LUIZ ANTÔNIO ROSA	GERENTE DE OPERAÇÃO	
ROBERTO SALOMÃO	SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA	
ÁUREA IGREJAS LOPES	GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
VERÔNICA C. M. RIBEIRO	COORDENADOR FORTALECIMENTO	
YARA MACHADO	SUPERVISÃO DE FORTALECIMENTO	
MARIA BRAGA	SUPERVISÃO DE PLANOS DIRETORES	
JOSÉ MILTON LINS	COORDENADOR DE ARTICULAÇÃO	
ELIZABETH CUNHAS	COORDENAÇÃO GERAL DE PLANOS DIRETORES	

NOME:	CARGO/ÓRGÃO:	PDPM DE GLÓRIA DO GOITÁ:
SILVIA G. DA CRUZ GOUVEIA	COORDENAÇÃO DA MATA NORTE DE PLANOS DIRETORES	EQUIPE TÉCNICA PRINCIPAL
HELENA OLIVEIRA E SOCORRO CAVALCANTI	MODERADORES	
MÔNICA HARCHAMBOIS	ESPECIALISTA - URBANISMO	
CARMEM SABINO ALVES; VERA MENDES.	ESPECIALISTA - DIREITO URBANO	
MARIA ELISABETH DOMINGOS	ESPECIALISTA - MEIO AMBIENTE (UGP PROMATA)	
VALÉRIA MACEDO	ESPECIALISTA - TRANSPORTE	
CRISTIANA MAÇÃES; CYNTHIA ALENCAR; JOSÉ RAFAEL DE LIMA; MARIA LACERDA DE MELO; LEONARDO MORAES DE ARAÚJO; PAULO RAMALHO.	COLABORADOR - ARQUITETO URBANISTA	
JUSSARA SOARES LEITE DE MENEZES	COLABORADOR — REVISOR TEXTUAL	
CÉSAR SIQUEIRA; RAFAEL LUCIUS VIDERES DE PONTES.	APOIO	

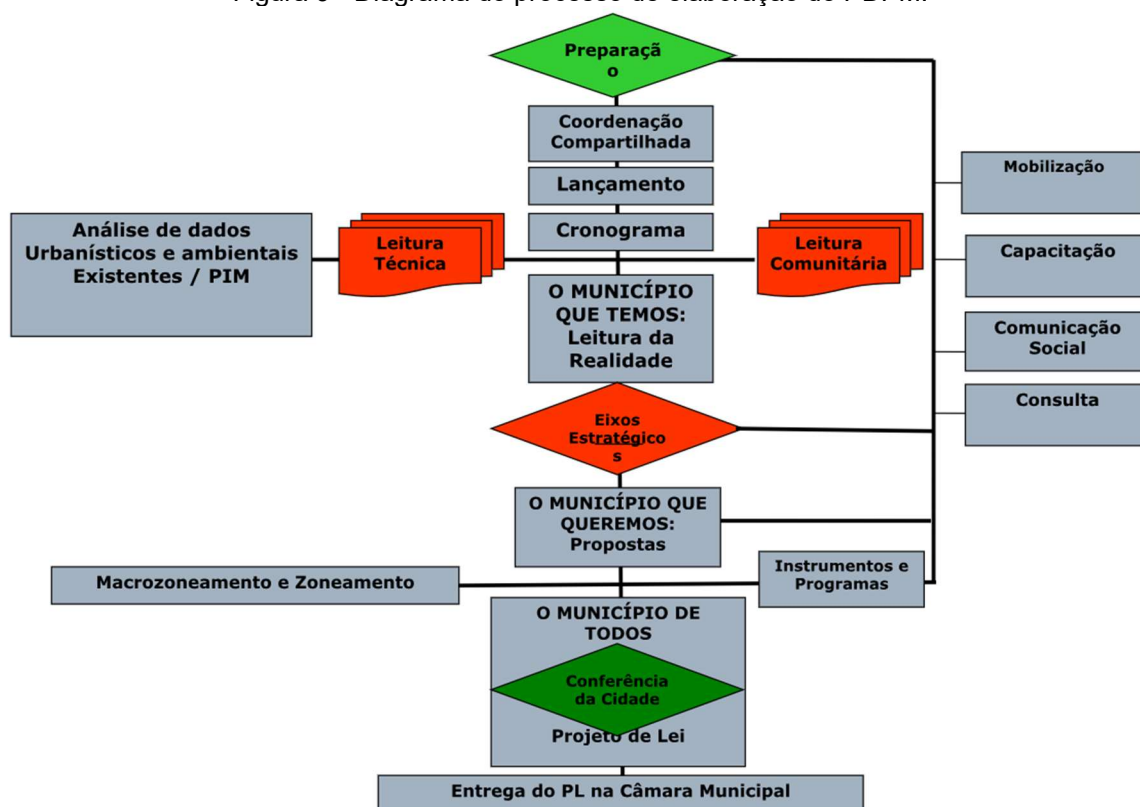
Fonte: PDPM de Glória do Goitá, 2006.

O processo de elaboração dos Planos Diretores dos municípios da Zona da Mata, apoiados pelo PROMATA, foi dividido em três momentos interdependentes. O primeiro momento do processo de elaboração dos Planos Diretores consistiu na elaboração de estudos e diagnósticos com informações técnicas, que foram organizadas em áreas temáticas e resultaram em um texto-base para discussão com a sociedade local. Esse processo envolveu o Comitê Gestor do Plano Diretor de cada um dos 19 municípios apoiados pelo PROMATA, com representantes das prefeituras e dos diversos segmentos sociais. Também foram realizadas oficinas, escutas públicas e reuniões, utilizando metodologias participativas, como o Quadro de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, para complementar a leitura técnica e construir uma visão abrangente do município atual, expressando "**O MUNICÍPIO QUE TEMOS**".

No segundo momento, as discussões foram aprofundadas em reuniões, plenárias e Audiências Públicas para formular propostas consensuais, eixos estratégicos e temas prioritários, com a participação de especialistas nas áreas de planejamento urbano, transportes, meio ambiente e direito urbanístico, contratados pelo PROMATA. O objetivo foi criar um cenário futuro desejado para o município, refletindo **"O MUNICÍPIO QUE QUEREMOS"**. O momento final envolverá a sistematização das deliberações da Conferência da Cidade em um Projeto de Lei, a ser enviado à Câmara Municipal, consolidando **"O MUNICÍPIO DE TODOS"**. A concretização desses momentos contou com uma etapa de preparação, e de leitura técnica e leitura comunitária.

A figura abaixo ilustra o processo de elaboração do PDPM da cidade, onde pode-se observar quais procedimentos antecederam as três etapas citadas anteriormente e a relação entre elas.

Figura 9 - Diagrama do processo de elaboração do PDPM.



Fonte: PDPM de Glória do Goitá, 2006.

Como pode ser observado, as ações referentes à elaboração do plano tiveram como referência operacional o seguinte fluxo:

- **FASE I** - Ações Preparatórias / Complementares (ETP).
- **FASE II** - Leitura da realidade (Leitura Técnica + Leitura Comunitária).

- **FASE III** - Formulação de propostas, temas prioritários e eixos estratégicos.
- **FASE IV** - Projeto de Lei/ Ações Finalísticas e Complementares.

A Fase I compreendeu as etapas de instalação e Operação do Escritório Técnico Central²⁴; Seleção, contratação e mobilização da Equipe Técnica Principal (ETP); Divulgação da estratégia de trabalho junto aos prefeitos e aos coordenadores locais dos PDPM; Realização das visitas de campo para reconhecimento e instrução preliminar da equipe técnica local (ETL); Organização, atualização e sistematização das informações gerais (Linha de Base) – elaboração da leitura técnica preliminar – e; Produção da Base Cartográfica.

A Fase II trata-se de uma **leitura da realidade** municipal – O município que temos –, que teve por objetivo compreender a cidade por meio da análise de dados sociais, econômicos, ambientais e culturais, integrando essas informações com as percepções geradas nos debates entre o Poder Público e a sociedade, subdividindo-se na etapa de leitura técnica e leitura comunitária.

A leitura técnica foi construída com base em informações e levantamento de dados referentes aos aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais do município. Teve início pela sistematização dos dados, mapas e informações disponíveis sobre o município, assim como pelo levantamento e identificação dos processos de planejamento existentes (PIM, planos de desenvolvimento local, etc.). A Leitura Técnica foi elaborada pelo Comitê e pela ETL com o apoio da ETP.

O produto desta fase apresenta dados sobre: Localização geográfica e demografia; Formação do município, influências e limites; Indicadores sociais e econômicos (populações urbana e rural, índice de desenvolvimento humano, setor da educação, setor de saúde e indicadores econômicos), Meio ambiente (solo, hidrografia, flora); Situação fundiária; Aspectos urbanísticos, de infraestrutura e serviços urbanos (evolução urbana, infraestrutura e serviços urbanos, aspectos artísticos, culturais, turísticos e ambientais, habitação, mobilidade e acessibilidade na área urbana e áreas de risco); Indicadores político-institucionais (organograma da

²⁴ Na época de elaboração do plano, o escritório localizava-se na Rua da Aurora, Nº. 555, Santo Amaro, Recife - PE.

prefeitura²⁵, finanças da prefeitura, aspectos legais e instrumentos para a gestão municipal, planos, programas, estudos, projetos e obras); e a Leitura da comunidade.

Para a elaboração da “Leitura da Realidade”, foram realizadas quatro Oficinas: a primeira, de Abertura dos trabalhos para a elaboração do Plano Diretor; a segunda, de trabalho técnico; a terceira, para a construção do Quadro de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (anexo), o que equivale à “Leitura da comunidade” e a última, para a validação desse Quadro, com a definição dos eixos estratégicos, propostas e ações (anexo).

Em todos os momentos, contou-se com a participação ativa de diversos atores sociais do poder público e da sociedade civil do município. Essa participação no desenvolvimento das atividades e, em especial, nas discussões, seja nas plenárias, seja nos trabalhos dos subgrupos, foi essencial e significativa para a elaboração dos documentos. (PDPM de Glória do Goitá, 2006).

De acordo com o PDPM de Glória do Goitá, a elaboração de um Plano Diretor exige uma metodologia que valorize a participação e interação entre os atores locais, promovendo uma reflexão contínua sobre o desenvolvimento e a justiça social. Isso permite construir um cenário futuro consensual e garantir a continuidade e atualização do Plano -replanejamento-.

A Leitura Comunitária teve como finalidade garantir que a população de Glória do Goitá não apenas estivesse informada sobre o Plano Diretor Participativo, mas também se reconhecesse nas propostas construídas coletivamente. Para isso, foi adotado um método de planejamento participativo com visualização de resultados, que busca ampliar a participação social, garantir transparência e assegurar maior objetividade ao processo de planejamento.

Esse método articulou três técnicas principais: visualização, moderação e dinâmica de grupo. A visualização consiste no uso de materiais como cartões e painéis para registrar de forma escrita as contribuições dos participantes durante as oficinas. Ao permitir que os conteúdos das falas sejam representados graficamente e visíveis para todos, essa técnica ajuda a manter o foco temático das discussões e a tornar mais claras as decisões coletivas. Ela também inverte a lógica tradicional da comunicação oral seguida por uma síntese escrita posterior, já que a escrita passa a

²⁵No documento obtido, o organograma está presente, mas contém apenas a estrutura organizacional, sem nenhuma informação, estando completamente em branco. Até o momento desta pesquisa, não se sabe ao certo se esse organograma chegou a ser preenchido em algum momento posterior.

ser produzida durante o próprio debate, tornando o processo mais transparente e eficiente.

A moderação é conduzida por um facilitador que atua como mediador entre os participantes, organizando as ideias apresentadas e promovendo um desenvolvimento lógico dos temas discutidos. O moderador não deve estar diretamente envolvido com o grupo ou com os interesses em jogo, o que assegura neutralidade. Seu papel é estimular a participação, manter a ordem da oficina e ajudar na formulação coletiva das propostas. Já as dinâmicas de grupo são estratégias utilizadas para estimular a reflexão, o diálogo e a construção colaborativa do conteúdo. Elas podem assumir diferentes formatos, como a problematização de questões propostas, o trabalho em subgrupos para tratar temas específicos, as plenárias para socializar os resultados e técnicas como o “mercado de informações”, em que os grupos apresentam suas ideias de forma interativa.

As oficinas de Leitura Comunitária foram organizadas por Câmaras Temáticas (CTs), cada uma responsável por aprofundar a discussão em uma área específica. Os resultados dessas oficinas foram sistematizados pela Equipe Técnica Local (ETL), com apoio da Equipe Técnica de Planejamento (ETP), e consolidados em um documento validado pelo Comitê. Esse documento serviu como base para a etapa seguinte: a formulação de propostas, definição de temas prioritários e dos eixos estratégicos do Plano.

Nos documentos analisados, foram encontrados alguns dados relativos às oficinas realizadas. A primeira oficina das quatro realizadas teve como objetivo realizar um levantamento e aprofundar a discussão sobre os principais elementos, características e dinâmicas das áreas urbana e rural do município, com foco na identificação e compreensão da situação do município, especialmente no que se refere a problemas, conflitos e potencialidades, sendo uma oficina de Abertura dos trabalhos para a elaboração do Plano Diretor, como citado anteriormente. Nos anexos dos documentos do PDPM de Glória do Goitá encontrados na visita realizada à CONDEPE FIDEM, foram localizadas atas de presença, que serão apresentadas nesta pesquisa em ordem cronológica. A primeira ata, datada de 22/06/2006, tem o título “Apresentação do Plano Diretor” (Anexo I), que se supõe que tenha sido referente à primeira oficina.

Uma outra suspeita é que a segunda oficina, destinada a trabalho técnico, tenha acontecido no dia 06/07/2006, de acordo com a ata de presença intitulada como

“Trabalho com equipe técnica local e o comitê” (Anexo II). Foi encontrada também nos anexos uma ata datada de 21/07/2006, intitulada “Apresentação do Plano Diretor para a comunidade - capacitação” (Anexo III). Um ponto importante que esclarece que esta ata não se refere à realização da terceira oficina – onde de fato ocorreu a leitura comunitária –, é o fato de o termo “Leitura Comunitária” aparecer riscado no título da ata. Isso indica que o momento registrado não foi voltado para a leitura comunitária, mas sim para uma sessão de capacitação dos participantes. Esse fato indica que, além das quatro oficinas principais anteriormente mencionadas, ocorreram outros encontros complementares, realizados como atividades adicionais.

Nos arquivos anexos do PDPM de Glória do Goitá também foram encontradas fotos referentes ao dia 21/07/2006, que ilustram o processo de capacitação dos envolvidos (figuras 10 e 11). Pelas fotos, é possível observar que este momento aconteceu na Câmara Municipal dos Vereadores de Glória do Goitá, localizada na Rua Quinze de novembro, no centro da cidade. Supõe-se que os demais encontros foram realizados no mesmo local.

Além das fotos, também estão disponíveis nos anexos encontrados a apresentação em slides utilizada durante a capacitação (Anexo IV). A apresentação teve como objetivo esclarecer de maneira concisa o que é o Plano Diretor Participativo (PDP), seus objetivos, os benefícios para a cidade, o processo de elaboração, entre outros aspectos.

Figura 10 - Encontro do dia 21/07/2006.



Fonte: Anexos do PDPM de Glória do Goitá (2006).

Figura 11 - Encontro do dia 21/07/2006.



Fonte: Anexos do PDPM de Glória do Goitá (2006).

Dando continuidade às atas, as próximas registradas em ordem cronológica são três atas datadas de 10/08/2006 (Anexo V), intituladas “Leitura Comunitária”, que se referem à leitura comunitária realizada na terceira oficina. Essa atividade resultou na construção do Quadro de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA). De acordo com as atas de presença, essa oficina foi a que contou com o maior número de participantes.

Já a quarta e última oficina, conforme registrado na ata intitulada “Validação da leitura comunitária e elaboração de propostas” (Anexo VI), ocorreu em 04/09/2006. Além de validar a leitura comunitária construída na oficina anterior, o objetivo principal dessa última oficina foi definir os eixos estratégicos, propostas e ações futuras para o município. Um fato curioso é que, também foi encontrada nos anexos a FOFA construída na terceira oficina e validada na quarta. O documento também menciona outras duas datas, 30/08/06 e 05/09/06, que não estão registradas nas atas presentes nos anexos. Isso sugere que as oficinas três e quatro não ocorreram em apenas um dia, indicando que essas atividades se estenderam por mais de uma data para sua finalização.

Há ainda uma outra ata nos anexos, datada de 22/09/2006 (Anexo VIII), mas sem título, o que impossibilitou a identificação da atividade à qual ela se refere. Sem o título, não é possível determinar com precisão a natureza ou o objetivo da atividade registrada nesta ata, mas pela data supõe-se que tenha sido o último encontro.

Pode-se observar que as atas referentes à etapa de capacitação e validação apresentam um número significativamente menor de participantes em comparação à ata da leitura comunitária. Esse fato sugere que muitas das pessoas que participaram da leitura comunitária não foram capacitadas para participar da validação nem

estavam preparadas para contribuir de forma efetiva durante essa etapa. Esse descompasso pode ter comprometido a qualidade da leitura da realidade, uma vez que muitos participantes não tinham pleno entendimento sobre o plano diretor, seus objetivos e resultados esperados.

Além disso, há participantes que não estiveram presentes na etapa de leitura comunitária, mas participaram da fase de validação. Isso implica que a validação também pode não refletir de fato o resultado desejado, comprometendo a representatividade das decisões. É evidente que, em processos como este, que demandam a participação ativa da comunidade, muitos desafios são enfrentados. Manter as pessoas engajadas ao longo de várias etapas e garantir um controle rigoroso sobre os participantes são tarefas complexas. No entanto, a diferença no número de participantes entre as etapas de capacitação, leitura comunitária e validação (principalmente nesta última) é considerável, o que pode ter comprometido a qualidade e a representatividade dos resultados obtidos.

Assim, a matriz de FOFA e as propostas não conseguem expressar de maneira adequada a opinião do grupo que participou da leitura comunitária, ficando restritas à visão de apenas 12 pessoas, em vez de representar as 68 que efetivamente contribuíram na leitura comunitária. Esse fato pode indicar que as conclusões da validação não refletem adequadamente o posicionamento e as contribuições de toda a comunidade envolvida.

Outro ponto interessante nas atas é a análise dos perfis dos participantes das oficinas. Nas primeiras duas etapas, observa-se que a grande maioria dos participantes eram pessoas vinculadas a órgãos públicos e instituições de ensino. Em contraste, a ata da leitura comunitária é a que mais expressa a diversidade dos participantes, evidenciando a presença de membros da comunidade católica municipal, estudantes, agricultores e indivíduos que não especificaram suas ocupações. Esse dado levanta suspeitas de que, nesses casos, tratavam-se de moradores comuns da cidade, o que amplia a representatividade e a pluralidade de vozes no processo, contrastando com as etapas anteriores, mais restritas a setores específicos.

A partir dos resultados obtidos na etapa de validação, foram construídas duas matrizes FOFA: uma relacionada ao desenvolvimento econômico e social, e outra focada no desenvolvimento urbano e ambiental (anexo VII), marcando então o fim da fase II. Importa observar que, na matriz FOFA relacionada ao desenvolvimento urbano

e ambiental, é possível identificar, na categoria das fortalezas, a descrição da “existência de um casario significativo ao patrimônio” e de “espaços públicos conservados e arborizados”. Já na categoria das oportunidades, destaca-se a descrição do potencial do turismo em áreas rurais, naturais e de valor histórico-cultural. Em contrapartida, observa-se, entre as fraquezas, a “ausência de políticas de apoio à cultura local”, o que revela uma incongruência entre o reconhecimento do valor cultural e paisagístico do território e a efetiva implementação de ações públicas que promovam sua preservação e valorização.

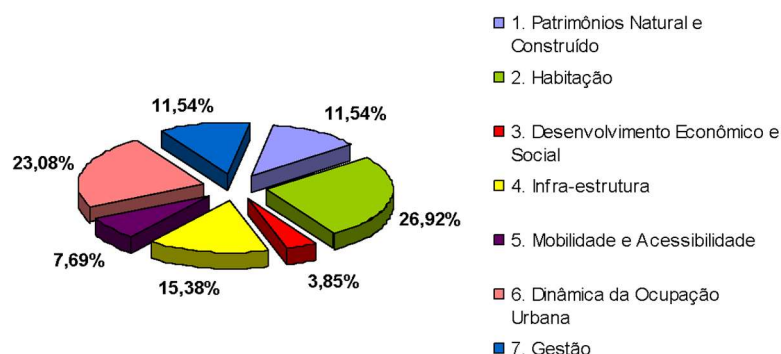
A partir deste ponto, a participação popular teve como objetivo **formular propostas consensuais, definir eixos estratégicos e identificar temas prioritários**, alcançados por meio de reuniões, plenárias, audiências públicas e oficinas, sendo está a fase III. Quanto à definição dos eixos estratégicos, a mesma ocorreu por meio de uma oficina²⁶ focada nos temas "Desenvolvimento Econômico e Social" e "Desenvolvimento Urbano e Ambiental". Durante o evento, foram revisados os resultados das oficinas anteriores, como a Matriz de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, e, por meio de reflexão e debate, esses resultados foram validados, ajustados ou redefinidos.

A partir disso, foi preenchida uma Matriz de Relevância, que ajudou a definir os eixos estratégicos. Especialistas nas áreas de urbanismo, meio ambiente e sistema viário colaboraram para o assessoramento técnico. Após a oficina, foi realizada uma reunião com a Coordenação Geral e o Comitê Gestor para traçar a continuidade do processo, visando à elaboração do Plano Diretor Participativo. Depois, com o auxílio de um sistema de pesos, foram identificados os temas prioritários.

Os resultados iniciais apontaram os seguintes eixos estratégicos: **Patrimônios Natural e Construído, Habitação, Desenvolvimento Econômico e Social, Infraestrutura, Mobilidade e Acessibilidade, Dinâmica da Ocupação Urbana e Gestão**. O gráfico abaixo ilustra a relevância dos eixos estratégicos definidos e validados pelos participantes, expressa em porcentagem.

²⁶ Importa destacar que, nos anexos do plano, não há registro de atas referentes a oficinas sobre esses aspectos, o que reforça a suspeita de que outros encontros, não apenas quatro oficinas. Outra hipótese é que essa oficina esteja relacionada à ata presente nos anexos, datada de 22/09/2006, considerando que a definição dos eixos estratégicos ocorreu em uma etapa posterior à elaboração da matriz FOFA.

Figura 12 - Gráfico-síntese dos eixos estratégicos do PDPM.

GRÁFICO-SÍNTESE DOS EIXOS

Fonte: PDPM de Glória do Goitá, 2006.

Pode-se observar que o eixo relacionado ao patrimônio construído está empatado em quarto lugar com o eixo de gestão, conforme ilustrado no gráfico acima, que destaca a relevância dos sete eixos. Embora não sejam os dois eixos mais prioritários para os participantes, ambos ocupam uma posição significativa, evidenciando sua relevância no contexto geral das discussões.

Por fim, houve a formulação de propostas observando-se a legislação vigente, as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade e as contribuições oriundas dos munícipes e técnicos. As propostas foram a elaboração das diretrizes do plano, elaboração do macrozoneamento, dos instrumentos da política urbana e dos programas especiais. Essas propostas foram submetidas à apreciação e aprovação da população sendo posteriormente convertidas em projeto de lei a ser encaminhado à Câmara de Vereadores para os trâmites legais e, por fim, homologadas pelo Prefeito.

Por último, a fase IV, tratou-se da aprovação do Projeto de Lei e algumas ações finalísticas e complementares. O Projeto de Lei foi elaborado por um especialista em Direito Urbanístico, com apoio de outros especialistas, com base no Plano Diretor. Após a elaboração, foi revisado pelo Comitê Local antes de ser aprovado na Conferência da Cidade. Após a conclusão desse processo formal, coube à sociedade civil o papel fundamental de acompanhar continuamente a implementação e o cumprimento do Plano Diretor.

A partir das informações expostas, a avaliação da eficiência do processo de elaboração do PDPM de Glória do Goitá, vinculado ao PROMATA, revela um modelo metodologicamente estruturado, com mobilização de recursos técnicos e humanos,

aplicação de ferramentas participativas e produção de instrumentos como diagnósticos e projeto de lei.

No entanto, a eficiência do processo foi comprometida por falhas na gestão da participação social, evidenciadas pela queda no número de participantes nas etapas finais, ausência de continuidade entre os envolvidos, ausência de qualificações específicas de alguns profissionais e inconsistências documentais. Esses fatores indicam que, apesar dos esforços e estrutura disponíveis, nem todos os recursos foram convertidos de forma otimizada em resultados representativos e consistentes ao longo das etapas.

Após a análise do processo e da metodologia aplicados à construção do PDPM de Glória do Goitá, bem como da forma como a participação popular foi incorporada ao longo desse percurso, passamos agora ao foco central desta pesquisa: a avaliação do macrozoneamento proposto no plano. Dentre suas diretrizes, destaca-se a definição da Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH), com ênfase na delimitação do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1), elemento-chave para compreender a efetividade do planejamento do patrimônio cultural no município.

3.2. SPH1: delimitação e importância histórico-cultural

3.2.1. Reflexões sobre delimitação, diretrizes e parâmetros urbanísticos

Foi na terceira fase citada no tópico acima que foi proposto o macrozoneamento, que, de acordo com o Guia para elaboração e revisão de planos diretores (2022), é o referencial espacial que define o uso e a ocupação do solo no município, alinhado às políticas urbanas, rurais e ambientais. Inicialmente, delimitou-se duas grandes áreas: rural, voltada à produção agropecuária, extrativismo e sistemas agroflorestais; e urbana, destinada a residências, indústrias, comércio, serviços e equipamentos públicos. Essa divisão auxilia na definição dos perímetros urbano e rural.

Dentro da macrozona urbana, existem diferentes tipos de zonas, apresentadas em mapa anexo à lei número 04/06 que ilustra o zoneamento da cidade, incluindo a localização da ZEPH (anexo XI). Trazendo para a realidade desta pesquisa a macrozona urbana de Glória do Goitá definida pelo PDPM, está dividida em:

- Zona Urbana Preferencial (ZUP);
- Zona de Urbanização Restrita (ZUR);

- Zona de Expansão Urbana (ZEU);
- Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA);
- Zona Especial de Grandes Equipamentos (ZEGE);
- Zona de Interesse Estratégico (ZIE);
- Zona de estudo desta pesquisa; e
- Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural (ZEPH).

A definição e delimitação dessas zonas, possui interesses e objetivos específicos para cada uma delas. De acordo com o Guia para elaboração e revisão de planos diretores, no Plano Diretor, é fundamental incorporar estratégias e instrumentos que orientem a preservação do patrimônio cultural, compreendendo-o não apenas como edificações ou paisagens que testemunham um momento histórico, mas também como o resultado das interações entre bens naturais e culturais, considerando as dinâmicas políticas, culturais e sociais contemporâneas.

Como instrumento que favorece a preservação do patrimônio cultural em Glória do Goitá temos a delimitação do SPH1, uma subdivisão da ZEPH. Sobre a ZEPH, segundo o PDPM de Glória do Goitá, têm-se que:

Art. 28. As Zonas de Preservação Histórica - Cultural (ZEPH) têm como finalidade proteger áreas e bens que encerram valores culturais reconhecidos, tangíveis e intangíveis. Abrange o conjunto que se inicia na Praça do Cristo Redentor e o Santuário de Mãe Rainha. Estão divididos em dois (2) setores com parâmetros urbanísticos definidos no Anexo 3 - Tabela de Parâmetros Urbanísticos para as Zonas Urbanas. São eles:

I – SPH1 - Setor de Preservação Histórica 1 (moderado), que tem por objetivo conservar a ambiência urbana da Praça do Cristo Redentor e seu entorno imediato, garantindo a manutenção do padrão de gabarito²⁷ e recuos já consolidados. Novas construções ou reformas devem obedecer aos parâmetros definidos no Anexo 3.

II - Setor de Preservação Histórico 2 (rigoroso), deve ser área não edificante, tendo o objetivo de garantir a visibilidade para o Santuário de Mãe Rainha e a vista para a cidade a partir do Santuário (Lei Municipal nº 0984 / 2006).

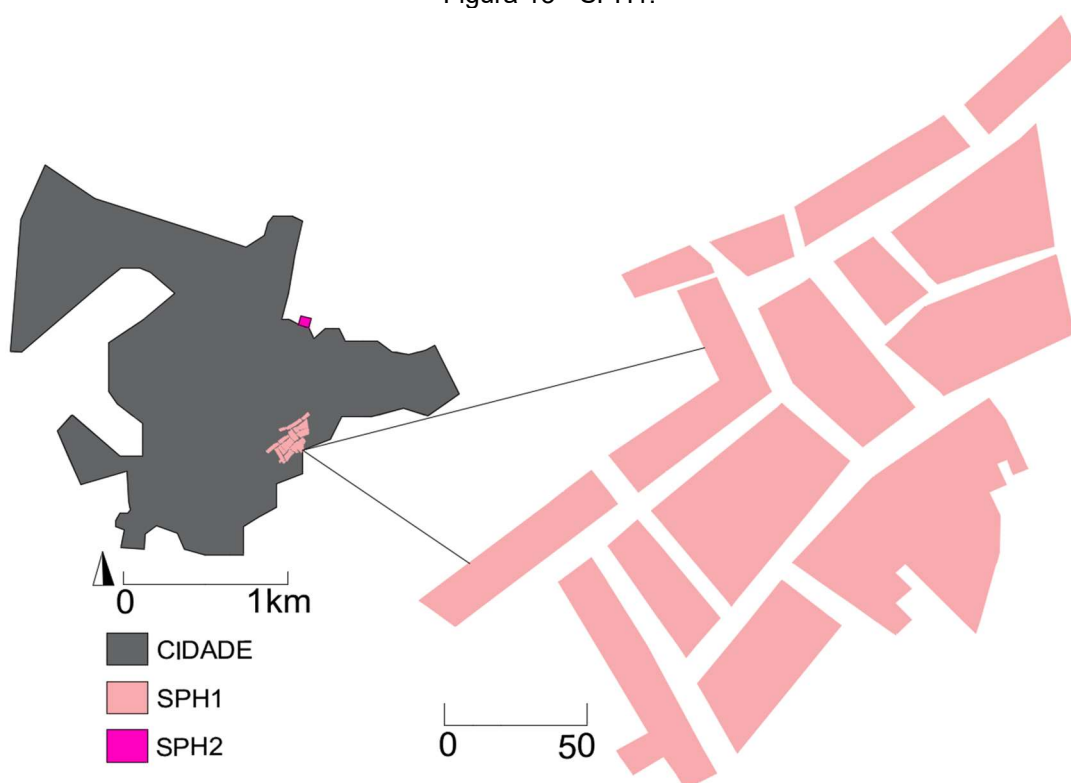
Os dois setores localizam-se dentro da Macrozona Urbana de Glória do Goitá. Em se tratando do SPH1, sua área compreende parte da região central da cidade de

²⁷ De acordo com o PDPM de Glória do Goitá, Gabarito é a quantidade de lajes de piso de uma edificação contadas a partir do solo natural até o último pavimento.

Glória do Goitá, estando situado próximo à outras zonas da cidade, ilustradas nos mapas das figuras 13 e 14:

- Zona Urbana Preferencial - Setor Preferencial de Consolidação (alta densidade) (ZUP - SPH1);
- Zona Urbana Preferencial - Setor Preferencial de Consolidação (média densidade) (ZUP - SPH2);
- Zona Urbana Preferencial - Setor de Centro (ZUP - SC);
- Zona de Expansão Urbana (ZEU); e
- Zona Especial de Preservação Ambiental - Setor de Proteção Ambiental Restrito (ZEPA - SPA2).

Figura 13 - SPH1.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025, a partir do PDPM de Glória do Goitá, 2006.

A consulta ao “Anexo 3” citado na legislação, mais especificamente com relação a sessão que diz respeito a ZEPH, revelou algumas informações referentes aos parâmetros urbanísticos das áreas em questão, onde se é possível notar que são inexistentes para o SPH2, e incompletos para o SPH1. Os parâmetros podem ser vistos na tabela a seguir:

Tabela 2 - Parâmetros urbanísticos presentes no Anexo 3.

ZONA/ SETOR	DIRETRIZES	AFASTAMENTOS ²⁹		SOLO NATURAL %	GABARITO (Nº DE PAVIMENTOS)	OBS.
		FRONT AL	LATERAL E FUNDOS			
ZEPH - ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA - CULTURAL						
SPH1 - SETOR DE PRESERVA ÇÃO HISTÓRICA	CONSERVAR A AMBIÊNCIA URBANA DA PRAÇA DO CRISTO REDENTOR E DO SEU ENTORNO IMEDIATO - MODERADO.			40	2	GARANTIA DO PADRÃO DE GABARITO E RECUOS JÁ CONSOLID ADOS. LOTE MÍNIMO 10X20M
SPH2 - SETOR DE PRESERVA ÇÃO HISTÓRICA	ÁREA NÃO EDIFICANTE PARA GARANTIR A VISIBILIDADE DO SANTUÁRIO DE MÃE RAINHA E A VISTA PARA A CIDADE A PARTIR DO SANTUÁRIO - RIGOROSO.					

Fonte: Elaborado pela autora (2024), de acordo com o Anexo 3 do PDPM de Glória do Goitá.

Em observação mais detalhada da área de estudo desta pesquisa, o SPH1, pode-se observar que o quadro mostra que a taxa de solo natural³⁰ para os lotes presentes no SPH1 deve ser de 40% e que o número de pavimentos máximo permitido

²⁹ De acordo com o PDPM de Glória do Goitá, os afastamentos representam as distâncias que devem ser observadas entre a edificação e as linhas divisórias do terreno, constituindo-se em afastamentos frontal, lateral e de fundos.

³⁰ De acordo com o PDPM de Glória do Goitá, a taxa de solo natural é o percentual mínimo da área do terreno a ser mantida nas suas condições naturais, tratada com vegetação e variável por zona.

é de 2 (dois) pavimentos. Além disso, o quadro traz uma observação que garante o padrão de gabarito e recuos já consolidados, além de estabelecer o tamanho mínimo de lote³¹ para a área, que deve ser 10m x 20m. Sendo assim, os recuos consolidados devem servir de parâmetro para novas construções, visto que a tabela não dispõe de uma dimensão mínima para que eles existam.

Ainda de acordo com o Anexo 4 do PDPM de Glória do Goitá, nas Zonas Especiais de Proteção Histórica (ZEPH) devem ser mantidos os padrões de alinhamento e afastamentos existentes no local na data de sua aprovação, com o objetivo de preservar as características gerais desses conjuntos urbanos. Observa-se que, além dos afastamentos, o texto introduz o termo "alinhamentos", referindo-se ao alinhamento frontal das edificações – isto é, à sua relação com as calçadas e o espaço público adjacente, adicionando mais um parâmetro não indicado na tabela acima.

O termo “moderado” é utilizado para descrever o nível de controle sobre o SPH1, mas a forma como este controle é implementado não está clara, uma vez que não existem diretrizes mais específicas de proteção definidas, apenas parâmetros para novas construções ou reformas. Este fato vulnerabiliza as áreas protegidas, que vêm passando por significativas transformações, resultando em descaracterizações do setor.

Sobre esse assunto, pode-se observar que, dentre os membros da equipe municipal responsável pela elaboração do PDPM de Glória do Goitá, não há ninguém diretamente envolvido com o setor cultural da cidade. Além disso, destaca-se a ausência de especialistas em conservação ou em cultura entre os membros da equipe técnica.

Isso levanta uma reflexão importante: embora o processo tenha contado com a participação de parte da população de Glória do Goitá (governo e sociedade) e de um corpo técnico, a delimitação e o reconhecimento do SPH1 ocorreram sem o apoio de um especialista em conservação/patrimônio cultural. Tal especialidade poderia ter contribuído com uma visão mais precisa, não apenas sobre a delimitação e reconhecimento da área, mas também para a formulação de diretrizes específicas para áreas patrimoniais. Essa ausência está refletida em uma certa superficialidade e insuficiência nas diretrizes atuais, pois áreas de valor patrimonial, especialmente aquelas com bens culturais edificados, demandam recomendações e orientações que

³¹ De acordo com o PDPM de Glória do Goitá, o tamanho de lote mínimo são dimensões mínimas permitidas para o lote urbano.

asseguem a continuidade de sua existência e a relevância histórica, pautadas na identificação dos bens e no reconhecimento de atributos e valores patrimoniais, a partir de um processo participativo.

Além disso, pode-se observar no texto uma diretriz que se refere especificamente ao SPH1: “conservar a ambiência urbana da Praça do Cristo Redentor e seu entorno imediato”. Em síntese, elaborou-se o seguinte quadro:

Quadro 3 - Quadro síntese de diretrizes/parâmetros urbanísticos do SPH1.

QUADRO SÍNTESE DE DIRETRIZES/PARÂMETROS URBANÍSTICOS DO SPH1	
PARA A PRAÇA CRISTO REDENTOR E SEU ENTORNO IMEDIATO	CONSERVAR A AMBIÊNCIA URBANA.
PARA TODA A EXTENSÃO DO SPH1	GARANTIA DO PADRÃO DE GABARITO
	GARANTIA DO PADRÃO DE RECUOS
	GARANTIA DO PADRÃO DE ALINHAMENTO
	NÚMERO DE PAVIMENTOS: 2
	LOTE MÍNIMO 10X20M
	TAXA DE SOLO NATURAL: 40%

Fonte: Elaborado pela autora (2025), de acordo com o PDPM de Glória do Goitá.

Contudo, o SPH1 não se limita apenas à Praça Cristo Redentor e a seu entorno imediato, mas abrange também a Praça Joaquim Nabuco e seus arredores. Esse cenário sugere que, embora os limites do SPH1 extrapolem o entorno imediato da Praça Cristo Redentor, apenas essa área recebeu uma atenção mais detalhada, como evidenciado pela existência de uma diretriz específica voltada a ela. Isso levanta a hipótese de que outras porções do setor, apesar de estarem formalmente incluídas na delimitação do SPH1, não tenham sido analisadas com o mesmo nível de detalhamento no que diz respeito à identificação dos atributos a serem preservados. Dessa forma, torna-se pertinente questionar a justificativa para a definição de limites tão abrangentes, sem que haja, de forma correspondente, diretrizes de conservação aplicáveis a toda a sua extensão – o que pode indicar uma incoerência entre a delimitação territorial e os objetivos declarados de preservação.

Um outro ponto é que os limites desse entorno imediato da Praça Cristo Redentor não estão claramente definidos. Portanto, para os fins desta análise, levando em consideração as dimensões da área identificada como SPH1, este

entorno imediato será considerado como o conjunto dos lotes diretamente voltados para a Praça Cristo Redentor, como pode ser observado na figura 16.

A escolha desse entorno imediato encontra-se vinculada – e também justificada – pela análise das fotografias localizadas nos arquivos do PDPM de Glória do Goitá, referentes à Praça Cristo Redentor. As imagens identificadas, registram os lotes diretamente voltados para a praça, evidenciando edificações históricas específicas que, em determinados registros, aparecem ao fundo, compondo a paisagem urbana, enquanto, em outros, assumem posição de destaque como elementos centrais da composição fotográfica.

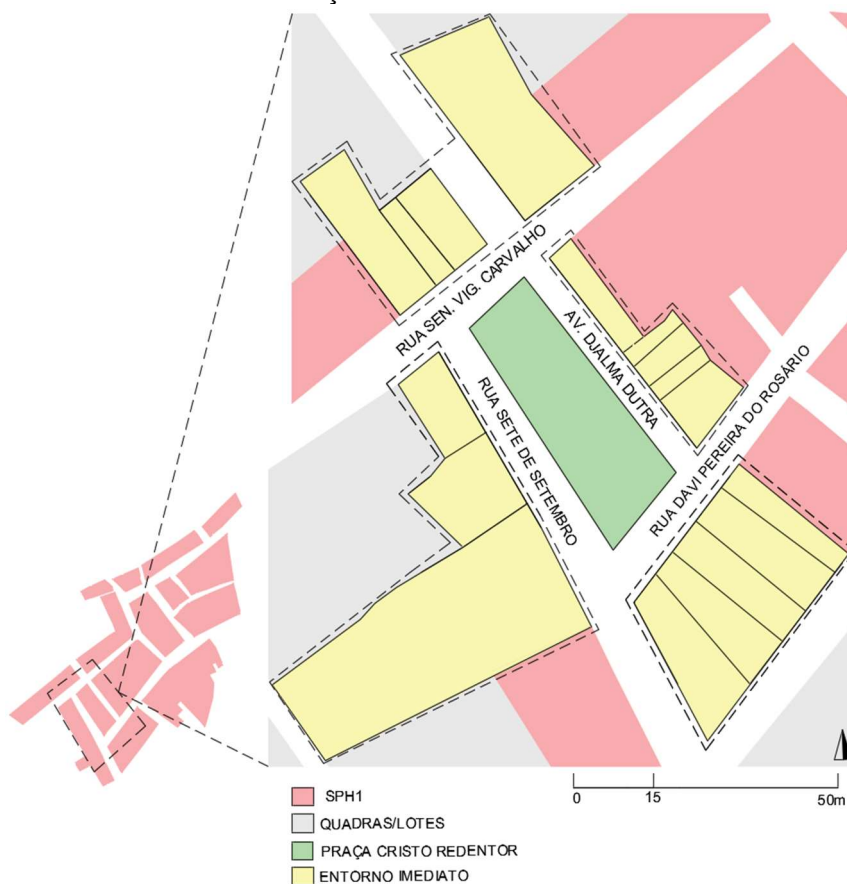
Tendo em vista que essas fotografias integraram a etapa de diagnóstico destinada ao reconhecimento da cidade, entende-se que elas documentam pontos de interesse que revelam aspectos significativos para a interpretação do tecido urbano. Considerando o papel de destaque desempenhado pela Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato na conformação da ZEPH, é possível inferir que as imagens refletem a percepção da equipe técnica responsável à época. Importa salientar que também foram localizadas, nos referidos arquivos, fotografias relativas ao setor SPH2, reforçando a interpretação anteriormente exposta.

Figura 15 - Fotos da Praça Cristo Redentor e entorno imediato encontradas nos arquivos do PDPM.



Fonte: Elaborado pela autora (2025), a partir das fotografias existentes nos arquivos do PDPM de Glória do Goitá, 2006.

Figura 16 - Entorno imediato da Praça Cristo Redentor a ser considerado nesta pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora (2025), de acordo com o PDPM de Glória do Goitá.

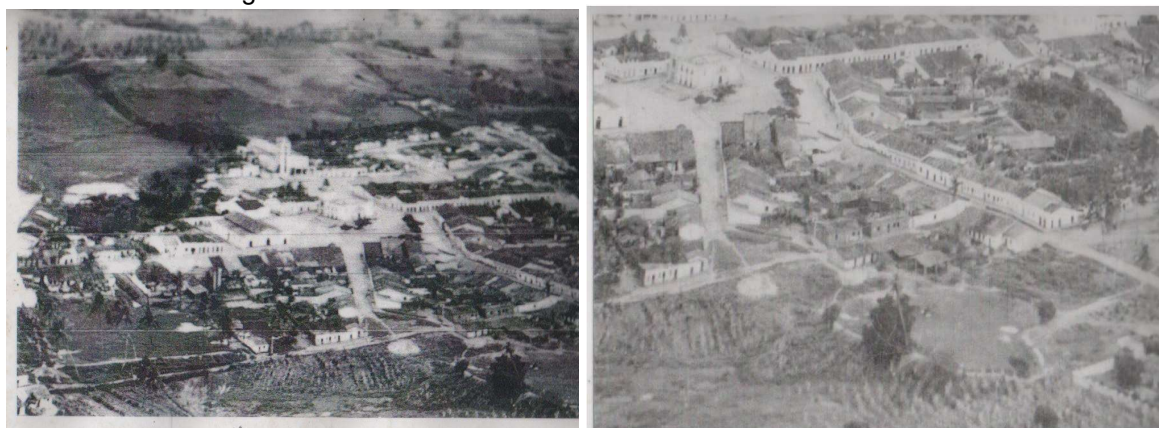
A leitura do texto legislativo suscitou ainda um questionamento quanto ao conceito de ambiência urbana: o que exatamente ela significa e como se relaciona com a área em questão? O termo parece ter sido empregado de maneira superficial, uma vez que se propõe conservar a ambiência urbana da Praça Cristo Redentor e de seu entorno imediato, sem, contudo, especificar quais aspectos caracterizam essa ambiência, tampouco detalhar diretrizes que orientaram sua conservação. Além disso, o texto não apresenta uma definição clara do conceito nem explica quais fatores foram considerados na etapa de diagnóstico para justificar a escolha da ambiência dessa área específica – e não da totalidade do SPH1 – como digna de conservação. Essa discussão será retomada mais adiante.

Sendo um exemplar de uma ZEPH, pode-se inferir que a área abriga, em seu tecido urbano, elementos fundamentais para manter viva a memória dos munícipes e narrar a história do surgimento e do crescimento da cidade. Faz-se, portanto, necessário compreendê-la melhor, a fim de entender por que essa área foi considerada digna de proteção especial.

3.2.2. Aspectos Históricos e Culturais: referências para delimitação das mudanças e permanências de um setor de interesse patrimonial

O SPH1, por compreender grande parte da região central de Glória do Goitá, está profundamente vinculado à história da formação da cidade. O local correspondia à grande parte da área total da cidade na década de 50. As imagens a seguir ilustram como era a realidade urbana na época, retratando a área central da cidade e abrangendo quase toda a extensão do SPH1. É possível observar que as regiões ao redor da área central ainda estavam em processo de ocupação, muitas delas desocupadas ou ocupadas por propriedades rurais. A zona urbana, que hoje ocupa uma área consideravelmente reduzida do município, era ainda menor naquele período.

Figura 17 - Vista aérea de Glória do Goitá da década de 1950.



Fonte: Janice Costa, 2009³².

A partir disso, já podemos refletir sobre a importância do SPH1 e do instrumento de delimitação dessa área, que exemplifica a configuração descrita por De Menezes (2012). Segundo o autor, com o desenvolvimento das cidades, o núcleo fundacional, que inicialmente correspondia à cidade inteira, passou a ter uma função mais específica, transformando-se em um centro urbano, isto é, um ponto de concentração das atividades comerciais, administrativas e culturais, que é a realidade atual da área central de Glória do Goitá.

O mapa a seguir ilustra a conexão do SPH1 com o restante da cidade, explorando sua importância como área central. Para facilitar a identificação das áreas

³² COSTA, Janice. Fotos antigas de Glória do Goitá. Blog da Professora Janice Costa, 6 de julho de 2009. Disponível em: <https://blogdaprofessorajanice.blogspot.com/search/label/vista%20a%C3%A9rea%20de%20Gl%C3%B3ria%20do%20Goit%C3%A1-d%C3%A1cada%20de%2050>. Acesso em: 24 ago. 2024.

Correios, a Escola EREM Professor Barros Guimarães³³, a COMPESA³⁴, entre outros. Outra opção é seguir para a Rua Senador Vigário Carvalho, com acesso à Praça Cristo Redentor, à Prefeitura, ao Cemitério Santo Urbano³⁵, entre outros pontos.

Para quem deseja sair da cidade, seguindo a linha tracejada no mapa identificada como via de saída, o trajeto inicia-se pela Avenida Rui Barbosa, passando pela Rua Senador Vigário Carvalho, e é direcionado pela Praça Cristo Redentor para a Avenida Djalma Dutra, seguindo pela Rua Davi Pereira do Rosário até a saída da cidade. Esse fluxo de tráfego evidencia a importância das Praças do Cristo e de Eventos, que não apenas organizam e regulam o trânsito, mas também funcionam como rotatórias, facilitando a circulação de veículos em diversos pontos-chaves da cidade.

Além de importantes elementos urbanos e espaços de convivência, a Praça Joaquim Nabuco e a Praça Cristo Redentor possuem uma rica carga histórica, sendo marcos fundamentais na construção da identidade e memória da cidade. Em seu livro, Bezerra (1998) fala sobre dois pátios existentes na cidade de Glória do Goitá em seu tempo de menino³⁶: o Pátio da Igreja e o Pátio do Cruzeiro. “O pátio da Igreja era o maior e o do Cruzeiro, o mais bonito, pois nele existiam um coreto e um cruzeiro, monumento construído para comemorar a passagem do século, em 1900.” (ibid. p.23).

Quando o autor menciona o "Pátio da Igreja", ele está se referindo ao espaço público central da cidade, que era localizado ao lado da Igreja Nossa Senhora da Glória, que atualmente é ocupado pela Praça Joaquim Nabuco, também conhecida como Praça de Eventos. Já o "Pátio do Cruzeiro" mencionado pelo autor corresponde à atual Praça Cristo Redentor. Esses dois espaços públicos abertos são elementos fundamentais que compõem o SPH1, configurando-se como pontos de convivência e de grande importância para a dinâmica social e urbana de Glória do Goitá.

³³ Primeira escola de Glória do Goitá.

³⁴ Companhia Pernambucana de Saneamento.

³⁵ Na cidade, há uma tradição profundamente enraizada nos rituais funerários, na qual os familiares dos falecidos realizam uma caminhada pelas ruas locais. Esse percurso tem início, geralmente, na residência do falecido e segue por um trajeto que inclui a passagem em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora da Glória, até alcançar o cemitério pela Rua Antônio Cassimiro de Albuquerque, popularmente conhecida como a Rua da Castanhola. Embora existam outras vias que também oferecem acesso ao cemitério, é essa rua que normalmente é escolhida para o trajeto, dado seu significado tradicional e cultural. Como resultado, é comum observar congestionamentos momentâneos de veículos nas ruas Senador Vigário Carvalho e Antônio Cassimiro de Albuquerque, especialmente durante os enterros, devido à concentração do tráfego que segue essa rota específica.

³⁶ Por volta das décadas de 1920 e 1930.

Quanto ao antigo pátio da igreja, é importante destacar que a atual Praça Joaquim Nabuco ocupa não apenas o espaço anteriormente destinado ao pátio, mas também uma área onde se localizavam um conjunto de residências e a própria Igreja de Nossa Senhora da Glória. Essa transformação se deve ao fato de que a referida igreja – mencionada no Capítulo 1 –, que fora construída para substituir a capela erguida por David Pereira do Rosário “em terreno por ele doado na principal praça da cidade, nas proximidades do mercado público, com frente para o norte” (Bezerra, 1998, p.14), foi demolida no final da década de 1950. De acordo com um folheto informativo municipal (anexo IX), a referida igreja foi erigida em 1843, reconstruída em 1863, sofrendo um desabamento em 10 de maio de 1958. Sobre esta, Urbano Souza diz:

Falo da igreja que substitui a capela de Davi. / Dela tenho muita saudade. / Mas foi preciso demoli-la / com o progresso da cidade. / E construir outra maior, / para bem servir a comunidade. / A igreja que tinha três portas na frente, / duas nas laterais. / Uma calçada na frente, / uma de lado e outra atrás. / Uma sacristia no lado direito, / com lugar para guardar castiças. / Na capela mor tinha um altar bem grande, / no centro estava o Sacrário e a Virgem da Conceição. / Ao lado esquerdo estava São José, / a direita estava São Sebastião. / Onde os fiéis assistiam a missa, / com muita devoção. / Na lateral esquerda tinha um altar / com a Imagem do Coração de Jesus. / A direita tinha outro altar, / Com Nossa Senhora das Dores e Jesus pregado na Cruz. / Todos os altares bem enfeitados, / com flores, velas e luz. / Na parte acima estava o coro, / com três janelas na frente. / Ao lado esquerdo tinha uma janela, / olhando para o poente. Aonde estava o sino, / tocando, chamando gente. (Costa, 1989 - 1992).

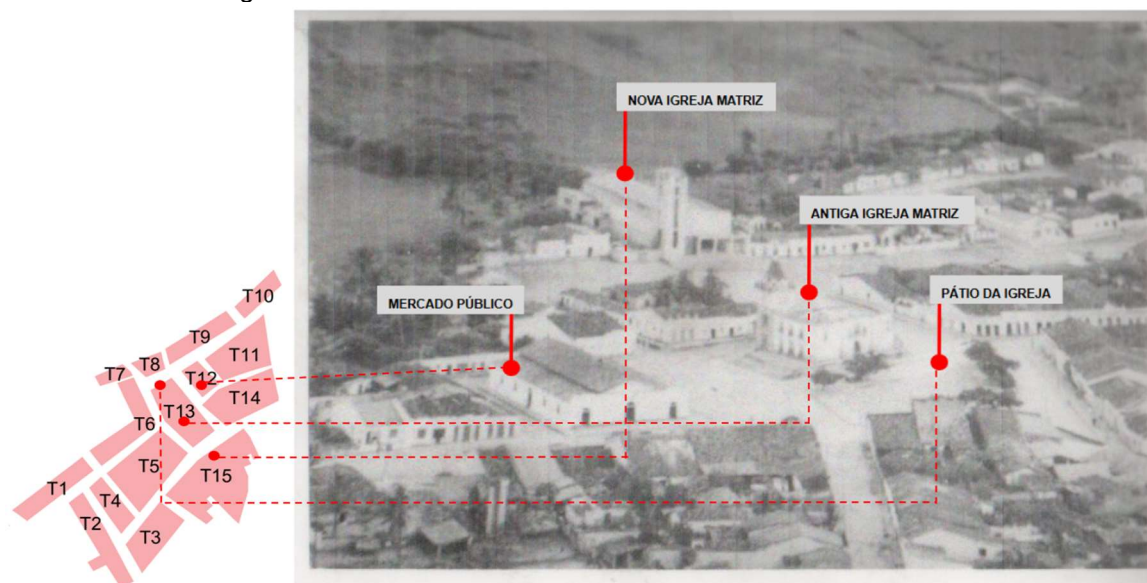
No início da década de 50, através dos esforços de Padre Pedro de Souza Leão que já observava as limitações e os problemas da Igreja Nossa Senhora da Glória, foi construída a nova Igreja Matriz Nossa Senhora da Glória, localizada nas proximidades da antiga igreja que fora demolida. A nova matriz precisou ser construída, pois a antiga igreja apresentava diversas rachaduras, além do fato de que não mais suportava a quantidade crescente de fiéis (Bezerra, 2001).

No dia 01 de novembro de 1951 / foi o começo da história. / Houve o assentamento da primeira pedra / da nova Igreja de Nossa Senhora da Glória. / A luta foi grande, / mas conquistamos a vitória. (Costa, 1989 - 1992).

Após o desabamento de parte da antiga igreja, as missas passaram a ser realizadas na nova igreja matriz ainda em processo de finalização, que por este motivo, não teve uma cerimônia oficial de inauguração (Bezerra, 1998). Pode-se observar a configuração espacial da cidade na figura abaixo, onde se é possível notar a nova igreja matriz em processo de construção, a antiga igreja matriz e o mercado

público municipal. A figura abaixo ilustra a configuração da área central da cidade, mas precisamente as imediações do antigo pátio da Igreja.

Figura 19 - Vista aérea de Glória do Goitá da década de 1950.



Fonte: Janice Costa, 2009³⁷, adaptado pela autora.

A nova Igreja Nossa Senhora da Glória foi um projeto que engajou toda a comunidade. O processo de construção da nova matriz é cheio de particularidades. A população organizou várias maneiras de arrecadar fundos para a construção da igreja, entre elas rifas de objetos, concurso de beleza, pipoqueira etc. (Ferreira, Oliveira e Patriota, 2024).

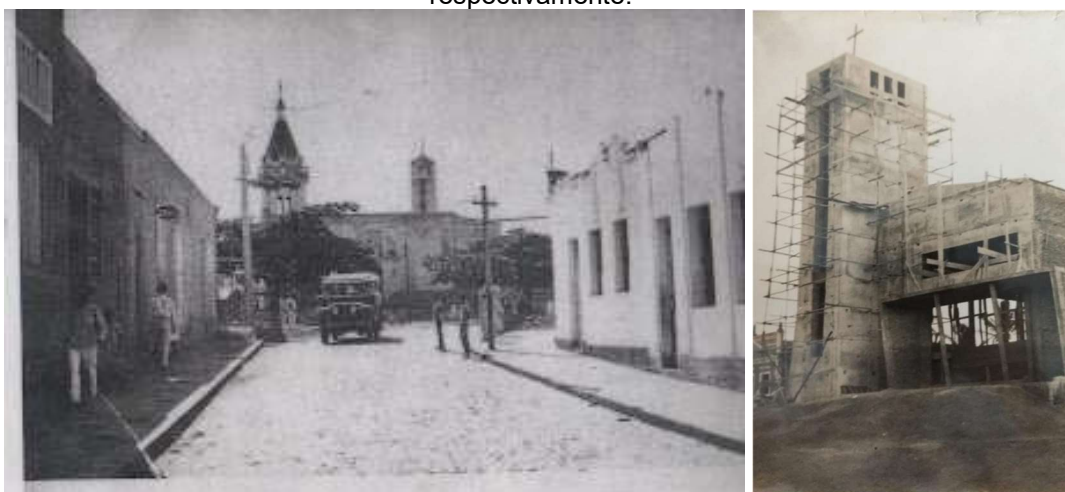
Por um período de tempo, foi possível ver a imagem das duas igrejas coexistindo na área central da cidade, como pode ser observado na figura 20, onde se é possível notar a antiga igreja e ter uma ideia de suas dimensões. Já a figura 20, mostra o processo construtivo da nova matriz, e ilustra uma particularidade, o processo de construção da estrutura da torre, que, segundo Bezerra (2001), tinha sido projetada separada da estrutura da igreja.

No artigo intitulado “Influência da Arquitetura Modernista em cidades de pequeno porte: Igreja Nossa Senhora da Glória - Glória do Goitá (PE)”, Ferreira, Oliveira e Patriota (2024) fazem uma caracterização da igreja como um exemplar de arquitetura moderna, destacando seus elementos arquitetônicos característicos do estilo. Entre os mais emblemáticos, as autoras destacam o uso de brises verticais,

³⁷ COSTA, Janice. Fotos antigas de Glória do Goitá. Blog da Professora Janice Costa, 6 de julho de 2009. Disponível em: <https://blogdaprofessorajanice.blogspot.com/search/label/vista%20a%C3%A9rea%20de%20Gl%C3%B3ria%20do%20Goit%C3%A1-d%C3%A1cada%20de%2050>. Acesso em: 24 ago. 2024.

formas geométricas, linhas retas e marcadas, uso de pilotis, clareza da configuração interna e como a mesma se comunica com a volumetria. Além disso, outro fato é crucial para esta caracterização, o fato do projeto da nova Igreja Matriz ser de autoria do arquiteto Augusto Reynaldo Maia Alves (1924-1958), que participou do processo a convite do engenheiro civil gloriense também responsável pela obra, Rubens Borges Bezerra.

Figura 20 - Vista da Rua 15 de Novembro na década de 50 e Construção da nova igreja matriz, respectivamente.³⁸



Fonte: Blog da Professora Janice Costa (2009) e Acervo Dona Esmeralda - Curta Glória do Goitá: Lucas Correia (195?), respectivamente.

O arquiteto modernista Augusto Reynaldo Maia Alves, apesar do pouco tempo de atuação, foi responsável pelo projeto de diversas casas modernistas na cidade de Campina Grande, influenciado por suas experiências e aprendizados com figuras como Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim (Naslavsky, 2004, apud. Ferreira, Oliveira e Patriota, 2024).

A igreja Nossa Senhora da Glória não é encontrada compondo a galeria das obras de Augusto Reynaldo. Suspeita-se que isso se deva ao fato de que o projeto da igreja foi desenvolvido no início da década de 50, período que coincide com o início dos estudos do arquiteto na Academia de Belas Artes de Pernambuco (Ferreira, Oliveira e Patriota, 2024).

O desenho ficou a cargo de Armando Ranulfo e o cálculo estrutural do então professor da UFPE, Arlindo José do Amorim Pontual. Outra particularidade da igreja, que ressalta ainda mais suas características modernistas e que é fruto de um momento em que a arquitetura modernista se uniu com a arte moderna em

³⁸ A ilustra a visão da Rua 15 de Novembro, onde também é possível ter uma visão do antigo Pátio da Igreja.

Pernambuco nos anos 50, é o painel de azulejos azuis e brancos assinado pelo artista plástico Abelardo da Hora (figura 21), representando Nossa Senhora da Glória, localizado na fachada principal da igreja. (Ferreira, Oliveira e Patriota, 2024; Bezerra 1998, 2001).

Figura 21 - Igreja Nossa Senhora da Glória e elementos construtivos da igreja.



Fonte: Ferreira, Oliveira e Patriota, 2024.

A área central da cidade passou por uma transformação posterior à construção da nova igreja, como já mencionado anteriormente, onde a antiga igreja matriz e um conjunto de residências próximas a ela foram demolidas, dando lugar a Praça Joaquim Nabuco. A figura 22 ilustra a área sem a presença da antiga igreja e as residências antes da construção da praça, enquanto a figura 21, datada do início da década de 1980, mostra a construção da praça e a instalação dos postes de iluminação. A imagem seguinte, também de 1980, revela a praça já concluída.

Figura 22 - Construção da Praça de Joaquim Nabuco.



Fonte: Arquivo pessoal de Lucas Correia (1980).

A praça era composta por canteiros centrais preenchidos com vegetação, oferecendo áreas de descanso para os cidadãos, além de caminhos para a circulação das pessoas entre os canteiros. Ao analisar as imagens a seguir, é possível notar que, na época, as edificações ao redor da praça apresentavam um gabarito baixo, limitando-se a construções de dois pavimentos (térreo + 1). A nova Igreja Nossa Senhora da Glória se destaca, tanto pela altura de sua torre, visível devido ao relevo ligeiramente inclinado – sendo o lado da igreja o mais elevado – quanto pelo seu estilo arquitetônico modernista, contrastando com as diversas construções de estilo eclético que a cercam.

Figura 23 - Praça de Eventos Joaquim Nabuco na década de 1980.



Fonte: Arquivo pessoal de Lucas Correia (1980); Arquivo pessoal de José Maria de Oliveira³⁹, década de 1980.

No início dos anos 2000, durante o segundo mandato da Prefeita Fernanda Dornelas Câmara Paes, a Praça Joaquim Nabuco passou por uma nova reforma, que resultou na remoção dos canteiros centrais, transformando o espaço em uma área livre e mais ampla. Essa mudança visava proporcionar maior flexibilidade e espaço para eventos e atividades culturais. Após a reforma, a área verde foi reconfigurada, concentrando-se nas bordas da praça, com a plantação de figueiras pontuais que garantem um toque de natureza sem comprometer a abertura do espaço central. Além disso, novos elementos foram introduzidos no projeto: alguns bancos foram dispostos ao longo das bordas, proporcionando lugares de descanso para os frequentadores, e postes maiores (que parecem ter sido preservados da configuração anterior da praça) e postes menores foram espalhados pelo espaço. O piso da praça recebeu um

³⁹ Pai da autora.

revestimento em tons de cinza, variando entre partes mais escuras e claras, criando um desenho que, visto de cima, forma círculos concêntricos.

As figuras a seguir mostram a Praça Joaquim Nabuco no ano de 2006, um pouco após a reforma realizada. Essas imagens foram encontradas no arquivo coletado pela pesquisadora na CONDEPE/FIDEM, oferecendo um registro visual importante do espaço logo após as modificações.

Figura 24 - Praça de Eventos Joaquim Nabuco.



Fonte: Anexos do PDPM de Glória do Goitá (2006).

Figura 25 - Intervenção na Praça de Eventos Joaquim Nabuco.



Fonte: Sérgio Falcetti, 2012⁴⁰ e Prefeitura de Glória do Goitá, 2017⁴¹.

Anos depois, embora não se saiba com precisão o ano exato, a praça passou por uma nova reforma. Foram construídas jardineiras com assento ao redor das árvores e mais bancos foram adicionados. Os postes menores foram removidos, e a imagem mais antiga registrada no Google, datada de 2012, já reflete essas modificações, indicando que a reforma ocorreu antes desse ano. Em 2017, segundo a Prefeitura Municipal de Glória do Goitá (2017), a praça passou por uma nova revitalização, que incluiu a aplicação e reposição do piso em cerâmica, pedras ardósia, sinvalita e granito natural. As jardineiras também serão requalificadas, com a

⁴⁰ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/145397692@N06/31404267533>. Acesso em: 09 mar. 2025.

⁴¹ Disponível em: <https://gloriadogoita.pe.gov.br/praca-joaquim-nabuco-ganha-revitalizacao/>. Acesso em: 09 mar. 2025.

adição de granito natural na parte superior. Além disso, novos bancos foram instalados, visando melhorar a experiência de moradores e visitantes.

Além da Igreja Matriz Nossa Senhora da Glória, outra edificação emblemática no âmbito municipal já mencionada anteriormente e que está localizada no SPH1, mais precisamente no entorno da Praça de Eventos é o antigo Mercado Público. Sobre o Mercado Público (figura 26), Urbano Costa (199?), relata:

No ano de 1915, / o coronel Luna era Prefeito. / Senhor do Engenho do Goitá,
/ Homem que impunha respeito. / Ele construiu o mercado público. / Glória
tomou outro jeito (Costa, 1989 - 1992).

O antigo Mercado Público (figura 26) esteve em funcionamento até o final do século XX, na década de 90. O principal produto comercializado era a farinha de mandioca. Nos arredores do Mercado Público chegou a funcionar também uma feira de cavalos na década de 50 (figura 26). Segundo alguns moradores, o mercado permaneceu em funcionamento até o final dos anos 90, chegando a ser utilizado como uma fábrica de sandálias nesse período. Nos primeiros anos do século XXI, o uso do Mercado Público passou por uma transformação.

Figura 26 - Antigo Mercado Público Municipal e Feira de Cavalos na década de 50.



Fonte: A autora, 2021; @curtagloriadogoitá⁴², década de 50.

O antigo mercado passou a ser conhecido como Museu do Mamulengo. O novo uso da edificação está atrelado a uma atividade cultural muito importante na cidade, tão importante que lhe deu o título de Capital do Mamulengo, o qual pode-se definir como sendo uma forma específica de teatro de bonecos no Nordeste, cuja região mais evidente é a Zona da Mata do estado de Pernambuco (Alcure, 2007).

De acordo com o Dossiê Interpretativo do Iphan (2014), pesquisadores relatam que o mamulengo teve sua origem no estado de Pernambuco, advindo dos presépios

⁴² Disponível em: <https://www.instagram.com/curtagloriadogoita?igsh=dzJ0MzFjNW5pMWFm>: Acesso em: 25 nov. 2023.

de Natal trazidos pelos padres franciscanos em meados do século XVII. A partir disso, as cenas que ilustravam o nascimento de Cristo foram sendo adaptadas pelo povo para contar histórias de cunho popular, como por exemplo o bumba-meu-boi. O mamulengo é um gênero de teatro que é composto por bonecos esculpidos em uma madeira chamada mulungu e vestidos de tecido. Segundo Fontenele (2019), os “brincantes do mamulengo”, como são chamados os artistas populares que trabalham com mamulengo, escondem-se atrás de uma barraca revestida de tecidos pintados com os temas e os personagens do próprio teatro de bonecos pernambucanos, para realizar suas apresentações (figura 27).

Figura 27 - Bonecos de Mamulengo e barraca de apresentações.



Fonte: A autora, 2021.

Entre as personalidades de grande relevância no âmbito do mamulengo de Glória do Goitá, podemos destacar o Mestre Zé Lopes (1950-2020), nascido na cidade na década de 50, que de acordo com o Mapa Cultural de Pernambuco⁴³, recebeu o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco em dezembro de 2016, e percorreu quase todo o território brasileiro e alguns países da Europa, levando a cultura do mamulengo gloriense.

O Museu do Mamulengo funciona como centro de revitalização do mamulengo, pois além de expor vários bonecos feitos por artistas locais, sedia oficinas de aprendizagem de produção de bonecos, produção de bonecos por mestres locais, feiras, espetáculos de mamulengos, entre outras atividades, que são organizadas pela Associação Cultural de Mamulengueiros e Artesãos de Glória do Goitá. Após a mudança de uso, a edificação centenária passou por algumas modificações em sua

⁴³ Disponível em: <https://www.mapacultural.pe.gov.br/agente/99/#info>. Acesso em: 15 nov. de 2024.

estrutura física, adaptando a antiga edificação ao novo uso. A figura abaixo mostra uma matéria de jornal do Jornal Agreste Notícias, da cidade de Vitória de Santo Antão, datado de 2003, relatando o acontecido com o antigo mercado.

Figura 28 - Matéria de jornal sobre o novo uso do antigo Mercado Público.



Fonte: Jornal Agreste Notícias - Vitória de Santo Antão - outubro de 2003 - Edição III

Além do antigo mercado, muitas das residências ao redor da Praça de Eventos foram, e ainda são, edificações de grande importância para a cidade, pertencentes a famílias influentes que habitavam a área central. Como bem aponta Bezerra (1998), essas famílias se agrupavam em torno da igreja – a que o autor se refere como a antiga igreja matriz. Essa característica, de aglutinação de famílias importantes, também se estendeu para os arredores da Praça Cristo Redentor.

O segundo pátio citado por Bezerra (1998) em seu livro, o Pátio do Cruzeiro, a atual Praça do Cristo, não sofreu alterações significativas ao longo do período analisado nesta pesquisa. Entretanto, em períodos anteriores a praça passou por transformações que moldaram e transformaram sua estrutura física.

O monumento localizado no centro da praça foi erguido para celebrar a passagem para o século XX, em 1900, e o quarto centenário do descobrimento do Brasil. Originalmente, o topo do monumento abrigava um cruzeiro, o que originou o nome antigo da praça, Pátio do Cruzeiro. Contudo, atualmente, a imagem do Cristo Redentor ocupa esse espaço, e foi essa mudança que deu origem ao nome atual da praça, Praça Cristo Redentor, embora seja mais popularmente conhecida na cidade

como a Praça do Cristo. No corpo do monumento, existe uma placa datada de sua construção, transcrita abaixo de forma fidedigna (figura 29), com os seguintes dizeres: **“MONUMENTO ERIGIDO NO ANNO DE 1900 EM COMMEMORAÇÃO AO 3 DE MAIO DO MESMO ANNO. IV CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRAZIL E INAUGURADO EM HOMENAGEM A JESUS CHRISTO REDENTOR AO DESPONTAR DA RIDENTE AURORA DO DIA 1º DE JANEIRO DE 1901 SÉCULO XX.”**

Sobre o monumento e a Praça Cristo Redentor, Urbano Costa diz:

Na Praça do Redentor, / existe um bonito monumento. / Construído no século passado, / no ano de mil e novecentos. / Nele tem uma placa, / narrando os acontecimentos. / Na praça havia um corêto, / aonde os meninos brincavam. / Quando havia festa, / era aonde os músicos tocavam. / E quando era tempo de comício, / era lá que os políticos falavam. / Para reconstruir a praça, / o corêto foi derrubado. / Isso foi na década de 50, / a 40 anos passados. / A praça tomou outro aspecto, / ficou muito bem arrumado. / Na praça tinha fonte luminosa, / com água de várias cores. / Tinha grama branca e verde, / e havia muitas flores. / Tem a estátua do Cristo Redentor, / que é digna de louvores (Costa, 1989 - 1992).

Figura 29 - Monumento do Cristo Redentor e Placa existente no monumento.



Fonte: A autora (2024).

No centro da praça, o monumento não apenas cumpre uma função contemplativa e comemorativa, mas também abriga um significado especial: ele serve como uma verdadeira "cápsula do tempo" (figura 30). Durante sua construção, foram

depositados documentos e arquivos na placa que integra o monumento, com a intenção de que fossem abertos no ano de 2000, um século depois.

Embora a cápsula tenha sido aberta em 2000, alguns moradores relatam que apenas restos dos documentos foram encontrados. Houve uma tentativa de restauração, mas devido ao estado precário em que estavam, os documentos não puderam ser aproveitados. Antes do fechamento da placa, novos documentos foram depositados no compartimento de forma mais cuidadosa, com a previsão de abertura para o ano de 2100.

Figura 30 - Abertura da cápsula do tempo presente no monumento.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia (2000); Acervo pessoal de Lucas Correia (2000), editado pela autora.

Conforme abordado no tópico sobre o percurso metodológico da pesquisa, as informações a seguir sobre a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato serão enriquecidas com trechos de entrevistas realizadas ao longo do estudo.

A presença do coreto na Praça do Cristo aparece nos relatos de Urbano Costa e de Bezerra (1998). Segundo o relato acima, era um ponto de destaque, onde personalidades da política local faziam discursos, onde as crianças brincavam e onde os músicos tocavam. Um elemento importante para a praça naquela época. A localização do coreto na praça é algo impreciso, sobre esse aspecto temos o relato de Bezerra (1998) que nos dá uma ideia de localização quando diz: “Ainda me lembro do coreto que existia na Praça do Redentor, ao lado do monumento comemorativo à

passagem do século, que nós chamávamos de pirâmide” (p.26). O termo “pirâmide” se referindo ao monumento também aparece nas falas da entrevistada 01:

Aquela praça é histórica, ela tinha um coreto (...), o coreto foi acho que no início mesmo, porque aqui tinha banda de música, seu Pirrito era músico, né? Então ali do lado da prefeitura tinha um coreto. (...) quando foi na passagem do século, de 1800 pra 1900. Foi?foi. Que saiu de 1800 pra 1900, então o então prefeito da época, parece que era Coronel Freire⁴⁴ [...], então foi feito um monumento que chamava “o cruzeiro”, todo mundo chamava de pirâmide. O coreto era aqui olha⁴⁵, aqui fica a pirâmide, então nos quatro cantos tinha uma colunas com umas correntes, eu não sei se aquilo era cobre, se era bronze [...], era umas correntes, eu me lembro de uma corrente, assim amarelinha encangada na outra protegendo o monumento. Mas não é que a corrente, ninguém pudesse encostar, encostava, mas tinha essas correntes, assim, era uma coisa privile... protegendo isso. [...] A praça era cheia de oiti, daquela árvore que tem na Rua do Imperador, era lindo, tudo fechado, de manhã cedo a “meninada” da rua ia pegar o oiti [...], e os meninos ficavam pegando o oiti, então aquela praça chega era escura, e na quina tinha um ... do lado da prefeitura um coreto. [...] esse coreto era para o músico tocar, ali (Entrevistada 01, 2024).

No trecho acima, a entrevistada 01 refere-se à Praça do Cristo e ao monumento antes da reforma que aconteceu no governo de Armando Francisco Alves, prefeito da cidade entre os anos de 1951-1954. O relato de Urbano Costa, fala ainda sobre outro elemento, uma “fonte luminosa com água de várias cores”. De acordo com Urbano Costa:

Depois veio Armando Alves, / com a aparência da verdade. / Calçou ruas, construiu praças, / arborizou a cidade. / Criou Banda de Música, / demonstrou capacidade (Costa, 1989 - 1992).

Sobre essa fonte, e a reforma sofrida pela praça da década de 50, as entrevistadas falam:

Quando foi na década de 50 [...], Prefeito de Glória do Goitá Armando Francisco Alves, então ele fez dali uma praça. [...] Então tudo o que tinha lá, árvore, derrubou tudo, inclusive o entorno do Cristo, do cruzeiro, não tinha o Cristo também não, era um cruzeiro. E tem uma plaquinha lá, de...de... de mármore tem escrito que foi na mudança do século, quando passou pra 1900 [...] é um marco de 1900. [...] Ali botaram documentos, [...] aí construiu aquilo pra só abrir quando passasse o século que seria 2000. Quando fernanda⁴⁶ abriu, em 2000... em 2000, encontrou fragmentos, e também a pessoa que ela mandou tirar acho que não tinha experiência [...] botaram dentro de um saco plástico [...] eu ainda vi uns pedaços, num sei oq de Holanda, uma beirinha assim [...], mas mesmo uma beirinha dessa valia a pena cuidar. [...] Passou um século ali. Mas antes disso, quando Seu Armando fez a Praça, derrubou os Oitis pra fazer a praça. [...] da frente do Cristo pra cá tinha uma

⁴⁴ A entrevistada refere-se a Antônio Ludgero Pereira Freire, prefeito da cidade entre os anos de 1895-1902.

⁴⁵ Ao tentar rabiscar um croqui da área, a entrevistada aponta para uma área próxima à prefeitura.

⁴⁶ A entrevistada refere-se a Prefeita da época, Fernanda Dornelas Câmara Paes (1997-2000;2001-2004).

fonte luminosa, [...], cheia de...de...de flores, tinha um canteiro de dália, um canteiro de rosa, um canteiro num sei de que, isso eu me lembro [...]. Era fonte de água, espirrava, só que Glória não tinha água, Glória não tinha energia [...], tudo foi frustrado, [...] não foi coerente com o tempo,[...] com a realidade. Isso funcionava assim, às vezes num domingo, numa festa, ligava lá o negócio. Armando Alves fez a praça [...] deu essa estrutura de praça, com fonte luminosa, revitalizou, e colocou um Cristo Redentor ali e colocou o nome Praça Cristo Redentor (Entrevistada 01, 2024).

Sobre a fonte luminosa, um fato curioso chama atenção na fala da entrevistada 01, a ausência de energia elétrica e água encanada no município naquela época. A entrevistada 01 acrescenta que em algumas épocas do ano, para que a fonte pudesse funcionar, se ligava lá o “negócio”. Esse “negócio” era um motor, comprado pelo então prefeito.

Armando comprou um motor a óleo, / que tinha muita potência. / Porém só vivia quebrado, / a iluminação tinha muita deficiência. / Todo mês vinha um mecânico, / para lhe dar assistência (Costa, 1989 - 1992).

A entrevistada 02 também contribui com sua fala:

“Olhe, da praça, o que mamãe comentava muito, é que tinha esse coreto [...]. Aí tinha... eu me lembro que tinha um tanque aí, e que tinha água [...], na frente da Prefeitura, essa fonte, era um negócio redondo, era uma negocio redondo e tinha as águas saindo, depois desmancharam e fizeram outro, que inclusive aí botaram uma lâmpada [...] um poste bem grande com umas lâmpadas [...] mas era naquele lugar a fonte, bem na frente da prefeitura” (Entrevistada 02, 2024).

É possível perceber, tanto nas falas das entrevistadas quanto nos relatos dos autores, a presença marcante de dois elementos frequentemente mencionados em associação à área, sendo elementos de destaque do lugar: **o monumento** e a **presença da camada vegetal**, que, mesmo diante das reformas e modificações ao longo do tempo, continuam a permear a história da Praça do Cristo até os dias atuais.

No que diz respeito à vegetação, um outro elemento de destaque são **as palmeiras**, que se configuram como um dos elementos mais notáveis. A praça, assim como seu entorno, passou por diversas transformações ao longo dos anos, e, ao observarmos registros fotográficos de épocas anteriores, é evidente que a vegetação sempre esteve presente, sendo a presença das palmeiras constante em todas as imagens, revelando sua importância na continuidade na paisagem do local. A figura abaixo data do mandato de Urbano de Souza Costa, e é referente a reforma realizada no primeiro mandato de Armando Francisco Alves.

É interessante notar que as palmeiras aparecem também em outros locais da cidade, como, por exemplo, no Cemitério Santo Urbano, que possui uma fileira de

palmeiras que caracteriza a paisagem do local, na Praça da Bíblia, localizada em frente à Câmara Municipal de Vereadores da cidade, em toda a extensão da entrada principal da Fazenda Boa Esperança, localizada na área central da cidade, na Praça do Jatobá, entre outros pontos da cidade.

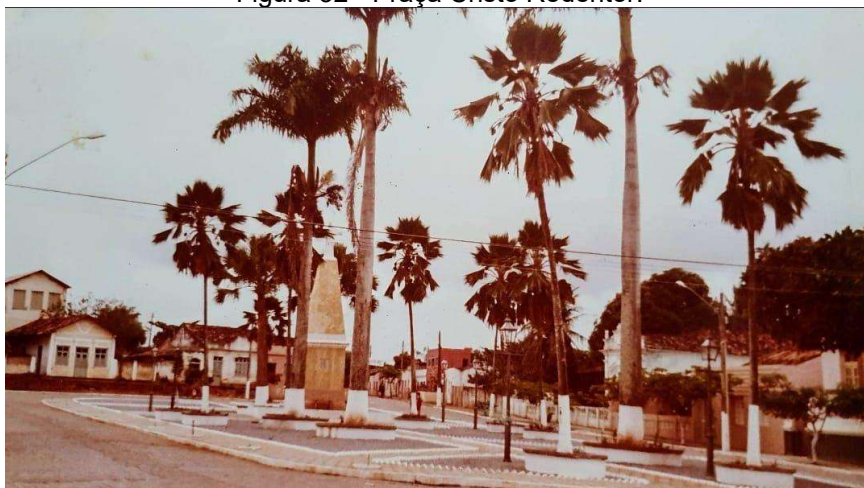
Figura 31 - Praça Cristo Redentor.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia, 1976.

A praça passou por outra reforma anos mais tarde, suspeita-se que tenha acontecido durante o mandato do Prefeito José Borba (1977-1982) ou José Correia (1983-1986). Foram adicionados canteiros circulares em volta das palmeiras, agenciamento no piso e uma base em volta do monumento, onde existia água (figura 32).

Figura 32 - Praça Cristo Redentor.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia, s.d.

Depois de um tempo, a praça sofreu outro processo de reforma, durante o mandato da Prefeita Fernanda Dornelas Câmara Paes (1993-2000). Entre as modificações realizadas, foram acrescentados bancos de concreto, em um recorte feito nos canteiros (figura 33). Além disso, a água existente na base foi retirada, pois

ficava parada, incentivando a proliferação de dengue. No local, foi colocada areia e vegetação, permanecendo até os dias de hoje (figura 33).

O monumento do Cristo sempre foi aí, mamãe disse que sempre foi aí. Essa parte que tinha água não era daquele jeito, era meio arredondado, quando seu Armando entrou, aí quebrou tudo e desmanchou e fez esse quadrado. Depois botaram água, hoje tem terra, mas antigamente tinha água. Depois da dengue, aí aterraram por conta da dengue. A água era parada, tinha lodo, tudo ... tinha época que tinha uns peixinhos, mas era parada” (Silva, Entrevista, 2024), (Entrevistada 02, 2024).

Figura 33 - Base do monumento e bancos de ferro e madeira.



Fonte: Acervo Pessoal de Lucas Correia, início dos anos 2000, editado pela autora; A autora, 2024; PDPM de Glória do Goitá, 2006, editado pela autora, 2025.

A Praça do Cristo faz parte de uma paisagem que ocupa um lugar especial no imaginário dos cidadãos glorienses, assemelhando-se a uma obra de arte valiosa, cuidadosamente emoldurada pelo seu entorno. Esse espaço ao redor da praça também carrega uma rica carga histórica. A Praça ainda é um dos principais espaços de convivência da cidade, proporcionando lazer e interação social para diferentes gerações. Nos fins de semana, é comum ver famílias levando suas crianças para brincar, enquanto, durante a semana, alunos recém-saídos da escola utilizam o gramado como ponto de encontro para conversar e descansar. Segundo moradores mais antigos, a praça tinha uma atmosfera mais romântica, sendo um refúgio para casais que buscavam momentos de privacidade. Durante as festas municipais, era tradição que os encontros começassem na Praça Joaquim Nabuco e seguissem para a Praça do Cristo, onde o ambiente mais tranquilo favorecia a conversa. Embora essa prática ainda ocorra, observa-se uma diminuição em sua frequência nos últimos anos.

Outra característica marcante da Praça Cristo Redentor, que reforça seu papel como espaço de contemplação e sua importância paisagística, é sua recorrente utilização como cenário para registros fotográficos. Tradicionalmente, escolas levam seus alunos concluintes da alfabetização para tirarem fotos de turma no local, simbolizando um marco em sua trajetória escolar. Além disso, é comum ver pessoas sendo fotografadas na praça, seja para ensaios pessoais ou eventos especiais.

A estreita relação da praça com a identidade municipal é evidente, sendo amplamente reconhecida como um símbolo visual da cidade. Durante a campanha eleitoral de 2024, por exemplo, diversos candidatos escolheram esse espaço para a produção de seus materiais audiovisuais de campanha. Além disso, muitos estabelecimentos comerciais a utilizam com frequência em suas propagandas, reforçando a ideia de que a praça não apenas representa, mas também simboliza de maneira imediata a cidade de Glória do Goitá e sua identidade.

O entorno da praça também possui muita importância histórica. Mais especificamente a área em frente à Prefeitura Municipal, foi palco de diversos eventos políticos na cidade, como evidenciam as fotografias acessadas durante a pesquisa, que frequentemente mostram o espaço sendo utilizado para esse fim. Além disso, os desfiles cívicos e as apresentações em comemoração ao dia 9 de julho, data da emancipação política municipal, eram tradicionalmente realizados em frente à Prefeitura Municipal. O palanque ficava localizado na frente da prefeitura, o que nos leva a mais um elemento de destaque, **a área em frente à Prefeitura como espaço de eventos políticos**. As imagens abaixo ilustram esses eventos.

Figura 34 - 7 de setembro em frente à Prefeitura Municipal.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia, 1960 e s.d., respectivamente.

Figura 35 - 7 de setembro: Palanque em frente à Prefeitura e Hasteamento das bandeiras: nacional, estadual e municipal.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia, s.d. e 1975, respectivamente.

Figura 36 - Premiação da categoria masculino aberto da maratona dos 146 anos de emancipação política de Glória do Goitá e Hasteamento da bandeira, corte do bolo e solenidades no dia 09 de julho.



Fonte: Adriana Paes Oficial, 2023⁴⁷.

Atualmente, devido à grande proporção que o desfile cívico assumiu e às dimensões das ruas ao redor da praça, o evento do dia 7 de setembro foi transferido para a Rua Cleto Campêlo, em frente à Praça Joaquim Nabuco. Esse novo local permite a montagem de um palco maior e a instalação de arquibancadas, proporcionando melhor visibilidade para o público. No entanto, alguns eventos de menor porte continuam a ser realizados na área da Prefeitura, como o hasteamento da bandeira no dia 9 de julho, entregas de premiações, cantatas natalinas, entre outros, reforçando a importância deste local para os munícipes (figura 36).

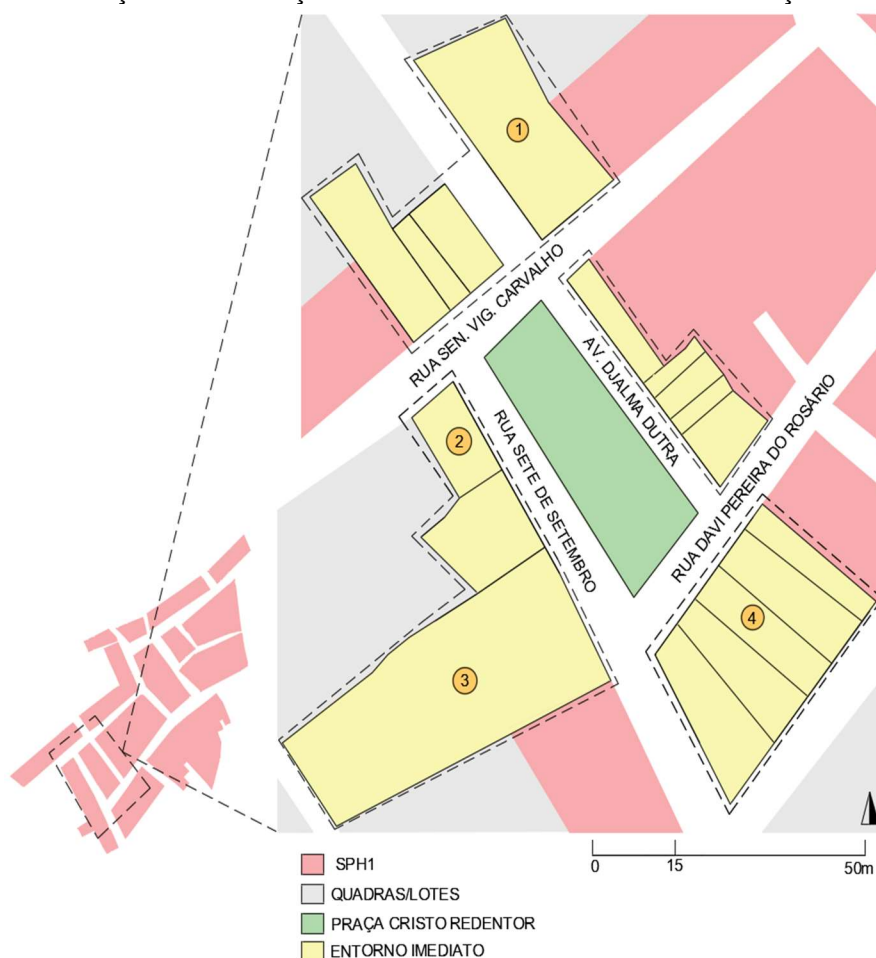
As edificações que circundam a Praça Cristo Redentor atuam como uma moldura, completando e dando significado ao espaço. Algumas dessas construções também passaram por modificações ao longo do tempo. O entorno imediato da praça, assim como toda a área central da cidade, é caracterizado pela presença de

⁴⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/adrianapaesoficial?igsh=MXM1MHVhaWJwOTd6Zg==>. Acesso em: 05 set. 2024.

edificações emblemáticas, que rememoram um período em que a cidade ainda mantinha um caráter rural, com a predominância de grandes propriedades agrícolas. Essas estruturas são testemunhos de uma época em que a cidade era dominada por grandes agricultores, refletindo a história e a evolução do local.

Entre essas edificações, destacam-se quatro, sendo esta ação de destaque baseada em dois aspectos principais: nas dimensões das edificações, sendo as quatro maiores do entorno imediato da praça, e na resposta dos entrevistados à pergunta 15 do questionário, conforme apresentado anteriormente, cujas respostas foram o sobrado (ou chalé), a casa de seu Tôta, a casa de Dona Inês e a Prefeitura Municipal. O destaque para as quatro **edificações maiores**, que correspondem a mais um elemento de destaque da área, não implica que as demais edificações do entorno não tenham sido mencionadas nos relatos e lembranças dos entrevistados, mas sim que essas quatro, em particular, receberam maior atenção e foram mais frequentemente lembradas. O mapa abaixo indica a localização das quatro edificações no entorno imediato.

Figura 37 - Localização das edificações maiores no entorno imediato da Praça Cristo Redentor.



Fonte: Google Maps, Maxar Technologies, 2022, editado pela autora (2025).

Sobre a Prefeitura Municipal, um aspecto importante logo aparece nas análises das fotografias. O acesso principal da edificação atualmente fica na Rua Sete de Setembro, por uma escadaria (figura 35), mas nem sempre foi assim. O antigo acesso da Prefeitura era pela Rua Vigário Carvalho, este acesso ainda existe nos dias atuais, mas não é o principal, essas modificações aconteceram antes da elaboração do PDPM de Glória do Goitá.

A entrada da prefeitura era na Rua Vigário Carvalho, e não na praça do Cristo. Se entrava onde hoje é o Setor de Tributos. [...] Então ali foi a câmara [...] funcionou como câmara, funcionou como fórum no século passado, no início do século 19. Aí depois fizeram uma reforma e abriram uma porta ali⁴⁸, mas o prédio inicial não era daquela forma não. (Entrevistado 03, 2024).

Aquela entrada de frente não tinha não, mas do lado de cá, num tem um portão junto da casa de Esmeralda⁴⁹? Aquele ali tem uma rampa [...] era bem estreitinho, ali foi Dona Fernanda⁵⁰ que abriu pra poder ela passar com a cadeira de rodas, e quase ninguém tinha acesso por ali (Entrevistada 02, 2024).

Figura 38 - Prefeitura Municipal de Glória do Goitá.



Fonte: PDPM de Glória do Goitá (2006), editado pela autora (2025).

Essa antiga entrada ainda existe e está em funcionamento até os dias atuais. A entrada mencionada pela entrevistada 02 também existe e ainda é pouco utilizada. No local da escadaria, como pode ser observado na figura 35, era o espaço onde o palanque era montado e onde acontecia o hasteamento das bandeiras. Sobre a Prefeitura, o entrevistado 03 relata:

⁴⁸ Se referindo a entrada atual. Quanto à reforma que "abriu" uma nova entrada, até o momento da pesquisa não foi possível determinar o ano em que ocorreu.

⁴⁹ Uma das casas que compõem o elemento de destaque "edificações menores", localizada ao lado da Prefeitura Municipal.

⁵⁰ Como é popularmente conhecida na cidade a ex-prefeita Fernanda Dornelas Câmara Paes.

[...] Com o advento da Lei Municipal, que outorgou a condição de Cidade, porque o município a antecipação foi antes, então a cidade, a Lei Municipal, ela exigia no próprio texto da lei a construção do Paço, da sede do governo. Então esse prédio da prefeitura data de 1893, ainda no mandato do primeiro prefeito, Antonio Eustachio D'Albuquerque Pinto, depois foi concluído em 1898, quer dizer, durou cinco anos para a conclusão do prédio. E em 1916 foi mudada a fachada, aquela placa que tem lá, fixada, já na administração do José Antônio de Albuquerque, então foi feita a primeira reforma em 1916, mas o início da construção em 1893 e a conclusão em 1898, então decorre cinco anos no início da obra e conclusão. Na reforma de 1916 foi acrescentado só o frontal, porque no final desse século passado, houve a “Lei da Bica”, então não se podia ter casa com água derramando nas calçadas, então teve que se fazer o frontal com o algeroz para que a água não pingasse nas calçadas (Entrevistado 03, 2024).

Aquela parte dali que hoje é o RH⁵¹, aquilo ali era a câmara dos vereadores [...] era uma salinha pequena, mas ali era a câmara dos vereadores. Aí você ia ... dava acesso à câmara, aí você ia e subia e já entrava na prefeitura. [...] Umas salas que tem ali que hoje é as salas da parte financeira, ali não existia não [...] já entrava ali, era tudinho um vão que já entrava na prefeitura. Ta muito diferente as repartições, não era daquele jeito não era uma sala ampla (Entrevistada 02, 2024).

Nas falas dos entrevistados, é possível perceber algumas modificações externas que a edificação sofreu ao longo do tempo, embora em número reduzido. As entrevistas convergem para um ponto específico: a edificação é considerada a mais “bonita” da região. Em estilo eclético, datando do final do século XIX e início do XX, a construção exhibe diversos adornos em sua fachada. Destaca-se a esquina, marcada por um chanfro, um brasão e uma escultura em forma de pinha. Outras duas esculturas podem ser encontradas nas extremidades da Rua Sete de Setembro e na Rua Sen. Vig. Carvalho. Nota-se também a presença de balaústres, elemento presente em todas as janelas da fachada da edificação.

A presença dos balaústres é marcante também em outra edificação: a casa de Dona Inês. O muro frontal da edificação é repleto de balaústres. A casa tem uma particularidade, o terreno em que foi construída abrigou a primeira cadeia pública da cidade. Sobre ela, temos as seguintes falas dos entrevistados:

Então a casa residencial de Dona Inês, que é a que você conversou com Sandra⁵², então é adquirida pelo avô de Sandra, o agricultor José Inácio de Souza, pai de Dona Inês, [...] também no século 19. Naquele terreno foi instalada a primeira cadeia pública, sendo depois demolida e construída aquela casa, onde já morou o Juiz de Direito da cidade, Doutor Geraldo Majela, que foi desembargador do tribunal. Antes dele um tal de Doutor “tinho” ou Doutor Almeida (Entrevistado 03, 2024).

⁵¹ O entrevistado 01 diz que essa área é onde fica o setor de tributos, a entrevistada 02 diz que é onde fica o RH.

⁵² Aqui o entrevistado 03 se refere à entrevistada 02.

Figura 39 - A casa de Dona Inês.



Fonte: A autora, 2024.

Olhe o que eu conheço daqui, mamãe, mamãe nasceu em 1931, e ela quando veio morar aqui, que ela morava em Poças⁵³, aí quando veio morar aqui, vovô quando comprou essa casa, ela tinha... ela tinha 4 anos, e a casa tinha sido construída recentemente. Aí o pessoal que fez eles eram descendentes de portugueses, é ... ele ficou muito triste porque com pouco tempo que eles estavam morando aqui, morreu um filho dele, agarrado nessa porta⁵⁴, ele teve um ataque do coração, parece que ele tinha 15 anos, aí morreu. Não deu tempo nem de ser socorrido. Aí ele ficou muito triste, não queria mais morar aqui, aí vendeu a meu avô. Meu avô vendeu lá o Sítio dele que ele tinha, e comprou aqui. E assim, eu acho que foi por intermédio do meu tio, que já morava ali, naquela casa do sobrado⁵⁵. Aí o sobrado já tinha lá, aí meu avô veio morar aqui. Aí veio com os filhos todos pequenos. [...] (Entrevistada 02, 2024).

O entrevistado 03 traz uma informação importante em seu relato, no local existia a primeira cadeia pública da cidade. Sobre isso, a entrevistada 02 diz:

Antigamente aqui era uma cadeia, aqui ... na casa não, no terreno, era uma cadeia. [...] Aí demoliram a cadeia e construíram a casa. Aí, pra construir essa casa [...] tiraram tanta terra porque tinha um barreiro aqui [...]. Era um barreiro bem fundo, que na minha infância todo mundo dessa rua vinha brincar aqui nesse barreiro. Aí Tito⁵⁶ quando construiu a casa dele, precisou de mandar tampar o barreiro. E quando tava escavando aqui, [...] a gente já encontrou aqui, eu pequena, era revólver, pedaço de revólver, só o esqueleto do revólver, se achava [...]. Você vai cavar aqui tem tanta metralha, porque foi quando demoliram, se encontrou muita coisa, era chave, era tanta coisa que se encontrava aqui (Entrevistada 02, 2024).

A edificação possui um terreno lateral repleto de árvores e arbustos, para o qual está voltado um alpendre lateral, assim como uma entrada secundária que dá acesso ao interior da residência, próxima à cozinha. Essa área verde desempenha um papel

⁵³ Sítio localizado na Zona Rural do Município.

⁵⁴ Entrevistada aponta para a porta da cozinha.

⁵⁵ A entrevistada 02 refere-se ao sobrado que é elemento de destaque.

⁵⁶ Irmão da entrevistada 02.

significativo no conjunto, tornando-se um elemento emblemático da propriedade, como se fizesse parte essencial da edificação e contribuísse para sua completude. Outras edificações presentes na área também possuíam essa característica: o sobrado e a casa de Seu Tôta, sobre as quais trataremos mais adiante.

A residência apresenta uma rica diversidade de detalhes construtivos e ornamentos, com destaque especial para as janelas da fachada principal, que agregam uma composição visual que contém muitos detalhes. O muro baixo, uma característica marcante, permite que a fachada da casa seja visível da praça, criando uma conexão entre o espaço privado e o público. O portão de ferro, conforme mencionado pela entrevistada 02, é o mesmo desde sua infância, mantendo a identidade da residência ao longo do tempo. Ao lado da edificação existe um terreno com vegetação.

Durante minha visita, fui recebida pela entrevistada 02, que gentilmente me apresentou a casa. Ao caminhar pela calçada, a impressão inicial é de que a residência é menor do que realmente é internamente. Na verdade, a casa é extensa, com diversos cômodos distribuídos ao longo de sua estrutura. Um aspecto que chamou a atenção durante a conversa foi o cuidado evidente da entrevistada com o imóvel. Ela demonstra uma atenção especial em todos os detalhes: desde a escolha cuidadosa das tintas até a preservação da estrutura da casa, sempre buscando manter a harmonia e o equilíbrio, mesmo com as modificações feitas ao longo dos anos.

A entrevistada explicou que qualquer alteração que precise ser realizada é cuidadosamente pensada e planejada, com o objetivo de respeitar a história da casa. Algumas mudanças se mostraram necessárias, principalmente no interior, para se adaptar ao estilo de vida atual. Um exemplo citado foi a construção de um banheiro interno, já que a casa possuía apenas um banheiro no quintal, o que dificultava seu uso durante a noite. O novo banheiro foi instalado próximo à cozinha, no local de um antigo forno a lenha, que, segundo a entrevistada 02, era utilizado por sua mãe para assar bolos e suspiros, mas que, com o tempo, ficou obsoleto e ocupava um espaço considerável dentro da casa.

O muro baixo era uma característica de algumas edificações no entorno da Praça, que se perdeu com o tempo. Uma delas, outro elemento de destaque compondo do grupo das edificações maiores, é o sobrado (figura 40). O sobrado fica localizado na Rua Davi Pereira do Rosário, e destaca-se por possuir um segundo

pavimento. O entrevistado 03 chama-o de chalé de Doutor Adauto. De acordo com a entrevistada 02, o sobrado também pertenceu à sua família na década de 30.

Figura 40 - O sobrado/chalé.



Fonte: PDPM de Glória do Goitá (2006), editado pela autora (2025).

Aí tem o chalé de Doutor Adauto, pertencente ao pai dele, Antônio Inácio de Melo e Dona Rosinha. Então esse chalé aí foi construído pelo pai do Doutor Adauto José de Mello, que foi Juiz Federal, deputado estadual por Glória, então era uma figura importante aqui, também agricultor. O avô de Sandra também era agricultor. Você vê que é uma oligarquia rural, porque a economia do município na época era rural, o Brasil era rural (Entrevistado 03, 2024).

O sobrado só sei que construíram antes dessa casa⁵⁷. Foi do meu Tio. Mas não sei muita história não. Agora eu vivia muito lá, ia muito pra lá, era. Agora assim, ela tinha muito terreno, agora ela em si era bem menor do que essa. Só tinha acho que dois ou três quartos. (Entrevistada 02, 2024).

Outra edificação presente no entorno imediato da praça, sendo a última do grupo das edificações maiores que se destacam na paisagem, é a casa de Seu Tôta (figura 41). Localizada na esquina da Rua Sen. Vigário Carvalho, a edificação possuía um terreno lateral com vegetação, utilizado pelos antigos moradores. Uma particularidade dessa edificação é a presença de um sótão, acessado por uma escada interna. Essa característica confere à fachada lateral duas janelas na parte superior, além de um telhado com águas de uma queda mais íngreme. Até o momento desta pesquisa, não se sabe com exatidão a função original deste espaço na época de sua construção. No entanto, segundo relatos de alguns moradores, ele era utilizado para

⁵⁷ Se referindo a sua casa, a casa de Dona Inês.

apresentações de grupos musicais durante eventos realizados na residência, o que reforça que seus proprietários possuíam um alto poder aquisitivo.

Figura 41 - A casa de Seu Tôta.



Fonte: PDPM de Glória do Goitá (2006).

Dali das edificações do Cristo Redentor, a mais antiga é a de Seu Tôta. Então a residência de Antônio Cassimiro de Albuquerque, Seu Tôta, tem azulejos Português, tem aquelas pinhas em cima, a mais antiga no entorno da praça. Eu a considero a mais antiga porque antes de ser de Seu Tôta ali, foi do pai dele e do irmão dele, o coronel da guarda nacional, isso era o tempo do império. Então a casa de Seu Tôta é a mais antiga ali do entorno, ali residiu por força da denominação da rua, ali residiu o Senador Vigário de Carvalho, senador do império, o estado tinha senadores, então não existe o registro aqui na câmara porque a câmara passou mesmo a funcionar a partir de 1953, a câmara tem 71 anos. (Entrevistado 03, 2024).

De acordo com Bezerra (1998), Seu Tôta Cassemiro era um dos homens mais conhecidos e acatados da cidade naquele tempo. “Homem bom, tido como excelente rezador para mordidas de cobras nos animais que os matutos criavam “na corda” (p.37). Era filho de outro homem muito conhecido e respeitado por todos os glorienses, José Cassemiro de Albuquerque, o Coronel José Cassemiro⁵⁸, que segundo Carvalho (2009)⁵⁹, se mudou para Glória vindo de Paudalho, na esperança de dias melhores, o que conseguiu devido suas habilidades para o comércio, viajando por vários estados, comprando e revendendo cavalos e burros.

Os relatos dos entrevistados também mencionaram outras **edificações menores** relevantes na área, que correspondem a mais um elemento de destaque, embora não tenham sido mencionadas como principais, fazem parte do cenário

⁵⁸ Nascido em Paudalho, em 1857 (Carvalho, 2009).

⁵⁹ Sobrinho de Tôta Cassemiro.

histórico local. O fato de essas construções terem sido citadas durante a pesquisa é significativo, pois revela que todas elas – assim como as edificações de maior destaque – estão situadas no entorno imediato da Praça Cristo Redentor. Isso sugere que a percepção de entorno imediato dos entrevistados se alinha à definição adotada nesta pesquisa, reforçando a importância dessa área na memória e identidade urbana.

Outras edificações existentes na área chegaram a ser mencionadas brevemente, mas, sempre que citadas, eram rapidamente descartadas pelos entrevistados. Isso ocorreu porque essas construções não estavam situadas no entorno imediato conforme a percepção idealizada pelos entrevistados.

Tinha a casa daqui, de Esmeralda também, que tinha ... tinha... seu Zeca que era parente também de Doutor Rubens. [...] É porque o modelo né, ela foi reformada, foi reformada. Mas ela era outro estilo né? Mas também é antiga, só que um pouco mais moderna (Entrevistada 02, 2024).

Um povo sem memória é o que? é a memória de Glória [...] é o início de Glória, a prefeitura, aquela casa do povo de seu Quinca, A casa de Dona Doxa, ali da esquina [...] a de Silvana do lado do chalé [...] A casa de seu quinca, é tão bonita aquela fachada, né? A da fisioterapia, aquela já tá se acabando, e já perdeu a característica dela, ela tinha uma portinha que era uma bandinha assim (Entrevistada 01, 2024).

A da esquina, que é o Dona Maria, chega faz pena derrubar aquilo, né? Aquele alpendre já foi [...] que fez, já se perdeu. Muita coisa já mudou, né? Mas pelo menos que essas não mudem (Entrevistada 01, 2024).

Aquelas quatros são as principais, e as demais, vou dizer, aquela casa que tem perto do Dona Maria onde foi o cartório, porta e janela, você vê ... fizeram uma reforma, mas preservaram a frente, né? Por dentro tá preservada também (Entrevistado 03, 2024).

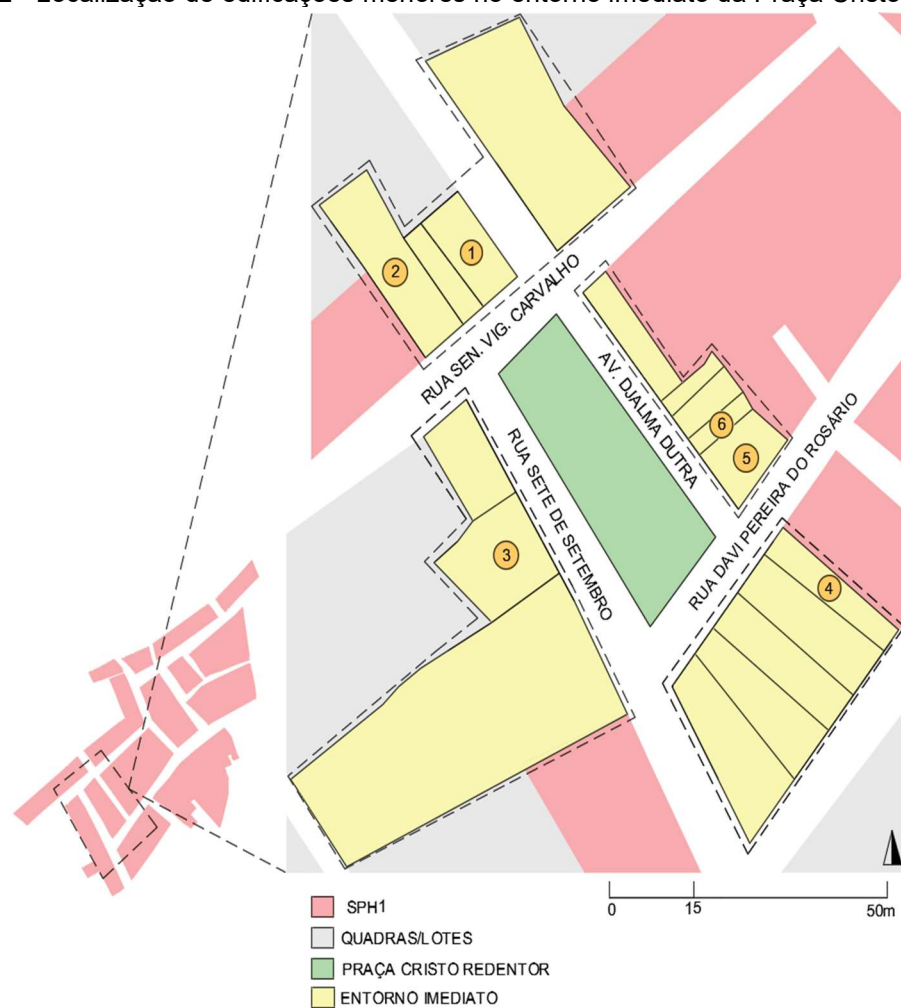
Sim, as construções... você percebe ali a construção da casa de Dona Doxa onde é ali a fisioterapia, depois da casa de Dona Doxa, veja como difere⁶⁰, depois vem a casa de Seu Quinca (Entrevistado 03, 2024).

O mapa abaixo ilustra a localização dessas edificações. Para facilitar a identificação das edificações, baseadas nos relatos dos entrevistados, temos:

- 01 - Casa de Dona Doxa;
- 02 - Casa de Seu Quinca;
- 03 - Casa de Dona Esmeralda;
- 04 - Casa de Silvana;
- 05 - Restaurante Dona Maria;
- 06 - Antigo Cartório.

⁶⁰ Aqui o entrevistado se refere a uma edificação contemporânea, localizada entre a casa de Dona Doxa e de Seu Quinca, que difere do padrão da área.

Figura 42 - Localização de edificações menores no entorno imediato da Praça Cristo Redentor.



Fonte: Google Maps, Maxar Technologies, 2022, editado pela autora (2025).

Figura 43 - Edificações menores no entorno imediato da Praça Cristo Redentor.



Fonte: A autora, 2024.

Embora algumas edificações menores tenham passado por modificações ao longo do tempo, elas ainda preservam características históricas e estão associadas a nomes de famílias ou pessoas de relevância para a história do município. Por esse motivo, foram agrupadas como um **elemento de destaque**. Essas construções integram um cenário que marca a memória dos glorienses.

Para as análises que seguem, elaborou-se aqui um quadro síntese com os elementos de destaque identificados na Praça Cristo Redentor e em seu entorno imediato, buscando sintetizar as informações acima descritas. Esses elementos de destaque serão retomados mais adiante.

Quadro 4 - Elementos de destaque existentes na Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato.

ELEMENTOS DE DESTAQUE DA PRAÇA CRISTO REDENTOR E SEU ENTORNO IMEDIATO		
01	O MONUMENTO	
02	A PRESENÇA DA CAMADA VEGETAL	
03	AS PALMEIRAS	
04	AS EDIFICAÇÕES MAIORES	A CASA DE SEU TÔTA
		A CASA DE DONA INÊS
		A PREFEITURA
		O SOBRADO/CHALÉ
05	AS EDIFICAÇÕES MENORES	A CASA DE DONA DOXA
		A CASA DE SEU QUINCA
		A CASA DE DONA ESMERALDA
		A CASA DE SILVANA
		O RESTAURANTE DONA MARIA
		O ANTIGO CARTÓRIO
06	A ÁREA EM FRENTE A PREFEITURA COMO ESPAÇO DE EVENTOS POLÍTICOS.	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

É importante destacar que os elementos mencionados anteriormente dialogam com os critérios previamente estabelecidos por Lira (2009) para a definição de atributos patrimoniais. Os próximos tópicos se concentram em analisar a efetividade do cumprimento das diretrizes e dos parâmetros urbanísticos propostos para o SPH1,

estabelecendo uma relação comparativa entre o momento em que foi implantado o PDPM de Glória do Goitá e a atualidade.

4. UM OLHAR SOBRE O SPH1: AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO APÓS 19 ANOS DE SUA INSTITUIÇÃO

Este capítulo tem como objetivo avaliar a efetividade da delimitação do SPH1 após 19 anos de sua instituição. Ao longo desse período, ocorreram mudanças significativas no setor que impactaram sua configuração urbana. Por meio de uma abordagem crítica, busca-se também – como complemento à avaliação da efetividade – analisar de que forma a eficácia de suas diretrizes e parâmetros urbanísticos têm influenciado a continuidade do patrimônio cultural local, afetando a leitura urbana desse importante conjunto histórico.

4.1. Avaliação da eficácia dos parâmetros urbanísticos para toda a extensão do SPH1

Antes de iniciarmos as avaliações subsequentes, é importante destacar alguns pontos relevantes. A seguir, será apresentada uma série de mapas que ilustram uma comparação entre a realidade do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1) de Glória do Goitá no período de produção do Plano de Desenvolvimento e Proteção Municipal (PDPM) e na atualidade.

Os mapas mais antigos foram elaborados a partir de algumas fontes. Utilizamos fotografias extraídas dos arquivos do PDPM de Glória do Goitá, as quais retratavam algumas vias, espaços públicos e áreas dentro dos limites do SPH1. No entanto, não foi possível obter imagens da completude do SPH1, uma vez que muitas das fotos também faziam referência a outras zonas da cidade. Quando as fotografias não forneceram informações suficientes, foram empregadas fontes complementares, com dados relativos aos anos de 2011 e 2012. Isso se deve ao fato de que as informações foram complementadas a partir de imagens existentes nas ferramentas do Google Earth e do Google Maps, sendo esse o período mais antigo com registros suficientemente nítidos para análise.

Dessa forma, os mapas mais antigos refletem a realidade do SPH1 em Glória do Goitá durante os anos de 2006 a 2012, com base nas fontes disponíveis para a

época. Os mapas atuais, foram produzidos com imagens dos softwares citados, de livre acesso, geradas entre 2022 e 2023, complementadas por dados coletados em visitas de campo realizadas durante esta pesquisa.

Outro ponto importante a ser destacado é que os mapas não têm a intenção de representar com alta precisão as dimensões e formas dos lotes localizados dentro do SPH1, uma vez que a cidade não dispõe de um documento específico com esse propósito. O objetivo principal dos mapas é fornecer uma aproximação da configuração urbana da área de estudo, sem a pretensão de precisão cadastral detalhada. Para tanto, os mapas foram elaborados pela autora com o auxílio das imagens de satélite disponíveis no Google Earth, visando oferecer uma visão geral da área, permitindo ao leitor entender a organização espacial do território em questão.

Como visto no quadro 04, conforme o PDPM de Glória do Goitá, o padrão de gabarito existente deveria ser mantido, e novas construções ou reformas não deveriam possuir mais que dois pavimentos. Essa configuração é definida como sendo um pavimento térreo acrescido de um pavimento superior, conforme a própria descrição presente no PDPM, que determina a contagem dos pavimentos a partir da quantidade de lajes de piso de uma edificação contadas a partir do solo natural até o último pavimento. Sobre este tópico, foram elaborados os seguintes mapas, com o objetivo de exemplificar e enriquecer a análise, incluindo também as tipologias construtivas, e seguindo os padrões metodológicos descritos anteriormente:

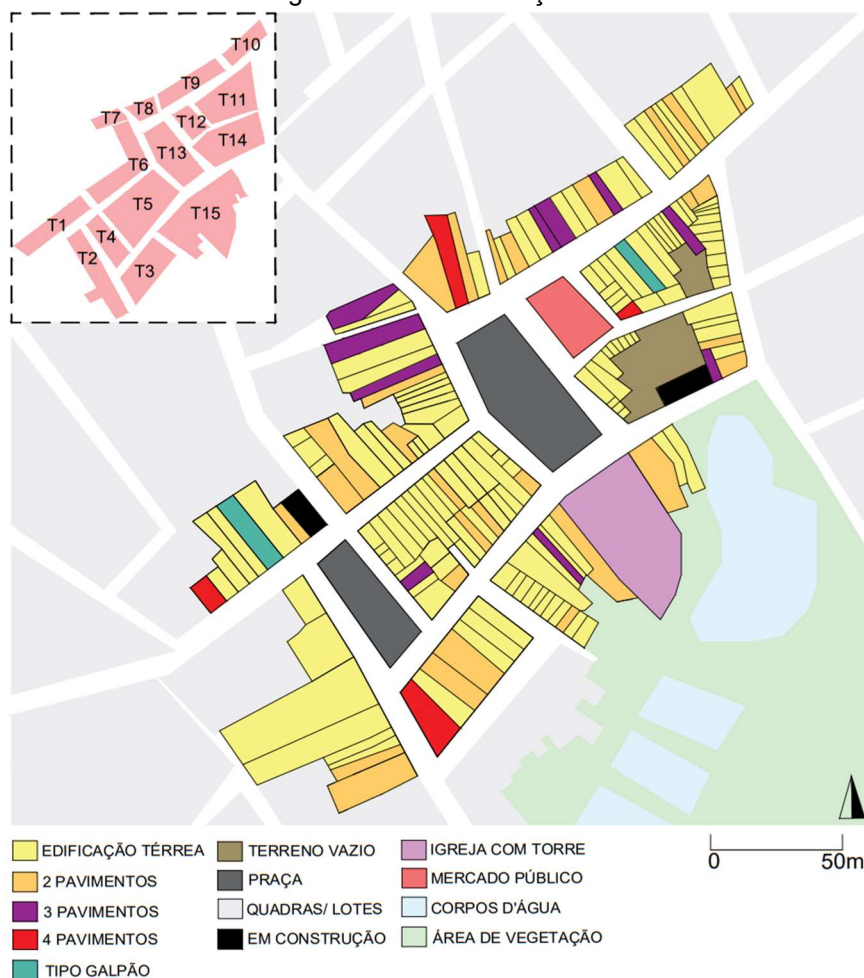
Figura 44 - Mapa de tipologias construtivas, referente aos anos de 2006-2012, com destaque aos gabaritos das edificações.



Fonte: A autora, 2024.

A análise do mapa acima revela que o SPH1 não possuía edificações com mais de dois pavimentos, sendo composto por edificações térreas e construções de até dois pavimentos (térreo +1), sendo a edificação mais alta a nova Igreja Matriz Nossa Senhora da Glória – um tipo construtivo especial –, por causa de sua torre. Essa configuração justifica a definição dessa tipologia pela legislação para o SPH1. Considerando que se trata de uma área central, pode-se inferir que, à época, Glória do Goitá apresentava uma característica predominantemente horizontal, de baixo gabarito, uma vez que, em geral, áreas centrais concentram maior diversidade de tipologias construtivas. Essa horizontalidade é ainda mais forte no entorno imediato da Praça Cristo Redentor.

Figura 45 - Mapa de tipologias construtivas, referente aos anos de 2022-2025, com destaque aos gabaritos das edificações.

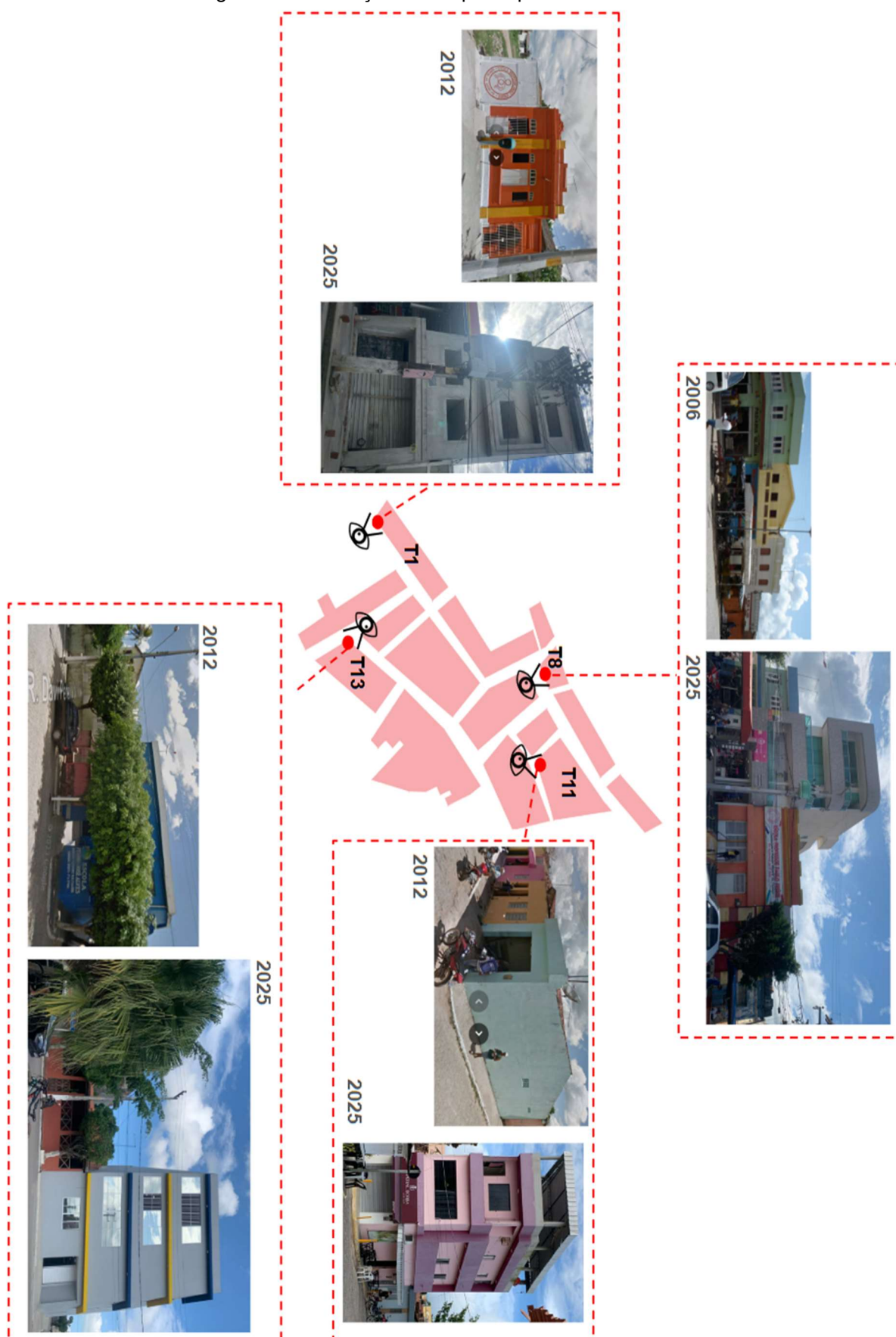


Fonte: A autora, 2024.

Comparando os mapas, é possível identificar tanto permanências quanto transformações significativas no tecido urbano. Além do evidente processo de verticalização, observa-se o surgimento de novas tipologias construtivas, como galpões e posto de gasolina, refletindo a diversificação do uso do solo. No entanto, o aspecto que mais chama a atenção é, sem dúvida, a verticalização.

Fica evidente a ocorrência de infrações às normas estabelecidas pelo PDPM. A presença de edificações com três e quatro pavimentos representa uma clara violação das diretrizes, impactando diretamente a paisagem urbana e a identidade histórica do setor. No interior do perímetro do SPH1, foram identificadas quatro edificações de quatro pavimentos, existentes no T1, T5, T8 e T11, cuja inserção no contexto urbano causa um evidente contraste e descaracterização visual em relação ao conjunto edificado da área.

Figura 46 - Edificações com quatro pavimentos no SPH1.



Fonte: PDPM de Glória do Goitá, 2006, e Google Street View, 2012, adaptado pela autora, em 2025.

Além dessas, também foram identificadas outras dez edificações com três pavimentos, distribuídas nos trechos T5, T6, T9, T11, T14 e T15. Este número reforça a tendência de verticalização além do permitido no Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1), trazendo impactos significativos para a paisagem urbana.

É importante destacar que, apesar de serem oficialmente classificadas como edificações de dois pavimentos, algumas construções apresentam configurações que alteram significativamente sua percepção visual e volumétrica. Em certos casos, observa-se a presença de galpões no pavimento térreo com pé-direito elevado, sobre os quais estão edificadas residências ou pontos comerciais. Embora, segundo a definição do Plano Diretor Participativo Municipal, essas edificações estejam formalmente dentro do limite permitido, na prática, sua altura total se aproxima da de construções de três pavimentos.

Esse aspecto gera um impacto visual semelhante ao das edificações que excedem o limite de dois pavimentos de maneira explícita, contribuindo para a sensação de adensamento e verticalização indevida dentro do setor de preservação. Tal situação evidencia a relevância da diretriz que determina a observância do padrão de gabarito, uma vez que, em casos como este, as construções devem se adequar ao padrão existente no entorno.

Em termos de verticalização, os trechos que sofreram maior impacto foram T1, T3, T6, T8 e T9, onde antes predominavam edificações térreas e de no máximo dois pavimentos, e agora há a presença de construções de até quatro pavimentos. Esses trechos passaram por um aumento na densidade urbana, refletindo um processo de urbanização mais intenso, com novas tipologias construtivas e a ampliação do uso do solo.

Os trechos T2, T5 e T10 permaneceram em conformidade com a medida descrita pelo PDPM. Apesar de também terem passado por um processo de verticalização, esse crescimento se manteve dentro do limite de edificações com até dois pavimentos. É importante destacar o T2, o único trecho do SPH1 que, em 19 anos, não sofreu alterações e manteve seu padrão de gabarito.

Outro destaque é o T5, que, considerando suas dimensões e localização estratégica entre as duas praças centrais da cidade, sofreu pouquíssimas modificações. As mudanças ocorridas nesse trecho respeitam o padrão estabelecido pelo PDPM de Glória do Goitá, mantendo a harmonia do conjunto urbano preexistente e as diretrizes de preservação do espaço. Além disso, o trecho voltado para a Rua

Senador Vigário Carvalho é um dos mais bem conservados do Setor de Preservação Histórica 1, mantendo as características arquitetônicas da maioria das edificações, que remetem à história e identidade local.

Figura 47 - Trecho em questão da Rua Sen. Vig. Carvalho nos anos de 2006 e 2025.



Fonte: PDPM de Glória do Goitá, 2006; a Autora, 2025.

Durante a realização desta pesquisa, surgiu a hipótese de que, assim como o **T3**, o **T5** também apresentasse lotes com **dupla testada**, ou seja, que se estendem de uma rua à outra e possuem dois acessos: um principal e outro nos fundos da edificação. Essa suposição é sustentada por diversos indícios. Embora seja uma minoria, algumas edificações do **T5** ainda preservam ambos os acessos. Além disso, as dimensões e o formato dos lotes são bastante semelhantes, e a maioria das fachadas voltadas para a Rua Senador Vigário Carvalho exibem características históricas, diferentemente das fachadas voltadas para a Rua Davi Pereira do Rosário. Nesta última, muitas edificações apresentam um único vão, assemelhando-se a galpões, sugerindo que essa ocupação pode ter sido alterada ao longo do tempo. Outro fator que reforça essa hipótese é o relato de moradores mais antigos, que confirmaram que, no passado, muitas dessas edificações de fato possuíam dois acessos, mas parte dessas configurações foi modificada ao longo das décadas.

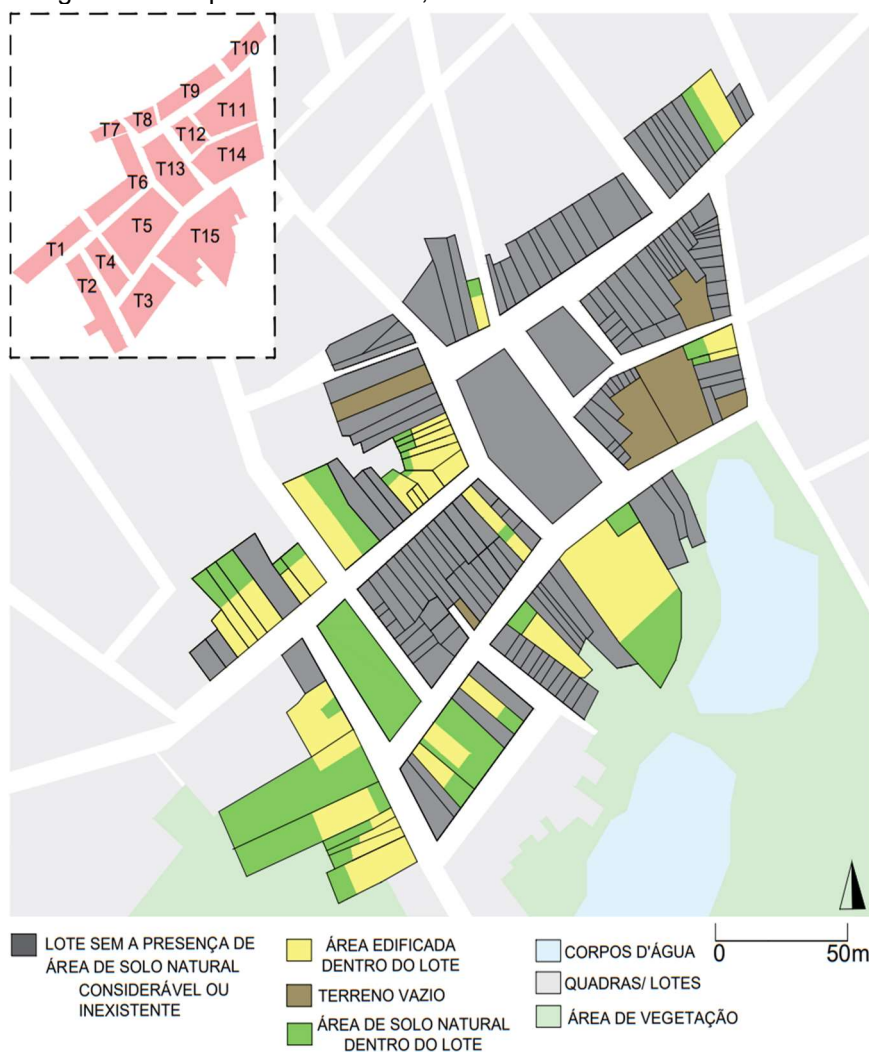
A presença de alguns terrenos vazios e o preenchimento gradual dessas lacunas parecem ser evidências do processo de adensamento urbano e valorização da área pelo potencial para novos empreendimentos. Esse fenômeno demonstra como o crescimento da cidade impulsiona a ocupação de espaços antes subutilizados, contribuindo para a dinâmica urbana. Entretanto, alguns vazios urbanos maiores ainda permanecem inalterados ou pouco alterados, especialmente nos trechos T11 e T14. Durante o processo de produção dos mapas, não foi possível identificar com clareza se estes espaços correspondem a terrenos vagos ou quintais de edificações, uma vez que são murados, o que impede a visualização direta de sua real função.

A permanência desses vazios sugere algumas possibilidades. Pode indicar áreas de propriedade privada ainda não inseridas no processo de adensamento, terrenos com alto preço de venda devido à sua localização central na cidade ou, alternativamente, espaços com restrições de uso que impedem/dificultam a construção.

Sendo assim, avalia-se que o parâmetro urbanístico estabelecido pelo PDPM para o setor SPH1, referente ao padrão de gabarito e ao número máximo de pavimentos, mostrou-se ineficaz. As diretrizes não têm sido cumpridas, e há ausência de fiscalização efetiva. Observa-se, inclusive, que muitas edificações se configuram como infrações às normas estabelecidas para a área, sendo esse número crescente nos últimos anos.

Passando à avaliação do parâmetro urbanístico referente à obrigatoriedade de 40% de solo natural nos lotes para novas construções, observa-se no mapa abaixo (figura 48) que, já na época de elaboração do PDPM, a maioria dos lotes existentes no SPH1 não atendia a essa exigência, apresentando ocupação total com área construída. Os lotes que possuíam parte de sua área coberta por solo natural concentravam-se, em sua maioria, no entorno da Praça do Cristo (T4). À medida que se avança para os arredores da Praça de Eventos (T13), a incidência desse tipo de ocupação vai diminuindo gradativamente.

Figura 48 - Mapa de solo natural, referente aos anos de 2006-2012.

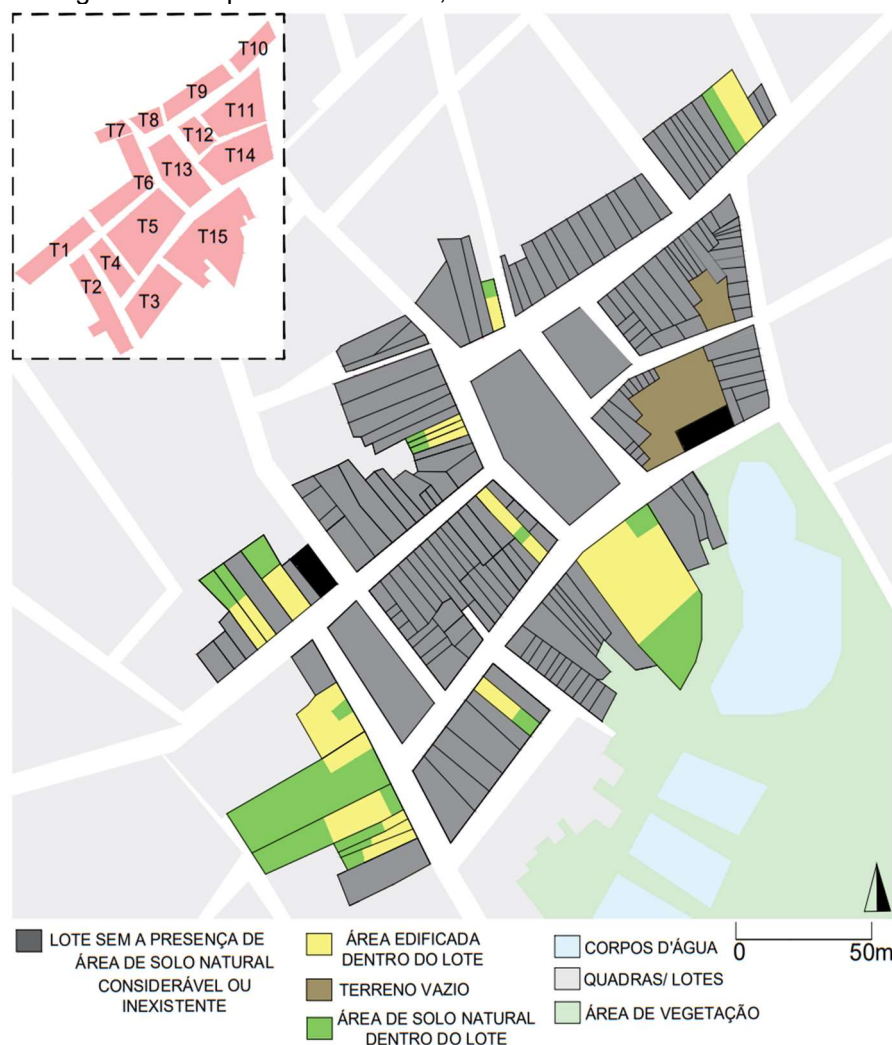


Fonte: Elaborado pela autora, 2025

As novas construções e reformas não seguiram a normativa, o que fica evidente ao comparar o mapa anterior e o mapa a seguir, por exemplo, observando alguns lotes que, no primeiro mapa, estavam vazios e, no segundo, após serem edificados, não apresentam a indicação de áreas com porcentagem de solo natural.

O mesmo ocorreu em edificações já existentes, que passaram por reformas ou ampliações, resultando na perda das áreas de solo natural que antes possuíam. Nesse contexto, destacam-se os lotes T1, T3 e T6, que sofreram grandes modificações, além de diversos outros lotes que, anteriormente, contavam com uma porcentagem de solo natural e agora a perderam.

Figura 49 - Mapa de solo natural, referente aos anos de 2022-2025.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No que se refere à diretriz que prevê a garantia do padrão de recuos já consolidados, observa-se que esta é vaga e carece de especificidade. Cabe destacar que, ao mencionar “recuos”, o documento trata dos afastamentos obrigatórios dentro dos lotes – contudo, como evidenciado na tabela 01, tais afastamentos não foram devidamente estabelecidos.

Conforme indicado nos mapas apresentados, já à época da elaboração do PDPM, grande parte das edificações existentes no setor SPH1 ocupava integralmente a extensão dos lotes. Observa-se, ainda, que mesmo nos casos em que havia recuos dentro dos limites dos terrenos, alguns desses foram posteriormente suprimidos, contrariando o objetivo do parâmetro urbanístico anteriormente mencionado e contribuindo para a descaracterização do padrão originalmente estabelecido.

No que se refere ao padrão de alinhamento, verifica-se que, considerando a totalidade da área do SPH1, não ocorreram alterações significativas ao longo do

tempo. A principal modificação observada diz respeito a situações em que existiam edificações com alinhamentos distintos: em determinados casos, reformas ou ampliações resultaram na uniformização dos alinhamentos, com edificações mais recuadas sendo estendidas até se alinharem às demais, embora sem ultrapassar esse novo alinhamento já existente.

Sendo assim, avalia-se que, no que se refere ao padrão de recuos consolidados, o parâmetro apresenta-se ineficaz, uma vez que diversos lotes que originalmente possuíam recuos internos – em sua maioria localizados no entorno imediato da Praça Cristo Redentor – foram descaracterizados nesse aspecto, perdendo tais afastamentos ao longo do tempo. Por outro lado, quanto ao padrão de alinhamento, até o momento da realização deste estudo, o parâmetro demonstra-se eficaz, não tendo sido identificadas infrações significativas relacionadas a esse aspecto específico.

Por fim, como parâmetro para novas construções ou reformas, foi estabelecido o tamanho mínimo de lote em 10 x 20 metros. Esse parâmetro, no entanto, mostra-se superficial e inadequado para a realidade da área. Considerando que o SPH1 está localizado na região central da cidade, como já mencionado anteriormente, é natural que não haja um padrão regular de tamanho e formato de quadras e lotes – diferentemente de novos loteamentos planejados, que contam com plantas formais de parcelamento.

Os lotes e quadras do SPH1 apresentam-se, em sua maioria, irregulares, o que torna a exigência do tamanho mínimo pouco condizente com a configuração do setor. Além disso, muitos lotes existentes no SPH1 já não atendiam essa dimensão mínima na época da elaboração do plano, como pode ser observado em edificações presentes nos trechos T5, T6, T11 e T15. Esse fato levanta questionamentos sobre a motivação que embasou a escolha dessa diretriz.

O entorno da Praça Cristo Redentor, mais uma vez, destaca-se como uma área que concentrava edificações com essas características, inclusive com lotes significativamente maiores que as dimensões mínimas estabelecidas. Isso sugere que as diretrizes relativas à manutenção de solo natural e ao tamanho mínimo dos lotes deveriam ter sido aplicadas de forma específica à Praça Cristo Redentor e seu entorno, e não de maneira generalizada a todo o SPH1. Cabe ressaltar ainda que os lotes vazios que foram posteriormente ocupados já não apresentavam, desde a elaboração do plano, as dimensões estabelecidas como mínimas. Da mesma forma,

os lotes que permanecem vazios, pelas dimensões que possuem, ainda podem se adequar a essa exigência.

Sendo assim, avalia-se que, no que diz respeito ao parâmetro de dimensão mínima dos lotes, este se mostra ineficaz, tendo em vista sua inaplicabilidade no contexto específico do setor SPH1. Em ação de síntese, elaborou-se a seguinte tabela que resume a avaliação da eficácia dos parâmetros acima descritos:

Tabela 3 - Síntese de avaliação de parâmetros urbanísticos do SPH1.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS DEFINIDOS PARA O SPH1		
	EFICAZ	INEFICAZ
PADRÃO DE GABARITO		X
NÚMERO MÁXIMO DE PAVIMENTOS (2)		X
TAXA DE SOLO NATURAL (40%)		X
PADRÃO DE RECUOS		X
PADRÃO DE ALINHAMENTOS	X	
DIMENSÃO MÍNIMA DE LOTE (10X20m)		X

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

4.2. Avaliação da diretriz específica para a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato.

Até o momento, foi possível avaliar a eficácia dos parâmetros urbanísticos supracitados, uma vez que cada um deles trata de maneira específica aspectos passíveis de avaliação. O padrão de gabarito, a taxa de solo natural, o tamanho mínimo dos lotes e os recuos/alinhamentos são elementos que facilitam a avaliação, além de serem conceitos devidamente explicados no PDPM. No entanto, essa mesma clareza não se verifica na diretriz específica para a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato.

A ambiência urbana, diferentemente dos aspectos mencionados anteriormente, não se refere a um elemento único e objetivo, mas sim a um conjunto de fatores que,

em sua interação, a constituem. Uma das primeiras definições de ambiência no Brasil surgiu através de sua relação com a área da saúde. De acordo com o Ministério da Saúde (1999), a Ambiência segue primordialmente três eixos:

- O espaço que busca proporcionar conforto, com foco na privacidade e individualidade das pessoas envolvidas, valorizando elementos do ambiente que interagem com os indivíduos, como cor, cheiro, som, iluminação e morfologia, garantindo o bem-estar de trabalhadores e usuários;
- O espaço que favorece a produção de subjetividades, promovendo o encontro entre sujeitos, por meio da ação e reflexão sobre os processos de trabalho;
- O espaço utilizado como ferramenta que facilita o processo de trabalho, otimizando recursos e promovendo um atendimento humanizado, acolhedor e resolutivo.

Fica claro, portanto, que no contexto mencionado, a ambiência não se refere apenas ao espaço físico em si, mas também à percepção das pessoas sobre e dentro desse espaço. O termo "ambiência" se relaciona com diversas disciplinas e transita entre diferentes significados e definições. Quando associada ao meio urbano, recebendo a denominação de **ambiência urbana**, ela é a de um ambiente alterado, no qual é necessário estudar, analisar e prognosticar as degradações e os impactos ambientais, bem como as condições de habitabilidade que ainda permanecem (Mascaró e Mascaró, 2009).

A ambiência de uma determinada parte da cidade é o microclima, o resultado da combinação dinâmica, instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (Lombardo, 1997, p.59, apud Mascaró e Mascaró, 2009, p.167).

Mascaró e Mascaró (2009), a partir de seus estudos sobre ambiência, destacam ainda que compreender a ambiência urbana é compreender o modo como os valores culturais de diferentes momentos da sociedade – enraizados em projeções simbólicas sobre as contingências do meio natural – afetaram a paisagem urbana e seu clima original (s.p.).

Os autores ressaltam diversos aspectos⁶¹ que devem ser considerados ao analisar a ambiência urbana em diferentes locais da cidade, entre os quais se destacam: o clima, o clima urbano, os recintos urbanos, as ruas e as praças. Além disso, é importante levar em conta elementos como a relação entre a altura e a largura das vias, o fator de céu visível, o desempenho térmico, a importância das sombras e da iluminação, entre outros fatores, que possuem procedimentos particulares para serem avaliados e medidos, frequentemente utilizando equipamentos específicos para medições *in loco*.

No entanto, nem os aspectos considerados para destacar a ambiência urbana da área, nem os procedimentos de identificação e análise que possibilitaram o destaque dessa ambiência estão presentes no PDPM de Glória do Goitá, o que sugere que o termo foi empregado de maneira imprecisa, superficial, inconsistente. Essa lacuna impossibilita a análise dos impactos decorrentes do cumprimento ou descumprimento da referida diretriz na área em questão, uma vez que os parâmetros para esta análise não existem na legislação.

Além disso, cabe questionar: seria, de fato, a ambiência urbana – considerando todos os aspectos destacados por Mascaró e Mascaró (2009) – o (único) aspecto que precisa ser conservado na área? A questão não se resume apenas à ambiência urbana de uma área qualquer da cidade, mas sim de um espaço de preservação histórica e cultural, delimitado por um instrumento de ordenamento territorial urbano.

Nessa perspectiva, a conservação dessa ambiência – conforme PDPM de Glória do Goitá – deveria, naturalmente, resultar na conservação e preservação do patrimônio cultural, já que a principal função da ZEPH é proteger áreas e bens que encerram valores culturais reconhecidos. Essa conservação pode ser comprometida ao se considerar apenas o viés da ambiência urbana.

Nesse contexto, Viegas (2018) discute o conceito de ambiência aplicado ao contexto patrimonial, introduzindo a noção de "ambiência histórica", tratando-a como:

[...] a harmonia na integração de um bem cultural entre suas partes e o seu entorno, independente da escala, entendendo esta harmonia como algo que envolve dimensões históricas, de uso, sociais, econômicas, culturais, entre outras, e que também se vincula a formas urbanas materiais e sensibilidades, percebidas durante as interações pessoa-ambiente. Entendemos também

⁶¹ Esses aspectos não serão abordados detalhadamente aqui, pois fogem da temática central desta pesquisa. Caso o leitor tenha interesse, pode consultar o livro *Ambiência Urbana*, de Lúcia Mascaró e Juan José Mascaró (2009), que está devidamente referenciado ao final deste trabalho.

que a composição essencial de uma ambiência em contexto patrimonial é a historicidade local (Viegas, 2018, p.52).

A autora ainda identifica alguns aspectos determinantes para que um lugar em um contexto patrimonial possua uma ambiência que exale historicidade. O primeiro aspecto, **as envolventes** – que podem ser compreendidas como o “entorno imediato” citado no PDPM –, garantem a coerência entre os bens patrimoniais e seu entorno, facilitando a compreensão e transmissão de sua história. A preservação de um entorno coerente com o patrimônio cultural conserva sua autenticidade, fortalece a memória local e contribui para a identidade, pertencimento e bem-estar da população (Marchesan, 2013 apud Viegas, 2018).

Outro aspecto muito importante destacado pela autora foi **a conservação de elementos da forma urbana**, pois intervenções na forma urbana de áreas patrimoniais, devem preservar a autenticidade das arquiteturas, ao mesmo tempo em que expressam as tendências arquitetônicas contemporâneas. Isso garante que a percepção das historicidades não seja confusa, facilitando a transmissão consciente dos legados culturais. O uso de materiais e técnicas adequadas é essencial para alcançar esse ideal de reabilitação arquitetônica.

O terceiro aspecto é **o legado cultural a ser transmitido**, onde as preocupações com a transmissão do legado cultural nas intervenções de bens culturais buscam evitar a criação de narrativas históricas falsas e esclarecer os espectadores sobre os diferentes aspectos do patrimônio, mesmo quando não há mais todos os elementos que compunham as formas urbanas originais.

O quarto e último aspecto é **a conservação integrada do patrimônio**, que embora seja um conceito que vem sofrendo modificações ao longo do tempo, pode ser entendida de maneira geral como o modo de integrar o planejamento, gestão e ação das áreas patrimoniais com as cidades e territórios, considerando aspectos econômicos, políticos, culturais, ambientais e físico-espaciais necessários para sua salvaguarda.

Em seu trabalho, Viegas (2018) explora cada uma das categorias citadas à luz de documentos patrimoniais (cartas patrimoniais, manifestos, normas, recomendações etc.), destacando como esses documentos contribuíram para a ampliação e o aprimoramento do conceito. A partir da sistematização dos documentos patrimoniais realizada pela autora, pode-se inferir que a categorização se apresenta de modo pertinente para a composição de ambiências em contextos patrimoniais,

pelas necessidades de delimitação espacial de uma área capaz de proteger o bem cultural (envolvente); que compreenda uma composição que pode ser entendida como uma “forma urbana” de valor patrimonial; capaz de contar nossa história e transmitir seu “legado cultural” para gerações presentes e futuras, caminhando cada vez mais em direção à “Conservação Integrada” (ibid., p.67).

Pode-se perceber então uma clara interação entre as categorias, também mencionada pela autora, que destaca que as quatro categorias estão profundamente relacionadas entre si, a ponto de quase se sobreporem, de modo que é o conjunto delas que pode, efetivamente, contribuir para a manutenção e reforço de ambiências históricas (p.68). Na tentativa falha de explorar os quatro aspectos mencionados por Viegas (2018) de forma individual, optou-se por explorá-los de forma simultânea e complementar. Sobre isso, pode-se sintetizar essa relação entre as categorias da seguinte maneira:

A conservação do que é original representa um caminho em direção à inovação, enxergando o patrimônio como parte do desenvolvimento da cidade. Em relação às **envolventes** e aos **elementos da forma urbana**, em termos de inovação, é evidente a necessidade de emprego de novas tecnologias, com o cuidado de até certo ponto manter as características das obras arquitetônicas e urbanas que possuem valor de antiguidade, modificando apenas aquilo que não é tão representativo da historicidade local e seja estritamente necessário para atender as necessidades espaciais contemporâneas. O uso de novas tecnologias que não interfiram de maneira física no patrimônio para **transmitir legados culturais** é essencial, bem como inovação nas políticas para que se atinja um ideal de **Conservação Integrada** (Viegas, 2018, p.68).

Em síntese, não é possível avaliar a eficácia da diretriz estabelecida para a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato, uma vez que os parâmetros necessários para tal ação não são conhecidos. Além disso, conclui-se que, diante do contexto, do propósito, da localização e da delimitação do SPH1, o termo mais apropriado para refletir a relação entre ambiência e patrimônio cultural da cidade de Glória do Goitá seria o de **ambiência histórica**. Tal expressão parece captar de maneira mais precisa a interação entre os elementos urbanos e o valor cultural – mencionado no PDPM – associado ao patrimônio local, transmitindo de forma mais precisa a conexão entre o patrimônio cultural e os aspectos urbanos do SPH1.

Diante dessa lacuna e das inconsistências identificadas, optou-se por realizar uma breve análise da Praça Cristo Redentor e de seu entorno imediato, buscando identificar transformações e permanências, com o intuito de oferecer um ponto de partida para possíveis discussões futuras sobre a temática. É importante ressaltar

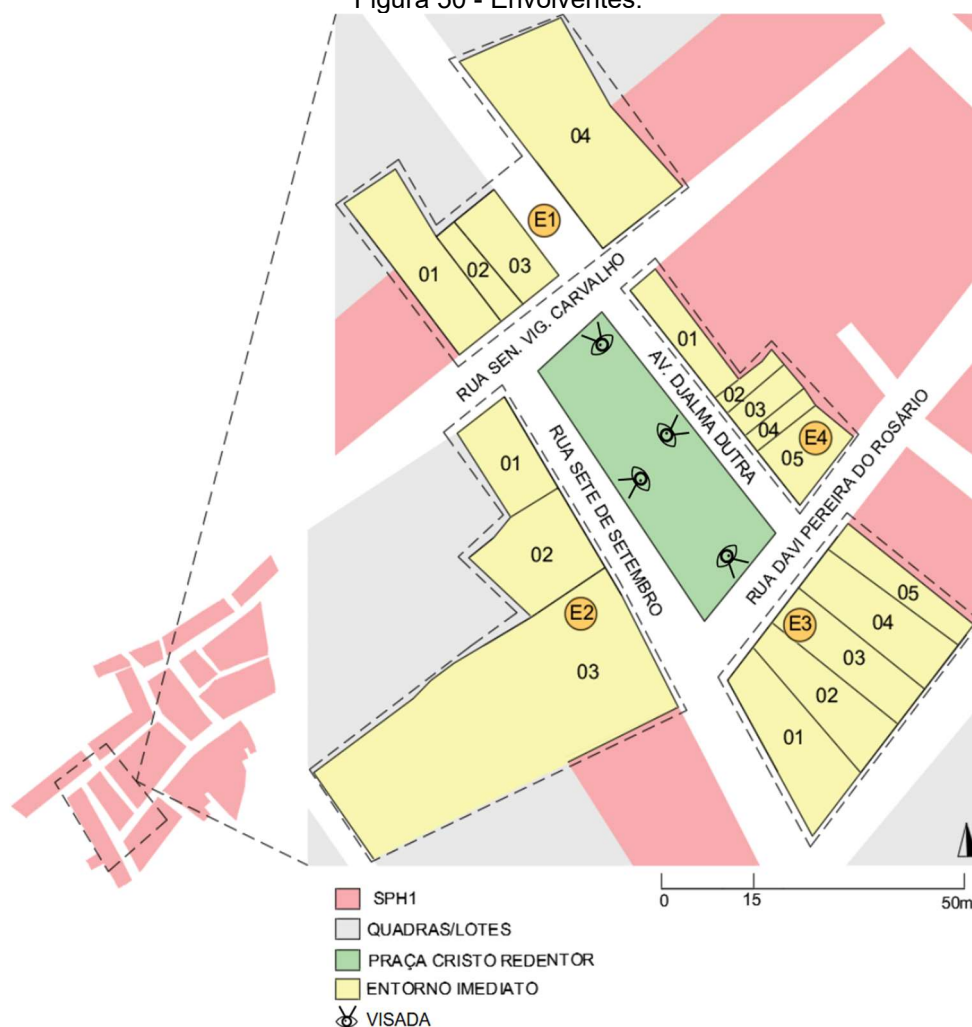
que, para as análises subsequentes, além de utilizar os aspectos citados por Viegas (2018) como referencial, também serão considerados trechos das entrevistas realizadas com os atores sociais previamente citados. Vale destacar, ainda, que esta análise considera o referencial temporal estabelecido para esta pesquisa, compreendido entre os anos de 2006 e 2025.

Em 2006, quando foi instituído o PDPM de Glória do Goitá, ainda não existia a Lei Municipal nº 1245, a qual veio a contribuir para o tombamento da Praça Cristo Redentor, processo que ocorreu anos depois. No entanto, o texto da lei é claro ao considerar o bem principal como sendo a Praça Cristo Redentor, definindo seu entorno imediato como sendo os lotes imediatamente voltados para o equipamento, o que Viegas (2018) chama de envolvente.

Esta envolvente é responsável por conferir coerência entre os bens patrimoniais e o entorno, facilitando a compreensão e transmissão de sua história. Dividiu-se o entorno imediato da Praça do Cristo em quatro partes, que foram chamadas de envoltentes, envolvente 1 (E1), envolvente 2 (E2), envolvente 3 (E3), envolvente 4 (E4), ilustradas no esquema abaixo.

A análise das envoltentes considera, sua forma urbana, as inserções de arquitetura contemporânea no entorno imediato, as intervenções nas edificações históricas, os elementos naturais, sempre respeitando o recorte temporal estabelecido por esta pesquisa. As visadas das envoltentes estão organizadas de acordo com a localização das quatro direções indicadas no mapa a seguir, todas tendo como referencial a Praça Cristo Redentor, com o olhar voltado em direção às respectivas envoltentes.

Figura 50 - Envolventes.

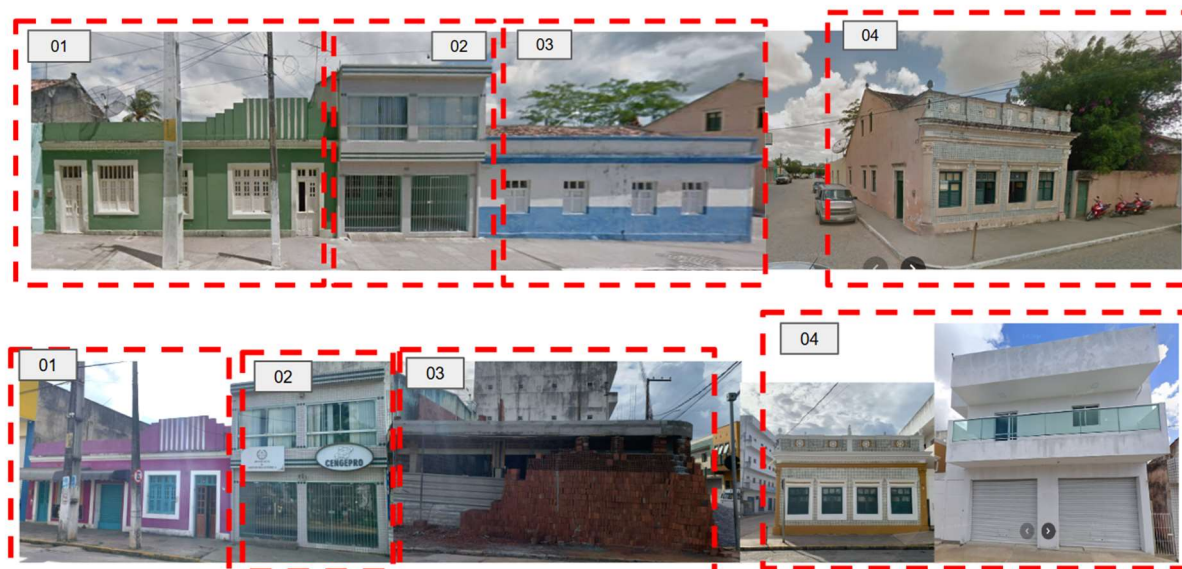


Fonte: A autora, 2024.

A primeira envolvente, E1, está voltada para a Rua Senador Vigário Carvalho, é composta por quatro edificações. Contém uma das quatro edificações maiores e duas das seis edificações menores destacadas anteriormente. Desde a formulação do Plano, em 2006, a E1 não passou por grandes modificações, mas isso mudou recentemente quando uma das edificações menores, a casa de Dona Doxa (edificação 03 da E1), passou por uma demolição no mês de janeiro de 2025, estando a nova edificação em construção.

Apesar de não estar visível na imagem a seguir, até o mês de junho de 2025, quando foi finalizada esta pesquisa, a edificação ainda se encontrava em construção. Observa-se, no entanto, que dois pavimentos já estavam completamente construídos, e um terceiro encontrava-se em fase de execução na parte posterior da edificação. Tal situação configura mais uma infração na área, pois excede o limite máximo de pavimentos permitido.

Figura 51 - E1 em 2012 e em 2025, respectivamente.



Fonte: Google Street View, 2012; A autora, 2025.

A casa de Seu Quinca (edificação 01 da E1), como pode ser observada nas fotos acima, passou por uma pequena intervenção. A janela central foi transformada em uma porta, agora abrigando um pequeno estabelecimento comercial. Essa modificação sutil não gera impactos negativos na conservação da forma urbana, tendo ocorrido para adaptar a edificação às necessidades atuais dos usuários. No entanto, é fundamental atentar para o legado cultural a ser transmitido, pois, na nova abertura, foi instalada uma moldura que imita os detalhes do restante das aberturas existentes na fachada, o que pode gerar certa confusão na percepção da historicidade da intervenção.

A casa que possui dois pavimentos (edificação 02 da E1) já estava construída em 2006. No entanto, é importante observar que ela foi erguida em substituição à uma residência com características históricas, o que ocorreu antes da instituição do PDPM de Glória do Goitá. A figura abaixo ilustra a casa que foi demolida, além de ilustrar toda a E1 em tempos passados.

Figura 52 - Envolvente E1.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia, s.d., editado pela autora (2025).

Outra edificação que passou por intervenções, uma das edificações maiores, é a casa de Seu Tôta (edificação 04 da E1). Localizada na esquina da Rua Sen. Vigário Carvalho com a Av. Djalma Dutra, essa casa possuía um terreno lateral com uma rica área verde. Uma particularidade dessa edificação é a presença de um sótão, acessado por uma escada interna. Essa característica confere à fachada lateral duas janelas na parte superior, além de um telhado com águas com uma queda mais íngreme. Até o momento desta pesquisa, não se sabe com exatidão a função original deste espaço na época de sua construção. No entanto, segundo relatos de alguns moradores, ele era utilizado para apresentações de grupos musicais durante eventos realizados na residência, o que reforça que seus proprietários possuíam um alto poder aquisitivo.

Figura 53 - Fundos da casa de Seu Tôta e lateral da casa de Seu Tôta, respectivamente.



Fonte: Acervo Pessoal de Lucas Correia (s.d.); Google Maps, 2012.

A edificação original possuía um grande quintal, como pode ser observado nas figuras acima. Com o passar dos anos, esse espaço passou por diversas modificações, incluindo a construção de pequenos pontos comerciais. Recentemente,

o terreno ao lado, antes ocupado por vegetação, também passou por mudanças, com a construção de uma nova edificação com dois pavimentos.

Após um período de desocupação, a casa foi transformada em uma galeria comercial. A fachada voltada para a Rua Sen. Vigário Carvalho foi preservada sem alterações, mantendo os azulejos e os detalhes construtivos originais. Já a fachada da Avenida Djalma Dutra passou por algumas modificações devido ao novo uso da edificação. A lateral da casa, que originalmente possuía uma porta lateral e cinco janelas (duas no pavimento superior e três no inferior), passou por uma intervenção na qual as três janelas inferiores foram transformadas em portas, proporcionando acesso às divisões internas da galeria. Embora essa adaptação não tenha sido conduzida por profissionais especializados, a escolha se mostra interessante, pois aproveita as aberturas já existentes, evitando a necessidade de novas modificações.

Atualmente, como pode ser observado a seguir, duas novas edificações foram construídas no local onde anteriormente se encontrava o quintal da casa de Seu Tôta. Essas construções ocuparam o espaço que, outrora, abrigava pequenos estabelecimentos comerciais, como ilustrado nas figuras abaixo. Um aspecto interessante a ser destacado é que a edificação adjacente à casa de Seu Tôta parece ter sido projetada com intuito de parecer ser uma extensão natural dela: possui dois pavimentos, respeita o gabarito das construções vizinhas, adota a mesma paleta de cores e apresenta uma composição de fachada que se integra de forma mais harmoniosa à paisagem. Essa característica contrasta com a edificação seguinte, cuja presença se impõe de maneira mais abrupta. Outro aspecto relevante na E1 é a largura generosa das calçadas, que medem cerca de 3 metros — um padrão superior ao observado em outras áreas do SPH1.

Figura 54 - Lateral da casa de Seu Tôta antes e depois da intervenção nos fundos.



Fonte: À esquerda, imagem Google Street View, 2023; à direita, registro da autora, 2025.

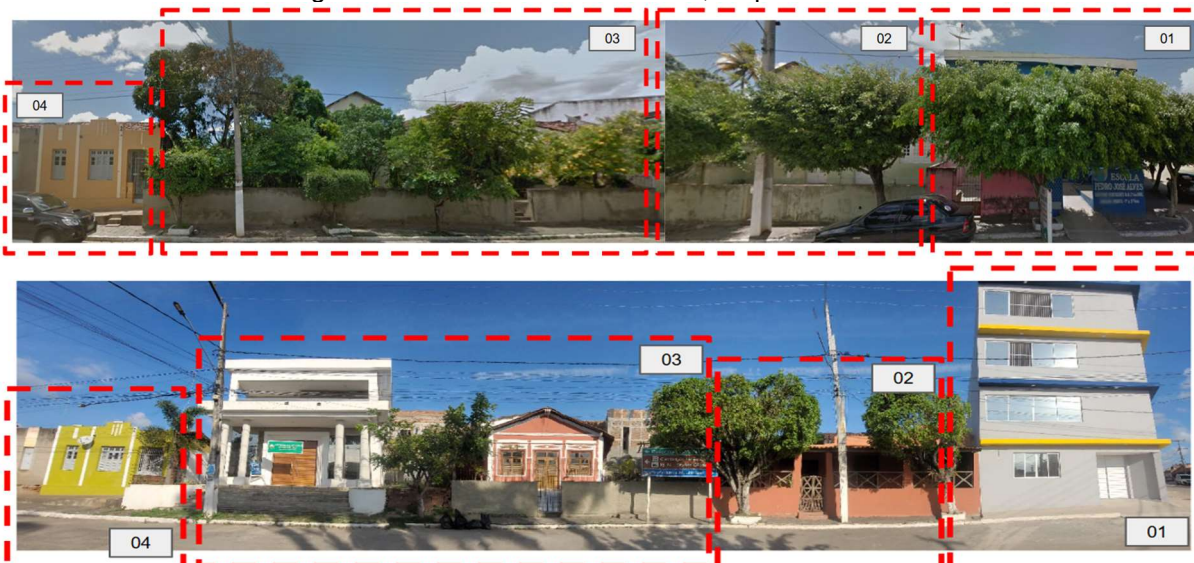
Partindo para a **E2**, um aspecto chama a atenção neste trecho: a permanência. Não houve modificações nas edificações em relação a 2006, elas permanecem inalteradas. Esse trecho abriga duas edificações de destaque – a Prefeitura Municipal e a casa de Dona Inês – além de uma edificação menor situada entre elas, a casa de Dona Esmeralda. Embora a estrutura e a tipologia das edificações tenham sido preservadas, outros aspectos pontuais sofreram alterações. Duas árvores que ficavam em frente à casa de Dona Inês foram removidas, sendo substituídas por vegetação de porte menor. A casa de Dona Inês mantém seu uso residencial, enquanto a casa de Dona Esmeralda, após um período de desocupação, foi recentemente reformada e passou a abrigar um setor da gestão pública. A única alteração que pode ser notada nas edificações é a cor das fachadas, conforme figura abaixo.

Figura 55 - E2 em 2012 e em 2025, respectivamente.



Fonte: Google Street View, 2012; A autora, 2025.

Figura 56 - E3 em 2012 e em 2025, respectivamente.



Fonte: Google Street View, 2012; A autora, 2025.

A figura acima (figura 56), ilustra a **E3**, um dos trechos que mais sofreu modificações ao longo do tempo. Nesta envolvente, a verticalização é um aspecto que chama atenção rapidamente. Sobre esse ponto, a entrevistada 02 destacou uma edificação recentemente demolida: um sobrado de esquina, identificado como edificação 01 na E3.

Essa daqui, que tá essa escola agora, ali era uma fábrica de caixão, tinha um salão, onde tinha reuniões, e junto construíam os caixões. Agora eram casas mais simples (Entrevistada 02, 2024).

O sobrado que, após o uso descrito pela autora, abrigou por muitos anos a Escola Pedro José Alves, foi demolido recentemente. Em seu lugar, foi construída uma nova edificação para a mesma escola, de proporções significativamente maiores. A nova estrutura conta com quatro pavimentos, como pode ser observado no esquema acima. Trata-se da única construção de quatro pavimentos no entorno imediato, inserindo-se de forma abrupta na paisagem. A edificação não estabelece diálogo com o contexto ao seu redor, seja em termos de composição de fachada, proporção ou linguagem arquitetônica.

A Edificação 02 também passou por algumas modificações ao longo do tempo, conforme pode ser observado nas figuras abaixo. Ainda assim, alguns elementos de sua configuração original permanecem visíveis. O muro baixo, por exemplo, foi mantido, embora tenha recebido a adição de um guarda-corpo em madeira. O nível da edificação em relação à rua também se preservou, assim como a posição original do portão de acesso. Além do aspecto físico, houve também uma mudança de uso: anteriormente residencial, a edificação passou a abrigar um restaurante.

Figura 57 - Edificação 02 da E3.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia, s.d. (editado pela autora); Google Maps, 2012; A autora, 2025.

Outra característica que se manteve, e que não se restringe apenas à edificação 02 da E3, mas se estende a todas as edificações presentes na E3 (e até a outras ao redor da praça, conforme mencionado anteriormente), é o tamanho dos

quintais dessas construções. As edificações existentes na E3 possuem o acesso principal voltado para a Rua Davi Pereira do Rosário e se estendem até a rua posterior, a Rua Santa Luzia, possuindo dois acessos.

O sobrado (edificação 03 na E3), uma das edificações maiores do entorno imediato, passou por algumas intervenções recentes. Assim como a casa de Dona Inês, a edificação possui um terreno ao lado, que era utilizado pelos moradores. Esse terreno era repleto de vegetação, que se espalhava pela área frontal do edifício. A edificação, ali, ficava protegida e de certa forma oculta, mas, ao mesmo tempo, evidenciada pela natureza ao redor. Esse cenário fez parte do cotidiano dos glorienses por muitos anos, mas recentemente foi alterado.

A edificação permaneceu desocupada por algum tempo até ser adquirida por um novo dono recentemente. O terreno ao lado agora abriga uma igreja construída em 2023, cuja inserção no contexto urbano da praça ocorreu de forma pouco harmônica. Apesar de possuir dois pavimentos, o térreo apresenta um pé-direito alto, fazendo com que a edificação se assemelhe a uma edificação com três pavimentos visualmente, conforme as figuras abaixo.

Existe ainda parte da nova construção no terreno atrás do sobrado, envolvendo-o. Grande parte da vegetação que existia foi removida, e o sobrado, embora atualmente menos encoberto pela área verde, parece estar também menos destacado, perdendo parte da sua antiga presença, conforme pode ser observado nas figuras abaixo:

Figura 58 - O sobrado.



Fonte: Google Street View, 2012; A autora, 2025.

Além das modificações ocorridas no entorno, outras modificações foram realizadas na edificação em si. Como pode ser observado nas figuras abaixo, além dos adornos que envolvem as esquadrias da edificação, a mesma possuía dois

brasões, nos frontões do térreo e do pavimento superior. Os brasões foram retirados da fachada pelo atual proprietário (figura 59), o que causou reações de descontentamento por parte da população.

Figura 59 - O Sobrado.



Fonte: PDPM de Glória do Goitá, 2006; A autora, 2024.

Um episódio de manifestação popular espontânea referente às fotos acima, ocorreu em 2022, quando um processo de intervenção que alterava a fachada do sobrado foi interrompido devido a sua repercussão. Esse incidente gerou comentários sobre o patrimônio cultural e seus conflitos, trazendo à tona diversas opiniões sobre a descaracterização da edificação. Muitos expressaram revolta, destacando o interesse da população pelo patrimônio cultural, apesar das lacunas na educação patrimonial e no acesso à informação. Outras opiniões variaram entre aprovação e indiferença. Esses comentários estão disponíveis na página da rede social @curtagloriadogoita (figura 60), que é dedicada à cidade e à sua cultura.

Figura 60 - Postagens da página @curtagloriadogoita sobre a intervenção no sobrado.



Fonte: @curtagloriadogoita⁶², 2022.

⁶² Disponível em: <https://www.instagram.com/curtagloriadogoita?igsh=dzJ0MzFjNW5pMWFm> - Acesso em 07 dez. 2024.

Sobre o sobrado, os entrevistados ainda acrescentam:

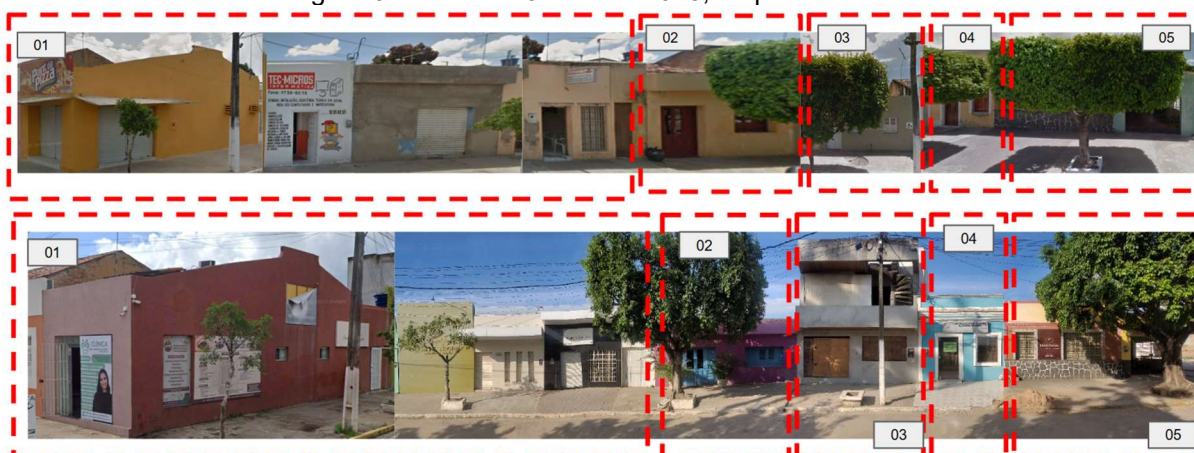
O sobrado só sei que construíram antes dessa casa⁶³. Foi do meu tio. Mas não sei muita história não. Agora eu vivia muito lá, ia muito pra lá, era. Agora assim, ela tinha muito terreno, agora ela em si era bem menor do que essa. Só tinha acho que dois ou três quartos. (Entrevistada 02, 2024).

A casa de Doutor Adaucto, que inclusive houve uma intervenção por conta da igreja, ai mexeram. Como não há lei que proteja o patrimônio, então a gente tá submetido a essa destruição da história, da memória histórica da gente, da identidade cultural até, né? (Entrevistado 03, 2024).

A última edificação presente na E3, a Edificação 04, não sofreu alterações ao longo do recorte temporal estabelecido nesta pesquisa. Para além das transformações nas edificações, é importante destacar a presença da camada vegetal como uma característica marcante da E3. No entanto, essa vegetação foi drasticamente reduzida ao longo do tempo, o que impactou diretamente a paisagem e a forma como ela é percebida atualmente.

Por último, temos a E4. composta por 5 edificações. As modificações ocorridas com o passar do tempo estão ilustradas na figura abaixo:

Figura 61 - E4 em 2012 e em 2025, respectivamente.



Fonte: Google Street View, 2012; A autora, 2025.

Sobre a edificação 01 da E4, pode-se notar que também passou por modificações.

Era um casarão de esquina, que emendava com a outra lá, quase da outra esquina. A esquina de lá, que é o Dona Maria, era de quem aquela casa? Era do povo do Casemiro, do Velho Casemiro, e a de cá era de Januário o sogro do meu tio (Entrevistada 01, 2024).

Assim, aquela casa junto de Eneide⁶⁴ mesmo, aquilo ali tudinho era uma casa só, né? Que era a casa de Dona Célia. Era uma casa só. Moravam 3 irmãs,

⁶³ Se referindo a sua casa, a casa de Dona Inês.

⁶⁴ Moradora da residência representada pelo número 02 na figura E4.

que eu me lembro dessas três irmãs, aí morreu uma, morreu a outra e ficou Maria da Penha sozinha. Uma era Dona Santinha e a outra eu não consigo me lembrar do nome. Maria da Penha vinha muito aqui. Aí ela tinha aquelas portinhas... tinha duas portinhas pro lado de cá, de frente pra praça⁶⁵. Aí depois que ela morreu, acho que foi feito inventário, aí foi construindo aquilo ali, e modificou tudo. [...] Mas era somente uma, emendava na casa de Eneide. Que a casa de Eneide também é mais moderna, tudinho ali era um modelo só, aquelas casas (Entrevistada 02, 2024).

Ao analisar as figuras abaixo, é possível perceber que a edificação 01, apresentava uma configuração de quintal semelhante à da casa de Seu Tôta, confirmando a descrição acima dada pelas entrevistadas. Do quintal do casarão de esquina, originaram-se repartições menores, sendo atualmente escritórios de advocacia.

Aqueles escritórios⁶⁶ que foram montados, tá fora da curva também, então a gente percebe modificações que estão descaracterizando o que a gente pode chamar de um sítio histórico (Entrevistado 03, 2024).

Figura 62 - Lateral e fundos da edificação 01 da E4.



Fonte: Acervo pessoal de Lucas Correia, 1960 (editado pela autora); Acervo pessoal de Lucas Correia, s.d. (editado pela autora).

A Edificação 02 não sofreu alterações ao longo do tempo. A Edificação 03, por sua vez, passou por modificações significativas e atualmente abriga uma construção de três pavimentos – sendo que o último, por estar recuado, não é visível na figura 61. Sua fachada apresenta um estilo arquitetônico contemporâneo que estabelece pouca relação com o entorno e, até o momento, encontra-se em processo de finalização.

Este parágrafo foi a última modificação de conteúdo desta pesquisa. Durante a finalização deste trabalho, no final do mês de junho de 2025, a edificação 04 foi demolida. Essa demolição ocorreu após a análise realizada, após o registro fotográfico e também após a conclusão do documento, mapas e demais elementos da pesquisa. Ainda assim, optou-se por registrar aqui essa atualização, visto que, até o momento,

⁶⁵ Pode-se notar a presença das duas portas na figura acima (figura 53).

⁶⁶ O entrevistado refere-se às repartições que agora existem no quintal da edificação 01.

não se sabe o que será construído no local, tampouco a natureza ou o uso da nova edificação. Essa intervenção representa a segunda demolição significativa no SPH1 – dentre as edificações menores – em um intervalo de apenas seis meses, o que pode indicar um possível avanço no processo de descaracterização e destruição do patrimônio edificado do município.

A edificação 05 não passou por modificações significativas no intervalo de tempo desta análise. No que se refere à E4, apenas a Edificação 02 mantém seu uso original, de caráter residencial. As demais edificações da quadra possuem uso comercial, com exceção da Edificação 03, que atualmente encontra-se desocupada.

No que se refere à Praça Cristo Redentor, observam-se modificações pontuais em sua configuração. Os postes situados no interior da praça foram pintados e receberam luminárias em seu topo, as quais não estavam presentes no ano de 2006. Os bancos de concreto foram substituídos por bancos de madeira pintada de vermelho e estrutura em ferro. Ademais, foi instalado um bicicletário no local anteriormente ocupado por um banco. Observando as figuras abaixo, destaca-se também o crescimento da vegetação, que atualmente parece mais frondosa e densa do que em 2006, mantendo-se, contudo, a presença das palmeiras (figura 63).

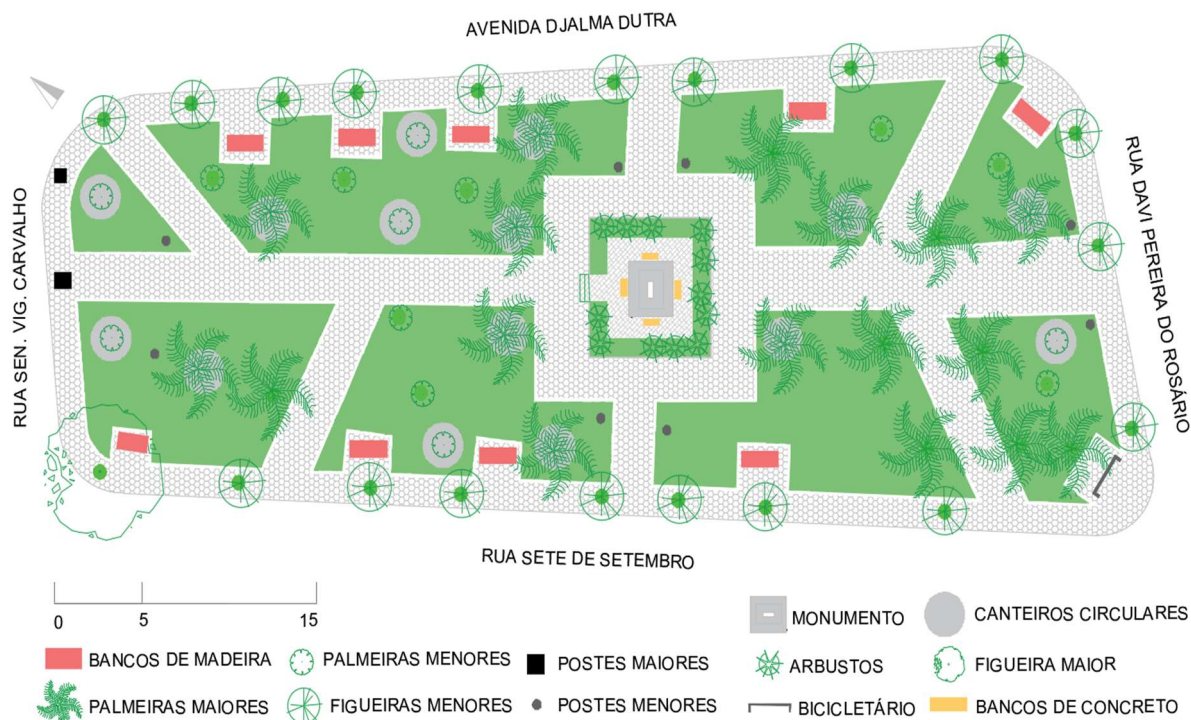
Atualmente, a Praça do Cristo apresenta a configuração mostrada na figura 64, elaborada com auxílio da ferramenta Google Earth (2022) e complementada por informações coletadas em visita ao local. É importante ressaltar que a imagem não tem o objetivo de representar com precisão a localização e as dimensões exatas dos elementos da praça, mas sim proporcionar uma visão geral de sua estrutura, destacando a relação entre seus componentes, os caminhos, os espaços de permanência e a localização do monumento.

Figura 63 - Praça Cristo Redentor.



Fonte: PDPM de Glória do Goitá, 2006; A autora, 2025.

Figura 64 - Representação da Praça Cristo Redentor.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025, a partir de imagens do Google Maps, Maxar Technologies, 2022, e de visitas no local realizadas durante a construção desta pesquisa.

De modo geral, o estado de conservação do equipamento público é considerado bom. A vegetação predominante na praça é composta por figueiras e palmeiras, espécies que proporcionam sombra e contribuem para o conforto térmico do espaço. A circulação organiza-se a partir de um caminho central, complementado por pequenos atalhos que conectam o eixo principal às calçadas laterais, delimitando a área destinada ao gramado e à vegetação. Esses elementos podem ser observados

tanto nas imagens de 2006 quanto na atualidade, evidenciando sua permanência ao longo do tempo.

Além dos elementos mencionados, outros componentes originais também foram preservados desde a elaboração do PDPM. Destaca-se, nesse sentido, o revestimento do piso, composto majoritariamente por blocos de concreto hexagonais, com exceção da área ao redor do monumento, onde o pavimento aparenta ser de ladrilho hidráulico. Observam-se ainda os canteiros circulares de concreto, nos quais foram plantadas palmeiras de diferentes estágios de desenvolvimento – algumas já plenamente crescidas, outras ainda em formação. Ademais, outras figueiras e palmeiras foram plantadas diretamente no solo, sem a delimitação de canteiros, na área compreendida entre os caminhos. Importa salientar que as figueiras localizadas nas calçadas laterais impactam negativamente a caminhabilidade da área.

Outro aspecto a ser destacado é a adição de um poste de eletricidade na calçada da Praça Cristo Redentor voltada para a Rua Senador Vigário Carvalho, o qual compromete a paisagem urbana devido à quantidade de fios aglomerados. Este fator, aliás, configura um impacto visual significativo em toda a área. Observa-se também a instalação de algumas placas de sinalização de trânsito nas calçadas, elementos que, embora funcionais, acrescentam novas interferências visuais ao espaço público.

As modificações apontadas, embora introduzam alterações na paisagem histórica, constituem adições necessárias à vida contemporânea, adaptando o espaço público às demandas cotidianas da sociedade atual. Ainda que presentes, essas intervenções não comprometem de maneira significativa a percepção da paisagem histórica da Praça Cristo Redentor, a qual permanece como um dos espaços públicos com maior cobertura vegetal do município, além de continuar a representar um marco simbólico para a memória e a história local.

4.3. Avaliação da efetividade da delimitação do SPH1 como instrumento de salvaguarda do patrimônio.

Como mencionado no tópico sobre o percurso metodológico desta pesquisa, neste ponto será avaliada a efetividade do PDPM no município de Glória do Goitá, à luz das categorias de avaliação apresentadas no mesmo tópico. As avaliações serão realizadas com base em três categorias: eficiente, parcialmente eficiente e ineficiente, sendo devidamente justificada a escolha de cada uma delas conforme os critérios adotados.

Antes de se iniciarem, de fato, as avaliações, é necessário destacar um aspecto fundamental. Caso os critérios considerassem apenas a situação atual, o processo avaliativo poderia ser encerrado neste ponto. Um Plano Diretor Participativo Municipal que, na prática, não se faz presente na cidade, que é desconhecido inclusive por técnicos e gestores públicos, e que sequer está acessível para consulta, configura-se como ineficaz. Um instrumento de planejamento urbano que não é conhecido nem aplicado não pode, em hipótese alguma, ser considerado efetivo. No entanto, considerando sua aprovação formal e a impossibilidade de afirmar com precisão se esse quadro de invisibilidade e desconhecimento se manteve inalterado ao longo dos 19 anos de vigência, opta-se por realizar as avaliações propostas.

No que tange à **promoção e à sensibilização da sociedade para a importância dos bens culturais**, bem como aos **incentivos à educação patrimonial** – aspectos diretamente relacionados à inclusão social, conforme argumenta De La Mora (2012) –, a instituição e delimitação do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1) revela-se inefetiva, manifestando-se sob diversas formas.

Pelo desconhecimento generalizado da existência do SPH1, que se estende não apenas à população em geral, mas também aos próprios gestores públicos. Grande parte da sociedade desconhece sua existência, abrangência, diretrizes e parâmetros urbanísticos. Em segundo lugar, pela frequência com que ocorrem descaracterizações no setor, sem qualquer manifestação popular -salvo exceção mencionada nesta pesquisa- ou mobilização em defesa do patrimônio.

Pela ausência de conhecimento da população sobre o patrimônio edificado, mesmo quando há algum interesse pontual ou seletivo. De modo geral, falta à sociedade uma compreensão efetiva da trajetória histórica e do valor das edificações protegidas. Essa falta de apropriação se estende, sobretudo, à parcela da população

que participou da elaboração do Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM) de Glória do Goitá – e que, em teoria, deveria conhecer o setor –, a qual demonstra não ter assimilado adequadamente o conceito de macrozoneamento, tampouco os princípios e delimitações do SPH1.

Antes de avançarmos, é interessante mencionar um fato curioso que surgiu durante as pesquisas. Esse desconhecimento generalizado e à ausência de partes essenciais do plano na cidade, é evidenciado por exemplo, nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, onde apenas um dos entrevistados conhecia o SPH1, o entrevistado 03⁶⁷.

Sim, artigos 28 e 29 que fazem menção a estas zonas de preservação histórica, mas de maneira muito moderada e simplória (Entrevistado 03, 2024).

As outras duas entrevistadas não tinham conhecimento, inclusive a entrevistada 01 acrescentou:

[...] esse plano diretor daqui, eu acho até uma vergonha porque uma vez tinha assim, copiaram de outro município, aí tinha o nome de um rio que não tem nada a ver com aqui. Que dismantelo. [...] Mas antes já era um dismantelo, nessa prefeitura quando João Barbosa pegou, isso em 1993, não tinha nada de nada, de nada, e documento era guardado dentro de um saco, desses sacos de nalho, de ração [...]. E chuva que molhou, que era guardado ali pela difusora, isso tudo se acabou, não tem nada. Então eu não sabia disso não. (Entrevistada 01, 2024).

Fica claro na fala da entrevistada que a falta de uma postura adequada no cuidado com documentos importantes para a cidade é uma prática que perdura há muitos anos. Mas um outro ponto chamou atenção em sua fala, a ideia de que o plano teria, em certa medida, sido uma cópia de outros municípios. Esse aspecto será retomado ao final das avaliações subsequentes.

Quanto à **garantia de manutenção e conservação das qualidades e dos valores da configuração urbana e arquitetônica** e a **garantia da manutenção do que existe de específico, de irreproduzível, de não renovável, incorporando novos objetivos econômicos e sociais**, avalia-se como inefetivo.

Apesar da existência de edificações que ainda preservam características históricas relevantes – muitas das quais são consideradas irreproduzíveis –, e do fato de algumas dessas terem sido adaptadas a novas funções, incorporando objetivos

⁶⁷Importa lembrar que, no momento da realização desta entrevista, o entrevistado 03 exercia o cargo de Vereador da cidade, o que pode justificar seu conhecimento sobre a legislação.

econômicos e sociais distintos, a instituição e a delimitação do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1) não têm se mostrado suficientes para impedir processos de descaracterização ou mesmo de demolição desses bens. Tais intervenções acarretam perdas significativas das qualidades formais e dos valores simbólicos associados à configuração urbana e arquitetônica do setor.

Com relação **à promoção do contínuo monitoramento do estado de conservação e das estratégias de sustentação, à garantia da natureza participativa nos processos relacionados, à criação da comissão do sítio, com a representação dos diversos grupos sociais e à criação de organismos e instâncias de planejamento e gestão do patrimônio cultural**, avalia-se como inefetivo.

Até o momento da realização desta pesquisa, não foram identificados órgãos específicos responsáveis pelo planejamento e pela gestão do patrimônio cultural edificado no município. A atual Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte, recentemente desmembrada da antiga Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (processo realizado entre os anos de 2023-2024), reflete, por meio desse reordenamento institucional, a dificuldade histórica em lidar com o patrimônio cultural edificado. Desde sua reestruturação, as ações da referida secretaria têm se concentrado majoritariamente na valorização da cultura imaterial local – como o maracatu, o cavalo-marinho e o mamulengo –, sem, contudo, promover qualquer iniciativa concreta voltada à preservação do patrimônio construído.

Paralelamente, a Secretaria de Planejamento, Orçamento Democrático, Habitação e Meio Ambiente também demonstrou desconhecimento em relação à existência e à delimitação do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1), conforme constatado durante esta pesquisa.

Ademais, não foi instituída a comissão do sítio, tampouco qualquer organização popular com o objetivo de preservar ou conservar o patrimônio cultural edificado. Mesmo o Conselho Municipal de Cultura de Glória do Goitá – que conta com representação da sociedade civil organizada – não contempla, em sua estrutura, uma linha voltada especificamente ao patrimônio edificado. Suas áreas de atuação estão restritas a segmentos como artesanato, música popular, cultura popular, teatro, audiovisual e literatura.

Quanto à **identificação dos bens culturais**, avalia-se como inefetivo.

Embora o PDPM de Glória do Goitá estabeleça a delimitação de um Setor de Preservação Histórica (SPH1), os bens culturais edificados situados nessa área – e em outras áreas da cidade – não foram integralmente identificados. Conforme discutido no tópico referente à legislação patrimonial do município, a Lei Municipal nº 1.199/2017 promove o tombamento de apenas três imóveis de domínio público: o Mercado Público, o Palácio Municipal Djalma Souto Maior Paes e a Casa Lindaura Borba – sendo esta última, inclusive, localizada fora dos limites definidos para o SPH1. No que se refere às ações efetivamente implementadas pelo PDPM no campo da proteção do patrimônio edificado, não se identificou qualquer iniciativa concreta voltada à identificação ou inventário dos bens culturais localizados na área delimitada.

Neste sentido, cabe mencionar os Programas Especiais definidos pelo PDPM de Glória do Goitá. Esses programas deveriam especificar diretrizes de desenvolvimento econômico, social e de uso e ocupação do solo e as ações que atendam às necessidades das redes infraestruturais, considerando o contexto local e regional. De acordo com o PDPM, o Poder Executivo deveria iniciar, em um prazo máximo de quatro anos – após a aprovação do plano –, a elaboração dos projetos urbanísticos de cada programa, que deveriam conter as normas relativas ao uso e ocupação do solo, os prazos e cronogramas de investimentos, além de prever o financiamento para sua implementação e delimitação espacial das áreas objeto de intervenção.

Dentre esses Programas Especiais, que se relacionam com o SPH1, existe o Tombamento do Patrimônio Cultural. De acordo com a proposta, o Município deveria proceder ao tombamento total ou parcial de bens imóveis, móveis e integrados, pertencentes tanto a entidades públicas quanto privadas, situados em seu território. Esse tombamento se aplicará a bens que, devido ao seu valor histórico, artístico, ambiental ou cultural, mereçam proteção especial por parte do poder público municipal.

Tal ação exigiria, preliminarmente, a realização de um estudo sistemático e a devida identificação dos bens culturais edificados – etapa que não foi conduzida pelo poder público municipal dentro do prazo previsto. Apenas em 2017 foi realizada uma ação pontual nesse sentido, de caráter reduzido e inicial, limitada ao tombamento de três bens públicos. Esse levantamento, contudo, carece de aprofundamento e ampliação, considerando a existência de outros bens relevantes que permanecem sem identificação formal.

Neste contexto, é pertinente mencionar que, em alguns Planos Diretores Participativos Municipais (PDPMs) de outros municípios integrantes do grupo dos 19 cuja elaboração também foi conduzida pelo PROMATA, observa-se a incorporação de medidas voltadas à identificação e proteção do patrimônio cultural edificado, como a inclusão dos chamados Imóveis Especiais de Preservação (IEP) nos respectivos planos diretores.

Os IEPs foram inicialmente criados pela Lei Nº 16.284/1997, que define os imóveis especiais de preservação do Recife (PE) e estabelece as condições para sua preservação, assegurando compensações e estímulos, além de outras providências. De acordo com essa legislação, os IEPs são exemplares isolados de arquitetura significativa para o patrimônio histórico, artístico e/ou cultural da cidade do Recife. A proteção desses imóveis é considerada um dever tanto do Município quanto da comunidade, conforme os princípios estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

Municípios como Palmares⁶⁸, Escada⁶⁹, Amaraji⁷⁰, Aliança⁷¹ e Itambé⁷² destacam seus Imóveis Especiais de Proteção (IEP) ou Conjunto de Imóveis Especiais de Proteção, que incluem bens públicos e privados. A definição dos IEPs que prevalece nos PDPMs dos municípios citados é a seguinte:

Imóvel de valor histórico, arquitetônico ou cultural, de características relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, e consequentemente passíveis de tombamento e de exploração para a atividade turística, podendo contribuir para o crescimento socioeconômico do município (Palmares, Lei Municipal 1.751/2006).

Apesar de não ser uma medida de tombamento, a identificação desses IEPs visa garantir a preservação de bens significativos para o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da cidade, permitindo que o município estabeleça medidas de proteção

⁶⁸ Disponível em: https://transparencia.palmares.pe.gov.br/uploads/5296/1/atos-oficiais/2006/leis/1723814830_lei-municipal-n-1.7512006-plano-diretor.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

⁶⁹ Disponível em: https://transparencia.escada.pe.gov.br/uploads/5173/1/atos-oficiais/2015/leis/1623856789_lei-2449.2015--institui-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-da-escada.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

⁷⁰ Disponível em: <https://transparencia.amaraji.pe.gov.br/uploads/5076/1/atos-oficiais/plano-diretor-participativo/PLANO-DIRETOR-PARTICIPATIVO.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2025.

⁷¹ Disponível em: https://transparencia.alianca.pe.gov.br/uploads/5074/1/atos-oficiais/2006/plano-diretor/1653668586_lei-complementar-n-022-de-26-de-dezembro-de-2006--plano-diretor-participativo.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

⁷² Disponível em: https://itambe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Lei-Complementar-no-002_2006_PDDU-Plano-Diretor-do-Municipio-de-Itambe.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

e conservação para esses imóveis, assegurando sua valorização e preservação ao longo do tempo. Essa abordagem reflete a tentativa de proteger o patrimônio sem os efeitos rígidos de um tombamento formal, mas ao mesmo tempo, reconhece a importância desses bens para a identidade e a história local, o que é essencial para o fortalecimento da cultura e da memória coletiva. Importa observar que essa identificação e reconhecimento dos IEPs deve ser feita de modo participativo.

Com relação ao **estabelecimento de ato administrativo regulamentando o sítio como patrimônio cultural, presente na sociedade do sítio e na cidade**, avalia-se como efetivo, na medida em que a delimitação do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1) foi formalmente instituída pelo Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM) de Glória do Goitá, ainda que apresente algumas lacunas e falhas em seu detalhamento e operacionalização.

Com relação a **criação das normativas genéricas do PDPM** (leis complementares, regulamentações, inclusive Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), avalia-se como parcialmente efetivo, na medida que se observa algumas iniciativas legais mencionadas anteriormente, que objetivam contribuir com a preservação do patrimônio cultural, embora insuficientes.

Importa observar que a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei Municipal nº 899/2002) foi instituída antes do PDPM de Glória do Goitá, mas que deveria ser revisada conforme as diretrizes do Plano Diretor, incluindo o detalhamento do zoneamento, a previsão de uso misto, a definição de usos proibidos ou restritos, os parâmetros urbanísticos de ocupação, a regulamentação de atividades incômodas, o detalhamento do sistema viário, a organização das áreas de estacionamento e a delimitação de zonas com restrições a atividades de alto impacto. As revisões não aconteceram até o momento de realização desta pesquisa⁷³.

Neste contexto, como um exemplo de normativa complementar ao PDPM, cabe aqui destacar um outro Programa Especial, o Programa de Preservação do Sítio Histórico. O objetivo do programa citado é preservar as características da paisagem urbana, com diretrizes focadas na conservação das edificações, restauração e adaptação das edificações monumentais para novos usos, e ordenamento do sistema de transportes local. Além disso, o programa previa a criação de estacionamentos para moradores e visitantes, o desenvolvimento do potencial turístico, a prevenção de

⁷³ Na mesma medida, o Código Municipal de Obras -que também foi anterior ao PDPM - deveria ser revisto, à luz deste Plano Diretor, até 2 (dois) anos após promulgada a legislação

riscos ao patrimônio e à segurança das pessoas, e a gestão compartilhada entre o setor público e privado para a conservação das edificações e do espaço público. A implementação deveria ocorrer precisamente na zona ZEPH – SPH1 (moderada), o que não aconteceu até os dias atuais.

Com relação aos **incentivos fiscais**, avalia-se como inefetivo, uma vez que os bens culturais sequer foram devidamente identificados, tampouco passou-se ao seu tombamento – salvo raras exceções –, torna-se inviável a ação de incentivos fiscais relacionados ao patrimônio histórico, especificamente. Em ação de síntese, elaborou-se o seguinte quadro que resume a avaliação da eficácia dos parâmetros acima descritos, divididos em grupos:

Tabela 4 - Síntese da avaliação da efetividade da delimitação do SPH1.

SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DOS PARÂMETROS URBANÍSTICOS DEFINIDOS PARA O SPH1				
GRUPO	PARÂMETROS	EFETIVO	PARCIALMENTE EFETIVO	INEFETIVO
01	PROMOÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE PARA A IMPORTÂNCIA DOS BENS CULTURAIS; INCENTIVOS À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.			X
02	GARANTIA DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS QUALIDADES E DOS VALORES DA CONFIGURAÇÃO URBANA E ARQUITETÔNICA; GARANTIA DA MANUTENÇÃO DO QUE EXISTE DE ESPECÍFICO, DE IRREPRODUZÍVEL, DE NÃO RENOVÁVEL, INCORPORANDO NOVOS OBJETIVOS ECONÔMICOS E SOCIAIS			X
03	PROMOÇÃO DO CONTÍNUO MONITORAMENTO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E DAS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTAÇÃO; GARANTIA DA NATUREZA PARTICIPATIVA NOS PROCESSOS RELACIONADOS; CRIAÇÃO DA COMISSÃO DO SÍTIO, COM A REPRESENTAÇÃO DOS DIVERSOS GRUPOS SOCIAIS; CRIAÇÃO DE ORGANISMOS E INSTÂNCIAS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.			X
04	IDENTIFICAÇÃO DOS BENS CULTURAIS.			X
05	ESTABELECIMENTO DE ATO ADMINISTRATIVO REGULAMENTANDO O SÍTIO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL, PRESENTE NA SOCIEDADE DO SÍTIO E NA CIDADE.	X		
06	CRIAÇÃO DAS NORMATIVAS GENÉRICAS DO PDPM (LEIS COMPLEMENTARES, REGULAMENTAÇÕES, INCLUSIVE LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (LPUOS))		X	
07	INCENTIVOS FISCAIS			X

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Retomando a observação previamente mencionada – a de que o Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM) de Glória do Goitá teria, em certa medida, replicado conteúdos de outros municípios –, a análise mais aprofundada confirma a presença de medidas bastante semelhantes em outros PDPMs, como é o caso de Nazaré da Mata⁷⁴. Este município integra o mesmo grupo de elaboração coordenada pelo PROMATA, conforme indicado na Tabela 1. De acordo com o documento analisado:

Art. 32. As Zonas de Preservação Histórica - Cultural (ZEPH) têm como finalidade proteger áreas e bens que encerram valores culturais reconhecidos, tangíveis e intangíveis, e são divididos em SPH1 - Setor de Preservação Histórica 1 (moderado) e SPH2 - Setor de Preservação Histórico 2 (rigoroso).

Pode-se perceber a semelhança textual, e a definição dos setores, bem como o nível de proteção, sendo eles moderado e rigoroso. Além disso, outras medidas estão disponíveis nos anexos do referido plano, são elas a dimensão mínima do lote, correspondente a 10 x 20 metros, a taxa de solo natural, correspondente a 25%, e o número de pavimentos, igual a 2. Além disso, a diretriz associada ao SPH2 de Nazaré da Mata é “*non aedificandi*”.

O documento ainda acrescenta que nas ZEPH deverão ser mantidos os padrões de alinhamento e afastamentos existentes no local na data de aprovação do referido Plano Diretor, tendo como principal objetivo manter as características gerais destes conjuntos urbanos. As medidas são bastante semelhantes às apresentadas para Glória do Goitá, acompanhadas do mesmo texto vago, que carece de um maior detalhamento e aprofundamento.

O mesmo texto pode ser observado no PDPM do de Quipapá⁷⁵ do ano de 2006, município presente no quadro 01, mas com outro nome, como Zona de Interesse Histórico Cultural (ZIHC)⁷⁶, onde também é possível perceber o emprego do termo entorno:

Art. 33. Zona de Interesse Histórico Cultural (ZIHC), têm como finalidade proteger áreas e bens que encerram valores culturais reconhecidos, tangíveis

⁷⁴ Disponível em: https://transparencia.nazaredamata.pe.gov.br/uploads/5282/1/atos-oficiais/2016/leis/1736447671_2017080312424lei3312016instituionovoplanodiretordomunicipiodenazadamatadaoutrasprovidencias.pdf - Acesso em 20/03/2025.

⁷⁵ Disponível em: <https://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/33-20220202123259.pdf> - Acesso em 20/03/2025

⁷⁶ No PDPM de Palmares, pode-se notar uma definição aproximada, denominada Setor de Interesse Histórico Cultural (SIHC), com a mesma definição da ZIHC de Quipapá.

e intangíveis: Estação ferroviária e o conjunto do entorno. Devem obedecer aos parâmetros urbanísticos definidos no anexo (Quipapá, 2006).

Observa-se que, assim como o SPH1 de Glória do Goitá, o texto acima estabeleceu um elemento de referência de destaque e definiu seu entorno como áreas a serem preservadas. Essa mesma abordagem é identificada no PDPM de Macaparana, datado de 2006, município classificado no grupo 1 conforme a tabela 1. Além disso, o documento apresenta uma definição adicional para a ZEPH:

Art. 35 - Zonas Especial de Preservação Histórico-Cultural (ZEPH): compreende os núcleos de origem do município, as localidades e conjuntos edificados que servem de referência histórica e compõem a identidade cultural. Incluem esta zona:

I - A área do antigo cemitério;

II - A Rua Manoel Borba;

III - O cine Mascarenhas;

IV - A igreja da matriz e seu entorno, entendendo-se até o cruzamento onde está localizada a antiga prefeitura (Macaparana, 2006).

Percebe-se, portanto, que no caso mencionado, a ZEPH foi associada ao núcleo fundacional do município. Essa mesma definição de áreas de preservação histórica e cultural, vinculada ao núcleo original do município, também pode ser observada no PDPM de outros municípios, como Palmares e Amaraji. Em Itambé, no PDPM de 2006, município classificado no grupo 1 conforme a tabela 1 além da definição de ZEPH, observa-se a utilização do termo "entorno" associado ao elemento de destaque, no caso as praças, o que se assemelha à abordagem adotada em Glória do Goitá.

No entanto, essa definição de núcleo original não está associada ao SPH1 no texto do PDPM de Glória do Goitá. Questiona-se se isso se deve ao fato de o Cruzeiro de Lagoa Grande ter sido considerado como o núcleo fundacional. Essa distinção pode indicar uma interpretação local específica sobre a origem do município, influenciando diretamente as diretrizes do plano de preservação.

Ao comparar com outros PDPMs de alguns dos 19 municípios citados anteriormente, ficam evidentes algumas semelhanças na delimitação de áreas de preservação, o que não prova que houve, em algum momento, cópia de outros planos, mas sugere a adoção de um padrão estabelecido pelo PROMATA. Embora esse

padrão seja simples e, em alguns momentos, superficial e confuso, ele parece ter influenciado a elaboração desses documentos.

Um exemplo claro dessa abordagem repetitiva é a questão que surge nos textos, no trecho "bens que encerram valores culturais reconhecidos, tangíveis e intangíveis", que se repete em vários PDPMs com o mesmo erro, associando a característica tangível aos valores que são, de fato, intangíveis. Esse erro também foi encontrado no PDPM de Nazaré da Mata, que, mesmo após a revisão de 2016, manteve essa definição, sugerindo que o processo de atualização do plano ainda foi superficial e carece de uma análise mais cuidadosa.

No entanto, para além dos limites do SPH1, o relato da entrevistada 01 sobre um determinado rio que aparece no PDPM de Glória do Goitá e não pertence de fato ao município acendeu uma luz de curiosidade e nos fez analisar mais cuidadosamente o documento. Na tabela de anexos 3 dos parâmetros urbanísticos da Zona Urbana de Glória do Goitá – mesma tabela onde estão dispostos os parâmetros urbanísticos estabelecidos para o SPH1 –, mais especificamente com relação aos parâmetros urbanísticos da Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA), tem-se a seguinte recomendação: remoção de imóveis localizados da Faixa de Preservação Ambiental às margens do Rio Pirangi. Suspeita-se que este seja o rio mencionado pela entrevistada 01 em sua fala, visto que o Rio Pirangi não faz parte do município de Glória do Goitá, muito menos está presente dentro de sua zona urbana.

O Rio Pirangi é um curso d'água pernambucano que nasce no povoado de Pau de Ferro, em Quipapá, com aproximadamente 72 km de extensão. Ele banha as cidades de São Benedito do Sul, Maraial, Jaqueira, Catende e deságua no Rio Una, em Palmares. Menções ao Rio Pirangi podem ser encontradas no PDPM de Catende, também relacionadas a uma ZEPA, mais especificamente a ZEPA 1 destacada no documento, que abrange a Zona do Rio Pirangi.

Além disso, na tabela do anexo 2 no PDPM de Glória do Goitá, referente à Zona Rural, especialmente no que diz respeito à Faixa de Domínio de Rodovias (FDR), foram encontradas observações relacionadas ao afastamento de rodovias federais, com destaque para a BR 101. Neste caso, os afastamentos deveriam obedecer a um projeto específico de duplicação. A BR 101, no entanto, não passa por Glória do Goitá; de fato, nenhuma BR atravessa o município, sendo a BR 232 a mais próxima, e cruza o município vizinho de Vitória de Santo Antão.

Esses detalhes podem ter influenciado a percepção das pessoas sobre o processo de elaboração do PDPM, gerando uma certa desconfiança em relação à originalidade do documento. A menção a rodovias federais e a outros elementos específicos de outros municípios pode dar margem a interpretações de que houve, de alguma forma, cópia de outros planos, contribuindo para a descredibilização do processo e do próprio documento.

A partir das reflexões anteriormente expostas e da avaliação da efetividade da delimitação do SPH1, é possível identificar indícios de um processo de elaboração tecnocrático, pautado em padrões generalizados, com fragilidades tanto no aprofundamento técnico quanto na adoção de estratégias eficazes para a inserção ativa da população em todas as etapas do planejamento. O próximo tópico aborda precisamente essa questão, apresentando uma ação experimental voltada à promoção da participação social.

4.4. O experimento de validação social

Esta etapa, conforme mencionado anteriormente no percurso metodológico, relaciona-se exclusivamente à Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato. Os elementos de destaque apresentados no Quadro 4 e detalhados no item 3.1 a partir do reconhecimento do SPH1, passaram por um processo de validação e valoração popular. É importante recordar ao leitor que esses elementos de destaque, indicados pela autora, podem atuar como importantes indicadores e balizadores no processo de definição dos atributos patrimoniais da Praça Cristo Redentor e de seu entorno imediato, sendo fundamentais para a preservação de sua ambiência histórica.

Assim como no processo conduzido pelo PROMATA para a elaboração do PDPM de Glória do Goitá, para esta etapa, optou-se pela realização de uma oficina coletiva. A oficina coletiva foi realizada no dia 11 de setembro de 2024, na Câmara Municipal de Vereadores de Glória do Goitá, das 15h às 17h. A pesquisadora solicitou o uso do espaço por meio de um ofício encaminhado ao então Presidente da Câmara, que prontamente atendeu ao pedido. A maioria dos participantes recebeu um convite físico, entregue pessoalmente pela pesquisadora, alguns convidados, no entanto, foram contatados virtualmente, com o envio do convite seguido de uma conversa explicativa sobre o evento.

A pesquisa contou com a participação de 13 atores sociais, selecionados com base em seu envolvimento e relação com o objeto de estudo, manifestado em diferentes níveis. Abaixo, a relação dos participantes:

- **Três especialistas:**
 - Uma arquiteta e urbanista natural de Glória do Goitá;
 - Um historiador, também vereador de Glória do Goitá e ativista das questões patrimoniais;
 - Um historiador especializado em cultura pernambucana, com interesse em temas relacionados ao patrimônio⁷⁷.
- **Uma frequentadora da praça**, também moradora do SPH1;
- **Três moradores** do entorno imediato da Praça Cristo Redentor;
- **Dois trabalhadores** atuantes no entorno imediato da Praça Cristo Redentor;
- **Uma moradora e trabalhadora do SPH1**, que também é frequentadora da praça;
- **Dois frequentadores da praça**, o primeiro, ativista de questões patrimoniais⁷⁸, e a segunda uma ex-moradora do entorno imediato da Praça do Cristo.

Como parte da preparação para a condução da atividade, a pesquisadora atuou como mediadora voluntária na oficina “O Sítio Histórico de Olinda: uma conversa com quem o vivencia no cotidiano”, realizada em 4 de maio de 2024, em Olinda (PE). Essa oficina integrou as ações da pesquisa “Estudos e subsídios à elaboração da portaria de normatização do Sítio Histórico de Olinda”, desenvolvida em parceria entre o IPHAN, a UFPE e o Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural (LUP).

Ao chegarem ao local, os participantes receberam um crachá de identificação contendo seu nome e a descrição de sua relação com o objeto de estudo. Além disso, cada participante recebeu um kit (Figura 65) distribuído em um envelope branco de papel, contendo materiais que foram indispensáveis para o pleno desenvolvimento das dinâmicas propostas durante a oficina, composto pelos seguintes itens:

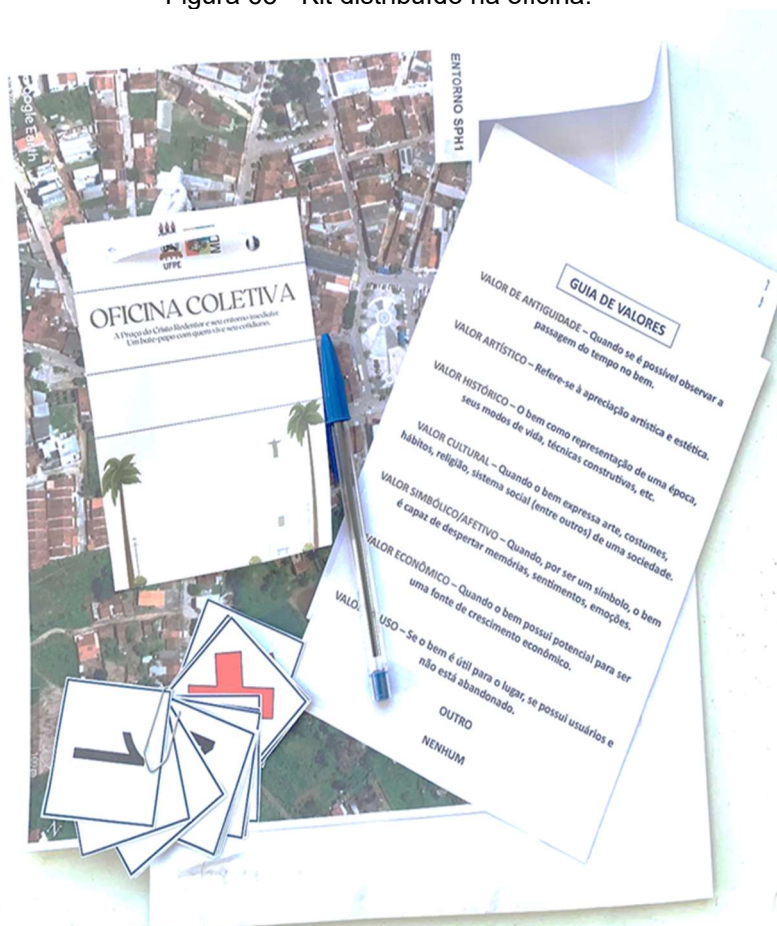
- Um bloco de anotações para registros durante o evento;
- Uma caneta esferográfica azul;

⁷⁷ Atual Secretário de Cultura, Turismo e Esportes de Glória do Goitá.

⁷⁸ Atual Diretor de Turismo de Glória do Goitá.

- Um mapa colorido impresso em formato A4 da área de estudo;
- Um conjunto de fichas numeradas de 1 a 10, além de fichas marcadas com um “X” vermelho;
- Um guia de valores impresso em formato A5.

Figura 65 - Kit distribuído na oficina.



Fonte: A autora (2024).

A organização do espaço foi cuidadosamente planejada para favorecer a visibilidade dos atores sociais. Os dez elementos selecionados foram distribuídos pelo ambiente, impressos em tamanho A3 e dispostos sobre mesas de plástico. Imediatamente à frente de cada elemento, foi colocado um pote redondo de acrílico, destinado à coleta das fichas numeradas. Próximo a cada pote, havia ainda uma cartolina branca fixada à mesa, dividida ao meio por uma linha preta: o lado esquerdo era destinado ao registro dos valores atribuídos pelos atores sociais, enquanto o lado direito registrava a palavra que eles associavam a cada elemento (figura 66).

Figura 66 - Elemento a casa de Seu Tôta e elemento O Monumento.



Fonte: A autora (2024).

As mesas com os elementos foram organizadas em formato semicircular, separadas por uma tela de projeção utilizada em uma breve apresentação oral realizada pela pesquisadora antes do início das atividades. Dessa forma, cinco mesas foram posicionadas do lado esquerdo e cinco do lado direito da tela. Entre as mesas e as cadeiras destinadas aos participantes foi mantida uma área livre, planejada para facilitar a circulação dos atores sociais durante as atividades, conforme figuras abaixo.

Figura 67 - Organização espacial e distribuição de fichas numéricas.



Fonte: A autora (2024).

No início da oficina, foi realizada uma rodada inicial de apresentações entre os participantes, seguida por uma breve exposição conduzida pela pesquisadora. Utilizando slides, ela contextualizou o universo da pesquisa, oferecendo uma visão geral do tema abordado. Com o encerramento desta introdução, deu-se início à

primeira etapa da oficina: a validação dos elementos. Os participantes retiraram de seus kits um conjunto numerado de fichas e as depositaram nos recipientes destinados à atividade, organizando os elementos em ordem decrescente de importância. O elemento considerado mais relevante recebeu a ficha número 01, representando a primeira posição no ranking individual de prioridades, e assim sucessivamente até a ficha número 10. Além disso, cada participante recebeu algumas fichas marcadas com um “X” vermelho, que poderiam ser utilizadas para sinalizar elementos que, em sua percepção, não deveriam ser validados.

Na etapa de computação dos dados, cada ficha corresponde a uma pontuação específica, sendo a escala inversamente proporcional ao número da ficha: a ficha número 01 vale 10 pontos, a número 02 vale 9 pontos, e assim por diante, até a ficha número 10, que vale 1 ponto. A ficha marcada com um “X” vermelho é considerada nula, não atribuindo pontuação ao elemento, ou seja, seu valor é igual a zero. O elemento com maior pontuação final foi considerado o mais importante, seguindo-se os demais em ordem decrescente. A tabela a seguir apresenta a ordem em que os elementos foram expostos, bem como a pontuação atribuída a cada ficha numérica.

Tabela 5 - Síntese de informações da primeira etapa da oficina coletiva.

ORDEM DE APRESENTAÇÃO DOS ELEMENTOS	FICHAS NUMÉRICAS	
	NÚMERO DA FICHA	PONTUAÇÃO CORRESPONDENTE
1 - O MONUMENTO	1	10
2 - AS PALMEIRAS	2	9
3 - A PRESENÇA DA CAMADA VEGETAL	3	8
4 - O SOBRADO	4	7
5 - A PREFEITURA	5	6
6 - A CASA DE DONA INÊS	6	5
7 - A CASA DE SEU TÔTA	7	4
8 - EDIFICAÇÕES MENORES	8	3
9 - O PADRÃO DE GABARITO	9	2
10 - A ÁREA EM FRENTE À PREFEITURA COMO ESPAÇO DE EVENTOS POLÍTICOS	10	1

Fonte: A autora (2025).

Os participantes puderam circular livremente entre as mesas, interagindo entre si e observando as fotografias dos elementos dispostas sobre elas. É importante destacar que, embora pertencessem ao mesmo grupo de elementos de destaque – denominado “edificações maiores” –, a Prefeitura, o sobrado, a casa de Dona Inês e a casa de Seu Tôta foram avaliados e validados individualmente. Essa escolha se deve ao destaque unânime atribuído a essas edificações pelos entrevistados. Ao final da distribuição das fichas, foi aberto um espaço para que os participantes pudessem sugerir elementos adicionais que, embora não estivessem representados nas fotografias, merecessem destaque. Ao término dessa etapa, todos retornaram aos seus assentos. O resultado desta etapa pode ser acompanhado na tabela abaixo:

Tabela 6 - Síntese de resultados da primeira etapa da oficina coletiva.

RESULTADO DA VALIDAÇÃO DOS ELEMENTOS														
ELEMENTOS	NÚMEROS ATRIBUÍDOS E PONTUAÇÃO CORRESPONDENTE													TOTAL PONT.
POSIÇÃO FINAL														
1 - O MONUMENTO	Nº	1	1	1	1	1	1	3	4	5	6	7	8	93
	PT	10	10	10	10	10	10	8	7	6	5	4	3	
2 - AS PALMEIRAS	Nº	2	5	6	6	6	7	7	8	9	9	9	10	48
	PT	9	6	5	5	5	4	4	3	2	2	2	1	
3 - A PRESENÇA DA CAMADA VEGETAL	Nº	1	2	4	4	5	6	6	8	8	8	9	10	61
	PT	10	9	7	7	6	5	5	3	3	3	2	1	
4 - O SOBRADO	Nº	1	3	3	4	4	4	5	5	5	6	7	10	75
	PT	10	8	8	7	7	7	6	6	6	5	4	1	
5 - A PREFEITURA	Nº	1	1	2	2	2	2	2	2	2	3	5	7	104
	PT	10	10	9	9	9	9	9	9	9	8	6	7	
6 - A CASA DE DONA INÊS	Nº	2	3	3	3	4	4	5	5	5	7	7	10	74
	PT	9	8	8	8	7	7	6	6	6	4	4	1	
7 - A CASA DE SEU TÔTA	Nº	2	2	3	3	3	3	4	4	5	6	6	8	83
	PT	9	9	8	8	8	8	7	7	6	5	5	3	

8 - EDIFICAÇÕES MENORES	Nº	1	3	7	7	7	7	8	8	10	10	10	10	44	8º
	PT	10	8	4	4	4	4	3	3	1	1	1	1		
9 - O PADRÃO DE GABARITO	Nº	4	4	6	6	8	9	9	9	9	9	10	-	38	10º
	PT	7	7	5	5	3	2	2	2	2	2	1	-		
10 - A ÁREA EM FRENTE À PREFEITURA COMO ESPAÇO DE EVENTOS POLÍTICOS	Nº	1	5	6	7	8	8	8	9	9	10	10	-	40	9º
	PT	10	6	5	4	3	3	3	2	2	1	1	-		

Fonte: A autora (2025).

Dois elementos – o 9 e o 10 – não receberam a quantidade total de fichas. Após a contagem, identificou-se a ausência de uma ficha número 9 e uma ficha número 10, provavelmente de um mesmo participante. Não se sabe ao certo o motivo dessa omissão. É possível que o participante não tenha compreendido totalmente a dinâmica, ou não tenha considerado esses elementos como válidos e esquecido da função da ficha com “X” vermelho, ou ainda que tenha se confundido durante o processo. Muitas podem ter sido as causas.

Diante disso, duas situações poderiam ter ocorrido, sem impacto no resultado final. Na primeira, o elemento 9 receberia a ficha número 9, e o elemento 10, a ficha número 10. Nesse cenário, a nova pontuação do elemento 9 passaria a ser 40 pontos ($38 + 2$), e a do elemento 10, 41 pontos ($40 + 1$). Na segunda hipótese, as fichas seriam atribuídas de forma invertida: o elemento 9 receberia a ficha número 10 e o elemento 10, a ficha número 9. Assim, o elemento 9 totalizaria 39 pontos ($38 + 1$), e o elemento 10, 42 pontos ($40 + 2$). Em ambas as situações, as posições dos elementos no ranking geral permaneceriam inalteradas. O mesmo se aplicaria caso o participante tivesse utilizado fichas marcadas com o “X” vermelho, que, por terem valor nulo, não influenciam a pontuação final.

A partir das informações expostas, é possível extrair algumas conclusões. Os cinco primeiros elementos validados pelos participantes são de natureza material. Em primeiro lugar, destacou-se, a Prefeitura – uma das edificações maiores – foi a mais votada, ocupando o 1º lugar geral. Em segundo lugar, o monumento da Praça do Cristo. Em seguida, as três posições subsequentes foram ocupadas pelas edificações

maiores restantes, que já haviam se sobressaído nas entrevistas e tiveram esse destaque amplamente confirmado durante a oficina, por um número ainda maior de participantes.

Esse resultado indica que a percepção dos participantes valoriza construções associadas a funções públicas e simbólicas, reconhecendo seu papel social e institucional no cotidiano da comunidade. Indica também que, no imaginário dos participantes, a noção de patrimônio ainda está fortemente associada ao aspecto material – como construções históricas, elementos arquitetônicos e marcos físicos – refletindo uma percepção mais tradicional sobre o tema.

Esse resultado também revela que a percepção dos participantes tende a privilegiar edificações com maior riqueza de detalhes construtivos, dimensões mais imponentes, presença marcante na paisagem e relevância social. São construções que se destacam visualmente e que evocam, de forma mais imediata, a ideia do “antigo”. Em contraste, as edificações menores e mais modestas – com poucos adornos e menos destaque na paisagem urbana – foram percebidas como menos relevantes, como evidencia a sua posição apenas na oitava colocação do ranking.

O 6º e o 7º lugares foram ocupados por elementos relacionados à vegetação local, o que indica que, para os participantes, a presença de áreas verdes na praça possui grande relevância. Esse resultado é coerente com a realidade do espaço: a Praça Cristo Redentor é uma das mais arborizadas da cidade e é frequentemente utilizada por famílias, estudantes e frequentadores em geral, que aproveitam seus bancos e gramados para momentos de lazer e convivência.

Na 9ª colocação do ranking aparece um elemento de natureza imaterial: a área em frente à Prefeitura como espaço de eventos políticos. Sua posição revela que, para os participantes, esse aspecto do patrimônio possui menor relevância em comparação aos demais elementos. Essa percepção pode estar relacionada a fatores previamente mencionados, como a redução na frequência de eventos políticos nesse espaço – uma prática mais comum no passado – e a mudança do local de realização do desfile de 7 de setembro, tradicional evento cívico que reúne apresentações escolares e marca o calendário da comunidade. Além disso, esse resultado sugere que, de modo geral, a noção de patrimônio imaterial ainda não está plenamente incorporada à percepção coletiva dos participantes, embora o elemento tenha recebido fichas com número 1 e 5, indicando que essa percepção não é unânime.

Em décimo e último lugar do ranking está o elemento padrão de gabarito. Esse aspecto, também identificado no texto do PDPM de Glória do Goitá, foi apresentado e explicado durante a oficina, com o objetivo de ampliar o entendimento dos participantes. Sua baixa pontuação pode estar relacionada ao fato de se tratar de um conceito técnico, pouco conhecido pela população em geral. Além disso, o padrão de gabarito não representa um bem específico, mas sim uma configuração urbana que, por ainda não apresentar sinais expressivos de verticalização na área em questão – estando em processo de verticalização –, pode passar despercebida pelo olhar cotidiano dos moradores. Ainda assim, o elemento recebeu duas fichas com número 4, o que indica que, embora não amplamente reconhecido, foi valorizado por alguns participantes que compreenderam sua importância para a conservação da área.

Alguns elementos foram sugeridos por alguns participantes, que não foram indicados pela autora, mas foram percebidos como aspectos importantes da área. No que se refere a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato, foram destacadas as calçadas existentes ao redor da Praça Cristo Redentor, que são amplas em sua grande maioria, característica que se distingue de muitas outras áreas da cidade. Mesmo a oficina estando relacionada a Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato, alguns atributos que fogem à área foram indicados por alguns participantes, foram eles **a Rua Senador Vigário de Carvalho até a antiga Cadeia Pública, a Cadeia Pública em si, o Mercado Público, a Escola EREM Professor Barros Guimarães.**

Como mencionado anteriormente, a oficina foi realizada em uma etapa da pesquisa em que ainda não se conhecia plenamente a verdadeira dimensão do SPH1, sendo considerado, até então, apenas a Praça do Cristo e seu entorno imediato. Dessa forma, durante a oficina, a Rua Senador Vigário de Carvalho não foi contemplada como parte da área em estudo, exceto pelo trecho que passa em frente à Praça. No entanto, após a consulta ao mapa encontrado na CONDEPE/FIDEM, constatou-se que essa rua está, de fato, incluída nos limites oficiais do SPH1, compreendendo inclusive o trecho destacado por um dos participantes. Por outro lado, a antiga Cadeia Pública, embora localizada na mesma rua, encontra-se fora dos limites do SPH1. Isso ocorre porque, no trecho da rua que se aproxima da antiga Cadeia Pública, apenas uma das faces da Rua Senador Vigário de Carvalho integra o setor, o trecho T1, estando a cadeia situada do lado oposto, fora da delimitação.

Já o Mercado Público está inserido dentro dos limites do SPH1, o que demonstra que os participantes, mesmo sem conhecimento prévio sobre os limites do

setor, foram capazes de identificar espontaneamente elementos significativos da paisagem urbana, reconhecendo sua relevância para a memória coletiva. Essa percepção reforça a ideia de que a delimitação atual do setor pode ter sido adequada, ao contemplar elementos valorizados pela comunidade. Também evidencia que o olhar dos participantes está atento ao patrimônio cultural municipal.

A Escola EREM Professor Barros Guimarães, a primeira escola construída na cidade, embora localizada nos arredores do SPH1, foi mencionada como um elemento de destaque, o que sugere que outras áreas atualmente fora do setor de preservação também possuem relevância histórica e simbólica. Isso indica a **necessidade de considerar possíveis ampliações ou atualizações nos limites do SPH1**, a fim de contemplar de forma mais abrangente os bens reconhecidos pela população.

A etapa seguinte correspondeu ao processo de valoração dos elementos previamente descritos. Para isso, em frente a cada fotografia, foi disposta uma cartolina branca, previamente dividida ao meio. De um lado, os participantes deveriam registrar os valores que associavam ao elemento; do outro, uma palavra ou frase que surgisse espontaneamente ao pensarem naquele item. Cada participante recebeu uma caneta e teve liberdade para atribuir o mesmo valor a quantos elementos desejasse, conforme sua percepção. A proposta da frase ou palavra associada buscou captar aspectos do imaginário coletivo, de forma mais íntima, revelando o que, na visão dos atores sociais, torna cada elemento único ou especial dentro do contexto da Praça Cristo Redentor e seu entorno. A figura abaixo ilustra essa etapa.

Figura 68 - Etapa de valoração.



Fonte: A autora (2024).

Nesta etapa, os participantes utilizaram o guia de valores impresso em formato A5 que lhes foi entregue dentro do kit na chegada (anexo X). Após o entendimento sobre valores expresso no item 2.2, somado à leitura histórica do recorte empírico e do embasamento bibliográfico, foram selecionados os seguintes valores: **valor de**

antiguidade, valor artístico, valor histórico, valor cultural, valor simbólico/afetivo, valor econômico, valor de uso. Os participantes tinham ainda liberdade em escrever outro valor de acordo com sua percepção, ou poderiam não escrever nenhum. Os participantes puderam utilizar o guia como apoio, pois no guia constavam os valores que foram considerados para esta pesquisa e uma breve explicação de cada um⁷⁹.

Para a apresentação das palavras/expressões relacionadas a cada elemento, optou-se por utilizar o recurso da nuvem de palavras, que organiza as palavras/expressões em várias cores e tamanhos, com base no número de menções feitas na atividade, como desenvolvido por Gomes (2021) acerca do Sítio Histórico de Floresta -PE, e por Farias (2023) acerca do Distrito Gravatá do Ibiapina - PE. Os resultados dessa etapa foram compilados na tabela abaixo. Para a apresentação dos valores atribuídos a cada elemento, optou-se pela utilização de gráfico de colunas.

Tabela 7 - Etapa de valoração.

RESULTADO DA ETAPA DE VALORAÇÃO				
POSIÇÃO	ELEMENTO	VALOR ATRIBUÍDO	Nº DE VEZES	PALAVRA OU FRASE ASSOCIADA
1º	A PREFEITURA	ANTIGUIDADE	1	ARQUITETURA (2X) REPRESENTAÇÃO DE ÉPOCA REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA BELEZA PODER LINDA POLÍTICA MEMÓRIA TEMPO DETALHES HISTÓRIA
		ARTÍSTICO	1	
		HISTÓRICO	11	
		CULTURAL	1	
2º	O MONUMENTO	ARTÍSTICO	1	RELIGIÃO (3X) PERTENCIMENTO REPRESENTAÇÃO DE ÉPOCA (2X) FÉ (2X) BELEZA (2X) MEMÓRIAS TEMPO
		HISTÓRICO	3	
		CULTURAL	6	
		SIMBÓLICO/AFETIVO	2	
3º	A CASA DE SEU TÔTA	ANTIGUIDADE	6	LUGAR ANTIGUIDADE IDENTIDADE (2X) SINGULARIDADE TEMPO BELEZA ARTÍSTICA
		ARTÍSTICO	1	
		HISTÓRICO	3	

⁷⁹ Importa observar que, durante a realização da atividade, o Guia de Valores também esteve disponível para consulta na tela de projeção, ampliando o acesso à informação e facilitando a participação dos atores sociais ao longo da dinâmica.

		CULTURAL	4	MEMÓRIA ARTE
		DE USO	1	
4º	O SOBRADO	ARTÍSTICO	1	BELEZA ARTE (3X) TRADIÇÃO (2X) ELEGÂNCIA ÉPOCA HISTÓRIA (2X) REPRESENTAÇÃO DE UMA ÉPOCA
		HISTÓRICO	6	
		CULTURAL	2	
		SIMBÓLICO/AFETIVO	3	
5º	A CASA DE DONA INÊS	ANTIGUIDADE	2	LUGAR ARQUITETURA (4X) BELEZA LINDA LAR ACONCHEGO TRADIÇÃO LEMBRANÇAS MEMÓRIA
		ARTÍSTICO	1	
		HISTÓRICO	4	
		CULTURAL	4	
		SIMBÓLICO/AFETIVO	3	
		DE USO	1	
6º	A PRESENÇA DA CAMADA VEGETAL	HISTÓRICO	6	COSTUME PRESERVAÇÃO (2X) MEMÓRIA (2X) PAZ BEM-ESTAR (2X) NATUREZA (2X) TEMPO BELEZA LAZER
		CULTURAL	3	
		SIMBÓLICO	1	
		DE USO	3	
7º	AS PALMEIRAS	ANTIGUIDADE	1	MEMÓRIA (5X) ESPAÇO COLORIDO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA NATUREZA (2X) PAZ BELEZA VIDA
		HISTÓRICO	3	
		SIMBÓLICO/AFETIVO	8	
8º	EDIFICAÇÕES MENORES	ANTIGUIDADE	1	PRESERVAÇÃO FAMÍLIAS (2X) ARQUITETURA TEMPO (5X) LEMBRANÇAS
		ARTÍSTICO	1	
		HISTÓRICO	5	
		CULTURAL	4	
		SIMBÓLICO/AFETIVO	2	
9º	A ÁREA EM FRENTE À PREFEITURA COMO ESPAÇO DE EVENTOS POLÍTICOS	ANTIGUIDADE	3	TEMPO (3X) PATRIMÔNIO (3X) MEMÓRIA (4X) ÉPOCA
		ARTÍSTICO	2	
		HISTÓRICO	4	
		CULTURAL	5	
		SIMBÓLICO/AFETIVO	1	
		ANTIGUIDADE	4	CONTINUAÇÃO

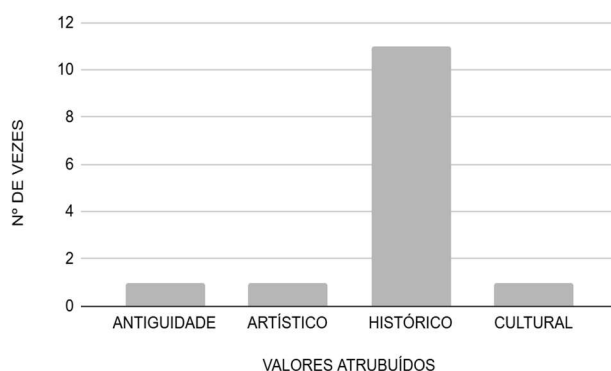
10º	O PADRÃO DE GABARITO	ARTÍSTICO	2	BELEZA (3X) PERTENCIMENTO NATUREZA BEM-ESTAR ENCANTO
		HISTÓRICO	2	
		SIMBÓLICO/AFETIVO	2	
		DE USO	1	

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A Prefeitura, primeiro elemento do ranking, recebeu 11 menções com o valor "histórico", sendo o item que mais vezes foi associado a esse elemento entre os dez analisados, conforme pode ser observado no gráfico abaixo. Também foram atribuídos à Prefeitura, com a mesma frequência, os valores de "antiguidade", "artístico" e "cultural". As palavras e expressões associadas ao elemento revelam aspectos importantes do imaginário coletivo dos participantes em relação a ele.

Figura 69 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 1º elemento.

1º ELEMENTO - A PREFEITURA

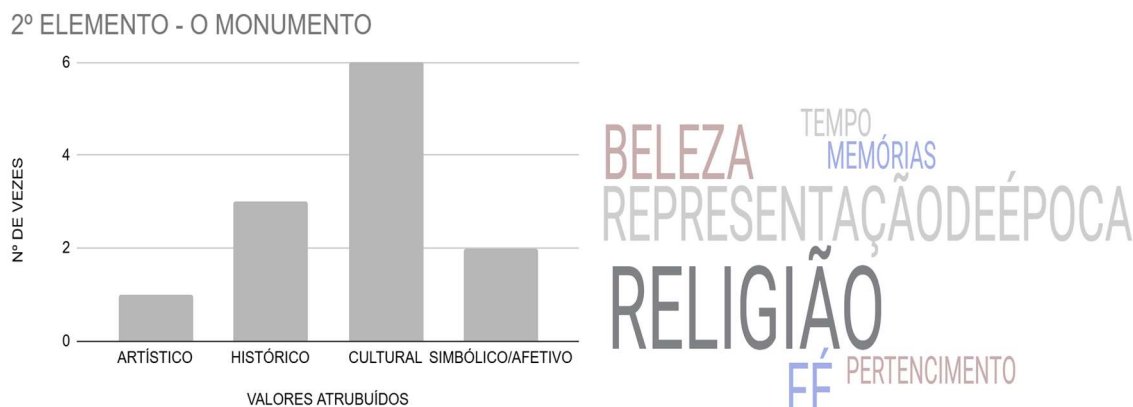


Fonte: Elaboradas pela autora, 2025.

A nuvem de palavras atribuída à prefeitura da cidade revela a centralidade da arquitetura como elemento simbólico, histórico e identitário no imaginário dos participantes. A repetição da palavra “arquitetura” destaca sua relevância como vetor de significados que transcendem a função física das edificações. Palavras como “representação de época”, “memória”, “história” e “tempo” sugerem que os edifícios públicos são percebidos como marcos históricos, portadores de valores culturais e testemunhos materiais do passado. A presença de termos como “beleza”, “detalhes” e “linda” evidencia a valorização estética das construções – mais uma vez relacionando-se com a arquitetura –; por sua vez, “poder” e “política” remetem ao caráter representativo e funcional desses espaços.

Para o segundo elemento, o monumento, temos o valor cultural como sendo o mais atribuído ao elemento. Os valores histórico e simbólico/afetivo recebem destaque também, além do artístico que também aparece.

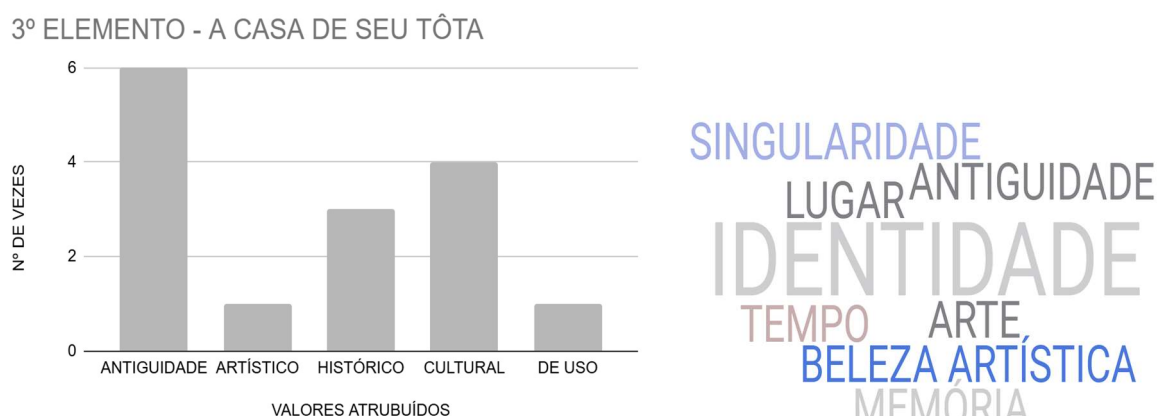
Figura 70 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 2º elemento.



Fonte: Elaboradas pela autora, 2025.

A nuvem de palavras revela que o monumento da Praça Cristo Redentor é percebido principalmente como um símbolo religioso, o que justifica a atribuição do valor cultural em maior quantidade. O fato do monumento funcionar como uma cápsula do tempo também pode ter influenciado na atribuição deste valor em maior quantidade. Termos como “religião”, “fé” e “pertencimento” indicam sua importância para a identidade coletiva, enquanto “memórias”, “tempo” e “representação de época” reforçam seu papel como marco histórico. A presença da palavra “beleza” sugere ainda uma valorização estética do espaço, que combina dimensões simbólicas, afetivas e visuais no contexto urbano.

Figura 71 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 3º elemento.

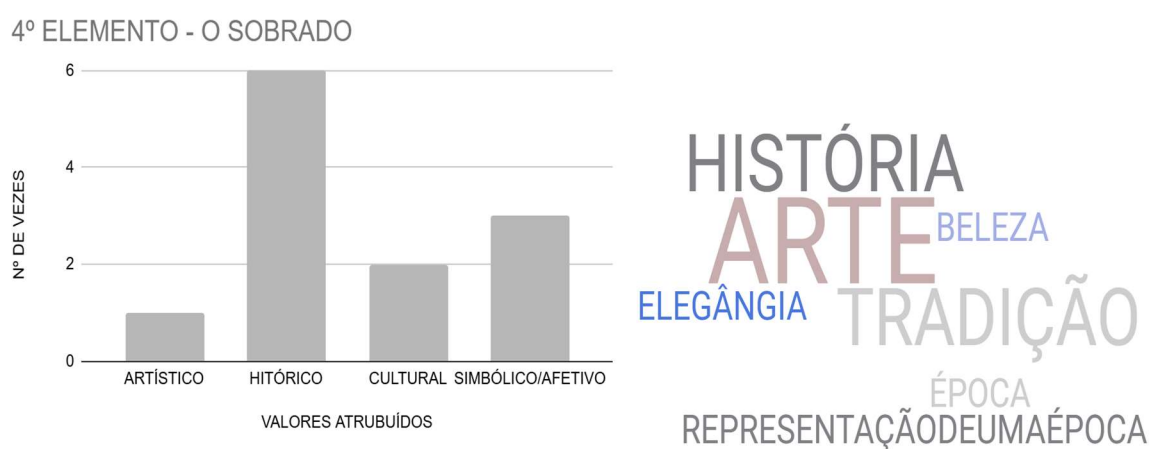


Fonte: Elaboradas pela autora, 2025.

Já com relação ao terceiro elemento, como pode-se observar acima, o valor atribuído mais vezes à Casa de Seu Tôta foi o de antiguidade, ligado a palavras como

“memória” e “tempo”, destacando seu papel como testemunho do passado. Os valores cultural e histórico associam-se a termos como identidade, lugar e memória, revelando seu significado simbólico para a comunidade. O valor artístico se conecta à beleza e à arte, indicando apreço estético. A palavra “singularidade” pode ter sido atribuída ao elemento por suas características únicas, como os azulejos e o sótão – elementos presentes exclusivamente na casa de Seu Tôta. O valor de uso aparece de forma mais discreta, mas relaciona-se com o novo uso da edificação, que agora abriga uma galeria comercial.

Figura 72 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 4º elemento.

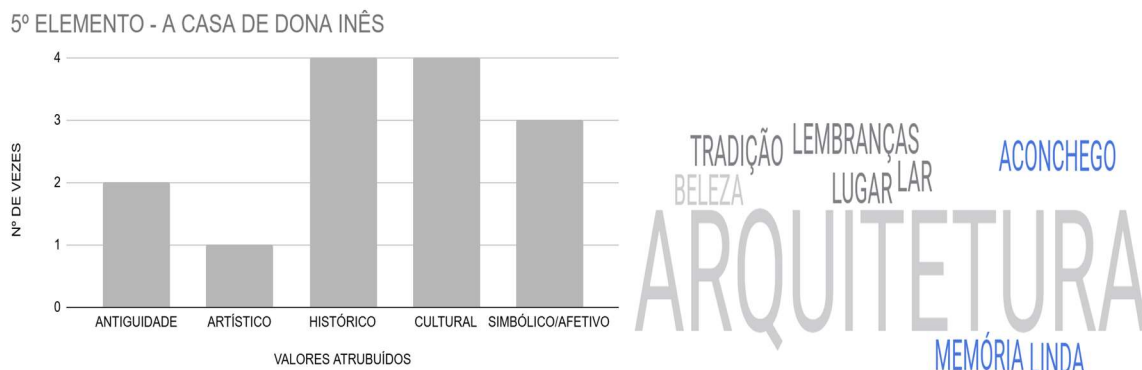


A análise do 4º elemento – O Sobrado – mostra que o valor mais atribuído pelas pessoas foi o histórico, que se relaciona diretamente a “história”, a “tradição” e “representação de uma época”, revelando a percepção do sobrado como um marco temporal e testemunho de um período passado. O valor simbólico/afetivo aparece com destaque e se conecta com termos como “tradição” e “época”, indicando o reconhecimento do sobrado como um símbolo com forte carga emocional e de memória. Já o valor cultural e o artístico, associam-se a palavras como “arte”, “beleza” e “elegância”, mostrando um apreço pela estética e pelo estilo do edifício, que revelam a forma de morar da alta sociedade gloriense nos séculos XIX e XX. Assim, o sobrado é valorizado não só por seu valor histórico, mas também por seu significado simbólico e artístico dentro da paisagem cultural local.

A análise dos resultados abaixo, relacionados à Casa de Dona Inês, revela forte atribuição dos valores histórico e cultural, ambos mencionados quatro vezes, evidenciando o reconhecimento da casa como parte da história e da identidade da comunidade. Esses valores se relacionam com palavras como “tradição”,

“lembranças”, “memória” e “lugar”, que apontam para a conexão emocional e coletiva com o espaço.

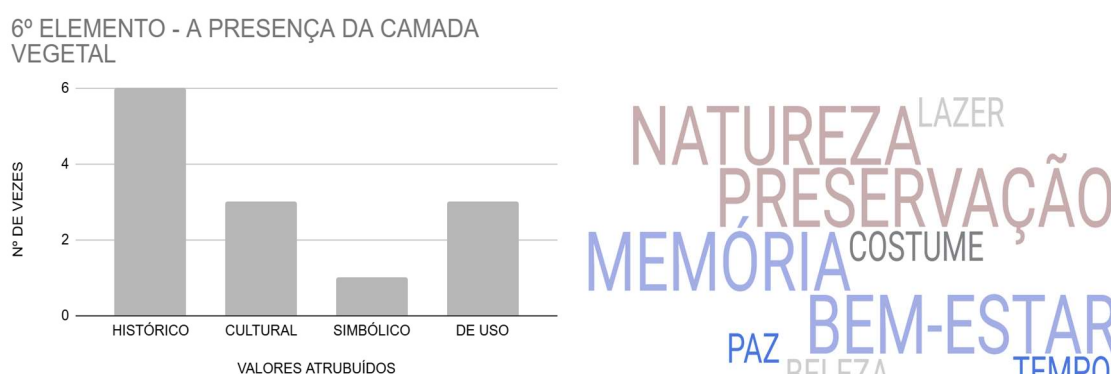
Figura 73 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 5º elemento.



Fonte: Elaboradas pela autora, 2025.

O valor simbólico/afetivo, também bastante citado, se conecta diretamente a termos como “lar”, “aconchego” e “lembranças”, reforçando a carga afetiva e o sentimento de pertencimento ligados à casa. O valor artístico e o valor de antiguidade, vinculam-se à palavra “beleza” e “memória”. A palavra mais destacada na nuvem é “arquitetura”, que permeia todos esses valores, mostrando que o estilo arquitetônico também contribui para sua valorização. Assim, a Casa de Dona Inês é vista como um espaço afetivo, histórico e culturalmente relevante, marcado por lembranças, beleza e sentido de lar, visto que é a única das três residências maiores que ainda possui uso residencial.

Figura 74 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 6º elemento.

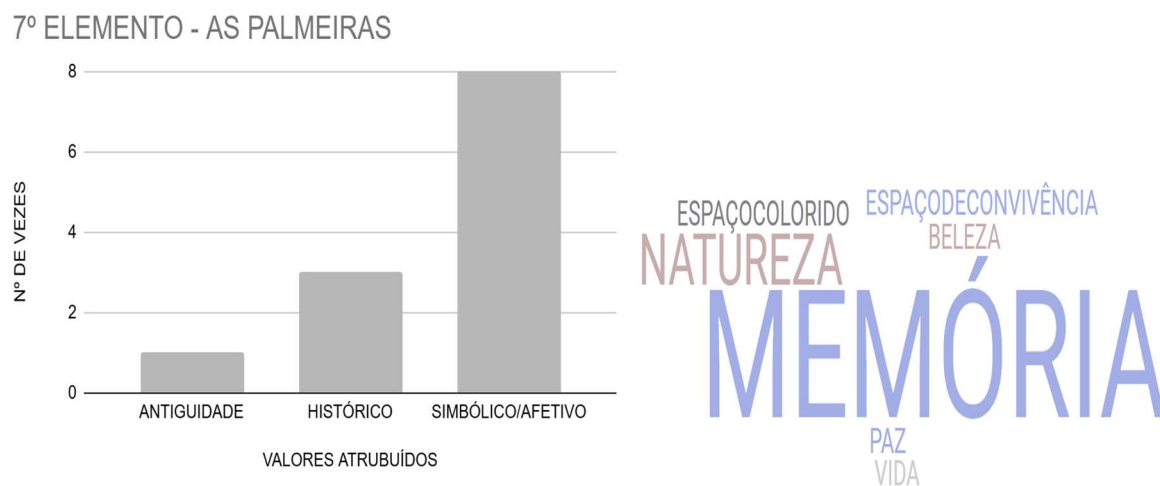


Fonte: Elaboradas pela autora, 2025.

A presença da camada vegetal foi majoritariamente associada ao valor histórico, que se relaciona a palavras como “memória”, “tempo” e “costume”, indicando que a vegetação é vista como parte da paisagem tradicional e da história local. O valor cultural aparece em seguida, vinculado a termos como “preservação”, “natureza” e “lazer”, reforçando a ideia de que o ambiente natural é um componente cultural

importante para a qualidade de vida e para as práticas cotidianas, como passeios em família, momentos românticos e sessões de fotos. O valor de uso também foi relevante, associado a palavras como “bem-estar”, “paz” e “lazer”, mostrando que a camada vegetal é percebida como funcional e promotora de conforto. Já o valor simbólico relaciona-se a termos como “memória” e “beleza”, refletindo o valor emocional e estético atribuído ao verde urbano.

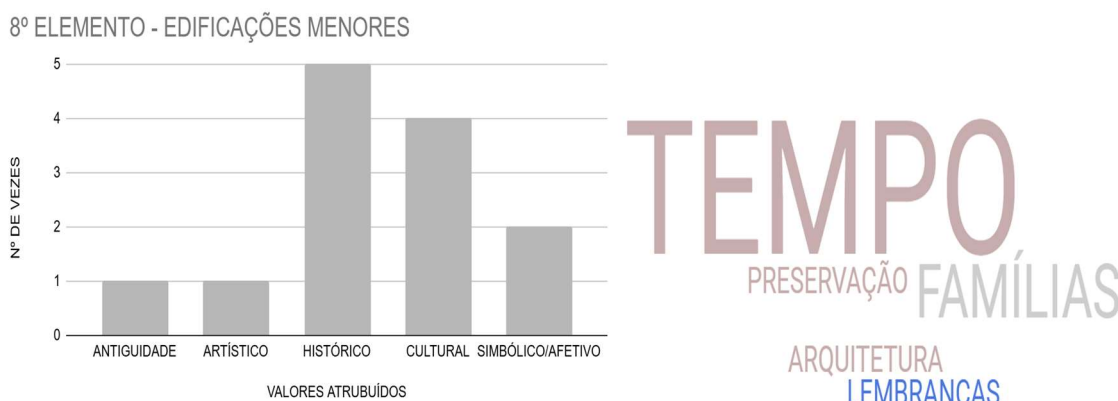
Figura 75 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 7º elemento.



A análise do elemento “As Palmeiras” mostra um forte predomínio do valor simbólico/afetivo, com destaque expressivo em relação aos demais. Esse valor se relaciona diretamente com palavras como “memória”, “espaço de convivência”, “natureza”, “paz” e “vida”, evidenciando o apego emocional da comunidade a essas árvores como parte do cotidiano e das lembranças coletivas. O valor histórico também é citado, associado à permanência das palmeiras ao longo do tempo e à sua presença como marco visual e afetivo, ligado a palavras como “memória” e “natureza”. Já o valor de antiguidade, mencionado apenas uma vez, reforça a ideia de continuidade temporal.

O elemento de destaque seguinte, as edificações menores, foram principalmente associadas ao valor histórico, relacionado a palavras como “tempo”, “preservação” e “lembranças”, revelando a percepção dessas construções como testemunhas de uma época vivida e guardadas na memória coletiva.

Figura 76 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 8º elemento.



Fonte: Elaboradas pela autora, 2025.

O valor cultural, também bastante citado, se conecta a termos como “famílias” e “arquitetura”, refletindo a importância dessas edificações no cotidiano e no modo de vida local. O valor simbólico/afetivo está presente nas referências a “lembranças”, reforçando a ligação emocional com essas estruturas. Já os valores antiguidade e artístico aparecem de forma mais discreta, mas indicam que essas edificações continuam a impor sua temporalidade, expressa em seu estilo arquitetônico.

Figura 77 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 9º elemento.

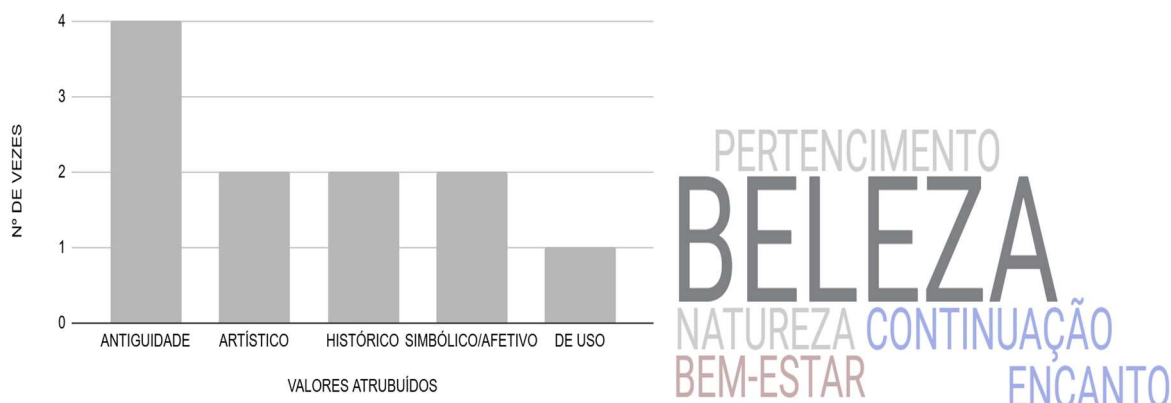


Fonte: Elaboradas pela autora, 2025.

A análise dos resultados relacionados ao nono elemento, revela um predomínio dos valores cultural, histórico e de antiguidade. O valor cultural, mais expressivo entre os respondentes, está relacionado a palavras como “patrimônio”, “memória” e “época”, destacando o reconhecimento coletivo do local como um espaço carregado de significados sociais e culturais. O valor histórico também se faz presente, associado à ideia de permanência no “tempo” e à importância dos acontecimentos políticos ali vivenciados, conectando-se a termos como *tempo* e *memória*. O valor de antiguidade, embora citado em menor número, reforça a percepção do local como um testemunho da trajetória urbana e cívica da comunidade.

Figura 78 - Gráfico e nuvem de palavras relacionados ao 10º elemento.

10º ELEMENTO - O PADRÃO DE GABARITO

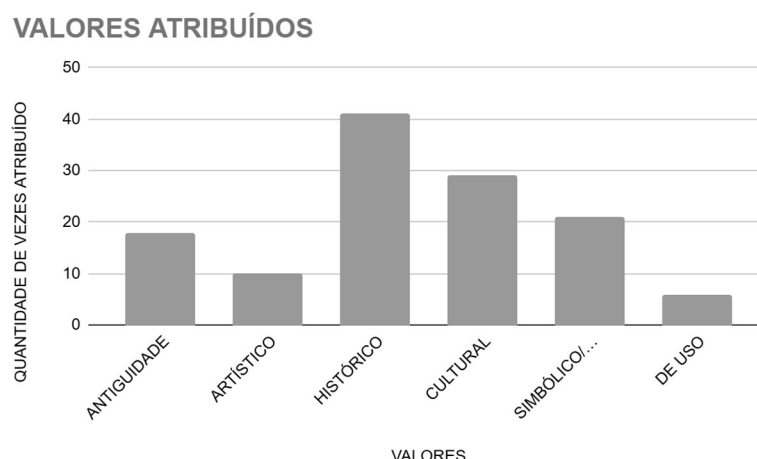


Fonte: Elaboradas pela autora, 2025.

A análise do elemento “padrão de gabarito” destaca principalmente o valor de antiguidade, seguido pelos valores artístico, histórico e simbólico/afetivo. A limitação a construções térreas e de um pavimento, embora nem sempre respeitada, contribui para a preservação da escala e identidade locais. Palavras como “beleza”, “pertencimento” e “encanto” reforçam a valorização estética e afetiva do padrão construtivo. O valor simbólico/afetivo associa-se ao “bem-estar” e à “natureza”, revelando a relação entre morfologia urbana e qualidade de vida, embora o termo natureza não esteja diretamente relacionado com o padrão de gabarito. O valor de uso, ainda que menos citado, aponta para a adequação das edificações ao cotidiano. Assim, o gabarito é percebido como elemento importante na manutenção da paisagem e memória coletiva.

Todos os elementos foram validados e valorados pelos participantes, revelando percepções e aspectos relevantes acerca do setor analisado. Como demonstra o gráfico a seguir, embora o texto do PDPM de Glória do Goitá apenas mencione valores culturais de forma genérica, observa-se que o valor histórico foi o mais frequentemente atribuído aos elementos, com mais de 40 registros. Por outro lado, o valor econômico não foi atribuído em nenhuma ocasião, o que indica que, sob a ótica dos participantes, esse tipo de valor não se aplica a nenhum dos elementos identificados na área.

Figura 79 - Gráfico geral de valoração.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A terceira etapa da oficina concentrou-se na delimitação do SPH1. Para essa atividade, foram impressos mapas em tamanho A4 abrangendo a Praça Cristo Redentor e seu entorno expandido (além da área imediatamente adjacente). Canetas coloridas foram disponibilizadas aos participantes para que pudessem indicar, de forma colaborativa, os limites que consideravam representar o entorno imediato descrito no PDPM – ou, ainda, sugerir áreas que, em sua opinião, deveriam ser incluídas.

No entanto, no momento da realização da oficina, não se dispunha da delimitação oficial do SPH1 estabelecida pelo PDPM de Glória do Goitá. Diante disso, essa etapa foi incluída como parte do processo exploratório. Com o posterior acesso à delimitação oficial do setor, optou-se por desconsiderar os resultados dessa atividade na presente pesquisa, visto que o setor já se encontrava formalmente instituído e delimitado.

A quarta e última etapa da oficina foi dedicada à coleta de sugestões de ações voltadas à preservação e conservação do SPH1. Nessa fase, os participantes receberam fichas em branco para que pudessem registrar, de forma anônima e livre, propostas que considerassem relevantes para a proteção da área em questão. As fichas foram depositadas em um recipiente coletivo, resultando nas seguintes sugestões, que serão apresentadas da forma como foram escritas pelos participantes:

- Acessibilidade nas calçadas;
- Preservar a praça e suas paisagens naturais, replantando-as;
- Leis municipais para conservação desses devidos patrimônios;
- Conservação das árvores;

- Conservar as calçadas em torno de toda a área conservada neste projeto;
- Reforma de calçadas;
- Iluminação cor amarela para trazer a antiguidade;
- Criar o Conselho de Preservação Patrimonial de Glória do Goitá;
- Criar uma diretoria de patrimônio ligada a Secretaria de Cultural, Turismo e Esporte;
- Conscientizar a população, mostrar a importância dos espaços;
- Lei, fiscalização, educação cultural, arquivo público para estimar o valor sentimental histórico;
- Lei de tombamento com incentivo fiscal;
- Criar no âmbito da Secretaria de Cultura um departamento de patrimônio histórico;
- Atualizar o Plano Diretor;
- Tombamento dos prédios, casas históricas, na busca da preservação daquele ambiente, que mesmo que seja vendido o comprador seja avisado/notificado que precisa conservar o ambiente histórico;
- Padronização das calçadas;
- Acessibilidade;
- Substituição das árvores que estragam as calçadas (passeio);
- Organização das árvores e calçadas.

As propostas demonstram uma preocupação concreta com a infraestrutura urbana, especialmente no que diz respeito às calçadas, que foram mencionadas diversas vezes em termos de acessibilidade, reforma, padronização e conservação. A vegetação também surge como um elemento importante, com sugestões relacionadas à conservação e organização das árvores, bem como à substituição daquelas que prejudicam o passeio público. Além disso, destaca-se a valorização da ambientação histórica, como na proposta de iluminação com cor amarela para remeter à antiguidade.

Do ponto de vista institucional, os participantes apontam a necessidade de criar estruturas formais dedicadas à preservação patrimonial, como um Conselho de Preservação Patrimonial e uma diretoria de patrimônio vinculada à Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte. Também são sugeridas ações no campo legal e

administrativo, como a elaboração de leis municipais específicas para a conservação do patrimônio, a atualização do Plano Diretor, o tombamento de edificações históricas com incentivos fiscais e mecanismos de notificação a compradores sobre a obrigatoriedade de preservação de imóveis tombados. Outra vertente importante nas sugestões diz respeito à educação e sensibilização da população, com destaque para a conscientização sobre a importância dos espaços históricos e culturais, além da criação de um arquivo público que reforce o valor sentimental e histórico do patrimônio local.

De forma geral, as sugestões refletem um desejo coletivo por ações concretas e articuladas, que envolvam desde melhorias físicas no espaço urbano até o fortalecimento de políticas públicas e instrumentos legais voltados à preservação. Elas evidenciam o entendimento de que a conservação do SPH1 passa por um esforço conjunto entre poder público e sociedade civil, e que a memória e a história do local devem ser reconhecidas, valorizadas e protegidas como parte essencial da identidade de Glória do Goitá.

As sugestões apresentadas dialogam diretamente com os aspectos já discutidos na etapa de avaliação da efetividade do SPH1 e com as diversas dimensões da cidade. As contribuições colhidas nesta etapa servirão, ainda, como base para a formulação das recomendações que serão apresentadas no próximo – e último – capítulo deste trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises e avaliações realizadas, é possível tecer algumas considerações relevantes. Observa-se que a delimitação do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1) revelou-se, em grande medida, inefetiva, ineficaz e apenas parcialmente eficiente quanto à proteção e conservação do patrimônio cultural de Glória do Goitá. Essa fragilidade, e principalmente inefetividade, torna-se ainda mais evidente no contexto atual, agravada pela ausência de documentos complementares à Lei do Plano Diretor Participativo Municipal (PDPM), ações de educação patrimonial, incentivos, e outras ações necessárias, além da falta de atualização do próprio plano, que reforça a percepção de inefetividade das ações voltadas à preservação do patrimônio cultural.

O PDPM foi elaborado sob a premissa de ser um instrumento construído de forma participativa. Contou com capacitações, alocação de recursos, um processo metodológico estruturado e a mobilização de pessoal especializado. A população esteve envolvida nas etapas iniciais, especialmente na definição dos eixos estratégicos. No entanto, o caráter multidisciplinar exigido por um plano dessa complexidade não foi plenamente contemplado, devido à ausência de certas especialidades técnicas.

Ademais, a participação popular não foi uniforme ao longo de todo o processo: algumas oficinas foram mais frequentadas que outras, e em determinados momentos houve baixa adesão social. Não foi possível identificar de que forma a sociedade civil contribuiu para a delimitação do SPH1 – assim como de outras zonas e setores –, tampouco como participou da atribuição de valores ou da definição dos critérios adotados no zoneamento de áreas de relevância histórica e cultural. Essa limitação revela um processo participativo apenas parcialmente eficiente, cujas fragilidades comprometem a legitimidade das decisões e dificultam a apropriação do plano pela comunidade.

À luz dessas reflexões, torna-se evidente que o SPH1, enquanto instrumento de proteção e conservação do patrimônio, não gerou vínculos com a população. A comunidade não o reconhece como referência identitária ou histórica; o poder público parece ignorar sua existência; e a gestão municipal carece tanto de equipe técnica especializada quanto de um setor institucionalmente responsável pela fiscalização e manutenção das áreas protegidas. Paralelamente, a população sofre com a ausência de educação patrimonial e de iniciativas governamentais que incentivem sua participação ativa nos processos de preservação.

As diretrizes e os parâmetros estabelecidos pelo PDPM, por sua vez, mostram-se ineficazes e, em muitos casos, superficiais, imprecisos e descolados da realidade local. Transmitem a impressão de terem sido definidos de maneira arbitrária, sem embasamento técnico aprofundado ou propósito claramente delineado. Além disso, vêm sendo sistematicamente desrespeitados, sem que haja ações efetivas de controle, fiscalização ou responsabilização por parte do poder público.

O texto do próprio PDPM contribui para o agravamento desse cenário ao tratar a temática do patrimônio cultural de forma genérica e pouco objetiva, falhando em esclarecer o que deve ser preservado, por que motivo e para quem. Torna-se, portanto, imprescindível a atualização do documento, a fim de torná-lo mais claro,

aplicável e eficaz, fortalecendo a atuação do poder público na proteção do patrimônio cultural edificado – público ou privado – do município.

Diante desse panorama, constata-se que o PDPM, na forma como está estruturado, não tem contribuído de forma efetiva para a preservação do patrimônio cultural municipal, tampouco para a viabilização das ações necessárias à sua valorização e continuidade, revelando-se **incoerente**.

Apesar das fragilidades apontadas, a leitura urbana realizada nesta pesquisa, aliada aos resultados das entrevistas e do experimento social desenvolvido, evidencia de forma clara e inquestionável a relevância do SPH1 para a memória coletiva do povo gloriense. O setor concentra a maior parte das edificações históricas da cidade que, mesmo diante das modificações e descaracterizações que vêm ocorrendo, ainda preservam, de maneira imponente, traços de um passado marcado por ricas tradições culturais que formaram o município de Glória do Goitá. Esses elementos continuam sendo percebidos e ressignificados pela população nos contextos atuais, revelando a permanência simbólica e afetiva do patrimônio edificado no imaginário social local.

Sendo assim, com o objetivo de contribuir para o (re)planejamento e a gestão do patrimônio cultural edificado de Glória do Goitá — em especial no âmbito do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1) —, podem ser apresentadas algumas recomendações estratégicas. Essas orientações buscam maximizar a efetividade do Plano Diretor de Patrimônio Municipal (PDPM), articulando-se com os parâmetros de avaliação de sua eficácia e com as múltiplas dimensões que compõem a dinâmica urbana da cidade.

Com relação ao grupo 01 de parâmetros de avaliação da efetividade, conforme tabela 4, têm-se as seguintes recomendações:

Transparência e Acesso à Informação: disponibilizar o Plano Diretor de Patrimônio Municipal (PDPM) e seus documentos complementares para consulta pública, por meio de plataformas digitais e espaços físicos acessíveis à comunidade;

Participação Popular: promover ações e eventos voltados à participação cidadã, com o objetivo de transmitir informações sobre o PDPM e sensibilizar a população quanto à importância do patrimônio cultural local;

Educação Patrimonial: desenvolver e implementar programas de educação patrimonial em escolas, centros culturais e outras instituições, visando à formação de uma consciência coletiva de preservação e valorização do patrimônio;

Parcerias Institucionais: estabelecer parcerias com instituições de ensino, ONGs e organizações culturais locais para apoiar e ampliar as ações de educação patrimonial;

Pesquisa e Valorização do Patrimônio: incentivar e realizar pesquisas voltadas ao conhecimento, preservação e divulgação do patrimônio cultural edificado do município, incluindo inventários, estudos históricos e arquitetônicos.

Com relação ao grupo 02 e 04 de parâmetros de avaliação da efetividade, conforme a tabela 4, têm-se as seguintes recomendações:

Atualização do Documento Base: revisar e atualizar o Plano Diretor de Patrimônio Municipal (PDPM), com especial atenção ao SPH1, de forma a sanar lacunas conceituais e metodológicas, reconsiderar os critérios de delimitação do setor e reformular diretrizes que reflitam as especificidades e necessidades reais da área;

Levantamento e Inventário de Bens Culturais: Realizar a identificação e o inventário dos bens culturais situados no SPH1, abrangendo edificações, espaços públicos e elementos paisagístico;

Atributos e Valoração Patrimonial: caracterizar os atributos patrimoniais dos bens inventariados, atribuindo valores com base em critérios técnicos e participação comunitária, subsidiando ações de preservação e uso compatível;

Diretrizes de Conservação e Intervenção: elaborar diretrizes específicas para conservação, restauração e reabilitação dos bens identificados no SPH1, alinhadas à realidade local e às possibilidades econômicas e técnicas do município e da comunidade;

Redefinição da Delimitação do SPH1 e Níveis de Proteção: reavaliar a delimitação do Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1), propondo a distinção entre áreas de proteção com níveis diferenciados de controle e conservação. Recomenda-se a definição da Praça Cristo Redentor e seu entorno imediato como Área de Proteção Rigorosa, com limites claramente estabelecidos e diretrizes urbanísticas específicas que assegurem a integridade visual, ambiental e simbólica do conjunto. As demais áreas do setor poderiam ser classificadas como áreas de Proteção Moderada, com parâmetros urbanísticos compatíveis à preservação, uso e ocupação adaptados. É essencial que o PDPM explicita os critérios e implicações de cada nível de proteção, promovendo clareza normativa e orientação técnica para proprietários, gestores e profissionais da área.

Tombamento do Patrimônio Cultural Edificado: formalizar e aprimorar o processo de tombamento dos bens culturais edificados identificados no SPH1, com base em critérios técnicos e participativos, garantindo sua proteção legal. Esta ação fortaleceria o reconhecimento institucional do valor dos imóveis e impediria alterações que comprometam sua integridade histórica e arquitetônica;

Integração com Planejamento Urbano: articular o PDPM com o plano diretor urbano municipal, garantindo que o zoneamento, o uso e a ocupação do solo respeitem e valorizem os bens culturais do SPH1, promovendo o desenvolvimento urbano em harmonia com a preservação.

Com relação ao grupo 03 e 05 de parâmetros de avaliação da efetividade, conforme a tabela 4, têm-se as seguintes recomendações:

Criação de Órgãos Gestores e Instâncias de Controle: instituir órgãos municipais responsáveis pela manutenção, fiscalização e proteção das áreas de interesse patrimonial, especialmente no SPH1, garantindo o acompanhamento técnico das intervenções e o cumprimento das diretrizes estabelecidas no PDPM;

Instituição do Conselho do Patrimônio Edificado: criar o Conselho do Patrimônio Edificado de Glória do Goitá, com caráter deliberativo e consultivo, composto por representantes do poder público, da sociedade civil, de instituições culturais e educacionais. O Conselho deverá atuar na formulação de políticas, análise de projetos de intervenção e promoção de ações de preservação e educação patrimonial.

Com relação ao grupo 06 e 07 de parâmetros de avaliação da efetividade, conforme a tabela 4, têm-se as seguintes recomendações:

Adequação da Legislação Urbanística: promover a revisão e atualização das leis municipais, especialmente a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, de forma a integrá-las aos princípios e diretrizes do PDPM. Essa articulação deve assegurar a proteção efetiva dos bens culturais, respeitando a morfologia urbana e os valores históricos do SPH1;

Definição de Incentivos Fiscais e Econômicos: estabelecer mecanismos de incentivo fiscal, como isenção ou redução de IPTU, isenção de taxas de licenciamento ou acesso a linhas de crédito especiais, voltados a proprietários de imóveis privados reconhecidos como bens culturais no SPH1. Esses incentivos visam estimular a conservação, restauração e uso adequado dos imóveis, com base em critérios técnicos definidos no PDPM.

Diante das análises realizadas e das recomendações apresentadas, fica evidente que o Setor de Preservação Histórica 1 (SPH1) de Glória do Goitá demanda um processo de replanejamento, tanto em termos conceituais quanto operacionais. A fragilidade normativa, a ausência de instrumentos complementares eficazes e a desvinculação entre o patrimônio e a comunidade local evidenciam a urgência de uma abordagem mais integrada, participativa e tecnicamente fundamentada.

A proposta aqui delineada não apenas revela as deficiências do atual PDPM, mas também oferece caminhos viáveis para o seu aprimoramento, tendo como base parâmetros de avaliação de efetividade amplamente reconhecidos nas práticas de gestão do patrimônio cultural, assim como sua relação com as várias dimensões da cidade. As ações sugeridas – que vão desde a reconfiguração da delimitação do SPH1, passando pela valorização do patrimônio edificado por meio de tombamento, até a criação de instâncias gestoras e reformulação da legislação urbanística – são passos essenciais para reverter o atual cenário de negligência e promover uma política de preservação cultural eficaz, contextualizada e sustentável.

Mais do que um instrumento técnico, o PDPM precisa assumir um papel pedagógico e mobilizador, capaz de formar consciências e consolidar a memória coletiva. Para isso, sua efetividade dependerá da articulação entre poder público, sociedade civil, instituições educacionais e culturais, assim como de mecanismos normativos e financeiros que garantam a continuidade e permanência das ações.

Por fim, este trabalho evidencia que a preservação do patrimônio cultural edificado de Glória do Goitá – especialmente no âmbito do SPH1 – só será possível mediante o reconhecimento de sua complexidade e da necessidade de uma atuação sistêmica, fundamentada em políticas públicas estruturadas, participativas e integradas ao planejamento urbano.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Participação cidadã nas políticas públicas. In: ADENAUER, Fundação Konrad. **Participação cidadã: novos conceitos e metodologias**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. cap. 1, p. 15-60.

ALCURE, Adriana Schneider. **“A Zona da Mata é rica de cana e brincadeira”**: uma **etnografia do mamulengo**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ALIANÇA. **Lei Municipal nº 022/2006**. Disponível em: https://transparencia.alianca.pe.gov.br/uploads/5074/1/atos-oficiais/2006/plano-diretor/1653668586_lei-complementar-n-022-de-26-de-dezembro-de-2006--plano-diretor-participativo.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

AMARAJI. **Lei Municipal nº 001/2007**. Disponível em: <https://transparencia.amaraji.pe.gov.br/uploads/5076/1/atos-oficiais/plano-diretor-participativo/PLANO-DIRETOR-PARTICIPATIVO.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126-133, 2013.

BARRETO, Cunha Juliana; AGUIAR, José Manuel; PONTUAL, Virgínia Pitta. A valoração dos bens culturais sob o olhar da conservação. **Revista Patrimônio e Memória**, v. 16, n. 2, p. 623-641, jul./dez. 2020.

BEZERRA, Rubens Borges. **A botija encantada**. Recife: Bagaço, 1998.

BEZERRA, Rubens Borges. **Memórias de um estudante**. Recife: Bagaço, 2001.

BRAGA, Maria do Carmo de Albuquerque; FILHO, Mauro Normando Macêdo Barros. Planos diretores na Zona da Mata Pernambucana: a importância do espaço rural no planejamento e gestão territorial como enfoque. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 2, n. 1, p. 124-147, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [s.d.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Dossiê do Registro do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste: mamulengo, babau, João Redondo e Cassimiro Coco**. Brasília, DF: IPHAN, [s.d.]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/dossie_teatros_bonecos.pdf.

Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia para elaboração e revisão de planos diretores**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/desenvolvimento-urbano-e-metropolitano/projeto-andus/GuiaParaElaboraoeRevisodePlanosDiretores_compressed.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Coordenação de Raquel Rolnik e Otilie Macedo Pinheiro. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2004. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/181/2/Livro_Plano_Diretor_GUIA_DE_ELABORACAO.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Participação social**. Brasília, DF: Portal Gov.br, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social>. Acesso em: 29 nov. 2024.

CARVALHO, Rui de. **Repisando Minhas Pegadas**. Editora Livro Rápido, 2009.

CEREMA. **Schéma de cohérence territoriale (SCoT). Outil2amenagement**, 2022. Disponível em: <https://outil2amenagement.cerema.fr/outils/schema-coherence-territoriale-scot>. Acesso em: 3 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Brasil). **Proteção do patrimônio cultural urbano à luz do direito brasileiro**. Brasília: CNMP, 2023. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2023/patrimonio_historico_cultural.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 53-74.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.
- CYMBALISTA, Renato. A presença do patrimônio cultural nos planos diretores de municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Direito Municipal** [Recurso Eletrônico], Belo Horizonte, v. 16, n. 58, out./dez. 2015.
- DE LA MORA, L. **A Gestão da Conservação do Patrimônio e seus Instrumentos**. In: N.L., S. Z. (Org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 114-125.
- DE LA MORA, L. **Modelos de Planejamento Local**. In: N.L., S. Z. (Org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 102-113.
- ESCADA. **Lei Municipal nº 2449 / 2015**. Disponível em: https://transparencia.escada.pe.gov.br/uploads/5173/1/atos-oficiais/2015/leis/1623856789_lei-2449.2015--institui-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-da-escada.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.
- FARIAS, Carine Ayanne Mendes de. **Patrimônio cultural de conjuntos de arquitetura popular: o caso do distrito de Gravatá do Ibiapina-PE**. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.
- FERREIRA, Geicy Palmeira Gomes; OLIVEIRA, Geisa da Silva; PATRIOTA, Yara Mabell Gomes. Influência da arquitetura modernista em cidades de pequeno porte: Igreja Nossa Senhora da Glória – Glória do Goitá (PE). In: **Anais do X Seminário Docomomo Norte e Nordeste: Conservar já, documentar sempre!** Anais...Campina Grande (PB) UFCG, UNIFACISA, 2024. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xdocomomonne2024/887864-influencia-da-arquitetura-modernista-em-cidades-de-pequeno-porte--igreja-nossa-senhora-da-gloria--gloria-do-goit>. Acesso em: 10/02/2025.
- FONTENELE, Wesley. A inserção da associação cultural de mamulengueiros e artesãos de Glória do Goitá na história do teatro de bonecos popular do Nordeste. **42 ANPUH – Brasil, 30º Simpósio Nacional de História, Recife, 2019**. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565317519_ARQUIVO_Trabalho_Completo-Anpuh.pdf. Acesso em: 15/04/2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLÓRIA DO GOITÁ. **Lei Municipal nº 0984 de 2006.**

GLÓRIA DO GOITÁ. **Lei Municipal nº 1092 de 2012.**

GLÓRIA DO GOITÁ. **Lei Municipal nº 1199 de 2017.**

GLÓRIA DO GOITÁ. **Lei Municipal nº 1245 de 2019.**

GLÓRIA DO GOITÁ. **Lei Municipal nº 899 de 2002.**

GLÓRIA DO GOITÁ. **Requerimento nº 005 de 2021.**

GLÓRIA DO GOITÁ. Prefeitura Municipal. **Economia.** Glória do Goitá: Prefeitura Municipal, [s.d.]. Disponível em: <https://gloriadogoita.pe.gov.br/economia/>. Acesso em: 11 março 2025.

GLÓRIA DO GOITÁ. Prefeitura Municipal. **Geral.** Glória do Goitá: Prefeitura Municipal, [s.d.]. Disponível em: <https://gloriadogoita.pe.gov.br/category/geral/>. Acesso em: 24 março 2025.

GOMES, Maria Gabriela Numeriano de Sá. **Um olhar sobre a preexistência: o Sítio Histórico de Floresta – PE, a percepção dos moradores e a salvaguarda do patrimônio cultural.** 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

GONÇALVES, Norma L.; COSTA, Fernanda C. Zonas Especiais de Interesse Social: novas fronteiras de acumulação urbana? **Revista Brasileira de Direito Urbanístico** – RBDU. Belo Horizonte, ano 9, n. 16, p. 35-62, jan./jun. 2023.

IBGE – **Brasil / Pernambuco / Glória do Goitá.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/gloria-do-goita/panorama>. Acesso em: 07/11/2024.

IPHAN. **Carta de Burra.** 1980. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 15/04/2025.

IPHAN. **Carta de Petrópolis.** 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 15/04/2025.

IPHAN. **Carta de Washington.** 1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 15/04/2025.

IPHAN. **Declaração de Amsterdã.** 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 15/04/2025.

IPHAN. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural.** Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ITAMBÉ. **Lei Municipal nº 002/2006**. Disponível em: https://itambe.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Lei-Complementar-no-002_2006_PDDU-Plano-Diretor-do-Municipio-de-Itambe.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima et al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021.

LACERDA, Norma. **Valores dos bens patrimoniais**. In: LACERDA, N.; ZANCHETTI, S.M. (Org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LACERDA, Norma et al. Planos diretores municipais: aspectos legais e conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 55-55, 2005.

LIRA, Flaviana Barreto. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. **Oculum Ensaios**, vol. 17, e204365, 2020.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio Cultural e Autenticidade: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Centro de Artes e Comunicação, UFPE, Recife, 2009.

MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. **Ambiência Urbana**. 3ª ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2009.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21: Arquivos Pessoais, 1998.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília, DF: IPHAN, 2012.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 36, 2017.

NAZARÉ DA MATA. **Lei Municipal nº 331/2016**. Disponível em: https://transparencia.nazaredamata.pe.gov.br/uploads/5282/1/atos-oficiais/2016/leis/1736447671_2017080312424lei3312016instituionovoplanodiretordomunicipiodenazaedamataedaoutrasprovidencias.pdf. Acesso em: 20 mar. 2015.

NERY, Juliana Cardoso; BAETA, Rodrigo Espinha. **Entre o restauro e a recreação: reflexões sobre intervenções em preexistências arquitetônicas e urbanas.** EDUFBA, Número 12, 2022.

OECD. **La cohérence des politiques au service du développement.** Paris: OECD Publishing, mar. 2021. 36 p. (Development co-operation: tips, tools, insights & practices). Disponível em: <https://www.oecd.org/.../bd2828e6-fr.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

PALMARES. **Lei Municipal nº 1.751/2006.** Disponível em: https://transparencia.palmares.pe.gov.br/uploads/5296/1/atos-oficiais/2006/leis/1723814830_lei-municipal-n-1.7512006-plano. Acesso em: 05 abr. 2025.

PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe/Fidem. **Glória do Goitá.** Recife: Condepe/Fidem, [s.d.]. Disponível em: http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&foIderId=18394117&name=DLFE-89567.pdf. Acesso em: 26 nov. 2024.

PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe/Fidem. **Plano Diretor.** Recife: Condepe/Fidem, [s.d.]. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/plano-diretor>. Acesso em: 29 nov. 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria de Cultura. **Agente cultural nº 99.** Recife: Secretaria de Cultura, [s.d.]. Disponível em: <https://www.mapacultural.pe.gov.br/agente/99/#info>. Acesso em: 15 nov. 2024.

QUIPAPÁ. **Lei Municipal nº 1023/2006.** Disponível em: <https://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/33-20220202123259.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ROCHA, Beatriz Alves Goulart; CUNHA, Claudia dos Reis e. A ampliação dos modelos de gestão do patrimônio: a importância da participação comunitária para as cidades de pequeno porte e com exemplares arquitetônicos modestos. **Revista CPC**, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 28, p. 8–36, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i28p8-36. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/156189>. Acesso em: 4 set. 2024.

ROCHA, Beatriz Alves Goulart; CUNHA, Claudia dos Reis e. **O patrimônio em cidades de pequeno porte: a arquitetura como desenho, a cidade como camadas e as camadas como documento histórico.** In: **Anais do 5º Seminário Ibero-**

americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte (MG): UFMG, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71396-o-patrimonio-em-cidades-de-pequenoporte--a-arquitetura-como-desenho-a--cidade-como-camadas-e-as-camadas-como-docu/>. Acesso em: 05 set. 2024.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, n. 1, p. 1-15, jul., 2009. UNESCO, Criciúma, v. 5, n. 1, jan./jun. 2016. Criar Educação – PPGE – UNESCO.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** [S. l.]: Bertrand Brasil, 2009.

PONTUAL, V. **Plano de Gestão da Conservação Integrada.** In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S.M. (Org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos.** Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012, p. 90-101.

VIEGAS, Cíntia Camila Liberalino. **Em busca de uma ambiência histórica: transformações na forma urbana e percepção da historicidade do sítio histórico de Natal - RN.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. **Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo.** Recife: Editora UFPE, 2022.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Patrimônio e Memória**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009.

7. ANEXOS

Anexo I - Ata de presença do dia 22/06/2006

[illegible]

Anexo II - Ata de presença do dia 06/07/2006

[illegible]

Anexo III - Ata de presença do dia 21/07/2006

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

EVENTO: Apresentação - Plano Diretor

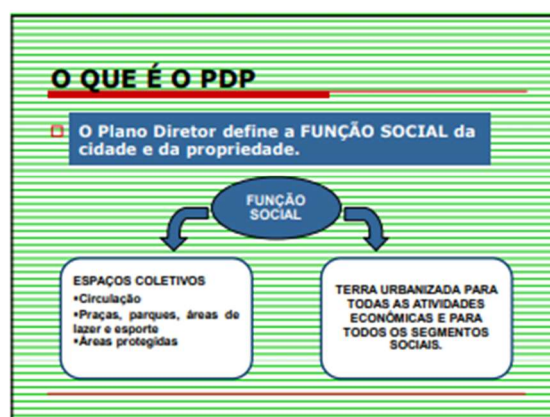
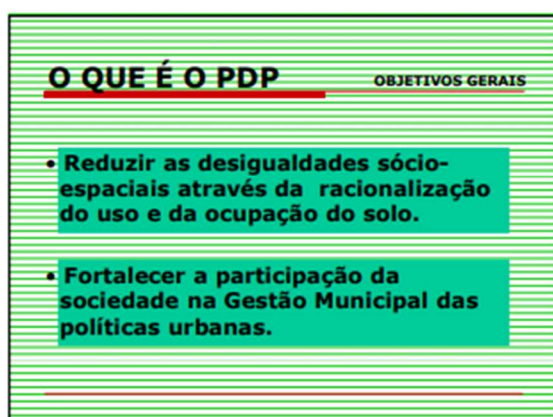
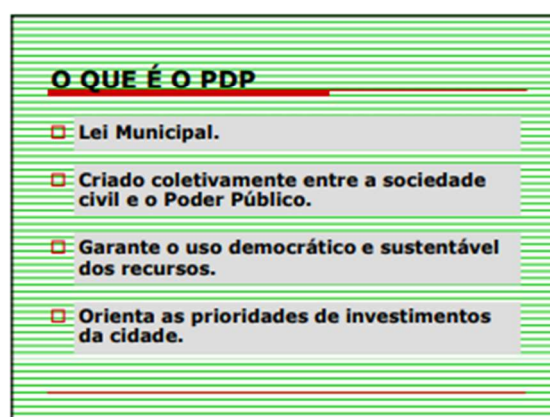
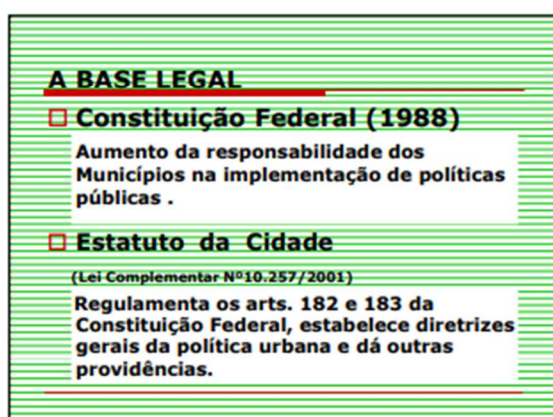
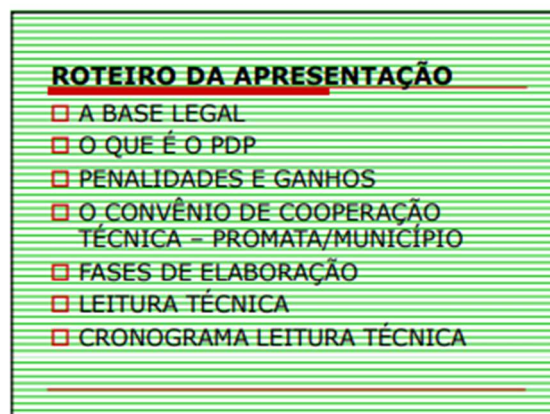
MUNICÍPIO: GLÓRIA

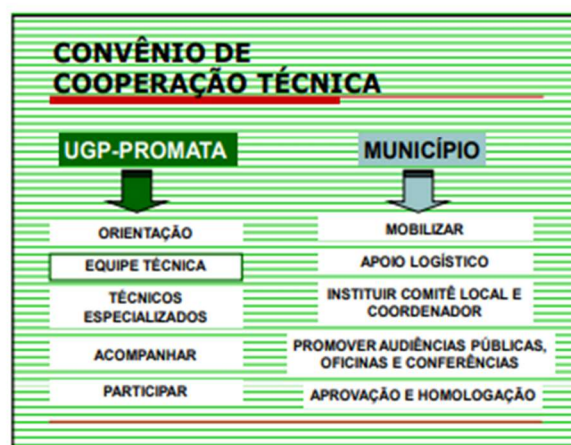
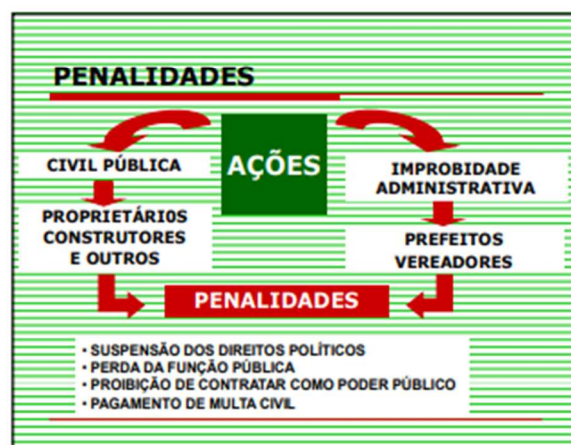
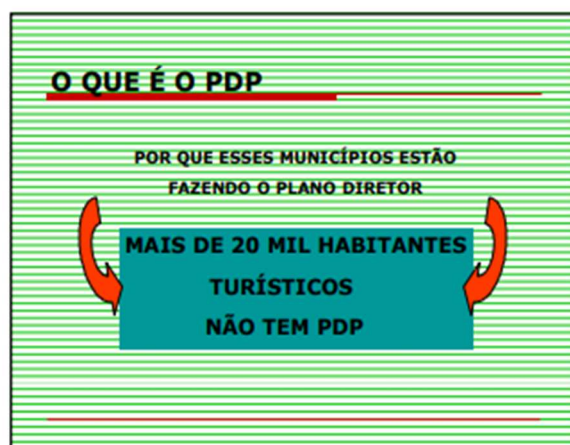
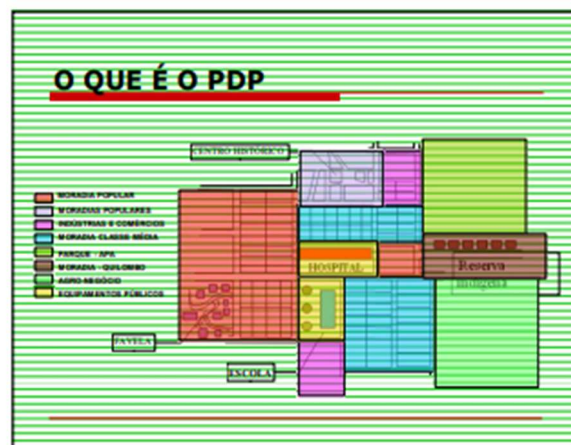
DATA: 21 / 07 / 2006.

LISTA DE PRESEÇA: ~~(comunitariedade (capacitação))~~
~~(e leitura da comunidade).~~

NOME:	Ocupação:	CONTATO:
Ivoneide Ma de S. medeiros	NSL	96591359
Mônica Mo de Oliveira	coordenadora	99966884
Ago. José Fari. 22	Diretor. Sel. Adm.	9247 2669
Marcelo dos Santos	NSL	87336594
José Manoel Sousa		
Pedro Soares da Silva	pz-Adm.	91696
afanail Guleia da Silva	ASS Massas comunitárias	99977618
Luzia Maria da Silva pereira	Vendedora	96328744
Maria das graças S. do Nascimento	Saúde	96377224
Maria José de Lima Silva	ASS Comunitária	99447836
Ana Paula Correia do Basto e Silva		
Filipe João do Principato		
Ricardo Roberto Gomes Viçoso	ADJ. LIA Treinamento	99448870
Antônia	Coord. Saúde Bucal	36581279
Helená MARIA DE SOUZA	Presidente Comissão	3658 1156
Maria José Barcellos Borlen	Secret. de Governo	3658 1156
ZOSÉ ANTÔNIO	COMPEST	3658 1195
Juanilda B dos Santos	Ação Social	36584567
Bernarda Rê de Anjos Costa	Ação social	36581141
H. H. M. d' A. 21/4	CAMARÁ	36581251
Bertoní Felício de Souza	SECRET. INFRAESTRUTURA	99128194
Xerica Machado	Sup. Promotora	99223602
Moisés Moura	Sup. Promotor	87039616
Selma Figueiredo	Assist. Coord. Plano Diretor (Presente)	

Anexo IV - Apresentação em slides utilizada na capacitação realizada no dia 21/07/2006.





CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA



FASES DE ELABORAÇÃO DO PDP

Até 15 jul	Leitura da realidade	Leitura Técnica Leitura Comunitária Validação da Leitura da Realidade
Ago-set	Formulação de propostas	Eixos estratégicos Proposições Instrumentos e ferramentas Validação - Conferência
outubro	Projeto de Lei	Aprovação pela Câmara de Vereadores Homologação

LEITURA TÉCNICA análise da legislação existente

- ☐ Lei Orgânica Municipal
- ☐ Plano Diretor
- ☐ Lei de Uso e Ocupação do Solo ou Zoneamento
- ☐ Legislação Patrimônio Histórico Cultural
- ☐ Legislação Ambiental
- ☐ Legislação da Política Habitacional
- ☐ Lei de Parcelamento do Solo
- ☐ Leis de definição do Perímetro urbano
- ☐ Leis Específicas da política urbana

LEITURA TÉCNICA levantamento de dados

- Inserção regional do município
- Evolução histórica da cidade e território
- Áreas de risco e Meio físico
- Estrutura fundiária Pública (federal, estadual e municipal) e Privada
- Indicadores de mobilidade e circulação
ruas, vielas, avenidas, estradas, rodovias, rede ferroviária, escadaria
- A população e seus movimentos
- Uso e ocupação do solo rural e urbano
comércio, habitação, serviços, indústria, equipamento público, espaço público, assentamentos
- Serviços e Infra-estrutura urbana
Esgotamento sanitário, Abastecimento D'água, Pavimentação e Drenagem, Coleta e Destinação de Lixo, Energia Elétrica, Iluminação Pública, Telefonia
- Rede de equipamentos Educação, Saúde, Lazer, Esporte, Cultura

VAMOS BUSCAR NOSSA CIDADE PARA TODOS!



Anexo V - Atas de presença do dia 10/08/2006

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

EVENTO: Leitura Comunitária

MUNICÍPIO: GLÓRIA

DATA: 10 / 08 / 2006.

LISTA DE PRESENÇA:

NOME:	OCUPAÇÃO:	CONTATO:
Elisamir da Silva Costa	aprendiz	36581163
Maria José Barcelos Pereira	Secret. de Governo	36581156
Helena Maria de Souza	PSICÓLOGA	36581156
Valdiane Soares	Costeira	9913-5964
Amélia das Graças S. do Nascimento	Saúde	96377224
Edvaldo Pedro da Silva	Educador - SERT	9998-7298
Josina Maria do Nascimento	Estudante	99381773
Rizelda Maria dos Santos	ADL. Estudante	95573024
Odécia Alves Tostanem	MS de Educação	99529098
Síntia Maria de Souza Costa	Secret. de Educação	36581970
Danyelle Barbosa do Nascimento	Sec. de Educação	9981-1302
Luciana Bezerra de Lencina	Sec. de Educação	-
Thaiana Paulino de Moraes	Sec. de Educação	-
João S.P. Dantas	Sec. de Educação	-
Maria José de Lima Silva	Associação Santa Rita	99447836
Maria da Luz Ferreira	ADL. Estudante	92355581
Gustayne Maria dos Santos	ADL.	96521162
Taina Carla dos Santos	ADL. Estudante	96921162
Lucimar Maria de Lima	ADL. Estudante	9907-6666
Isabel Ramos da Cruz	ADL. Estudante	-
Darueka do Nascimento Lima	ADL. Estudante	99262365
Severina Jorja de Souza		
Keslene do Nascimento Costa	Supervisora	3652-1493
Jose Antônio Nunes	ADL	-
Maria de Sotima P. Pasconcelos Santos	Diretora de Ensino	9908.4597
Luiza Sebastiana de Paula Fagundes	Professora Especial	36581478
Cláudia Gomes de Araújo	Professora	36581834
Gláucia da Silva de S. Silva	Agricultor	99777618
Wakleini Gertrudes Martins	Agricultor	-
João Guilherme dos Santos	Agricultor	-
Severino Martins de Santana	União. de Santa Rita	99414684
Jamile de Souza Costa	Diretora - Ensino	96289914

atualizado
@yaho.com.br

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

EVENTO: Feira Comunitária

MUNICÍPIO: GLÓRIA

DATA: 10 / 08 / 2006.

LISTA DE PRESENÇA:

NOME:	OCUPAÇÃO:	CONTATO:
Maria José Maurato	supervisora	96311513
Étiana Brenina de Souza	auxiliar	
Rosângela Maria da Silva	Supervisora	99994079
Marinalva Helena de Freitas	Professora	
Yoko Yoko de Aroniment		
Clara Silva Pacheco	Estamp'arte	99548774
José Aldalino Bezerra	Educadora de Apoio	3658.3564
Guarnia C. dos Santos		
Agabelli Karina Felipe Nery	Telefonista	3658-1296
Lucieneide Passiva de Sene	Secret. Ação social	36581156
Orlynia M. Barreiros de Araújo Batista	Supervisora	9661-7890
Selwyno Fortunato de Jesus	Supervisor de Trabalho	
Comercialda Lopes de Santana	Secretaria	96375054
Dulce Gaud Silva	Sec. Finanças	99167385
HERBERT DE ALENCAR MARTINS	ENG. CIVIL	9114.7159
José Antunes de Albuquerque	Sec. Agricultura	92212962
Leandro Moura de Jesus	Prof. L	92472633
Valdir Luiz de Freitas	VEREADOR	92193545
Roberto de Freitas	Sec. de Iniciação de APMAS	96375056
Adriana Maria Soares	ASSOCIADA	
CITENIA JOSE DA SILVA	ESTUDANTE	99356767
Mônica Maria de Oliveira	coord. do Plano	99966884
Luiza Maria da Silva Nery	Vereadora	96328744
João Manoel de Souza		
Quintina Maria de Souza	Quiloma Euclydes	99623036
Maria da Conceição de Oliveira	Professora	96453804
Pedro Soares da Silva	par. e Pap.	91696762
Katiele Maria de Santana	ADL - Scto	
Edson Gomes de Souza	ADL - Servo.	
REGINALDO JOSE DE SANTANA FILHO	CONSELHEIRO TOTALMO	9909-0121
Dr. Severino Fernando de Moura	Pároco	36581133
Roberta de Conceição L. Figueiredo		

Anexo VII – FOFA

Oficinas para Discussão e Validação da FOFA, Discussão e Construção da Matriz de Planejamento e Elaboração dos Eixos Estratégicos, Propostas e Ações para o PDP.

Município: Glória do Goitá **Dias:** 30/08/06 e 05/09/06 **Moderadoras:** Helena Barros e Maria do Socorro

Fofa – Desenvolvimento Econômico e Social – Glória do Goitá

	POSITIVO		
	FORTALEZAS	OPORTUNIDADES	
CONTEXTO INTERNO	1. Formação profissional dos educadores com implantação dos programas PROFORMA E PROGRAPE;	1. Aumento da organização para a reforma agrária;	CONTEXTO EXTERNO
	2. PE 50 que corta Vitória, Glória do Goitá e Limoeiro;	2. Aumento da Organização e consciência Política no Brasil;	
	3. Terra e clima favorável para agricultura;	3. Novas políticas sociais;	
	4. 90% do município com rede elétrica;	4. Integração Regional;	
	5. Existência de Agricultura e Pecuária familiar diversificada;	5. Projetos e Programas sociais: Promata; Renascer; Programa Luz para Todos; SDT/MDA; FAT; PRONAF;	
	6. Diversidade de artistas locais;	6. Investimentos para melhoria da habitação (casas populares);	
	7. Rádio Comunitária Goitacaz a serviço da população;	7. Duplicação da BR 232.	
	8. Existência de associações rurais e urbanas organizadas;		
	9. Cooperativas dos produtores para organização da comercialização;		
	10. Experiência da agricultura orgânica em Chá de Amora;		
	11. PE 40, ligando Glória a Paudalho;		
	12. Ampliação de produtos orgânicos no município;		
	13. Festividades da cidade (Festas populares);		
	14. Produção de artesanato (boneco do mumulengo);		
	15. Existência de organizações não governamentais (SERTA);		
	16. Intercâmbio entre escolas;		
	17. Proximidade à capital do Estado (Recife).		
	NEGATIVO		
	FRAQUEZAS	AMEAÇAS	
	1. Analfabetismo, evasão e repetência escolar;	1. Desemprego no Brasil;	
	2. Equipamentos e recursos humanos insuficientes para atender a demanda da população;	2. Aumento da competitividade no mercado brasileiro;	
	3. Número insuficiente de equipes do PSF nas áreas urbanas e rurais;	3. Impunidade e violência em todo o país;	
	4. Pouca participação da sociedade civil nos programas;	4. Política de crédito com elevadas taxas de juros para o setor produtivo;	
	5. Pouca informação das associações sobre seus direitos e deveres;	5. Dificuldade de acesso ao crédito por conta da burocracia das linhas de financiamento aos pequenos produtores;	
	6. Assistência técnica insuficiente para atender os produtores;	6. Tráfico de drogas;	
	7. Pequenos agricultores sem financiamento para fortalecimento da produção;	7. Lento crescimento da economia brasileira;	
	8. Má distribuição da terra;	8. Ausência de política efetiva contra a violência da mulher.	
	9. Práticas inadequadas na agricultura (queimadas, desmatamentos, plantio em áreas de riscos etc);		
	10. Baixa formação da população em cursos de		

	superiores;		
	11.Escolas de 2º grau insuficientes para atender a demanda da população;		
	12.Ausência de cursos profissionalizantes;		
	13.Cursos de Educação Jovens e Adultos com baixa qualidade e com elevado índice de evasão escolar;		
	14.Infra-estrutura dos laboratórios deficientes;		
	15.Baixa atuação dos conselhos municipais;		
	16.Ausência de política de atenção ao idoso e de apoio a criança e adolescente em risco social;		
	17.Alto índice de desemprego;		
	18.Transportes insuficientes para atender a demanda da população;		
	19.Existência de comunidades urbanas e rurais sem energia elétrica;		
	20.Ausência de pousadas e hotéis para os visitantes.		

Fofa- Desenvolvimento Urbano e Ambiental – Glória do Goitá

Desenvolvimento Urbano e Ambiental – Zona de Cota		
CONTEXTO INTERNO	POSITIVO	
	FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
	1. Espaços públicos conservados e arborizados;	1. Valorização da Agricultura Orgânica;
	2. Existência de casario significativo ao patrimônio;	2. Procura por produtos naturais com valores ambientais;
	3. Boa acessibilidade ao município;	3. Turismo no espaço rural/natural e histórico cultural;
	4. Solo favorável ao plantio;	4. Existência de propriedades rurais agrícolas;
	5. Sertã (Serviço de Tecnologia Alternativa); com atuação na educação informal, ambiental e agricultura orgânica;	5. Apoio da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA);
	6.	
	7. Escola Agrícola de Pau D'arco com proposta de Desenvolvimento Sustentável	6. Apoio dos Projetos Renascer e Promata;
	8. Tecnologia do tratamento de resíduos sólidos e produção de compostos orgânicos (adubos);	7. Apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA/SDT);
	9.	
	10. Instituto Pau Brasil;	8. Apoio da Fundação Kellogs.
	11. Infra-estrutura da Usina de Lixo.	
	12. Juventude ativa;	
	13. Recursos hídricos;.	
	14. Rio Goitá;	
	13. Diversidade cultural do município (Ênfase no Maracatu e Mamulengo).	
	NEGATIVO	
	FRAQUEZAS	AMEAÇAS
	1. Poluição dos rios nas áreas urbanas;	1. Poluição do meio ambiente;
	2. População insensível quanto à educação ambiental;	2. Assoreamento de rios;
	3. Uso intensivo de agrotóxico na produção da cana-de-açúcar e hortaliças;	3. Ausência de políticas públicas voltadas para o meio ambiente;
	4. Queimadas e desmatamentos;	4. Pragas na agricultura;
	5. Esgotamento Sanitário precário põe em risco a saúde da população;	5. Falta de preocupação dos gestores com a Zona Rural;
	6. Destinação e tratamento do lixo inadequado;	6. Esgotos a céu aberto.
	7. Vazios urbanos servem de local para lixos;	
	8. Ausência de áreas para lazer e práticas esportivas;	
	9. Alto índice de desemprego;	
	10. Serviços de transporte ineficiente e insuficiente para atender a demanda da população;	
	11. Ausência de políticas públicas voltadas para a área rural;	
	12. Ausência de Escolas na Rua da Glória;	
	13. Espaços públicos sem acessibilidade para deficientes físicos;	
	14. Existência de habitação em precárias condições de moradias em áreas rurais (casas de taipa);	
	15. Sistema de abastecimento de água não atende toda a população (principalmente as comunidades rurais);	
	16. Ausência de apoio, assessoria técnica e monitoramento às associações;	
	17. Precárias condições das escolas rurais;	
	18. Educação sem implementação e/ou inclusão	
CONTEXTO EXTERNO		

	da educação infantil nas escolas urbanas e rurais;	
	19.Ausência de cursos técnicos nas escolas;	
	20.Precárias condições das vias de acesso;	
	21.PSF's insuficientes para atender a demanda da população;	
	22.Ausência de políticas de apoio à cultura local;	
	23.Inexistência de políticas voltadas para a juventude;	
	24.Alto índice de crianças e adolescentes em situação de risco;	
	25.Poluição e assoreamento do Rio Goitá;	
	26.Estradas vicinais em precárias condições e ausência de passagens molhadas;	
	27.Falta de apoio aos pequenos produtores rurais.	

Anexo VIII - Ata de presença do dia 22/09/2006

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
EVENTO: _____

MUNICÍPIO: GLÓRIA
DATA: 22/09/2006.

LISTA DE PRESENÇA:

NOME:	OCUPAÇÃO:	CONTATO
Maria José Bacelar Borba	Secretaria Governo	3658 1156
Maria das Graças S. do Nascimento	Saúde	96377224
Tânia Carla dos Santos	ADL/SEPTA	96527162
Daniela do Nascimento Lima	ADL/SEPTA	96785975
Edvaldo Pedro da Silva	SEPTA	99987298
Elisângela de Araújo Silva	Associação	96370734
Jonivaldo do Carmo	ADL/SEPTA	
Helena Maria de Souza	Presidente OMD/CO	3658-4156
Flávia José A. Bezerra	Creche	99824293
Luiza Maria da Silva Nuy	Vereadora	96328744
Pedro Soares da Silva	pre. D. Assessoria	99696782
Alatana da Silva da Silva	AST massaranduba	99774698
Luiz Carlos Barreto de Souza	Associação	9951-3158
João Manoel Soares	Associação	96462942
Carla Maria Lopes de Santana	Professora	96315054
Elza Maria Lopes da Silva	Diretora	96282458
Maria Lucia Beltrão da Silva	Supervisora	92479783
Edilso João do Amaral	Associação	
Maria do Carmo da L. Silva	ADL (SEPTA)	
Maria do Socorro Correia	Ag. Ad. João José	3658-1191
Adriana Barbosa de Araújo Costa	Ag. Ad. João José	3658-1191
Guiliana C. dos Santos	Professora	3658-1191
Wilson Ferreira Silva	Matrícula	9244-8665
Wilson Severino de Lencastre	Ag. Administrativo	9628-0429
Samuel Barbosa do Nascimento	Ag. Administrativo	3658-1630
Detina (Luz) Tavares	Ag. Administrativo	99529098
Samuel Gomes de A. Santana	Ag. Administrativo	3658-1630
Wagner Oliveira de Mendonça	Ag. Administrativo	
Luiz Carlos da Silva	Juiz Escalão	92443036/92468898
Luiz Carlos da Silva	Vereador	96321235
Maria da Conceição de Oliveira	Professora	96453804
Marcelo José Farias	Presidente	3658-1156
Roberto Gomes Lacerda	D. de Eventos	9188-5913
Camilo Severino da Silva		
Christiane Maria dos Santos	Adl. (SEPTA)	
GIVALDO BETERRA DE CARVALHO	ADL	9998-1157
Edvaldo José da Silva	Sr	
Osvaldo da Silva	N 5 L	87653394
João Maria da Silva	Sec. Agricultura	96684295
João de Maria Souza Medeiros	NSL	96391359
Volnei da Silva Albuquerque	CPI	91214123

Anexo IX - Folheto Informativo

Comunidade Religiosa alba

Hoje, em plena atividade, a Paróquia conta com vários serviços

É a determinação

Atualmente, temos à frente dos serviços religiosos de nossa Paróquia o Padre Severino Fernandes de Moura, desde 23 de março de 2003.

Coordenação religiosa das seguintes capelas:

1. **Santo Antônio em Apet** - edificada em 1906 pelo Pe. João Carvalho com auxílio dos fiéis.
2. **Nossa Senhora da Conceição - Araçá** - edificada pela iniciativa de Manoel Rufino de Farias em 1898
3. **Santo Cristo - Palmeira Velha**
4. **Nossa Senhora da Conceição - Cananéia**
5. **São José - Loteamento Nova Glória** - edificada com recursos da comunidade pelo Pe. José Mariano em 2002
6. **São José no sítio Gamela**
7. **Santo Antônio - Ladeira Grande**
8. **Capela do Sagrado Coração de Jesus na Ilha da Onab** - concluída este ano pelo Pe. Severino Fernandes.


Lançamentos vivas

Durante 163 anos de existência pela paróquia de Nossa Senhora da Glória, passaram os seguintes vigários:

1. Pe. Antônio da Silva Canalicani - Interino	1837
2. Pe. Joaquim Inácio Gonçalves da Luz	1838
3. Pe. Manoel Ferreira da Rocha	1867
4. Pe. João da Costa Bezerra de Canallio	1879
5. Pe. Severino Vieira de Melo	1918
6. Pe. Severino Guedes Pessoa de Vasconcelos	1921
7. Pe. Artur Carneiro Beltrão	1924
8. Pe. Rodolpho Martins Moreira	1937
9. Pe. José Maria de França	1948
10. Pe. Osvaldo Gomes Machado	1948
11. Pe. Pedro de Souza Leão Filho	1949
12. Pe. José Lins de Moura	1959
13. Pe. Jaime Brito Pessoa	1961
14. Pe. Manoel Barbosa da Silva Baler	1967
15. Pe. Antônio Barbosa Júnior	1973
16. Pe. Manoel Barbosa da Silva Baler	1977
17. Pe. Adolfo Unger	1979
18. Cíngulo Severino Caetano da Silva	1985
19. Pe. Jacyr Batista de Souza - Adm. Paroquial	1988
20. Pe. Manoel Messias Laurindo dos Santos	1989
21. Pe. Manuel Bezerra do Nascimento	1994
22. Pe. José Mariano da Silva	1996
23. Pe. Severino Fernandes de Moura	23/03/2003

Glória do Goitá

244 anos de Fé!



Grandes os beneditinos do Mosteiro de Olinda a fim de catequizar os colonos, onde ainda hoje observa-se sinais do piso e alçarave do Mosteiro.

novos moradores.

Em meados de 1775, chegaram à Lagoa

A paróquia de Nossa Sr^a da Glória, em Glória do Goitã, teve sua história iniciada em 1760, quando um morador do povoamento de Glória do Goitã, um escravo livre, de nome David Pereira do Reseio, católico devoto de Nossa Senhora, recebeu a título de doação de uma bisneta de Jerônimo de Albuquerque, cunhada de Duarte Coelho, uma parte das terras, na localidade de Lagoa Grande, onde construiu uma modesta Casa de Oração dedicada a Nossa Senhora da Glória, o que originou o nome Glória do Goitã, devido ao rio "Goitã", que passa nas proximidades atrairdo, dessa forma, os

Glória do Goitã
244 anos de RI!

Décadas e séculos foram suficientes para se constituir uma família e fazê-la prosperar. A paróquia de Nossa Senhora da Glória.

Muita luta!

A custo de campanhas, pastores, outras ações, foi construída a nova Matriz, no seu lugar, havia a Praça Joaquim Nabuco.

1760

O povoado foi crescendo e sua importância e desenvolvimento justificou o predomínio de paróquia, o que foi feito através da Lei Provincial nº 38 de 06 de maio de 1837, sendo seu território tirado da freguesia de Il. Sr^a da Luz (hoje extinta) pertencente a São Lourenço da Mata.

24 de setembro de 1837

Instalada oficialmente a Paróquia, sendo seu vigário intituto o Padre Adriano da Silva Canalicani e o primeiro pároco colado Padre Joaquim Inácio Gonçalves da Luz, que ao longo possui no ano seguinte.

1ª IGREJA

A primeira igreja Matriz foi erguida em 1843, tendo sido reconstruída em 1863. Um ano após, faleceu o primeiro pároco colado o Padre Joaquim Inácio.

A atual Matriz

foi o lançamento da pedra fundamental no dia 1º de novembro de 1951. Foi então o vigário Padre Raimundo de Souza Leão Filho, com seu dinamismo e bastante determinação, partiu para uma "campanha" para construção Nova Matriz, que durou 6 anos. Essa campanha contou com a colaboração entusiástica de todos os glorienses: crianças, jovens e adultos e de pessoas residentes em outras cidades. Graças a de uma peregrinação à Nova Jerusalém, através de preceitos, pedindo orações, que incluíam a presença de em outras cidades.

10 de maio de 1958

Noite inermosa provocou um deslombamento no velho templo, que não resistiu, deslombando parte da capela maior. Porém, graças a esse acidente e dinamismo da atual Matriz, já podia abrigar os fiéis para celebração dos Altos Litúrgicos. Desde então, não teve esse templo um de especial para sua inauguração.

Curiosidade

O 1º registro de batizado feito na Paróquia foi o de JOSÉ, filho de Feliciano Antonio Canalicani e Maria José de Jesus. Foram padrinhos: José da Costa Borta e Rita Maria de Jesus no ano de 1837.

Esforço de ontem, sucesso de hoje...

Outro passo importante de nossa cidade: o projeto da nova Matriz, de autoria do Arquiteto Augusto Raymundo Maia Alves, desenhado de Armando Ramalho, cálculo do prof. Da UFPE Dr. Afrânio Portual, construção do engenheiro civil, o gloriense Dr. Rubens Borges Bezerra. Todos esses trabalhos técnicos foram realizados gratuitamente graças ao empenho do Dr. Rubens.

Anexo X - Guia de valores

GUIA DE VALORES

VALOR DE ANTIGUIDADE – Quando se é possível observar a passagem do tempo no bem.

VALOR ARTÍSTICO – Refere-se à apreciação artística e estética.

VALOR HISTÓRICO – O bem como representação de uma época, seus modos de vida, técnicas construtivas, etc.

VALOR CULTURAL – Quando o bem expressa arte, costumes, hábitos, religião, sistema social (entre outros) de uma sociedade.

VALOR SIMBÓLICO/AFETIVO – Quando, por ser um símbolo, o bem é capaz de despertar memórias, sentimentos, emoções.

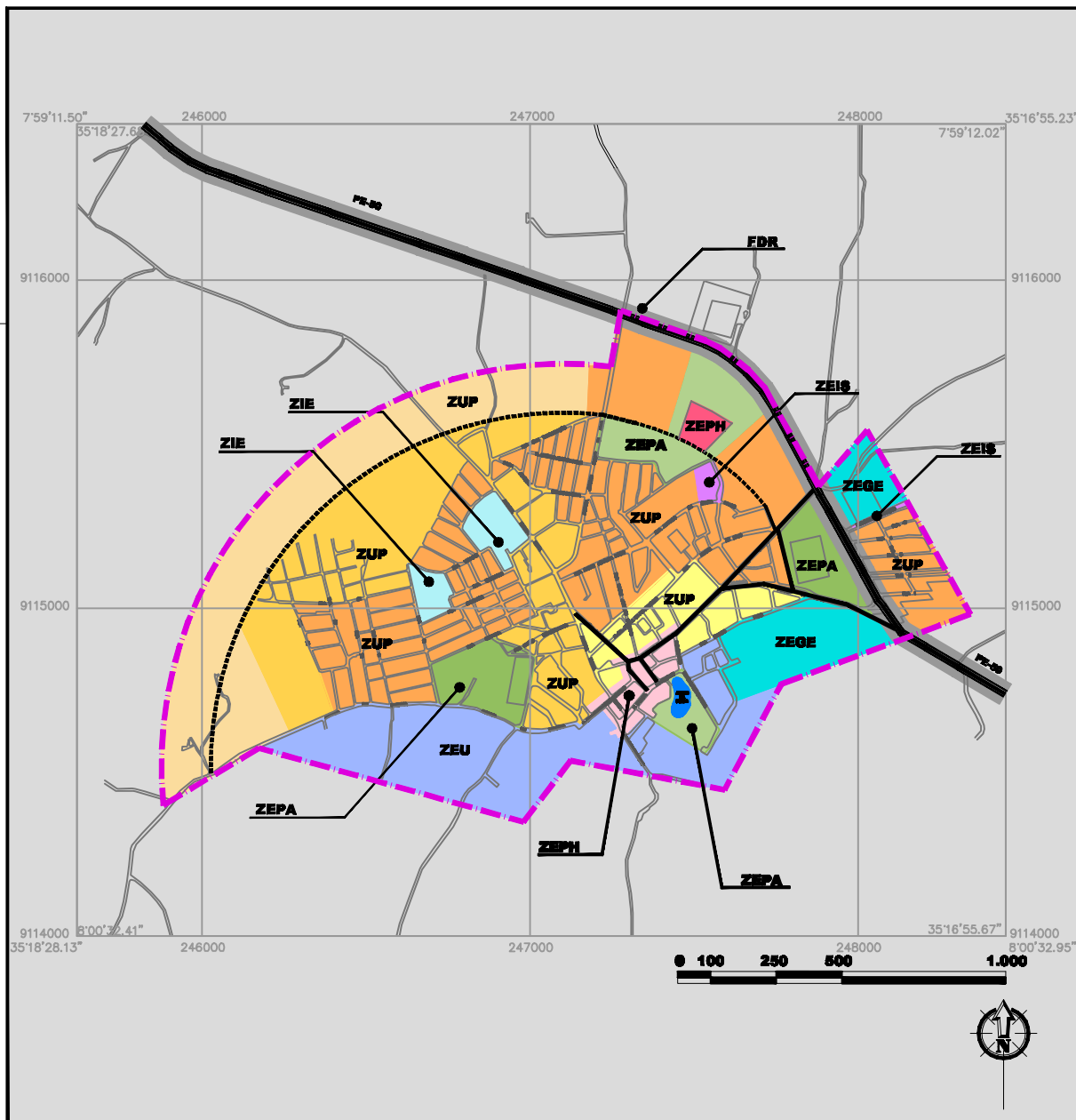
VALOR ECONÔMICO – Quando o bem possui potencial para ser uma fonte de crescimento econômico.

VALOR DE USO – Se o bem é útil para o lugar, se possui usuários e não está abandonado.

OUTRO

NENHUM

Anexo XI - Mapa 04/06 anexo a Lei Municipal Nº 0984/2006.



LEGENDA

ZUP - ZONA URBANA PREFERENCIAL

SPC 1 - SETOR PREFERENCIAL DE CONSOLIDAÇÃO (ALTA DENSIDADE)

SPC 2 - SETOR PREFERENCIAL DE CONSOLIDAÇÃO (MÉDIA DENSIDADE)

SPC 3 - SETOR PREFERENCIAL DE CONSOLIDAÇÃO (BAIXA DENSIDADE)

SC - SETOR DE CENTRO

ZEU - ZONA DE EXPANSÃO URBANA

ZIE - ZONA DE INTERESSE ESTRATÉGICO

ZEIS - ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

ZEPH - ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL

SPH 1 - SETOR DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL (MODERADO)

SPH 2 - SETOR DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL (RIGOROSO)

ZEPA - ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

SPA 1 - SETOR DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (RECREATIVO)

SPA 2 - SETOR DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (RESTRITO)

ZEUE - ZONA ESPECIAL DE GRANDES EQUIPAMENTOS

FD - FAIXA DE DOMÍNIO

FDR - FAIXA DE DOMÍNIO DE RODOVIA

LEGENDA - SISTEMA VIÁRIO

VIA ARTERIAL 1 EXISTENTE (PE 50)

VIA ARTERIAL 2 EXISTENTE

VIA ARTERIAL 2 PROPOSTA

VIA LOCAL EXISTENTE

MAPA SITUACÃO:



**GOVERNO DE
PERNAMBUCO**



MAPA DA MACROZONA URBANA

Nome: Zona de Mata

04/05

**GLÓRIA DO GOITÁ
DISTRITO SEDE**

Data: SETEMBRO/2008

Elaborado: IREM EBDALA

Revisado: CRISTIANA MAÇABES